

Desigualdades sociais e dinâmicas de participação em Cabo Verde

Organizadores

Cláudio Alves Furtado & Miriam Steffen Vieira

Série Estudos Sociais Cabo-Verdianos - Vol. 3

Edições
uni3


UFRGS
EDITORA

Desigualdades sociais e dinâmicas de participação em Cabo Verde

Edições
uniç


UFRGS
EDITORA



Reitor:
Paulino Lima Fortes

Vice-Reitora para as Pós-Graduações e Investigação
Maria Adriana Sousa Carvalho

Vice-Reitor para Extensão Académica e Desenvolvimento Institucional
Manuel Brito-Semedo

Pró-Reitor para a Graduação, Desenvolvimento Curricular e Qualidade Académica
Bartolomeu Lopes Varela

Administradora-Geral
Elizabeth Coutinho



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor:
Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor de Coordenação Acadêmica
Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora
Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial
Alexandre Ricardo dos Santos
Carlos Alberto Steil
Lavinia Schüller Faccini
Mara Cristina de Matos Rodrigues
Maria do Rocio Fontoura Teixeira
Rejane Maria Ribeiro Teixeira
Rosa Nívea Pedroso
Sergio Antonio Carlos
Sergio Schneider
Suzana Cardoso
Valéria N. Oliveira Monaretto
Sara Viola Rodrigues, presidente

Edições Uni-CV

Praça Dr. António Lerenó, s/n
Caixa Postal 379-C Praia, Santiago
Cabo Verde
Tel. (+238) 260 3700; Fax: (+238) 261 26 60
edicoes@unicv.edu.cv – www.unicv.edu.cv

Editora da UFRGS

Rua Ramiro Barcelos, 2500
900035-003 Porto Alegre, RS
Brasil
Fone/fax: (51) 3308-5645
editora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br

Desigualdades sociais e dinâmicas de participação em Cabo Verde

Organizadores

Cláudio Alves Furtado
Uni-CV/UFBA

Miriam Steffen Vieira
UNISINOS

Série
Estudos Sociais Cabo-Verdianos - Vol. 3

Ficha Técnica

Título

Desigualdades sociais e dinâmicas de participação em Cabo Verde

Série

Estudos Sociais Cabo-Verdianos - Vol. 3

Organizadores

Cláudio Alves Furtado

Miriam Steffen Vieira

Copyright

© Universidade de Cabo Verde, organizadores e autores dos artigos

ISBN

978-989-97833-6-2 (Edições Uni-CV)

978-85-386-0221-7 (UFRGS Editora)

Coordenação Editorial

Márcia Souto

Layout, Paginação e Capa

Ricardo Mendes - Editions

Movel: (+238) 9978298

Email: ricardo.mendes@student.unicv.edu.cv

Praia, Setembro de 2013.

Índice

Apresentação

Cláudio Alves Furtado e Miriam Steffen Vieira.....07

Relações de poder e resistência: práticas de violência contra as mulheres na intimidade

Carmelita de Afonseca Silva.....18

A multiplicidade de género e homoafectividade na cidade da Praia

Cláudia Sofia Marques Rodrigues.....68

Capital social como estratégia de redução da pobreza: a implementação do Programa de Luta Contra a Pobreza no meio rural em Santiago

Paulo Ferreira Veríssimo.....108

Sustentabilidade associativa nos municípios do interior de Santiago: o caso de Serra Malagueta

Felisberto Mendes Martins / Sergio Schneider.....141

A Reforma Agrária em Cabo Verde: estudo de caso no Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão

Zenaida Antónia Delgado dos Santos.....176

Ação social escolar e trajectória escolar: interrelações possíveis

Silvino Furtado.....224

Resumos.....265

Abstracts.....270

Autores/Organizadores.....275

APRESENTAÇÃO

Desigualdades sociais e dinâmicas de participação é o terceiro volume da Série Estudos Sociais Cabo-Verdianos, lançado pela Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob os auspícios da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Brasil. Esta sólida parceria acompanha o desenvolvimento da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde, no âmbito de uma cooperação internacional Sul-Sul, envolvendo um intenso intercâmbio de pesquisadores¹.

A Série Estudos Sociais Cabo-Verdianos apresenta ao público os resultados das dissertações de mestrado desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Criado em 2007, o Programa conta com os dois níveis, mestrado e doutoramento, sendo este o primeiro do país, com a primeira turma em andamento (2010-2014), e está na quarta turma de mestrado (2012-2014).

As temáticas trabalhadas nas pesquisas revelam uma aposta em estudos sobre problemáticas contemporâneas relevantes ao contexto cabo-verdiano. Este terceiro volume traz contribuições em diversas arenas de discussão: relações de gênero, reforma agrária, associativismo no meio rural, políticas de redução da pobreza e políticas de acção social voltadas à educação.

As desigualdades sociais são problematizadas nos diferentes artigos, sendo a tônica da participação o elemento analítico que articula as discussões, seja através das narrativas de sectores menos audíveis ao poder público (mulheres em situação de violência, conjugalidades homossexuais e populações alvo de po-

¹ Para um histórico desta cooperação, consultar os volumes anteriores da Série Estudos Cabo-Verdianos: Lucas e Silva (2009); Anjos e Baptista (2010).

líticas públicas), seja através de uma problematização em torno das modalidades e efectividades das práticas participativas que acompanham projectos de intervenção e políticas sociais.

Outra característica da publicação é o modo como a categoria de género atravessa os diferentes textos, apresentando-se como um elemento significativo de diversas dimensões da vida social. Os dois primeiros artigos tratam directamente da democratização nas relações de género (GIDDENS, 1993). No primeiro artigo, Carmelita de Afonseca Silva desenvolve a temática da violência de género a partir da perspectiva de mulheres. No bojo das lutas sociais em torno do reconhecimento público da violência de género, no momento que antecedeu a lei que criminalizou esta forma de violência no país, aprovada em Março de 2011, a autora analisou a abrangência da violência de género na vida das mulheres (formas de violência, dimensões sociais e emocionais) e apresentou as dificuldades enfrentadas para o acesso às instituições policiais, judiciais e jurisdicionais, bem como os serviços decorrentes. Entre as questões destacadas, está a naturalização desta forma de violência nas relações sociais, muitas vezes resultando num predomínio do valor família em detrimento da garantia dos direitos das mulheres.

O segundo artigo, da autoria de Cláudia Sofia Marques Rodrigues, analisa as convenções de género e de sexualidade no contexto urbano da Praia. O texto revela as complexas dinâmicas identitárias a partir da vivência de sete relações homoafectivas, demonstrando a fluidez e multiplicidade das classificações de género presentes nas sociabilidades, nas redes afectivas, familiares e de conjugalidades. A força desta resistência a classificações pode nos sugerir uma especificidade do contexto cabo-verdiano, mas também um factor explicativo para a dificuldade de consolidação de um activismo que vise dar conta das discriminações, práticas homofóbicas e limitações de direitos que acompanham as narrativas apresentadas. Este artigo, além da riqueza no enfoque

às vivências, apresenta um diálogo com teorias contemporâneas de gênero, sendo que a autora buscou conciliar uma perspectiva *queer* para uma análise da multiplicidade identitária, com um destaque para o contexto social fortemente marcado pela dominação masculina e imposição da heterossexualidade como norma (cf. BUTLER, 2003).

Não sendo um tema central nos demais artigos, a categoria gênero faz jus ao seu lugar como princípio de organização social e como uma forma de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995). A partir do diálogo com uma bibliografia que debate essencialmente sobre a qualidade da democracia deliberativa na esfera pública (cf. HABERMAS, 1997; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000), Zenaida Antônia Delgado dos Santos analisa a implementação da Lei de Bases da Reforma Agrária, no período de uma década (dos anos 80 aos anos 90), conferindo ênfase à comunicação estabelecida entre o Estado, através de seus mediadores, e o público-alvo desta política. Apresenta um histórico da situação fundiária em Cabo Verde, e focaliza as diferentes concepções dos protagonistas deste processo em Ribeira Grande de Santo Antão. A análise realizada demonstra uma complexidade de relações sociais e de relações com a terra que foram negligenciadas no processo de implementação da Lei. Além de trazer à cena distintas formas de relações de parceria/meia/lavrador, mostra o atravessamento de relações familiares que complexificam as formas de dominação que divide os que têm e os que não têm a propriedade da terra.

Trabalhando um tema específico, o da estrutura fundiária, a autora levanta questões de relevância social e sociológica no domínio das relações familiares e de gênero, passando por temas como violência sexual, reconhecimento de paternidade e suas implicações em termos de direitos. Aprendemos que a terra é localmente percebida como parte da família. Também aprendemos que um grande proprietário de terras pode estender seu domínio

por tudo que abrange o seu território como a posse do corpo das mulheres, possibilitando que a relação de dominação que parece menos evidente em relação à posse da terra, torne-se explícita a partir de arraigadas estruturas de género.

Neste volume, os artigos de Paulo Ferreira Veríssimo e o de Felisberto Mendes Martins e Sergio Schneider mencionam a presença das mulheres nas associações e seu vínculo às lutas sociais daí decorrentes, indicando a importância de estudos sobre estas formas de engajamento. Para além do tema da representatividade equitativa e do respectivo desequilíbrio nos cargos de direcção, o associativismo de mulheres apresenta um rico campo de pesquisas. O visível engajamento das mulheres no associativismo parece dialogar com a sua participação em outras esferas como no mercado de trabalho informal, na responsabilização com a reprodução social e na participação política (CARVALHO, 2009; MONTEIRO, 2009).

De uma forma mais específica, o texto de Paulo Ferreira Veríssimo, colocando a centralidade analítica em formas autónomas e aut centradas de participação que visam a melhoria das condições económicas e sociais de famílias e indivíduos provenientes de camadas rurais pobres, pontua as formas diversas e múltiplas que esses actores sociais, individuais e/ou colectivos, arregimentam para se posicionarem frente às associações comunitárias e suas actividades, instrumentos de implementação de determinadas políticas e, como tal, participantes na distribuição da riqueza nacional seja ela estatal seja oriunda da cooperação internacional.

Através da operacionalização, em momentos distintos e com propósitos heurísticos diversos, é certo, o autor mobiliza os conceitos de capital social de Bourdieu (1980) e de Putnam (1996) para buscar surpreender, como diria Balandier (1976), os sentidos de mudanças em curso nas comunidades rurais de Santiago. Sentidos que resultam de um jogo múltiplo e pendular que

coloca em confronto interesses locais diferenciados e projectos heterónimos também eles diversos.

É, pois, nesta rede de relações sociais que a participação se constrói e se concretiza, constituindo, aponta o autor ainda que de forma subliminar, um espaço contraditório de busca de autonomia e reforço da heteronomia, ainda que discursivamente, se busque o “empoderamento” das populações pobres.

Com efeito, se a nível das comunidades locais, não obstante a presença tendencialmente maioritária das mulheres como membros das associações comunitárias, os órgãos de decisão, os interlocutores com os “de fora”, a saber os municípios, o governo e os financiadores, são maioritariamente homens. Da mesma forma, a presença dos jovens nos *loci* decisoriais é reduzida.

Por seu lado, “os de fora”, no quadro de um discurso coerente de desenvolvimento *par le bas* e que busca o “empoderamento” das comunidades e seus actores, trazem não apenas os recursos financeiros e técnicos inexistentes ou escassos a nível das comunidades como também uma concepção de desenvolvimento, de mundo, enfim.

Felisberto Mendes Martins e Sergio Schneider centram a sua reflexão numa experiência de gestão de um parque florestal que utiliza a “abordagem participativa” como sua estratégia central. Uma vez mais, a centralidade analítica se situa na utilização dos conceitos de participação, capital social e redes sociais na compreensão e explicação das formas como a associação local, na interface com outros actores, procura assumir/ e é pedido que assumam, ainda que de forma progressiva mas sustentável no tempo, a gestão do Parque. Interessa aqui revelar a apropriação da categoria explicativa comunidade cívica para, na interface com a de participação, permitir compreender e captar o processo de construção progressiva de uma cidadania local que transvasa as fronteiras do parque natural e adentra as comunidades vizinhas.

Aliás, este modelo explicativo se revela essencial para situar o Parque Natural de Serra Malagueta e a Associação Comunitária Local no quadro de uma relação mais vasta com as comunidades locais e demais actores que, embora não residindo na comunidade, lá têm interesses. Mostra o texto que na construção de denominadores comuns, no caso o Parque Natural, os actores definem uma agenda local de desenvolvimento sem, no entanto, fazer subsumir os interesses particulares. Uma outra dimensão deveras interessante do texto reside no facto de os autores assumirem a importância das lideranças e a análise do processo de sua construção como importantes no entendimento das dinâmicas associativas e participativas locais quebrando uma certa visão, por vezes alimentada, de que a abordagem participativa pressupõe e exige uma horizontalidade relacional.

Finalmente, Silvino Furtado analisa o impacto das políticas de acção social escolar na trajectória escolar de estudantes carentes de Santa Catarina de Santiago. Num contexto em que a escolarização constitui um bem social e simbolicamente valorizado, as estratégias dos indivíduos e das famílias em aceder aos níveis mais elevados de instrução são múltiplas e diversificadas mobilizando, para o efeito, o capital e as redes sociais nas quais estão inseridas.

Se é verdade que as políticas de acção social escolar aparecem com políticas públicas e, neste quadro, possuem um objectivo, uma lógica e um modo de implementação específicos, não se pode contudo olvidar que indivíduos e famílias arregimentam, em função de seu (ou de seu encarregado de educação) projecto escolar, conhecimentos, redes de relações objectivando aceder a um recurso escasso mas crucial para a concretização de seu objectivo.

É nesta tensão, entre a dimensão asséptica das políticas públicas, no sentido de se assentarem em critérios racionais definidos a priori, com perfis e quantidade de beneficiários estabelecidos pela burocracia, e sua implementação que espaços inters-

ticiais de negociação, manipulação, troca de favores permitem que muitos possam continuar os seus estudos com uma relativa tranquilidade.

É este o caminho sinuoso que, de certa forma, o autor percorre inventariando as instituições públicas e da sociedade civil, nacionais e estrangeiras que têm intervindo no domínio da acção social escolar, ao mesmo tempo que busca eventuais relações entre as condições económicas oferecidas pela família e/ou por essas instituições e os resultados escolares. Sem cair num determinismo economicista, o artigo mostra que existem dimensões e variáveis outras, sejam elas escolares ou extra-escolares que também concorrem para a qualidade dos resultados das aprendizagens. O certo, contudo, mostra-nos o texto, é a apetência para o estudo e como a criação de condições para o efeito se revela essencial na estratégia das famílias e de seus educandos.

A Série Estudos Sociais Cabo-Verdianos ilustra o fortalecimento de um campo de pesquisas altamente qualificado no âmbito das ciências sociais no país, sendo um elemento característico desta produção de conhecimento o forte diálogo com as principais problemáticas do contexto local, o que poderia aproximar esta produção das ciências sociais desenvolvidas no Brasil². Este debruçar sobre temáticas nacionais propicia reflexões e contribuições ao desenvolvimento de políticas públicas e programas de intervenção social. Entretanto, estas produções igualmente revelam o esforço de conversão para as ciências sociais, o que significa construir esses “problemas sociais” como “objetos sociológicos” (LENOIR, 1996), a partir da perspectiva crítica das ciências sociais.

O conjunto desta produção que gradualmente chega ao público nesta Série contribui com a construção do conhecimento no campo das ciências sociais em Cabo Verde, como o resultado

² Mariza Peirano (2006) utiliza a expressão antropologia “at home” para designar a predominância de temáticas nacionais na antropologia desenvolvida no Brasil.

do investimento de pesquisadores/as numa formação no país e sobre o país, entretanto inserida num contexto internacional das Ciências Sociais e na cooperação Sul-Sul.

Boa leitura!

Cláudio Alves Furtado (Uni-CV/UFBA)

Miriam Steffen Vieira (Unisinos-RS)

Referências Bibliográficas

ANJOS, José Carlos dos, BAPTISTA, Marcelo Quintino Galvão (orgs.). *As tramas da política extrapartidária em Cabo Verde: ensaios sociológicos*. Praia, Santiago, Cabo Verde: Edições Uni-CV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

BALANDIER, Georges. *Dinâmicas sociais: sentido e poder*. São Paulo: Difel, 1976.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 31, n.º 1, 1980.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. *Estud. Avançados*, vol. 14, 2000.

CARVALHO, Carla. Fornadja, campo e casa: Espaço em transformações. O caso da Ribeira de Principal. In LUCAS, Maria Elizabeth, SILVA, Sérgio Baptista, (orgs). *Ensaio Etnográficos na ilha de Santiago de Cabo Verde: processos identitários na contemporaneidade*. Praia, Ed. UNICV, UFRGS, 2009.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

HABERMAS, J. [1929]. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. vol. II/ Jürgen Habermas; tradução: Flávio Beno Siebenichler - UGF. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In MERLIÉ et al. *Introdução à prática sociológica*. Pretrópolis, Vozes, 1996.

LUCAS, Maria Elizabeth, SILVA, Sérgio Baptista da (orgs.). *Ensaio etnográficos na ilha de Santiago de Cabo Verde: processos identitários na contemporaneidade*. Praia, Santiago, Cabo Verde: Edições Uni-CV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MONTEIRO, Euridice Furtado. *Mulheres, Democracia e Desafios Pós-colonial: uma análise de participação política das mulheres em Cabo Verde*. Praia, Editora da Universidade de Cabo Verde, 2009.

PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida e outros ensaios de Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia – a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 20, v. 2, p. 71-100, 1995.

Relações de poder e resistência, práticas de violência contra as mulheres na intimidade

A multiplicidade de género e homoafectividade na cidade da Praia

Capital social como estratégia de redução da pobreza: a implementação do programa de luta contra a pobreza no município

Sustentabilidade associativa nos municípios do interior de Santiago: o caso de Serra Malagueta

A Reforma Agrária em Cabo Verde: estudo de caso no Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão

Integração social escolar e participação: intermediações possíveis

Relações de poder e resistência: práticas de violência contra as mulheres na intimidade

Carmelita de Afonseca Silva

nos municípios do interior de Santiago: o caso de Serra Malagueta

Verde: estudo de caso no Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão

Introdução

A violência baseada no género é um problema social complexo que vem acompanhando todas as sociedades na sua dinâmica e evolução constantes, afectando mulheres e homens de todas as idades, nível de instrução e condição socioeconómica. Ao focalizar a análise nas relações de intimidade, verifica-se que se trata de um facto cada vez mais presente no quotidiano de homens e mulheres e que, por isso, tem-se tornado preocupação de grupos de mulheres e, mais recentemente, de grupos de homens e, de um modo geral, de toda a sociedade, que tentam compreender de que forma se constrói o fenómeno da violência entre os actores sociais envolvidos.

Com efeito, se recuarmos no tempo, constataremos que a violência também fazia parte da vivência das famílias tradicionais. Neste contexto, as relações familiares eram marcadas por inúmeras contradições, isto é, longe de ser um espaço de afectividade e de autonomização da mulher, a família tradicional constituía um lugar de subordinação à autoridade masculina. Além disso, Michel (1975) e Anderson (1984) consideravam tratar-se de uma estrutura marcada pela segregação dos papéis sexuais que conduziam ao isolamento afectivo. Contudo, não se observava nenhuma preocupação em solucionar tais contradições que caracterizavam a família tradicional, pois acreditava-se que tal atitude poderia pôr em causa as próprias estruturas hierárquicas da sociedade tradicional (DIAS, 2004).

Em contrapartida, no contexto da modernidade a família emerge como espaço central dos afectos e, ao mesmo tempo, lugar de sujeição e de exercício de violência sobre os seus membros. Diferentemente da família tradicional onde a violência conduz à estabilidade das relações familiares, dado que assegura o exercício da autoridade masculina (DIAS, 2004), no contexto das famílias modernas, a violência constitui um problema social grave e intolerável que desestrutura, de um modo geral, a própria sociedade (SCANZONI, 1988).

Trata-se de um fenómeno que se manteve durante muito tempo restrito ao domínio da privacidade familiar e que recentemente constitui objecto de denúncias, tanto das vítimas como da própria sociedade, que começaram a exigir medidas para fazer face aos efeitos da violência junto das instituições judiciais. Além disso, a violência baseada no género passou a ser, especialmente a partir da década de 70, objecto de análise nas ciências sociais e humanas, trazendo à tona diferentes realidades e os mais variados actores nela envolvidos, aspectos esses que escapam à simples observação da realidade. Todavia, em termos globais, nota-se que pouca intervenção tem sido realizada nesta matéria, o que prende-se muitas vezes com a dificuldade das vítimas denunciarem o agressor e manter essa acusação sem recuar e/ou muitas vezes porque desconhecem os seus direitos ou naturalizam certos comportamentos violentos.

Em Cabo Verde esta situação é bem patente. Embora a Constituição da República salvaguarde a igualdade de direitos a todos os cidadãos, independentemente do sexo, a equidade de género e o exercício da cidadania de forma equilibrada entre mulheres e homens estão longe de ser uma realidade. De um modo geral, é visível a dificuldade no acesso à informação e um grande desconhecimento dos direitos e deveres por parte dos cidadãos.

À semelhança da situação que ocorre no contexto global, em Cabo Verde, a violência pode ser apresentada como resultado do desequilíbrio de poder historicamente determinado nas sociedades e que pode pôr em causa a própria ordem instituída. Ela é expressa, desde as situações quotidianas socialmente aceites como a exclusão feminina dos espaços mais qualificados do mercado de trabalho e a privação dos direitos sobre o seu corpo, até a violência física propriamente dita, que constitui uma entre outras formas de opressão e de violência decorrentes do reconhecimento social da desigualdade baseada no género que fundamenta e le-

gitima as relações de poder e permite a violência na intimidade.

Trata-se, portanto, de um problema de ordem estrutural, que resulta da convergência de factores de várias ordens: razões internas à estruturação e configuração da família, características e histórias pessoais dos seus membros, factores de ordem estrutural em que se enquadra a realidade familiar sem contudo deixar de referir aos estereótipos de género e a questões de poder resultantes da legitimação social da violência, do não reconhecimento do acto como um problema social e, por vezes, do receio das vítimas em denunciar e subverter o *status quo*.

Assim, no sentido de compreender como cada um desses factores ocasionam comportamentos violentos faremos o recurso a abordagens que buscam nas posições sociais e/ou nos papéis sociais que os actores ocupam nos diferentes domínios de interacção, razões explicativas da violência. Tentaremos, a partir das suas proposições, demonstrar que a violência resulta do desequilíbrio de poder presente nas relações de género em que, geralmente, se confere ao homem o direito de legitimamente exercer o domínio sobre a mulher. Discutiremos a questão do uso de poder nas relações familiares segundo a teoria dos recursos que defende que a divergência entre recursos potenciais de cada cônjuge cria relações assimétricas de poder na família, resultando na dominação daquele que dispõe de menor recurso. Demonstraremos, a partir do contributo de Gelles (1997), que o agressor pode usar o poder numa relação como estratégia para manter a sua posição dominante. Reflectiremos ainda sobre a perspectiva feminista que, para além de considerar o contexto sócio-histórico, também tem em apreço as diferenças de género e de poder na análise da violência.

Articular a imagem que as mulheres constroem sobre a violência por elas vivenciadas, no seio da conjugalidade com o contexto social onde as mesmas se inserem, impõe-nos o recurso ao interaccionismo simbólico. As asserções desta abordagem nos

permitem evidenciar as relações entre as bases de poder e as estratégias de seu exercício nos diferentes contextos socioculturais, impondo a submissão das vítimas. Assim, se torna possível verificar que a influência da disparidade de recursos sobre o processo de controlo na relação entre os casais/parceiros depende não só dos padrões específicos de interacção, como também das características estruturais. É nesta lógica que consideramos de suma importância articular a representação que as mulheres constroem sobre o fenómeno da violência e a interacção que se estabelece com os agressores, o contexto situacional e o universo simbólico em que se inserem.

Procuramos apreender das mulheres aspectos relevantes da sua vida e do seu meio envolvente como forma de compreender o seu comportamento face à situação da violência e, para tanto, propomos por um lado, o uso da observação do contexto específico onde as vítimas se inserem, com a finalidade de captar a particularidade das suas vivências sem perder de vista sua relação com o contexto global (Cabo Verde) e, por outro, a entrevista não estruturada visando compreender aspectos básicos do comportamento das vítimas.

1 Assimetrias nas relações de género: submissão e silêncio

Abordar a violência conjugal no quotidiano das mulheres cabo-verdianas requer, para além de uma articulação das várias dimensões que ela assume, referir às práticas culturais e tradicionais que colocam a mulher numa situação de submissão em relação aos homens, considerados socialmente o sexo superior. Com efeito, ao assegurar ao homem o direito de exercer o controlo sobre a sua namorada, esposa ou companheira, confere-se à mulher o dever de aceitar e silenciar tal prática. Neste sentido, a violência contra as mulheres aparece como

uma das dimensões de controlo do corpo da mulher e como expressão legítima do poder masculino, isto é, de práticas sociais que fomentam a desigualdade e a exclusão da mulher.

No caso particular de Cabo Verde, apesar de melhorias no quadro da legislação interna, de se terem evidenciados ganhos decorrentes da pressão externa e de toda a pressão social que as próprias mulheres vêm fazendo no sentido de promoção da igualdade, na prática, o desequilíbrio de poder em favor dos homens continua a ser uma questão com contornos sociais preocupantes. Factores socioeconómicos e culturais, nomeadamente, a concepção estereotipada do papel da mulher e do homem na sociedade cabo-verdiana, fazem perpetuar tais desigualdades e por conseguinte todas as formas de expressão da violência com base no género.

Referindo-se, neste particular, ao contexto das relações de intimidade (objecto deste estudo), observa-se igualmente que as relações de género são caracterizadas pela assimetria, onde a desigualdade e a rejeição do poder para as mulheres manifesta-se e é explicada pelas diferenças físicas, sexuais e biológicas, o que, de uma certa forma, explica a aceitação da submissão da mulher.

Assim, nos depoimentos que se seguem, pode-se constatar que a forma como social e culturalmente se constrói a identidade feminina e se definem os papéis sociais que cabe a ela desempenhar favorece o exercício da violência por parte dos homens.

[...] Não podia dizer nada, se não ele me batia. Só podia fazer o que ele mandava. Caso contrário eram socos, pontapés, empurrões... Lembro dele me ter dado socos e pontapés na barriga por ter recusado manter relação sexual ... como consequência quase perdi a criança [...] tinha que ouvir calada todos os seus desaforos, desprezos, acatar todas as suas ordens (...) eu não tenho forças que nem ele, então tinha que aceitar [...]

(Beatriz¹, professora, 33 anos)

1 Por questões de ética na pesquisa, foi preservada a identidade das interlocutoras e

[...] Propus que alugássemos uma casa, que eu mesma podia começar a trabalhar, ele recusou. Me disse que já estava tudo decidido. Até cheguei a comentar isso com a minha mãe, e ela me disse que mulher casada deve obedecer o seu marido [...] humilhava-me na presença da minha filha sem poder dizer uma palavra se quer, porque pela fúria dele, se eu abrisse a boca ele ia me quebrar toda [...] ficava mesmo a tremer quando ele se aproximava de mim e além disso somos casados eu lhe devo obediência. E o que eu mais temia era que outras pessoas ficassem a saber, por isso calava.

(Laura, doméstica, 25 anos)

[...] Nos abandonou durante muitos anos e foi morar com a *rapariga*² [...] obrigava-me a servi-las quando davam a luz... Quando abandonou o trabalho decidi voltar para casa, não queria recebê-lo de volta, mas não podia impedi-lo de entrar [...] Com medo que fizesse algo contra mim e os meus filhos, aceitei, a final das contas ainda continuamos casados perante Deus. Tinha que carregar a minha cruz até ao fim [...] às vezes colocava as cadeiras juntas e deitava debaixo da mesa quietinha para que ele não apercebesse [...]

(Lina, vendedeira ambulante, 51 anos)

Nestes depoimentos está explícito o reconhecimento das mulheres do poder que os seus parceiros sobre elas exercem. Isso é visível no próprio sentimento de medo que os seus discursos revelam. Com efeito, o medo e a submissão declarados pelas mulheres reforçam a superioridade masculina, provenientes da maior força física de que dispõe o homem, inclusive, do poder total sobre a vida da mulher. A violência aparece como reflexo de imperativos culturais/tradicionais enraizados na sociedade, tendo como principal impulsionador os discursos religiosos que ao longo do tempo veicularam a ideia da dependência e da inferioridade da mulher em relação aos homens, muito presentes no imaginário social das mulheres cabo-verdianas, sobretudo as casadas. Como se pode constatar, além da força física, enquanto estratégia de dominação, emergem outros instrumentos que reforçam a dependência feminina. Nesta óptica, o depoimento seguinte, além de associar a submissão da mulher à força física do homem, faz refe-

adoptado um nome fictício.

2 Amante.

rência às discriminações sociais, práticas culturais machistas, dependência económica e, de um modo geral, a própria cumplicidade da mulher que vivência o drama da violência na conjugalidade.

[...] Ficava zangado quando a mãe nos batia na presença dele [...] em casa ele sempre dizia “kau ki galu sta galinha ka ta kanta”³ [...] tive coragem de contar o que realmente tinha acontecido. Lembrei naquele instante do que a minha mãe sempre me dizia: “mudjêr kasadu debi nguli txeu pexi pa rabu”⁴. Inventei uma história que já não me lembro bem, e acabaram por me atender [...] Já não conseguia suportar o inferno que tornou a nossa convivência. Obrigava-me a deitar no chão ou não me dava dinheiro quando recusava manter relação sexual com ele. Pensei em denunciá-lo, mas se calhar a minha amiga tinha razão. Não me faltava nada em casa... talvez estava me comportando mal, lhe rejeitando na cama, afinal somos casados... é meu dever [...]

(Vera, empregada de limpeza, 39 anos)

Esse testemunho evidencia a relação entre o exercício da violência na relação conjugal com a capacidade de um actor social influenciar as interações na família, como estratégia de manter e/ ou perpetuar a sua posição dominante. O poder aparece, portanto, como mediador das relações que se estabelecem entre os casais. Neste caso, na base da relação de dominação masculina está a cultura machista, fundamentada numa lógica de submissão da mulher. Além de uma cultura de submissão, do medo e da dependência económica explícitos no depoimento, uma outra circunstância que favoreceu relações de violência entre a Vera e o seu marido é o significado que se atribui aos papéis sociais para cada sexo. Para a Vera, o facto de estar casada implica, de entre outras obediências, consentir ao marido o desfrute sexual do seu corpo. Verifica-se, portanto, que ao homem se atribui inclusive o poder de controlar o corpo e os desejos da mulher.

Trata-se, portanto, de um discurso que naturaliza a desigualdade de género, legitimando deste modo a dominação mas-

3 Na presença dos homens as mulheres devem permanecer caladas.

4 “Mulher casada deve engolir o peixe pelo rabo”, significando que ela deve ser tolerante.

culina. Neste aspecto, a abordagem feminista revela-se de suma importância, na medida em que alerta-nos não só para o facto da própria estrutura interna da vida familiar estar organizada em função do género e para os processos desiguais de trocas daí decorrentes, bem como possibilitar a resolução do problema da violência, recorrendo para o efeito ao controlo do homem sobre a mulher, ou a manifestação de poder sobretudo quando a autoridade daquele está de certa forma comprometida (DIAS, 2004, p. 215). Com efeito, ao longo do tempo a mulher foi inferiorizada diante dos homens, considerados o sexo superior. A estes foi concedido o direito absoluto sobre o corpo da mulher, seus sentimentos e sobre o seu ser como um todo, como propriedade que lhes pertencia.

Cunha (2004) observa que “A violência do homem contra a mulher na relação conjugal é a acção que faz do outro, uma coisa, um objecto, sem independência, sem autodeterminação” (CUNHA, 2004, p. 69). Na mesma linha de ideias, Barros (2000) vai mais longe quando afirma que o objectivo do agressor é “alcançar o completo aniquilamento do violentado, transformá-lo em sujeito assujeitado, despossuído de vontades e desejos (...) a vida dela deve expressar a vida dele, seu corpo deve servir tão-somente às necessidades daquele que a possui” (BARROS, 2000 apud CUNHA, 2004, p. 69).

Esse poder total do marido não só sobre o corpo, mas, também, sobre a vontade da mulher está igualmente explícita nos depoimentos que a seguir se apresenta.

[...] quando fiquei grávida, pensei que ele ia mudar, mas a situação agravou-se ainda mais, [...] obrigava-me a manter relação sexual, mesmo sabendo que corria o risco de perder a criança. Na primeira noite que recusei, arrastou-me pelos braços e colocou-me na caixa de escada até de madrugada quando decidiu terminar o castigo [...] abriu a porta suspirando de raiva, fiquei arrepiada, não queria entrar, pensei que ele ia me bater, mas não, decidi passar semanas não dormindo em casa.

(Beatriz, professora, 33 anos)

[...] Vinha bêbado todos os dias, me obrigava a ter relação e no final me batia. Tinha que aceitar, ele tinha mais força e acabava sempre conseguindo o que queria. Quando ficava cansada dizia a ele “faça o que quiser” e ele aproveitava da minha fraqueza. Normalmente quando eu resistia ele dizia que eu andava a ter relação com outros. Era muito ciumentos e aí era pior para mim...

(Paulina, vendedeira ambulante, separada, 42 anos)

O discurso da Beatriz revela que a desigualdade entre os cônjuges é um facto real. Ao contrário do que se espera, o casamento não permitiu o desfrute sexual igualitário e consensual entre eles, pois, além do seu marido dispor de maior força física, era socialmente aceite que o homem obrigasse a sua esposa a se submeter a ele. Neste âmbito, o contributo de Bourdieu (1999), para a compreensão da dimensão simbólica da violência que aqui se refere, é fundamental. Na perspectiva dele, esta dimensão da violência se constitui por meio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante. Segundo ele, ambos partilham dos mesmos instrumentos de conhecimento para pensar a dominação. Conhecimento esse, onde a relação de dominação é percebida como natural. Embora Bourdieu evidencie o pensamento de que no âmbito da violência simbólica haja espaços tanto para lutas cognitivas como para embates simbólicos, o problema maior é que os dominados, via de regra, utilizam, em suas lutas, as próprias categorias produzidas para sua dominação (BOURDIEU, 1999).

Nesta lógica, o exercício do poder simbólico só se efectiva se houver cumplicidade do dominado. Visando a violência doméstica contra a mulher a manutenção da dominação e do controlo do homem sobre as mulheres, bem como ao reforço dos privilégios masculinos, fica difícil não aceitar o fato de que as mulheres também aprendem que devem ficar no lugar que lhes é destinado cultural e socialmente. Os casos da Lina e da Laura são bastante elucidativos.

[...] Decidiu voltar para a minha casa, que construí graças a ajuda das minhas famílias [...] não queria recebê-lo de volta, mas não podia impedi-lo de entrar, malcriado do jeito que é, [...] Com medo que fizesse algo contra mim e os meus filhos, aceitei, a final das contas ainda continuamos casados perante Deus. Tinha que carregar a minha cruz até ao fim. Se Deus quer assim, quem sou eu para negar [...]

(Lina, Vendedeira ambulante, 51 anos)

[...] Me puxou pelos braços como se fosse um objecto [...] aquilo tornou-se um escândalo, todo o mundo ficou a saber. Ele sentiu-se obrigado a me libertar, mas como já estava ficando tarde, mesmo não acontecendo nada, não podia ir para minha casa, até porque os meus pais não me receberiam, era feio para a família e sobretudo para mim. Ninguém ia interessar por mim depois daquela cena, tinha mais era que ir atrás dele.

(Laura, doméstica, 25 anos)

O discurso veiculado nos depoimentos acima mostra que a capacidade do homem orientar uma interacção na família não se deve exclusivamente ao facto de dispor de maiores recursos, mas também ao *status* que tradicionalmente lhe é atribuído. Sendo assim, a posse de recursos por si só não é auto-suficiente para explicar condutas violentas. É necessário, conforme salienta Szinovacz (1987), ter presente a importância dos factores culturais, das características estruturais da família, padrões diferenciais de distribuição dos recursos entre os seus membros (SZINOVACZ, 1987 *apud* DIAS, 2004, p.165). O depoimento da Lina, anteriormente citado, se situa entre esses casos. Apesar de dispor de maior recursos (casa própria e um trabalho) que o marido, influenciada pelo peso dos factores culturais, acabou se submetendo às demandas do marido, ou seja, continua presa às amarras da violência na vida conjugal ainda que não dependa economicamente do agressor. Tanto o discurso da Laura como o da Lina situam as relações sociais de género como relações de poder. Nessas relações o homem procura anular a autonomia da mulher, submetendo-a a sua vontade e acção.

2 Contextos de violência na intimidade: influências intergeracionais, namoro e ruptura conjugal

2.1 Influências intergeracionais

A violência conjugal é um problema complexo que vem acompanhando a sociedade na sua dinâmica constante, afectando não só os indivíduos directamente envolvidos (os cônjuges), mas também outros membros do agregado familiar que partilham o mesmo espaço doméstico (filhos, pais e entre outros).

Neste sentido, a violência conjugal não deve ser analisada de uma forma isolada. É necessário considerar as repercussões desses actos sobre as crianças e jovens e, por conseguinte, a probabilidade de serem exteriorizadas nas relações que estes possam vir a estabelecer sobretudo na esfera da intimidade. Com base nesse pressuposto, começam a emergir a partir da década de 70 novas estratégias de pesquisa no campo da violência doméstica. Ao invés de centrar a análise sobre as crianças maltratadas de uma forma isolada, propõe-se uma abordagem sistemática e multidisciplinar que envolve não só crianças como também mulheres e, mais tarde, os idosos.

É no espaço doméstico onde, supostamente, se espera estar em maior segurança que os filhos se encontram duplamente violentados. De acordo com Barnettetal (1997) e Sani (1999), além dos abusos e maus-tratos que directamente sobre eles se exercem, sofrem ainda ao testemunharem ocorrências de violência entre os seus pais ou outros membros do agregado doméstico, repercutindo-se negativamente sobre o seu desenvolvimento. Neste contexto, muitas crianças apresentam sinais de trauma psicológico por estarem presas num círculo afectivo que as sujeita aos efeitos negativos decorrentes desta prática. Além disso, podem interiorizar que a solução dos conflitos passa pelo uso da força e é provável que venham reproduzir esse modelo não só junto às suas famílias mas em todas as relações interpessoais que virão estabelecer.

Partindo desta hipótese, torna-se necessário, antes de analisar os vários contextos de violência conjugal, referir a violência a que as crianças são vítimas no espaço do lar. Neste contexto, assim como as mulheres, as crianças tendem a silenciar actos violentos, assumindo uma postura de submissão, o que reforça o exercício da violência no quadro das relações familiares. A experiência da Lina, tanto na sua família de origem como na esfera de conjugalidade, ilustra essa situação:

[...] Ele não se importava, batia nela em qualquer momento e em qualquer lugar, e ninguém podia dizer/fazer nada [...] Apanhávamos muito por mostrarmos descontentes pela forma como ele tratava a nossa mãe [...] ele obrigava a minha mãe a servir as suas “raparigas” quando davam a luz. E aí dela se mostrar cara feia. Ele era do tipo que decidia e ficava decidido... mesmo quando viajou a situação continuava a mesma. A minha mãe era incapaz de tomar qualquer decisão sem o seu consentimento [...] no meu caso, logo que casamos, ele começou a ter muitas amantes. Em casa não colaborava nem com os trabalhos e muito menos com dinheiro. Eu é que sustentava a casa com dinheiro que conseguia da venda de peixe [...] A primeira vez que me agrediu foi depois de um ano do nosso casamento, em casa da minha tia em Assomada, simplesmente por lhe ter pedido que ficasse com o menino enquanto ia apanhar o feijão [...] A situação complicou-se mais quando ele arrumou “rapariga” na vizinhança [...] Passei de tudo com esse homem... costuma me levar à casa da “rapariga para servir parida” [...] mais tarde com o apoio da minha família fiz a minha casa e algum tempo depois ele abandonou o trabalho, por causa disso a “rapariga” colocou-o fora de casa. [...] Voltou para a minha casa e me obrigou a aceitá-lo de volta [...] A última vez, que me agrediu foi bem recente. Enquanto passava ferro, empurrou-me contra parede tomou a bata jogou em água suja [...]

(Lina, vendedeira ambulante, 51 anos)

A Lina e a sua mãe parecem ter um destino comum. Desde o início da relação conjugal passaram por momentos difíceis. Foram submetidas a várias situações de injúria e diante disso adoptaram uma postura de resignação. Com efeito, desde a fase do namoro (no caso particular da Lina) havia alguns indícios de violência conjugal. Identificou algum traço da personalidade do namorado que podia ameaçar seriamente a sua estabilidade emo-

cional e/ou a sua integridade física. Entretanto, preferiu negar a existência de uma realidade que não vai de encontro aos seus desejos.

O facto de a Lina ter testemunhado várias situações de violência no seio da sua família e ter sido alvo preferencial do agressor no grupo familiar afectaram a sua forma de perceber e reagir à violência a que estava submetida na esfera da conjugalidade. Neste sentido, o recurso à estrutura familiar para compreender os comportamentos violentos pode nos conduzir à ideia de intergeracionalidade da violência, ou seja, nos leva a crer que a experiência de vitimação na infância favorece a sua perpetuação. A violência é usada neste contexto como prática educativa e disciplinadora dos filhos e como reflexo dos maus-tratos conjugais.

2.2 Violência contra as mulheres no namoro

Embora a maioria dos estudos neste domínio se centrem nas relações de intimidade no momento em que os cônjuges compartilham o mesmo espaço doméstico (casados ou que vivem em união de facto), é preciso reconhecer que, actualmente, a investigação no domínio do relacionamento íntimo tem incluído outros contextos abusivos, situando a violência em momentos distintos da relação conjugal (no namoro e após a separação).

Apesar da violência no namoro ser reconhecida como um problema social preocupante há mais de duas décadas (BROWNE e WILLIAMS, 1993; MAKEPEACE, 1989 apud KOSS, 2001), a produção científica nesta matéria é relativamente reduzida, facto que muitas vezes se prende com a própria representação que as vítimas e os agressores faziam da violência neste contexto. Com efeito, os que se encontram directamente envolvidos no acto violento tendem a interpretar a violência, nesta fase, como uma evidência de amor (Henton *et al*, 1983 apud Gelles, 1997) e/ou a

considerá-la menos grave. O discurso da Laura permitiu, em certa medida, evidenciar esta situação.

Desde o começo o meu pai deixou bem claro que era contra o nosso namoro. Disse-me muitas coisas a cerca da família do rapaz, coisas que já eram do meu conhecimento, mas que no momento simplesmente ignorava, pois começava a gostar dele, e ele se mostrava uma pessoa muito carinhosa, totalmente diferente do pai que, embora separado da sua mãe, continua a espancá-la e a exercer um forte controlo sobre ela. [...] Como não queria trazer desgostos para a minha família, decidi esconder-me dele, passei a sair sempre acompanhada de uma pessoa mais velha, deixava mesmo de ir a certos lugares por causa dele, e ele, ao aperceber-se disso, começou a me perseguir. Daí que num certo dia ao voltar da Igreja ele me agarrou à força e aquilo transformou-se em briga [...] puxou pelos braços como se fosse um objecto, comecei a gritar [...] todo o mundo ficou a saber. Ele sentiu-se obrigado a me libertar, mas não tive a coragem de ir para minha casa, até porque os meus pais não me recebiam [...]

(Laura, casada, doméstica 25 anos)

Se se basear nas considerações de Gelles (1997), consideraríamos que a violência a que a Laura foi submetida durante o namoro é “menos grave” (GELLS, 1997 *apud* DIAS, 2004) e que não envolve as mesmas dinâmicas da violência marital, como afirmam Dalhlberg (1998) e Kaura e Allen (2003). Entretanto, ainda que, no geral, a violência nesta fase não seja considerada grave, ela merece maior atenção uma vez que pode ser um factor de peso no desencadear da violência conjugal como veremos mais a frente.

2.3 Violência em situação de coabitação: formas de expressão

Embora geralmente a violência contra a mulher esteja associada a agressões físicas e sexuais, de acordo com Silva (1992) torna-se necessário ter presente que estes actos podem traduzir atitudes e comportamentos de carácter permanente que mesmo

não expressos por ocorrências de actos agressivos propriamente dito, estão impregnados de conteúdos violentos de carácter simbólico que vão desde a educação diferencial a toda uma cultura subtil de depreciação da mulher (SILVA, 1992, p. 60). Conteúdos esses que na perspectiva da autora norteiam as relações assimétricas de poder na intimidade. Humpton e Coner-Edwards (1993, p. 113 *apud* DIAS, 2004) partilham a mesma opinião. Segundo esses autores, a violência conjugal é considerada como um padrão de comportamento que ocorre sobre a forma física, emocional, psicológica, sexual, e económica e que é desenvolvida com vista a perpetuar a intimidação, o poder e o controlo do agressor sobre o cônjuge maltratado.

A análise desta questão no contexto cabo-verdiano não foge muito à regra. Conforme salienta Salústio (1999), retratar a questão da violência em Cabo Verde requer, para além de uma articulação entre as três dimensões (física, psicológica e sexual), referir às práticas culturais e tradicionais que legitimam o exercício da violência contra a mulher. É preciso ter presente que muitos dos casos nem sequer são avaliados, pois não são objectos de denúncia, em especial nas instâncias judiciais, por razões que se prendem com a dificuldade da própria vítima em considerar certos actos como dignos de denúncia ou com o facto de recearem a banalização da situação por parte dos policiais ou outros técnicos de atendimento.

Trata-se, portanto, de um fenómeno complexo cuja compreensão requer uma análise integrada de todas as dimensões que assume. No que se refere à violência física, vários estudos demonstraram tratar-se de uma forma de violência que geralmente é precedida de outras formas de violência, nomeadamente o abuso psicológico ou agressão simbólica (ALEXANDER, 1993; CASIMIRO, 1998). O nosso estudo evidencia em certa medida esta situação. Todas as mulheres entrevistadas manifestaram ser vítimas de, pelo menos, duas formas de agressão (física e psicológi-

ca), apresentando situações que vão desde bofetadas, empurrões contra muros, agressões com armas, pauladas, socos até situações de humilhação extremas (trancar no quarto, isolar de familiares e amigos, impedir de trabalhar fora de casa, impedir de estudar, ciúmes desmesurados, ameaças de morte entre outras condutas).

2.4 Dimensões da violência física

Na análise da violência contra a mulher há uma tendência para privilegiar a dimensão física por ser um tipo de agressão onde a visibilidade é maior. Estudos realizados por Dobash e Dobash (1979), Stets (1991), Saffioti (2001), Silva (1995) entre outros, confirmam este facto. Em Cabo Verde, embora as informações sobre a violência conjugal sejam pouco expressivas é possível, através dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), confirmar que a violência física supera as outras formas de violência. Durante 2005, dos 22% das mulheres que denunciaram situações de violência, 16% correspondiam à violência física, 14% à emocional e 4 % à violência sexual (INE, ICIEG, 2008).

Não obstante a violência física ser a mais denunciada, e logo a mais visível, as informações provenientes do nosso estudo permitiram, em alguns situações, constatar que mesmo nestes casos há mulheres que preferem o silêncio à denúncia, por medo, vergonha ou ainda por desconhecerem os seus direitos. O caso que a seguir se apresenta é bastante elucidativo, demonstrando a força destruidora da violência física à qual a Vera foi submetida, no seio de um casamento que durou 17 anos:

Aproximou-se de mim com uma faca dizendo "ainda vou acabar contigo". Fiquei com muito medo. Nunca o tinha visto tão furioso. Já era noite, apanhou o vidro do candeeiro e acertou-me no pé. Vi a gravidade do choque, sai em silêncio e fui apanhar um táxi. No momento em que eu ia entrando no táxi ele surpreendeu-me de novo, desta vez com uma facada no braço. Quando cheguei ao hospital recusaram-me o tratamento sem uma guia de queixa. Não tive coragem de contar o que

realmente tinha acontecido. Lembrei naquele instante do que a minha mãe sempre me dizia: “mudjêr kasadu debi n guli txeu pexi pa rabu”⁵. Inventei uma história que já não me lembro bem, e acabaram por me atender. Levei ao todo dez pontos.

(Vera, divorciada, empregada de limpeza, 39 anos)

Atitude da Vera em não denunciar a agressão a que foi submetida explica-se, por um lado, pelo receio da mulher em enfrentar o marido por razões que se prendem com a força física, medo da vingança e ameaça de agressão ainda maior e, por outro lado, há que considerar a “inferioridade” social e cultural da mulher em relação ao homem e o poder que este tem sobre aquela, o que a coloca numa posição de vulnerabilidade e à mercê do seu agressor. Essa tendência da mulher em silenciar a violência de que é vítima, sobretudo na relação conjugal, dificulta, como havíamos referido anteriormente, uma intervenção rigorosa na matéria.

Na perspectiva de Beleza (2002, p. 9), uma das razões pela qual pouca intervenção tem sido feita nessa matéria, prende-se “exactamente na dificuldade das vítimas em acusarem o seu agressor e manter essa acusação, sem recuar, por razões de ordem económica, afectiva, psicológica, ou de pressão familiar”. Silva (1992), por sua vez, usa essa situação para explicar a fraca visibilidade deste fenómeno enquanto um facto político, acrescentando, ainda, a negação do registo da queixa por parte dos policiais, seja por omissão ou por banalização com que a situação vem sendo tratada pelos mesmos.

Neste sentido, a tomada de perspectiva da vítima depende de um conjunto de pressões sociais, isto é, o seu desejo e as suas aspirações se submetem à lógica da consciência colectiva. No caso da Vera, a “pressão” da mãe impediu-a de tomar a atitude que, hoje, se julga mais adequada. A família pode, portanto, aparecer como espaço propício não só para aprender estratégias de agressão como também de valores que possibilitam esses comportamentos violentos. Sendo assim, além da análise dos factores

5 Mulher casada deve ser capaz de relevar tudo.

internos é necessário considerar os valores culturais que legitimam o controlo e a dominação masculina para melhor compreender a violência conjugal. Para melhor elucidar esta situação, Silva (1995) considera que “é devido a esta autorização para bater que o casamento (ou o facto de viver maritalmente com alguém) implicitamente representa na mente da generalidade das pessoas que se justifica afirmar genericamente que existe violência física contra a mulher no casal” (SILVA, 1995, p. 95).

Entretanto, além de destacar a incidência da violência física, convém ressaltar que este tipo de agressão vem acompanhado de outras formas de expressão de violência. A violência física apresenta-se, conforme afirma Silva, como a “materialização exacerbada de uma situação de violência anterior constituinte da relação entre os sexos” (Silva, 1992, p. 66). A autora baseia-se no ciúme que sustenta a ideia da posse e na autoridade que garante a supremacia masculina (reforçada por vezes pela própria mulher) para explicar o controlo mútuo sobre o qual a relação entre o homem e a mulher se fundamenta. Esta situação está explícita no depoimento que se segue:

[...] Não podia dizer nada, se não ele me batia. Só podia fazer o que ele mandava. Caso contrário, eram socos, pontapés, empurrões. Lembro dele me ter dado socos e pontapés na barriga por ter recusado manter relação sexual. Desta vez, não tive como esconder. Toda a vizinhança ficou sabendo, eles mesmos se encarregaram de comunicar a polícia. Ele ficou preso e eu fui socorrida, para o Pronto-socorro, onde fiquei internada até o dia seguinte, e acabei dando à luz ao meu filho. Quando regressei do hospital, ele também já tinha voltado da Esquadra. Revoltado por ter sido preso, fez-me ameaça de morte com machado. [...] Não conseguia aguentar tantas sovas, decidi separar-me dele. Mudei para a casa da minha irmã levando comigo os filhos, mas mesmo assim não escapei [...]

(Vera, divorciada empregada de limpeza, 39 anos)

Também neste caso aparece explícito o direito que o homem se dá de resolver, pela agressão física, a sua angústia e impor a sua vontade, mesmo que se ofereça resistência por parte da mulher. O poder surge aqui como mediador das relações entre os cônjuges. Nisso vê-se o desespero da mulher que assegura não ter forças para suportar um casamento que só lhe causou sofrimento. O caso da Vera acima exposto põe a tónica no problema da legitimação social da violência contra a mulher. Com efeito, legitimada pelas normas de conduta e pelos modelos de desenvolvimento pessoal impostos pela sociedade, ela sente-se intimidada e sem forças para fazer face a situações de violência por ela vivenciada.

Neste ponto, são pertinentes as reflexões de Bourdieu (1999). Segundo ele, é impossível pensar a dominação masculina sem accionar os elementos constitutivos do *habitus*, isto é, sem se referir ao problema das condições sociais das quais essa dominação é produto. Entretanto, é preciso destacar que esta análise discorda da linha vitimista, uma vez que Bourdieu considera que numa relação violenta tanto a mulher como o homem podem agir de um modo violento, pois, ambos dispõem dos mesmos instrumentos de conhecimento para o efeito.

Segundo Silva (1995), quando o homem exagera no exercício desse direito procuram-se outras razões para explicar a sua agressividade. Coloca-se a hipótese no uso abusivo do álcool ou no desequilíbrio mental como variáveis explicativas desse comportamento. O homem nunca é considerado conscientemente culpado pelos actos violentos (agressão física) que exerce sobre a sua esposa/companheira. A ele atribui-se o direito de perder o controlo da situação face à sua esposa, e a esta cabe o direito de o consentir. É com esta atitude que a mulher se torna refém da dominação masculina, favorecendo a agressão física e psicológica. O depoimento da Beatriz é revelador deste facto:

[...] sou mesmo burra de ter caído nas armadilhas dele...vivi nessa altura os meus piores momentos, fez me coisas que nunca imaginava que viria fazer [...] recorde de um dia ele ter quebrado uma garrafa de vinho na minha cabeça, tinha criança no colo, caímos os dois entre os vidros espalhados pelo chão, fiquei com ferimentos na cara e na cabeça, felizmente o nosso filho não foi atingido. Dessa vez não tive escolha, tinha que ir ao hospital. Antes de sair de casa lembro dele me ter implorado para não denunciá-lo, que ele não seria capaz de fazer aquilo, “é a bebida, me perdoa!”. Quando cheguei ao hospital em companhia da sua filha, fingi estar completamente fora de mim para não ter que dizer o que realmente aconteceu, mas a filha dele que estava muito revoltada acabou contando tudo. Ele foi notificado, mas como [...] acabei retirando a queixa, até porque eu não acredito no sistema de justiça [...]

(Beatriz, professora, casada, 33 anos)

Neste depoimento, nota-se que a violência física que ocorre na intimidade do lar escapa ao controlo dos que nela estão directamente envolvidos. No que se refere à actuação dos agentes policiais, nota-se, a partir do depoimento da Beatriz, que os factores culturais que legitimam a violência física contra a mulher continuam a ter um peso significativo no desencadear da mesma. Com efeito, estes condicionalismos culturais fazem com que os agentes policiais assumam uma postura de banalização e de omissão do problema.

2.5 Dimensões da violência psicológica

A violência psicológica manifesta-se de diferentes formas e tem causado danos irreparáveis para as vítimas. Entretanto, na análise da violência contra a mulher esta forma de expressão da violência não tem tido o mesmo privilégio que o atribuído à violência física, o que não é surpreendente dada a menor visibilidade deste tipo de agressão. Com efeito, existem poucos trabalhos sobre as implicações específicas da agressão psicológica, não só pelo facto de ser considerado inseparável do abuso físico, mas também por ser uma componente das relações conflituosas em geral.

De acordo com Miller (1995, p.20), “[...] a violência que não envolve danos físicos ou ferimentos corporais continuam num “canto escuro do armário, para onde poucos querem olhar”. O silêncio parece indicar que os pesquisadores e escritores não enxergam as feridas que não deixam cicatrizes no corpo e que as mulheres agredidas não fisicamente têm medo de olhar para as feridas que deixam cicatrizes em sua alma”. Por seu lado, Beleza (2000) explica a fraca visibilidade desta forma de violência, recorrendo à dificuldade das próprias mulheres vítimas em reconhecer determinadas condutas violentas e de denunciarem e manterem as suas acusações sem se recuar. Analisando o comportamento das mulheres envolvidas neste estudo, é possível associar a violência psicológica à falta de autonomia das mesmas para resolver os problemas com que deparam no seu quotidiano, tais como: humilhações, privação da liberdade, ofensas, ameaças e infidelidade, entre outras. Pelo testemunho da Beatriz torna-se possível apresentar algumas destas manifestações de violência psicológica que a mulher é vítima no contexto da conjugalidade.

[...] Humilhou-me na presença dos seus filhos e dos amigos (convidados ao almoço), por não ter preparado devidamente o prato. Disse-me palavras horríveis. Nunca esperava dele tal comportamento. Reconheci que errei. Por isso, esforcei-me para lhe agradecer, mas o meu esforço não resultou. Parece que a minha presença lhe incomodava. Começou a beber muito e a dormir fora. Quando voltava bêbado à casa, berrava comigo, chamando-me incompetente, “mula” [...] Pensei que um filho pudesse pôr fim a essa humilhação, mas a situação continuou a mesma. Controlava todas as minhas saídas. Costumava aprisionar-me dentro de um quarto porque não queria que eu visitasse os meus pais. Apenas me deixava ir à Igreja, desde que fosse em companhia de uma pessoa da sua confiança. Costumava cismar que andava com outro homem. Isso foi numa altura que decidi, mesmo contra a vontade dele, voltar a estudar. Estive três anos numa formação. Passei de tudo por ter tomado aquela decisão. Houve dias que me trancava no quarto para não sair, me deixava lá trancada [...] e tinha que aceitar toda aquela humilhação, porque dependia totalmente dele, inclusive era com o dinheiro que me dava que geria para poder estudar. Pensei várias vezes em denunciá-lo, mas não tive coragem [...]

(Beatriz, professora, casada, 33 anos)

Neste depoimento pode-se constatar que a violência doméstica afecta os indivíduos, independentemente dos recursos económicos de que dispõe. Todos podem recorrer à violência física na tentativa de resolver os seus problemas, mas quando se trata de pessoas com um certo estatuto socioeconómico, considera-se que a tendência é para o uso astucioso da violência psicológica podendo revelar-se ainda mais destrutiva, uma vez que afecta o íntimo das que a ela estão sujeitas (SILVA, 1995).

Para superar a sua angústia, o marido da Beatriz foi capaz de apoderar-se de várias estratégias em simultâneo: humilhação, isolamento, privação de meios económicos, entre outras possíveis acções que um agressor que faz recurso da violência psicológica pode fazer uso para conseguir o domínio da vítima. Neste caso, a humilhação começou com simples manifestação de insatisfação que prosseguiu para críticas persistentes e insultos que criaram na mulher um sentimento de medo. Diante desta situação, a mulher tende a evitar acções que possam provocar o agressor. Tal atitude deve-se, segundo Miller (1995), ao facto da mulher ficar presa à agressão psicológica antes de dar por isso tentando sempre desculpar as atitudes cada vez mais coercitivas do companheiro.

O isolamento também se destaca entre as categorias de acção usada pelo marido da Beatriz como forma de garantir um controlo muito mais intenso e eficaz sobre a sua mulher. Neste caso além de cortar vínculos familiares, impedir de trabalhar fora de casa, tentou igualmente impedi-la de continuar os estudos. Tal situação cria na mulher um permanente estado de ansiedade, tornando-a atemorizada, limitando a sua capacidade de tomar iniciativas, ou seja, expressa nela sentimentos de impotência e ao mesmo tempo de culpa. Esta situação está igualmente explícita no depoimento da Laura que a seguir se apresenta.

[...] Passando algum tempo decidi que viesse morar na Praia, em casa da sua tia enquanto esperávamos que a nossa casa estivesse pronta. Eu não queria vir naquelas condições, mas é meu marido,

não podia recusar. Propus que alugássemos uma casa, que eu mesma podia começar a trabalhar, ele recusou. Me disse que já estava tudo decidido [...] ele começou a arranjar repariga, passou a dormir fora de casa, deixou de participar nas despesas da família. Diante disso me senti obrigada a tomar alguma decisão. Pensei em vender nas ruas ou trabalhar em casa dos outros, mas para isso precisava de dinheiro e sobretudo da autorização do meu marido. Tentei falar com ele, mas ele recusou na hora, disse-me que mulheres que fazem venda porta a porta são de todos os homens. Deixou bem claro que era contra, e que se for mesmo assim “os teus olhos iam te mostrar [...]

(Laura, casada, doméstica 25 anos)

Não há dúvidas de que o propósito essencial do isolamento é o controlo. Se o marido conseguir isolar a sua mulher do mundo exterior, ela dependerá exclusivamente dele, fica presa às suas amarras, devendo-lhe obediência absoluta, sem quaisquer recursos exteriores para fazer face ao agressor no sentido de romper barreiras e mudar a situação vivida. A maioria delas continua a não denunciar a violência de que é vítima mesmo não se considerando culpada, assumindo uma atitude de submissão, que a impede de tomar uma atitude de ruptura da conjugalidade (Beleza, 2000).

Embora a Beatriz e Laura expressem em seus discursos um sentimento de impotência e por vezes de culpa, é bem patente também um sentimento mais ou menos claro de aversão e revolta, com vista à superação desta situação. Todavia, ao se apresentarem como actores sociais portadores de poder, os homens podem recorrer a outras estratégias para fazer valer os seus privilégios. A violência simbólica pode, neste caso, ser uma estratégia a que os homens fazem uso para intimidar e/ou obter a sujeição da mulher. O depoimento que se segue expressa a vontade da mulher em superar a situação de violência de que é vítima. Todavia, para mantê-la presa às amarras da violência, o agressor tenta intimidá-la:

Além disso temia que a situação piorasse depois, porque ele sempre dizia que se um dia eu chamasse a polícia e ele for preso que depois ia pagar muito caro. Dizia para pensar antes de tomar essa atitude, porque

é a minha vida que ficaria em jogo [...] que não pensava duas vezes em gastar uma bala comigo. Então quando soube que ele esteve preso durante três dias, fiquei com muito medo de voltar a casa. O caso foi passado ao tribunal mas aí demorava muito [...] e a minha vida? [...] Pensei muito e acabei retirando a queixa a pedido dos familiares dele que se comprometeram a conversar com ele.

(Paulina, vendedeira ambulante, separada, 42 anos)

Neste caso, o companheiro de Paulina vale-se de ameaças de morte para intimidá-la e mantê-la sob o seu domínio. O poder simbólico faz com que os dominados contribuam muitas vezes para o exercício deste poder. Por vezes, contra a sua vontade, a mulher contribui para a sua própria dominação ao aceitar tacitamente os limites socialmente impostos, como foi o caso da Lina. Neste sentido, Bourdieu alerta para a dificuldade com que se depara ao acreditar que a superação da violência passa exclusivamente pelas armas da “consciência e da vontade, isso porque os efeitos e as condições da sua eficácia estão duradouramente inscritos no mais íntimo dos corpos sob a forma de disposições” (Bourdieu, 1999, p33).

O depoimento da Laura demonstra que, apesar da consciencialização por parte da mulher, a violência continua a fazer parte do seu quotidiano, pois existem outros factores externos que impedem a sua erradicação. É o caso da aceitação social desta prática, e sobretudo quando não se verificam marcas visíveis:

[...] passou a mostrar-se cada vez mais desinteressado pelos assuntos da família, não comia em casa e quase não dormia lá, do pouco tempo que passava, aproveitava para me xingar: “és extravagante, burra, incompetente..., não sei onde estava com a cabeça quando decidi-me casar contigo [...] também, vivia no interior estava de olhos fechados, se fosse agora, nada disso teria acontecido, estou até arrependido de ter tido um filho contigo, portanto se depender de mim já não vais ter mais filhos”. Recebia toda aquela humilhação na presença da minha filha sem poder dizer uma palavra se quer [...] À medida que o tempo passava ele não conseguia esconder o desprezo que sentia por mim, toda a vizinhança, percebia que ele não dava mínima para mim. A partir daqueles momentos, a minha vida tornou-se um inferno, já não conseguia esconder o meu sofrimento, as minhas angústias. Uma das

amantes praticamente a nossa vizinha ficou grávida. Em momento algum ele escondia a moça, pelo contrário apresentava-a como a sua mulher [...] saíam na rua abraçados, trocavam carícias, entre outros gestos, mas eu ficava quieta no meu canto e por conta disso ela passou a abusar [...] Toda a vizinhança reagiu contra ele e pediram que chamasse a polícia, mas não quis fazer isso, de que adiantava? Não queria que ele ficasse ainda mais revoltado, pois a barra ia pesar do meu lado, [...]

(Laura, casada, doméstica, 25 anos)

O excerto do depoimento acima referido demonstra uma relação de dominação - exploração, em que o homem exerce a supremacia. Na perspectiva de Silva (1992) os homens fazem de tudo para manter sobre a mulher o seu domínio. Caso haja resistência por parte desta, põem em prática estratégias onde a dominação, o constrangimento e a violência se tornam mais manifestas e às vezes brutais (Silva, 1992). A mulher sofre mas, mesmo assim, não tem apoio. Muitas vezes ela é ainda considerada a responsável pela agressão sofrida e quando consegue vencer estas dificuldades, depara-se ainda com outros obstáculos em especial ao nível das autoridades policiais, cuja tendência é vulgarizar os casos de violência que se enquadram no contexto familiar.

Como se pode verificar, as possibilidades do homem exercer acções de agressão psicológica contra a mulher são várias, muitas das quais desconhecidas pelas próprias vítimas. Com efeito, a violência pode ocorrer desde a fase de namoro, através de excessivo controlo sobre tudo que a mulher faz, do isolamento e do ciúme desmesurado. Entretanto, muitas mulheres só se consideram vítimas de violência a partir do momento em que forem agredidas fisicamente e/ou verbalmente humilhadas. Cabe, portanto, destacar que estas acções violentas põem em causa a identidade da mulher, ao mesmo tempo que provocam a instabilidade mental em algumas delas e mesmo assim, em muitos casos nota-se que as mulheres preferem manter laços afectivos com o agressor.

2.6 Violência após a separação

A separação, ao contrário do que se espera, pode não significar uma ruptura com a cadeia de actos violentos. Com efeito, as mulheres que passaram por várias situações de violência na esfera da conjugalidade podem continuar vítimas de abusos no período pós-separação (MAHONEY *et al.*, 2001; WALKER, LOGAN, JORDAN e CAMPBELL, 2004). A situação pode, inclusive, agravar a violência já vivenciada na relação conjugal, conforme se pode verificar a partir das experiências da Paulina e da Vera:

[...] Enquanto esperava a decisão do tribunal, aluguei uma casa e mudei com os meus filhos. Mas mesmo assim, não me livreí dele. Ia lá, fingindo que queria ver os filhos, ao mesmo tempo que tentava me convencer a retirar a queixa e a voltar a viver com ele [...] Passando algum tempo saiu a decisão do tribunal, ele tinha prazo para deixar a casa. Entreguei a casa, mas disse publicamente que se eu for morar para lá com outro homem que ia deitar fogo na casa. Como dele podia esperar tudo, decidi esquecer de tudo isso e recomeçar a minha vida [...] Nessa altura, as agressões eram ainda frequentes. Ia em casa “alta noite” e batia à porta, se eu não abrisse, ele fazia escândalo, incomodando toda a vizinhança. Lembro-me de um dia ele ter quebrado a porta, e se dirigiu a mim feito um louco com uma faca, deu-me um soco na boca, como resultado perdi três dentes. Não suporteí a dor, gritei. Um vizinho chegou, enfrentou-lhe, ele partiu para a briga com o vizinho porque achava que era o meu homem. Várias noites como essa se repetiram. O meu medo que ele pudesse pôr o fim à minha vida foi aumentando [...]

(Paulina, vendedeira ambulante, separada, 42 anos)

[...] Então antes dele pôr fim à minha vida mudei para a casa da minha irmã, levando comigo os meus filhos, mas mesmo assim não escapei das suas agressões [...] houve momentos que apontou pistola na minha cabeça dizendo que ia acabar comigo porque me viu a falar com um rapaz [...] Após ter abandonado o lar pela terceira vez, decidi que não podia permanecer naquele “vai e vem”. Ficamos a morar na mesma casa mas separados [...] Lembro-me de um dia ele ter entrado feito um louco no meu quarto danificando completamente a porta e obrigou-me a manter relação sexual com ele, em seguida dirigiu-se ao quarto dos meus filhos, arrastou o mais velho (com 14 anos na altura) até onde eu me encontrava, empurrou-me em cima da cama e ordenou-lhe que praticasse relações sexuais comigo [...]. como resultado deste

comportamento violento, um dos meus filhos ficou ferido e tive que o socorrer ao hospital [...] mudei novamente [...] ia à casa apenas para me agredir e quando não me encontrava, insultava as crianças. [...]

(Vera, divorciada, empregada de limpeza, 39 anos)

Como se pode constatar, além de acusação de infidelidade, de ciúmes (visando o controlo excessivo da vítima), das ameaças de morte (uso de arma), eram frequentes as agressões físicas e o abuso sexual contra as mulheres nesse período. Neste sentido, para além de dar continuidade à violência ocorrida anteriormente, a separação pode ainda conferir espaços a novas modalidades de vitimação através de violência verbal e ameaça de uso de violência sobre outros membros do agregado familiar próximos da vítima, como aconteceu com a Vera.

Vários são os argumentos usados para justificar a violência nessa fase. No caso acima exposto, o agressor usou a violência não só para intimidar a sua mulher e fazê-la voltar ao seu convívio, mas, sobretudo para manter o controlo sobre a mesma. Neste sentido, estudos realizados por Mahoney (1991) e Walker (2004), além de se referirem a esses factores, consideram que os agressores usam a violência nessa fase para evitar a separação, como tentativa de reconquistar o poder, sancionar a mulher por ter terminado a relação e/ou para evitar que a ruptura seja definitiva.

Um outro aspecto que convém destacar nos discursos das entrevistadas é o novo significado que o medo ganha nesta fase, reforçando a supremacia masculina. Se durante a relação conjugal, o medo aparece associado à imagem do parceiro como onnipotente e onnipresente, na fase da ruptura o medo pode significar uma forma de protecção.

Apesar de muitas mulheres considerarem mais graves a violência após separação, pode-se encontrar outras situações onde a violência nesta fase tem a mesma gravidade que a situação anterior e/ou mesmo em alguns casos, se ter iniciado a partir

daí. Estudo realizado por Hutton (2001) aponta que, das mulheres que separaram de parceiros violentos, 37% afirmaram que o grau de violência experimentado era semelhante ao exercido durante a relação e 39% declararam que foram agredidas pela primeira vez durante a separação (HUTTON, 2001 apud WALKER *et al*, 2004). A experiência da Beatriz revela, pelo contrário, que a violência após a separação pode ser menos expressiva:

O medo de que eu pudesse perder o meu filho fez me separar dele. Dias depois a mãe dos seus filhos que morava connosco, foi ter comigo no meu local de trabalho, dizendo-me que a menina foi violada pelo próprio pai. Essa situação fez com que o meu marido se revoltasse ainda mais, pois considerava tratar-se de uma armadilha da ex – amante [...] por conta disso soube que ele decidiu se refugiar ainda mais na bebida. Perdeu o sentido de responsabilidade, juntava todos os amigos para bebedeira em casa e levavam “menininhas” [...] Estivemos separados quase um ano. Ele ia lá com alguma frequência, argumentando que ia ver o filho. Não podia recusar, é um direito dele. Sempre aproveitava para “botar piadas”: perguntava se não queria voltar, dizia que a casa é minha, que estava a sentir muito a minha falta e que eu precisava voltar.

(Beatriz, professora, casada, 33 anos)

3 Ciclo de violência conjugal

Ao abordar as diversas formas de manifestação da violência a que as mulheres se encontram submetidas na esfera da conjugalidade, evidenciou-se a dificuldade de se chegar ao término de uma relação violenta após tê-la iniciada. A violência pode neste caso ser vista como um ciclo no qual as dinâmicas da relação do casal manifestam-se sistematicamente através de determinadas fases (ANTUNES, 1998 *apud* CUNHA, 2004). De acordo com Garrido (2002), a violência gera um ciclo vicioso que pode ser descrito em três momentos: gênese e tensão; agressão e arrependimento.

3.1 G3nese e tens3o

Nesta fase, a mulher tende a auto-responsabilizar-se pelo incidente violento, uma vez que considera que o podia ter evitado. Por isso, procura manter o dom3nio da situa3o, silenciando a viol3ncia a que est3 sendo submetida. Esta atitude demonstra a cumplicidade da mulher em rela3o aos maus-tratos nesta primeira etapa. Ela procura controlar esta conjuntura, mas dificilmente consegue. Garrido (2002) explica esta situa3o fazendo recurso 3 intensidade com que as situa3es de viol3ncia (abuso verbal e ass3dio, incluindo amea3as de emprego de viol3ncia f3sica) ocorrem. Estas situa3es podem ser ilustradas a partir dos testemunhos da Beatriz e da Lina:

[...] Depois de um ano, casamos. E no in3cio foi muito maravilhoso, uma rela3o de se invejar, mas que n3o durou muito tempo. De repente ele come3ou a beber e a ter um comportamento muito estranho em casa [...] N3o comia e nem falava comigo quando chegava b3bado e dizia que eu era a respons3vel pelo facto dele se tornar um viciado em 3lcool. Comentei isso com a m3e dele, esta me disse para tomar muito cuidado com a m3e de filha do meu marido que pelo que parecia continuavam juntos, e que esta deixou bem claro que faria qualquer coisa para destruir o vosso casamento. N3o dei a m3nima para isso, n3o acredito em “mal feitos”. [...] humilhou-me na presen3a dos seus filhos e dos amigos (convidados ao almo3o), por n3o ter preparado devidamente o prato. Disse-me palavras horr3veis. [...] Quando voltava b3bado 3 casa, berrava comigo, chamando-me incompetente, “mula” [...] Pensei que um filho pudesse por fim a essa humilha3o, mas a situa3o continuou a mesma [...]

(Beatriz, professora, casada, 33 anos)

[...] logo no come3o, ele come3ou a ter muitas amantes [...] Recebia e repartia com o “mundo”, mesmo n3o contribuindo queria do bom e do melhor [...] Gra3as a Deus n3o me agredia, mas nos filhos aconteciam sempre e por causa disso t3nhamos pequenos desentendimentos [...] a primeira vez que me agrediu foi depois de cerca de um ano do nosso casamento [...] AS brigas eram sempre em casa, tentava preservar os filhos mas acabavam sempre sabendo, pois muitas vezes deixava marcas no meu corpo.

(Lina, Vendedeira ambulante, casada, 51 anos)

Nestes excertos, pode-se constatar que a violência conjugal geralmente começa com agressões verbais, marcadas inicialmente por alguns incidentes violentos pouco significativos e dificilmente reconhecíveis pelos indivíduos que não possuem uma relação de proximidade com a vítima.

De acordo com Cunha (2004), tal sucede porque o agressor vive no seu quotidiano momentos de muita tensão e, como tem dificuldades em resolvê-las, tende a recorrer ao uso da violência. As condutas violentas por parte do companheiro ou marido prosseguem, tornando-se cada vez mais incisivas. A mulher vê-se cada vez mais impossibilitada em controlar a situação, uma vez que se constata interferências de elementos externos. Nos casos acima expostos, verifica-se a interferência do álcool e o envolvimento com outras parceiras, dois elementos de peso no intensificar da violência. Para algumas mulheres, como foi o caso da Lina, estes pequenos episódios de confrontos com o parceiro inicialmente não são percebidos como violência. A agressão inicia-se, segundo ela, com os abusos físicos.

Lina foi vítima de violência desde o início do seu casamento, com a recusa do marido em partilhar as tarefas domésticas e por obrigá-la a assumir todas as despesas da família. Uma outra conduta de agressão psicológica explícita no fragmento é o facto do seu marido ter assumido várias relações extraconjugais. Não obstante, ela só se considerou vítima da violência quando o marido começou a agredi-la fisicamente. Neste aspecto, é pertinente a reflexão de Cunha, para quem “nas brigas entre os casais, nem sempre ocorrem agressões físicas, elas são, na maioria das vezes, permeadas por agressões morais, acusações, ameaças etc.” (Cunha, 2004, p. 153). Esta disposição vai se prosseguindo, tornando-se cada vez mais incisiva, dando origem a uma nova fase.

3.2 Fase de agressão

Nesta etapa o grau da complexidade da violência é maior, uma vez que se assiste a uma descarga da tensão que aumentou na fase precedente. É considerada a fase de incidente crítico, onde pode concorrer todas as formas de violência. Trata-se, na perspectiva de Garrido (2002), de uma fase violenta, onde o agressor só pára quando fica exausto ou se houver interferência do exterior. Para ele, só tem significado a cadeia de actos concretos que está a perpetuar. Tais actos podem causar graves lesões que demandam a intervenção de médicos e até internamentos, os quais nem sempre são permitidos pelo agressor, como assinala Cunha (2004). Os depoimentos que se seguem são reveladores desses factos:

[...] Aproximou-se de mim com uma faca dizendo «ainda vou acabar contigo». Fiquei com muito medo. Nunca o tinha visto tão furioso. Já era noite, apanhou o vidro do candeeiro e acertou-me no pé. Vi a gravidade do choque, saí em silêncio e fui apanhar um táxi para ir ao hospital. No momento em que eu ia entrando no táxi ele surpreendeu-me de novo, desta vez com uma facada no braço [...] Levei ao todo dez pontos [...] Não podíamos dizer nada, se não ele me batia. Só podia fazer o que ele mandava [...] Caso contrário apanhava mais [...] vê a minha costa, cheia de marcas, marcas que só acabam com a morte, lembro como se fosse hoje, como colocou cada uma dessas marcas no meu corpo. Está a ver esta marca preta? Foi com socos, a outra ao lado foi com faca, aquelas mais abaixo foram com chicote ... então antes dele pôr fim à minha vida mudei para a casa da minha irmã, levando comigo os meus filhos, mas mesmo assim não escapei das suas agressões [...] Ela chamou polícia por várias vezes, mas de nada adiantou.

(Vera, divorciada, empregada de limpeza, 39 anos)

[...] Me fazia muitas ameaças de morte, com armas de fogo, machim, faca... estou lembrando de um dia (cinco dias após ter dado a luz a uma criança) que ele me surpreendeu com um soco nos olhos e empurrou-me contra a parede, até que desmaiei [...] Estava tão furioso que ainda tentou me atirar com faca quando ainda estava no chão perdendo muito sangue. Tive sorte porque um vizinho chegou bem a tempo de impedir que ele me matasse. Tomou-lhe a faca e pediu ajuda para me levar ao hospital. Quando dei por mim, estava no hospital, com muitas máquinas ligadas no meu corpo.

(Paulina, vendedeira ambulante, separada, 42 anos)

Entretanto, nos dois casos pode-se constatar que a interferência de vizinhos e de familiares não impediu que o agressor continuasse, em outros momentos, a agredir a sua companheira. A partir destes testemunhos, constata-se que ambas as partes envolvidas no conflito perdem o controlo da situação. Mas, em relação à mulher, a conjuntura é mais insuportável, pois sente-se completamente dominada pelo medo e ansiedade. A reprodução social da desigualdade cria na mulher este sentimento de inferioridade que muitas vezes a impede de agir.

3.3 Fase de arrependimento

É comum o agressor mostrar-se arrependido e prometer à mulher que não voltará a praticar actos violentos. Por vezes, quando não nega os actos violentos que exerce sobre a parceira, tende a justificar o seu comportamento alegando o uso abusivo do álcool, ou minimizando a arbitrariedade por ele exercida. Garrido considera esse comportamento “uma habilidade extraordinária para reconstruir o passado, embelezando os aspectos que oferecem, da sua pessoa, imagem de alguém violento e incontrolável” (2002, p.142). Nessa fase o carinho e a sedução estão bastante presentes. Alguns autores chegam mesmo a considerar que se vivencia neste momento uma fase de lua-de-mel, que dura até que os conflitos voltem a se desencadear (CUNHA, 2004).

A mulher acaba por acreditar nas declarações do marido e reinicia o relacionamento. Mas esta nova fase pode não durar muito tempo pois a personalidade violenta habitualmente demonstrada pelo marido oculta-se temporariamente. E o ciclo recomeça.

Com efeito, quando a mulher entra nesta etapa, pode pensar que a sua situação é irreversível. Contudo, pode não chegar a ser, caso ela seja capaz de usar a sua coragem e começar a actuar, opondo-se à agressão. Mas, muitas vezes, isso não acontece por-

que interiorizou que cabe a ela salvar a família e que apesar do seu marido a agredir, ele a ama. Essa atitude explica-se pelo medo de uma agressão ainda maior, de não poder ver mais o filho e pela sua própria dependência econômica. A esse respeito o trecho de entrevista que se segue é bastante explícito:

[...] Passando alguns dias, ele foi ter comigo, se desculpendo. Disse que estava bêbado mas não foi o que me parecia... Ia lá em casa levava o dinheiro para os filhos todos os meses, levava também roupas e outras coisas. Eu não falava com ele e nem tomava o que ele levava. Os meus filhos é que tomavam. Ficava lá horas conversando com eles, eu ficava no quarto ou por vezes saía. Mesmo não dando mínima para ele, ele não parava de lá ir, mostrava-se muito preocupado conosco. Passados cerca de seis meses ou mais, começamos a nos reaproximar, eu ainda com algum medo, ele sempre me dando razões para voltar a confiar nele. Acabei cedendo [...] Tivemos mais de um ano sem brigar, havia pequenos desentendimentos quando voltava e não encontrava a comida pronta, mas nada que chegasse a brigas. Passado algum tempo ele começou a reclamar por tudo e por nada, por mais que tentava nunca lhe agradava [...]

(Vera, divorciada, empregada de limpeza, 39 anos)

A atitude do marido deixa transparecer que ele se considera agir inconscientemente. Assim, tenta justificar o seu comportamento no uso abusivo do álcool, ou minimiza a violência por ele exercida contra a sua mulher. Pode inclusive pedir à mulher que lhe dê uma nova oportunidade. Diante disso, pensando na instabilidade familiar que a separação provoca, a mulher acaba por acreditar nas declarações do marido e reiniciar a relação. Garrido (2002) considera que nessa fase cria uma dependência mútua, “o marido necessita desesperadamente da sua companhia; e ela, pensando que a sua obrigação é lutar pela família, que “pode fazer melhor” e vencer o seu temperamento violento” (2002, 144) procura um conjunto de argumentos para recomençar o relacionamento. Mas, a personalidade violenta, habitualmente demonstrada pelo marido, oculta-se temporariamente. Este ciclo de violência dificulta a mulher na tomada de decisão, uma vez que ela vive momentos muito dolorosos mas que termina numa

fase considerada de serenidade, na qual a sua esperança de viver uma relação sem violência faz-lhe acreditar e tentar novamente o projecto de vida idealizado.

4 Assimetrias nas relações de género: estratégias de superação

A imposição dos valores culturais, o medo e a insegurança geram situações de imobilismo. Entretanto, tal situação não deve ser encarada como algo definitivo, há sempre possibilidade de rupturas. Ainda que em alguns casos a mulher seja cúmplice do agressor, tal convivência não é assumida de forma pacífica e categórica, ela está constantemente a avaliar a sua situação e a reagir ao poder que sobre ela se exerce.

Neste sentido, o discurso das mulheres entrevistadas no âmbito deste estudo nos leva a insistir no argumento de que o ciclo da violência também deverá ser visto sob o ângulo de uma ruptura provável, como condição de possibilidade da própria libertação da mulher das amarras da violência conjugal e não na perspectiva de uma cumplicidade infinita. Atendendo que tanto o homem como a mulher dispõem das mesmas condições para pensar a dominação, não seria improvável que em algumas situações a mulher consiga romper definitivamente com o ciclo de violência. Esse rompimento ocorre, muitas vezes, por situações trágicas que culminam com a morte de um dos parceiros, ou simplesmente pela separação definitiva dos cônjuges como foi o caso da Beatriz.

[...] Quando voltei em casa tudo parecia normal, ele, muito bonzinho, carinhoso fazia todo o trabalho de casa antes de ir ao trabalho, durante o tempo que estive de repouso. Implorou de joelhos diante de mim, tentando me convencer a não contar a verdade para a minha família no interior. Acabou me convencendo...algum tempo depois começou tudo de novo, até nas crianças batia. Bebia, drogava e me dizia palavras

horríveis: “puta, kanpiana...”⁶ A situação foi se complicando...o meu medo que ele pudesse pôr o fim à minha vida foi aumentando... passei a dormir em casa da minha irmã ou com outros vizinhos e em finais de semana que ele fumava e bebia muito, normalmente ia para o interior... abandonei tudo que tínhamos construído e com a ajuda dos meus irmãos construí a minha casa e mudei logo. No início ele ia, mas passei a não aceitar aquilo, já que não podia contar com a justiça, decidi enfrentá-lo. Passei a andar armada para ele [...] agora pode dizer que sou livre, são mais de sete anos. Agora estou a viver com uma outra pessoa que me respeita...

(Paulina, vendedeira ambulante, separada, 42 anos)

O testemunho da Paulina permite atestar que a relação conjugal pode constituir um campo de força onde não só se verifica a reprodução do poder como também a probabilidade de deslocamento. Mesmo ocupando lugares subordinados como alvo do poder, ela também teve potencial para exercê-lo.

Nesta linha de ideia, Izumino (2004) mostra que o poder é compreendido não de forma estática e absoluta, sendo sempre privilégio dos homens, mas de modo dinâmico e relacional, exercido tanto por homens como por mulheres, ainda que de forma desigual. Para reforçar a sua ideia, a autora defende que nenhum homem ou mulher sofre passivamente as determinações históricas, há sempre possibilidades de reacções. Como se pode observar no testemunho que a seguir se apresenta, as repetidas situações de violência acabam por despertar nas vítimas uma certa determinação e coragem, levando-as a agir.

Costuma dizer que deitava lume nas coisas que a minha mãe me mandava. Fui à frente dele e disse, só isso é que faltava, antes que eu terminasse de falar ele me surpreendeu com um soco no nariz, e me disse “não te ousa me enfrentar mais”... perdi tanto sangue que caí no chão os vizinhos ouviram o grito e vieram me socorrer [...] fui à polícia ... Mais uma vez vi que não podia contar com a justiça [...] Desisti, mesmo que eu quisesse, faltava-me dinheiro para comer e onde encontraria dinheiro para pagar um advogado? A partir daquele dia decidi que não deitava na mesma cama que ele, temia que ele me matasse, passei a dormir no quarto com as minhas filhas. No início ele ia lá, me arrastava

6 Prostituta.

à força e por vezes conseguiu mas agora não [...] Apanhou a faca e disse que ia me matar, eu não corri como das outras vezes, disse a ele que era melhor me matar logo, assim ia pôr fim à escrava que preparava a comida com dinheiro do seu próprio bolso para lhe encher todos os dias “só um besta sima mi pa dau de kumi”⁷⁷ [...] Agora nem posso contar com os vizinhos, estes dizem estar acostumados com as nossas brigas e que acabámos sempre nos entendendo. Apercebi-me que tinha de enfrentá-lo sozinha, assim quando me batia, não ficava parada, dava também. Podia não “render”, mas até onde aguentava... claro, “mudjer ka ta tra ku omi”⁷⁸ [...]

(Lina, vendedeira ambulante, casada, 51 anos)

Este depoimento reforça a ideia de que a mulher não é vítima passiva da violência masculina. Pelo contrário, depois de várias humilhações, desrespeito e ameaças, ainda que revelando um certo medo, Lina teve a coragem de enfrentar o marido. Com efeito, as constantes avaliações que faz da sua situação, as tentativas de mudar o comportamento do marido e o recurso à ajuda fora do lar, mostram que a mulher não é uma vítima passiva do abuso que sobre ela se exerce.

Como referem Hampton e Coner-Edwards (1993), as mulheres agredidas devem ser vistas como sobreviventes activas e não como vítimas desprotegidas. Quando usam vários mecanismos (desafiar o marido, denunciar nas instâncias judiciais, recorrer aos vizinhos) para fazer face à violência, e permanecem mesmo assim em situações abusivas, como foi o caso da Lina, consideram que as mulheres falharam nas suas tentativas de escapar da violência. Esta opinião também é partilhada por Saffioti (2001), na medida em que considera que a permanência da mulher nestas situações se deve ao facto de nem todos os mecanismos de resistências usados tiveram êxitos. Na mesma linha de pensamento, Dias (2004) afirma que:

Durante o processo de sobrevivência a uma relação conjugal

7 Só uma mulher ignorante como eu para lhe dar de comer.

8 A mulher não tem a mesma força que o homem.

violenta, a mulher implica-se em compreender a violência, a nova categoria a que pertence, e vai desenvolvendo ações no sentido de terminar com a violência, mesmo que isso passe por uma transformação ou, inclusive pelo fim da relação conjugal. E isto implica, por parte da mulher, a procura de ajuda em várias fontes (DIAS, 2004, p. 31).

Quando a vítima recorre a ajudas da família ou dos amigos como forma de compreender o sentido da violência e tentar mudar o comportamento do agressor, quando solicita apoios à rede formal, está a reagir à situação de violência a que está submetida. Neste sentido, ela tenta libertar desta condição de vítima passiva para se tornar activa nesse processo onde procura uma relação sem violência. Deste modo, segundo Kirkzood (1993), a mulher estará sobrevivendo, não só ao abuso em si, mas também às suas consequências. Além disso, como Cunha (2004) afirma, ao procurar a superação dessa condição, ela “passa a ser vista como um sujeito constituinte do seu próprio destino” (CUNHA, 2004, p. 132).

Foucault (1979), por sua vez, é da opinião que todas as relações de poder pressupõem a existência da liberdade, isto é, só é exercida entre sujeitos capacitados a resistirem (FOUCAULT, 1979 *apud* CUNHA, 2004). É nesta lógica de resistência que algumas mulheres acabam superando e/ou sobrevivendo à violência de que são vítimas. Os casos da Beatriz e da Paulina são exemplos de como a mulher consegue sobreviver a toda a situação que envolve a violência.

[...] A situação continuou a mesma, para além de me bater, fazia-me muitas ameaças. Decidi voltar a viver sozinha, levei comigo o nosso filho. Estivemos separados quase um ano. Ele ia lá com alguma frequência, argumentando que ia ver o filho [...] Pior é que ainda gostava dele, e ele percebia isso. Mas por mais que gostasse dele não conseguia apagar as lembranças horríveis do nosso relacionamento. Ele continuava a insistir sempre que lá ia, os pais dele também me aconselharam a voltar, o pessoal da igreja ia lá e era sempre a mesma “ladaíinha”, “são casados, têm um filho, é só quando bebe... volta para a sua casa, Salva o seu

casamento!”. Depois de muitas insistências acabaram me convencendo. Estou cá de volta, e vim decidida a não sair mais. Dessa vez é para valer. Se tivermos de separar, ficarei no primeiro piso e ele no segundo [...] Mas dessa vez não vim para apanhar, tenho o meu trabalho [...] chega de humilhação [...] *já não vou calar, não vou esconder e muito menos pedir desculpas ou me culpabilizar por um erro que não cometi.*

(Beatriz, professora, casada, 33 anos)

[...] Terminei de construir a minha casa e mudei logo. No início ele ia, mas passei a não aceitar aquilo, já que não podia contar com a justiça, decidi enfrentá-lo. Passei a andar armada para ele...agora já não me procura mais.

(Paulina, vendedeira ambulante, separada, 42 anos)

A Beatriz revela, em seu discurso, ter vivenciado várias situações de violência no seu casamento. Entretanto, demonstra alguma capacidade para enfrentar a situação de dominação a que estava submetida: separou-se do marido, voltou novamente ao seu convívio mas decidida a não se submeter à autoridade dele. Esses mecanismos de reacção podem não pôr termo às várias formas de expressão da violência de que era alvo. O que importa é que existe possibilidade de liberdade. Mesmo que algumas mulheres enfrentem mais dificuldades em reagir a essas situações, a maioria delas reage e existem mesmo aquelas que conseguem romper definitivamente a relação com o agressor, como foi o caso da Paulina. Ela foi capaz de usar estratégias activas (uso de armas) para garantir a sua segurança.

No entanto, de acordo com Saffioti (2001), “dificilmente uma mulher consegue desvincular-se de um companheiro violento sem uma ajuda externa (...) e até que apareça esta ajuda, ela tende a percorrer um caminho que oscila entre a separação e o retorno da relação” (SAFFIOTI, 2001 *apud* CUNHA, 2004, p. 128).

O depoimento da Vera é ilustrativo de algumas das dificuldades com que a mulher se depara quando decide enfrentar

o companheiro violento. Separou-se várias vezes do marido e acabava sempre por reiniciar o relacionamento na esperança de que o marido tinha mudado o seu comportamento. Mas o que na realidade acontece, conforme nos assegura Garrido (2002), é que a personalidade violenta habitualmente demonstrada pelo marido oculta-se temporariamente, o ciclo recomeça. Neste sentido ele defende que a superação da violência exige uma maior autonomia da mulher, isto é, que ela conheça, compreenda a realidade e reconheça a sua necessidade de actuar. Para situações extremas deve actuar com coragem. Neste aspecto alguns autores como Coner-Edwards (1993) e Dobash e Dobash (1979), além de reconhecerem que a violência repetida e severa implica danos físicos, psicológicos e materiais graves nas mulheres agredidas, consideram que ela também gera determinação e coragem para a acção.

O depoimento que se segue mostra que, à medida que a mulher sobrevive às determinações da violência conjugal, se esforça para compreender a situação de violência em que vive e tende a desencadear acções para superá-la, ou mesmo para lhe pôr o termo.

Não conseguia aguentar tantas sovas, vê a minha costa, cheia de marcas, marcas que só acabam com a morte ...lembro-me como se fosse hoje, como colocou cada uma dessas marcas no meu corpo [...] então antes dele pôr fim à minha vida mudei para a casa da minha irmã, levando comigo os meus filhos, mas mesmo assim não escapei das suas agressões. Ele ia lá tentar agredir-me. A minha mãe ao saber disso, decidiu passar uma temporada comigo. Um mês foi o tempo suficiente para que ela desistisse. Ele agredia-me na presença dela e ameaçava agredi-la também. Ela chamou polícia por várias vezes, mas de nada adiantou [...] já não conseguia suportar o inferno que tornou a nossa convivência [...] Após ter abandonado o lar pela terceira vez, decidi que não podia permanecer naquele “vai e vem”. Ficamos a morar na mesma casa mas separados [...] À noite ia ter comigo no meu quarto, e tentava obrigar-me à prática sexual. Tentava sempre resistir, e por causa disso ele levantava várias suspeitas, de entre as quais em relação ao nosso próprio filho mais velho. [...]

(Vera, empregada de limpeza, divorciada, 39 anos)

Este testemunho reforça a ideia que as mulheres não são vítimas desprotegidas da opressão masculina. Mesmo quando submetidas a uma relação de dominação, podem reagir de várias maneiras à opressão. Como afirma Rangel (2001) “seja de forma pacífica, seja de forma activa, seja, ainda, no momento exacto da agressão, ou *a posteriori*, em pequenas vinganças quotidianas” (RANGEL, 2001 *apud* CUNHA, 2004, p. 130). Essa afirmação reforça a ideia de que o poder só se efectiva onde há liberdade.

Estes casos atestam uma nova forma de conceber o poder, onde se salienta o seu carácter relacional. De acordo com Foucault (1979) não se pode falar de poder fora do quadro da relação entre os parceiros e nessa relação existem forças que se chocam e se contrapõem (FOUCAULT, 1979 *apud* CUNHA, 2004). Com efeito, para fundamentar esta ideia, Dias (2004, p.130) demonstra que “não só a mulher agredida se encontra envolvida num processo dinâmico, como é a própria relação, a natureza da violência e a percepção da mulher sobre o seu problema e as possibilidades de ajuda exterior que vão mudando ao longo do tempo”.

Considerações finais

A violência conjugal é um problema social complexo que vem acompanhando a sociedade na sua dinâmica e evolução constante, afectando mulheres de todas as idades, nível de instrução e nível socioeconómico. Trata-se de um problema de ordem estrutural que resulta da convergência de factores de ordem interno à família, das características e histórias pessoais dos seus membros, dos factores de ordem estrutural em que se enquadra a realidade familiar, sem, contudo, deixar de referir aos estereótipos de género e a questões de poder resultantes da legitimação social da violência, do não reconhecimento do acto como um problema público e, por vezes, do receio da vítima em denunciar o agressor. Deste modo, a superação da violência e/ou transformações

profundas neste domínio só serão possíveis se houver mudanças sociais substantivas.

Para compreender como cada um desses factores influenciam ou ocasionam comportamentos violentos, recorreremos às abordagens que procuram as explicações para as condutas violentas nas posições sociais e/ou nos papéis que os actores sociais ocupam nos diferentes domínios de interacção. Com base nas suas proposições, conseguimos demonstrar que a violência resulta do desequilíbrio de poder presente nas relações de género, onde se confere ao homem o direito de exercer o domínio. Discutimos a questão do uso de poder nas relações familiares segundo a teoria dos recursos que sustenta que a divergência entre recursos potenciais de cada cônjuge cria relações assimétricas de poder na família, resultando na dominação daquele que dispõe de menor recurso. Demonstramos, a partir do contributo de Gelles (1997), que o agressor pode usar o poder numa relação como estratégia para manter a sua posição dominante. Entretanto, coube-nos integrar na análise as normas e a estrutura social enquanto factores determinantes do poder nas relações de género.

Ainda no sentido de evidenciar que a violência expressa relações de poder, reflectimos sobre a perspectiva feminista que, para além de considerar o contexto socio-histórico, também tem em apreço as diferenças de género e de poder na análise da violência. Com base nesta abordagem, toda a discussão em torno da violência é feita tendo em conta a questão das relações de género e do poder. Trata-se de uma perspectiva que centra a análise no contexto social patriarcal, na desigual distribuição do poder e nos padrões de relações entre homens e mulheres socialmente estruturados e culturalmente mantidos.

Articular a imagem que a mulher constrói sobre a violência por ela vivenciada, no seio da sua conjugalidade com o contexto social onde a mesma se insere, impôs-nos igualmente o recurso ao interaccionismo simbólico. De acordo com as asser-

ções desta abordagem, evidenciamos as relações entre as bases de poder e as suas estratégias de exercícios nos diferentes contextos socioculturais, impondo a submissão da mulher. Com isso, verificamos que a influência da disparidade de recursos sobre o processo de controlo na relação entre os casais depende não apenas dos padrões específicos de interacção como também das características estruturais. É nesta lógica que consideramos de suma importância articular a representação que as mulheres constroem sobre o fenómeno da violência e a interacção que estabelecem com o agressor, o contexto situacional e o universo simbólico em que se inserem.

Ao analisar os resultados do trabalho empírico efectuado junto das mulheres de camadas sociais desfavorecidas, relacionámos práticas de violência conjugal com o desequilíbrio de poder presentes na relação de género, isto é, reflectimos sobre a violência conjugal enquanto expressão do desejo de uma pessoa controlar e dominar a outra, numa clara demonstração de poder. As informações recolhidas junto das mulheres ofereceram algumas pistas que permitiram, em certa medida, aferir que embora a violência afecte mulheres de todas as categorias sociais, é naquelas provenientes de camadas social e economicamente desfavorecidas que ela adquire maior visibilidade.

A análise dos depoimentos das mulheres que fazem parte do nosso universo de pesquisa revelou que a violência é usada pelo homem como estratégia de controlo do corpo da mulher e como expressão legítima do poder que tem sobre esta. Deste modo, tanto a agressão física quanto a psicológica (isolamento, a intimidação e ameaças) e sexual foram consideradas pelas entrevistadas como expressões máximas de uma relação de poder na esfera da conjugalidade. Tivemos a oportunidade de constatar que a assimetria de poder em favor do homem resulta em certa medida, de práticas sociais, que fomentam a desigualdade de género; que o silêncio e a cumplicidade da vítima bem como da

sociedade reforçam as acções que se enquadram neste âmbito o que confirma a nossa hipótese de base deste trabalho que assegura o fenómeno da violência conjugal no desequilíbrio de poder entre homens e mulheres historicamente determinadas e à naturalização social da sua prática.

No quadro de relações assimétricas de poder, destacamos ainda que a dependência económica da mulher se constitui como factor de peso no desencadear da violência. Assim, as mulheres entrevistadas que se sentiram privadas de recursos mínimos encontravam-se mais vulneráveis às ameaças contra a sua própria segurança. Com efeito, a violência é exercida por todos aqueles que se situam numa posição de maior poder, seja ele económico, cultural ou social, e que os factores que a condicionam, se relacionam com o poder da dominação masculina, facto bastante aceite na sociedade cabo-verdiana.

Notamos também que as mulheres aceitaram permanecer numa relação violenta por recearem uma agressão ainda maior após a separação, por vergonha, pelo facto de dependerem emocionalmente dos parceiros, alimentando sempre a esperança de poder reconstruir a relação e, sobretudo, por não disporem de uma autonomia financeira. Relativamente a este último, observamos no depoimento de algumas entrevistadas que a permanência em situações de violência pode justificar-se no facto de não disporem de um trabalho remunerado, ficando o seu sustento e o dos seus filhos a cargo do marido ou companheiro. Entretanto, os depoimentos de algumas entrevistadas apontam para a ilusão de que o companheiro é o provedor, ficando para as mulheres a responsabilidade dos encargos familiares. Essas mulheres não aceitaram passivamente as determinações do poder. Com efeito, mesmo quando ocupa lugares subordinados, sempre há a possibilidade de resistência. O poder deve, então, ser encarado como algo dinâmico e relacional, exercido tanto por homens como por mulheres e não como algo estático e absoluto. É nesta lógica de

resistência que algumas entrevistadas declararam ter superado e/ou sobrevivido a situações de violência de que são ou foram vítimas, usando várias estratégias para o feito: agressão física com uso de arma e agressões psicológicas, denunciando nas instâncias judiciais e/ou recorrendo a redes de apoios e a vizinhos. Assim, se tanto os homens como as mulheres podem usar o poder, ainda que de modo desigual, cabe então destacar que a posse de poder não é auto-suficiente para explicar a violência que os homens exercem sobre as suas esposas ou companheiras. O testemunho das mulheres permitiram reconhecer a necessidade de se articular, na análise da violência, factores culturais, características estruturais da família, padrões diferenciais de distribuição dos recursos entre os seus membros, como condição para uma melhor compreensão do fenómeno da violência.

Além da situação económica, o ciúme e o consumo do álcool se destacam entre outros factores que justificam práticas de violência conjugal. No caso do uso do álcool, as opiniões das vítimas divergem. Umas consideram o seu uso um factor de peso no desencadear da violência, outras acreditam ser apenas um estimulante dessa prática. Com relação ao ciúme, observamos que muitas mulheres tiveram dificuldades em se libertarem da violência por lhes serem vedadas quaisquer possibilidades de contacto com o exterior.

Posto isto, cabe recordar que não foi nossa pretensão esgotar a abrangência e a complexidade de que o tema da violência na esfera conjugal se reveste, razão pela qual delimitamos desde o início o nosso campo estudo a mulheres de classes desfavorecidas residentes na periferia da cidade da Praia. Uma dimensão que do ponto de vista científico é pouco explorada em Cabo Verde, pois envolve, ainda hoje, alguns preconceitos. Esperemos ter trazido alguns contributos para os/as que desejam desenvolver pesquisas nesta área e/ou desencadear acções (instituições, ONG) visando, em colaboração com o Estado ou outros organismos, prevenir e combater a violência conjugal.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, João Ferreira de; COSTA, António Firmino da; MACHADO, Fernando Luís. *Recomposição Socioprofissional e Novos Protagonismos*. In: António Reis (Coord.). *Portugal: 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

AGRIKOLIANSKY, Éric. “Carrières Militantes et Vocation à la Morale: les Militants de la LDH des les années 1980”. *Revue française de science politique*. vol. 51, nº 1-2, 2001.

ANDERSON, Michael. *Elementos para a História da Família Ocidental – 1500-1941*. Lisboa: Editorial Quercó, 1984.

BADINTER, Elisabeth. *Um é o Outro: relações entre homens e mulheres*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto imagem e som*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes Editora, 2000.

BARNETT, Ola W.; MILLER-PERRIN, Cindy Lou, PERRIN Robin D. *Family Violence Across the Lifespan*. Thousand Oaks. California: Sage Publications, 1997.

BELEZA, Maria Pizarro. *Mulheres, Direito, Crime ou a Perplexidade de Cassandra*. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, 1990.

BELEZA, Teresa Pizarro. *Maus Tratos Conjugais: O art. 153º do Código Penal*. Materiais para o estudo da parte especial do direito penal. Estudos monográficos: 2. 1989.

BERSANI, Carl A.; CHEN, Huey-Tsyh. “Sociological Perspectives in Family Violence.” In: VANHASSELT, Vicent B. et. al. *Handbook of Family Violence*. Nova York: Plenum Press, 1988.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Oeiras: Celta, 1999.

_____ *A ilusão biográfica: sobre a teoria da acção*. 7ª ed. São Paulo: Papirus Editora, 2005.

_____ *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CABO VERDE, *Constituição da República de Cabo Verde*. Praia: Assembléia Nacional, 1992.

CABO VERDE. *Programa de Governo para a VI Legislatura 2001-2005*. Boletim Oficial n.º 6 de 13 de Março de 2001.

CANÇO, Dina; JOAQUIM, Teresa. *Portugal: Situação das mulheres*. 16ª ed. Lisboa: CIDM, 2001.

CASEMIRO, Cláudia. "Representações sociais da violência conjugal." In: *Análise social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. v. 38, nº 163, 2002, p. 603 – 630.

CEDAW, *Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres*. Lisboa: Centro de Informação das Nações Unidas em Lisboa, 1994.

CIDM (Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres). *Violência Doméstica*. Lisboa. 2002.

CNDH, *Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos e a Cidadania em Cabo Verde*. 2ª ed. Praia: Comité Nacional dos Direitos Humanos, 2007.

CNDHC. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Praia: CNDHC. 2007.

COSTA, Maria Emília; DUARTE, Cidália. *Violência Familiar*. Porto: Âmbar, 2000.

DIAS, Isabel. *Violência na Família – Uma Abordagem Sociológica*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

DOBASH, R. Emerson; DOBASH, Russel P.; NOAKS, Lesley. *Violence Against Wives. A Case Against the Patriarchy*. New York: The Free Press, 1979.

FERREIRA, João de Almeida; MADUREIRA, José. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

FONSECA, Jorge Carlos. *Estudos sobre a protecção às vítimas de crimes violentos* (em particular as mulheres): Relatório provisório. Praia: AMJ, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 6^a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

GARRIDO, Vicente. *Amores que matam: assédio e violência contra as mulheres*. 1^a ed. Cascais: Principia, Publicações universitárias e científicas, 2002.

GELLES, Richard J. *Intimate Violence in Families*. Thousand Oakes. Califórnia: Sage Publications, 1997.

GIDDENS, Anthony. *A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, 2^a ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GUEDES, R. N. *Violência Conjugal: problematizando a opressão das mulheres vitimizadas sob o olhar do gênero*. Dissertação de Mestrado. PPGEnf/CCS, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

GROSSI, Patrícia Krieger. "Violência Contra a Mulher: Implicações para os Profissionais da Saúde." In: *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

ICF (Instituto da Condição Feminina). *Plano Nacional para a Igualdade e a Equidade de Género 2005 – 2009*. Praia: 2005.

ICF (Instituto da Condição Feminina). *Plano de Acção Nacional da Promoção da mulher da mulher 1996 – 2000 (Avaliação a Meio Percurso)*. Praia: 1998.

ICF (Instituto da Condição Feminina). *Guia dos Direitos da Mulher Cabo-Verdiana*. Praia: 1996

INE; ICIEG; ONU. *Homens e Mulheres em Cabo Verde: Factos e Números*. Praia: 2008.

INE. *QUIBB-CV: Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar 2007*. Praia: 16 de Junho de 2008.

KAUFMANN, Jean-Claud. *Sociologie du Couple*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

KELLERHALS, Jeqb; TROUTOT, Pierre-Yves; LAZEGA, Emmanuel. *Microsociologia da Família*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989.

LAHIRE, Bernard. *Retratos Sociológicos: Disposições e variações individuais*. s/e, Porto Alegre: ARTMED Editora, 2004.

LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel; PAIS, Elza. "Violência Contra as Mulheres." In: *Cadernos de Condição Feminina*, n.º 48, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1997.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. *Pesquisa em Educação: Abordagem qualitativa*. São Paulo: E.P.U., 1986.

LUZ, Maria de Natividade (org.). *Prevenir a Violência Doméstica: Trabalhando em Rede*. Ponta Delgada: S.R.A.S, 2002.

MOSCOVICI, Serge. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

OSÓRIO, Victor Adolfo de Pinto. *Vencendo Barreiras*. Praia: ICF, 1999.

RAMOS, Jucelem Guimarães Belchior. *Violência Física Contra a Mulher na Cidade de Manaus*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

SAFFIOTI, Heleiet I. B. "Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Género." In: MORAES, Maria Lygia Gautin de

(org.). *Cadernos Pagu* v. 16. Campinas: UNICAMP, 2001.

SAFFIOTI, Heleiet I. B; AILMEIDA, Suely Sousa de. *Violência de Género: Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Rvinter Ltda, 1995.

SALÚSTIO, Dina. *Violência Contra as Mulheres*. Praia: ICF, 1999.

SCOTT, Joan. "Género: Uma Categoria Útil de Análise Histórica." In: *Educação e Realidade*. v. 20, nº 2, Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SILVA, Luísa Ferreira da. *Entre Marido e Mulher Alguém Meta a Colher*. Santa Maria da Feira: À Bolina, 1995.

SILVA, Marlise Vinagre. *Violência Contra a Mulher Quem Mete Colher?* São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, Maria Cecília; KOCH, Ingedore B. Villaça. *Pesquisa Social* (teoria método e criatividade). Brasil: Jorge Zahar, 1993.

TUCKMAN, Buce W. *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

VICENTE, Ana. *Direitos das Mulheres / Direitos Humanos*. Lisboa: Comissão Para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres, 2000.

Fontes electrónicas

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5735/1/Tese.pdf>. Acessado em 16 de abril de 2009.

<http://www.pnud.org.ve/temas/genero.asp>. Acessado em 24 de março 03 de 2009.

www.gov.cv. Acessado em 26 de fevereiro de 2009.

www.icieg.cv. Acessado em 26 fevereiro de 2009.

www.ine.cv. Acessado em 26 de março de 2009.

www.umaqualquer.cjb.net. Acessado em em 31 de março de 2003.

A multiplicidade de género e homoafectividade na cidade da Praia

Cláudia Sofia Marques Rodrigues

Introdução

Este artigo tem como base os resultados da dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde. Intitulada *A Homoafectividade e as relações de género na Cidade da Praia*, a pesquisa apresentou uma etnografia da capital do país, a partir da perspectiva de um travesti, um casal de homoafectivos e dois casais de homoafectivas.

Parti do pressuposto de que as relações de género em Cabo Verde tendem a ser discutidas e apresentadas, no campo científico e institucional, sob uma perspectiva binária e heteronormativa, ou seja, que tomam a heterossexualidade baseada na equivalência entre sexo, género e desejo como norma, excluindo qualquer categoria homoafectiva. Considerando que o ritmo da produção de teorias segue a dinâmica da importação de abordagens e visões políticas do exterior, as perspectivas actuais em Cabo Verde baseiam-se nos discursos globais vigentes nos anos 80 e inícios de 90 que substanciavam na premissa implícita e por omissão de que a norma de género e de sexualidade normal é a heterossexualidade. Reconhecer uma identidade construída que articule de forma diferenciada essas esferas constitutivas do sujeito provoca um conflito com normas hegemónicas de género (BENTO, 2006). Esse pensamento científico reforça uma visão binária, heterocentrada e excludente da diversidade sexual/afectiva e de construções identitárias divergentes. Daí o meu interesse em trazer para o campo académico essa discussão, dando voz e vez a uma realidade social que é do mundo do “não dito”.

Inicialmente, quis utilizar o conceito homoerótico em oposição ao conceito de homossexual, com a mesma visão do autor Ben'hur Costa (2007), que entende as expressões homoeróticas como manifestações várias do desejo entre pessoas do mesmo sexo, contrapondo à condição de homossexual como uma sexualidade de identificação de um pólo desviante da heterossexualidade, que é definida pela instituição social normativa à ma-

nifestação do desejo sexual. No entanto, no percurso da pesquisa deparei com discursos oriundos de movimentos sociais, no Brasil, que defendem a denominação de homoafectivo em oposição a qualquer outro conceito. Eles reivindicam que se tem reduzido o debate acadêmico à questão do desejo sexual ou das manifestações da sexualidade, espelhando assim um preconceito dos hegemônicos. Pois, aos seus olhos, as relações dos homoafectivos ou a sua orientação específica, tal como os heteros, vão para além do sexual e são imbuídas de afectividades. Daí eu ter optado por utilizar o conceito homoafectivo em oposição ao homoerótico, adoptando uma denominação émica que, mesmo que originada em outro contexto social, apresenta elementos essenciais de diálogo com os principais interlocutores desta pesquisa.

O suporte teórico que orientou a pesquisa baseou-se nas perspectivas da multiplicidade da identidade de género e na construção social que “des-naturaliza” o olhar sobre as relações de género, e, desta forma, rompe com a noção de que a identidade de género, o comportamento e a vivência dos “não heterossexuais” seja anómala (cf. SANTOS, 2005; BENTO, 2006; COSTA, 2007).

O foco principal do estudo foi uma etnografia urbana que pretendeu conhecer pessoas homoafectivas e os seus espaços, na capital de Cabo Verde. Procurei dar voz aos nativos e perceber o que significa ser homoafectivo, ser homoafectiva, gay, lésbica, ou travesti, na sociedade praiense, e, também, a sua relação com os “outros” e “outras” que circulam nos seus universos sociais, familiares, afectivos e de amizade.

Utilizei algumas vezes as categorias gay, lésbica e travesti como um recurso académico para a apreensão do real, mas sabendo da sua limitação heurística do ponto de vista etnográfico (ou seja, de ouvir e dar voz aos nativos construindo com eles essas categorias ou outras). As categorias lésbicas, gay e travesti das quais faço uso reflectem o termo émico ocidental, isto é, dos homoafectivos dos movimentos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais

e Travestis/Transexuais) internacionais que surgiram na década de 70 e vigoram até hoje nos Estados Unidos, Brasil, países Europeus, entre outros. Devo esclarecer que não fiz uso dessas categorias visualizando-as como cápsulas identitárias, já que esse posicionamento contém outros riscos para além da sua limitação em termos de utilidade etnográfica. A nível teórico, têm sido alvo de críticas no quadro da teoria *queer*, pois elas reportam para uma identidade sexual redutora que representa acima de tudo uma masculinidade branca e de classe média, descurando de toda a diversidade do movimento que o sustenta. No quadro da teoria *queer*, a pretensa identidade homogénea LGBT foi desconstruída e houve uma inovação partindo, segundo Ana Santos (2005), de cinco pressupostos centrais:

Primeiro, as identidades são múltiplas e compostas por um infinito número de componentes de identidade, tais como, a raça, classe social, origem, género, etc. Segundo, qualquer identidade construída é excludente, arbitrária, instável, pois silencia outras experiências de vida. Em terceiro lugar, a autora afirma que a teoria *queer*, ao invés de abandonar totalmente a categoria política *identidade*, propõe que se reconheça o seu papel permanentemente aberto, fluído, e passível de contestação, visando a um só tempo encorajar o surgimento de diferenças e de uma cultura baseada na diversidade em que o papel individual, como forma de capacitação, e o papel colectivo de reivindicação política, jurídica e de reconhecimento social do conceito de identidade mantenha-se. Em quarto lugar, a teoria *queer* postula que o posicionamento, ou política, centrado no “homossexual” agudiza a dicotomia homo/hetero, solidificando o actual regime sexual vigente no mundo ocidental. A teoria *queer* propõe desafiar tal regime enquanto sistema de conhecimento que coloca a heterossexualidade e homossexualidade como pedras angulares de identidades sexuais. Em quinto e último lugar, a teoria *queer* é uma proposta teórica sobre a “sexualização” dos corpos, desejos, acções, identidades, cultura, e relações e instituições sociais. Com esta base teórica parti da

seguinte questão de partida: *como são construídas as relações de género e vivências dos homoafectivos na cidade da Praia?*

Com o propósito de contribuir com esta questão, realizei uma etnografia na cidade da Praia com o intuito de analisar a multiplicidade de identidades de género a partir da análise das vivências de um pequeno grupo de homoafectivos e homoafectivas inseridos no meu círculo de amizade alargado. Essa análise passou por apreender sua visão da cidade em relação à sua vivência homoafectiva e o seu dia-a-dia na cidade, bem como perceber como são (re) construídas as suas redes afectivas, de amizade e familiar, as estratégias de encobrimento e de abertura das suas vivências, e, no caso dos casais, conhecer como as relações de conjugalidade se desenvolviam.

1 Pressupostos metodológicos

Para a compreensão de um objecto que, *a priori*, se apresenta de forma complexa (por ser de natureza social do “não dito”), pretendi alcançar os meus objectivos utilizando metodologias qualitativas desenvolvidas nas ciências sociais e possibilitaram a construção de um espaço de diálogo em que se ouve a voz do “outro” através das suas experiências de vida: seus encontros e desencontros com a sociedade convencional, como moldam as suas vidas, a família, o trabalho, as afectividades, a sexualidade, a participação social e política, e a relação com os “outros”. Tal foi feito com recurso à etnografia, isto é, “(...) a escrita das culturas, sem a qual não há antropologia no sentido contemporâneo do termo, que não consiste apenas em ver, mas em fazer ver, ou seja, em escrever o que vemos” (LAPLANTINE, 2004).

As técnicas de recolha de dados, por excelência, foram a entrevista semi-directiva, a observação participante. A entrevista semi-directiva, no quadro desta pesquisa, teve como objectivo a

recolha de informações ricas e acentuadas, com um maior grau de liberdade de comunicação verbal do entrevistado(a), e com a pretensão de reconstruir alguns fragmentos da vivência dos sujeitos em estudo ou de complementar a observação do cotidiano. Por outro lado, a observação participante permitiu absorver o cotidiano de alguns espaços da cidade, em que recorri à minha memória e vivência pessoal, no meu círculo de amizade enquanto praiense.

A incursão em campo começou em Março de 2008. Na altura o foco da pesquisa era uma etnografia num bairro popular, centrada na vivência de um travesti. Posteriormente, após o descolamento da principal interlocutora desta região, optei por alargar o número de interlocutores e por diversificar as identidades homoafectivas, introduzindo as clivagens de género e classe social.

Para tanto, contei com minha rede alargada de amizades, no sentido de facilitar a proximidade (para fazer a observação e para ter acesso a relatos através de entrevistas), isto é, os homoafectivos de elite da cidade. Assim, tive como interlocutores dois homoafectivos masculinos, quatro homoafectivas femininas e um travesti.

Voltar o foco para as elites foi-me vantajoso, por um lado, mas, por outro, colocou-me algumas questões. Apesar de já existirem muitas etnografias e bibliografias acerca da antropologia urbana, como lidaria com a proximidade, familiaridade, e até mesmo o risco do exotismo? O “estranhamento” com o propósito de distanciar, tal como fala Gilberto Velho (2003) seria um exercício permanente, ao mesmo tempo que buscava nas minhas memórias várias situações passadas com as pessoas da cidade, do meu círculo de amizade, em conversas de cafés acerca do tema. Aqui, ao contrário do que acontecia na antropologia clássica, o “pesquisador” e o “nativo” partilham a mesma origem social e geográfica, e, para além disso, alguns interlocutores têm um nível de análise

e entendimento similares, usando por vezes nos seus discursos conceitos e análises próprios das ciências sociais.

Outro constrangimento com o qual me deparei, foi a gestão do tempo de observação: a minha disponibilidade em fazer observação no campo era muito limitada devido ao trabalho formal e à gestão familiar. Todas as oportunidades foram aproveitadas, anotando tudo que podia no meu Diário de Campo e participando de forma activa ou passiva, em conversas com interlocutores ou outras pessoas do mesmo círculo de amigos.

Os locais das observações foram: no caso do travesti, as ruas da cidade, um café no centro da cidade, e o bairro onde ela morava; com os outros homoafectivos, nos espaços de convívio (festas, jantares em casa de amigos comuns), em casa dos próprios e em bares nocturnos.

Quando chegou o momento de interacção directa com os meus interlocutores, ou seja, o momento das entrevistas, como referi anteriormente, accionei a estratégia de rede e contactei amigos mais próximos dos interlocutores escolhidos. Eles (os amigos comuns) fizeram uma primeira abordagem, após o consentimento do interlocutor ou interlocutora, eu estabelecia a ligação que consistiu em encontros com o propósito de fazer entrevistas semi-directivas.

Foi muito difícil conseguir um grupo maior de interlocutores, muitas pessoas afirmaram ser interessante o estudo, mas não queriam ser entrevistadas. Apesar de ter identificado, inicialmente, onze potenciais interlocutores, no final ficaram reduzidos a sete. De todas as pessoas entrevistadas formalmente, obtive consentimento informado e usei pseudónimos para preservar o anonimato¹.

1 Dos interlocutores/as, apenas um fez questão de preservar a identidade. Não ao acaso, trata-se da única de universos populares e cuja situação como travesti carrega em si uma publicização da identidade de género. Neste artigo usei pseudónimos para todos os interlocutores por uma questão de ética na pesquisa, entretanto a insistência de manutenção da identidade por parte desta interlocutora serviu de elemento analítico para pensar as clivagens de classe e de género em relação à visibilidade.

Analisar a homoafectividade na sociedade praiense acarreta vários desafios porque os espaços e os momentos de fechamento ainda suplantam os de abertura. As manifestações de afecto, normalmente, reportam-se ao espaço privado: o lar, o círculo de amizade, e a momentos ímpares que poucas vezes podem ser observados no quotidiano. No entanto, a abertura dessas relações tem sido cada vez maior, com pequenos actos em público que, a meu ver, são grandes ganhos do ponto de vista do descortinar do afecto e da luta contra o preconceito. A história que apresento nas próximas páginas acaba por demonstrar essa abertura, em situações, atitudes, e momentos de sete homoafectivos praienses.

2 A multiplicidade e a singularidade das histórias contadas

A cidade da Praia, por ser muito pequena (não só em termos de dimensão geográfica, mas, sobretudo, de dimensão das relações sociais e das suas práticas, onde tudo se sabe e tudo se fala), acabou por constranger a minha capacidade de mobilizar homoafectivos dispostos a se “exporem”. Os sete homoafectivos com os quais tive um contacto directo de modo algum são representativos da população homoafectiva praiense, e nem foi essa a intenção da pesquisa. A singularidade das histórias que apresento de seguida contribui para descortinar um pouco a complexidade das suas vivências na cidade da Praia e traz luz sobre a multiplicidade homoafectiva existente.

Numa cidade em que o anonimato torna-se impossível de se garantir, os indivíduos são julgados socialmente pelas suas acções e controlados pelo colectivo por omissão e/ou por actos explícitos. A individualidade das vivências versus o constrangimento social das massas permite-me ter um olhar e uma atenção nas várias facetas e contornos das histórias contadas. As nuances encontradas são de indivíduos homoafectivos de diversas faixas etárias, de género, de classe social, e de estilos de vida diversifi-

cados, mas que acabam por se complementarem na singularidade das suas vivências homoafectivas na cidade da Praia.

Organizei as histórias a volta de várias facetas da vivência dos interlocutores e das interlocutoras, privilegiei aspectos tais como, a origem dos relacionamentos afectivos, a relação com os amigos e a família, como lidam com o estigma, sua vivência na cidade da Praia e as suas visões acerca dos movimentos sociais pelos seus direitos.

2.1 Joana e Maria, a descoberta do amor homoafectivo

A Joana e a Maria são um casal de jovens namoradas, cuja beleza é elogiada frequentemente. O facto de estarem numa relação homoafectiva causa alguns comentários no seu círculo de amizade. A sua relação nos espaços públicos apesar de marcada por demonstração de carinho e afecto é feita com discrição.

A Maria, ao longo da conversa, frisou várias vezes que gosta de outra pessoa independente do sexo. Enquanto indivíduo ela tem várias facetas e que não quer ser resumida ao facto de ter uma relação homoafectiva. Também explicou que esse facto não teve qualquer implicação no seu percurso profissional ou social.

Ela quis deixar claro que sua afectividade ao longo da vida não foi determinadamente homoafectiva. É homoafectiva neste momento mas não tem que ser obrigatoriamente no futuro. O mesmo foi dito por outras palavras pela Joana, que afirmou não gostar de rótulos, da mesma forma, explicou que o facto de estar numa relação homoafectiva não a define como indivíduo homoafectivo. Não se reconheceram como indivíduos homoafectivos mas, sim, como “pessoas que gostam de pessoas”, independentemente de serem do mesmo sexo ou do sexo oposto. Este posicionamento as diferencia dos demais homoafectivos com quem conversei refletindo uma identidade sexual e afectividade fluida e performativa

indo ao encontro da teoria *queer*, crítica das teorias de gênero e de identidade estruturantes que tendem a enquadrar os indivíduos em identidades sexuais e afectivas binárias e estanques:

Maria: “Eu sempre disse e acredito que enquanto indivíduo numa sociedade gostar de um indivíduo do mesmo sexo... não é propriamente... eu digo sempre gosto de alguém antes de qualquer coisa e o que eu sou vai além disso... e acho que é a atitude que eu consigo manter no meu dia-a-dia ... as pessoas têm a mania de querer enquadrar-nos como uma coisa ou outra. Eu sou uma pessoa que vive em sociedade e sim gosto de alguém do mesmo sexo que eu. Não sei amanhã ou ontem... não é isso... .. gosto de alguém.”

2.1.1 A descoberta do amor homoafectivo

Os primeiros sentimentos homoafectivos não foram sentidos pela Joana e pela Maria na mesma fase das suas vidas. A Joana relata esse sentimento apenas na fase adulta, e afirma que na infância e adolescência essa ausência se explica como algo construído pela educação, pois ela não tinha dúvidas por qual sexo deveria se apaixonar (isto é, o sexo oposto). Ela descobriu o amor homoafectivo com a Maria:

Joana: “Nunca, nunca tinha tido... nem sequer foi uma dúvida ou algo que eu retivesse algum pensamento em relação a isso. Somos educados de uma certa forma quase que se parte do princípio que... toda a minha adolescência e juventude parti do princípio que quando gostasse de alguém seria alguém do sexo diferente... nem sequer me passou pela cabeça algo diferente, não havia motivos para ter dúvidas. Questões muito diferentes... têm a ver com fantasias numa esfera mais puramente sexual... mas isso não tem nada a ver com a adolescência nem com a infância... tem mais a ver com a maturidade, com a fase adulta.”

A Maria na infância e adolescência teve sentimentos de afectividade dirigidos a pessoas do mesmo sexo, mas sem chegar a materializar esses sentimentos.

Maria: “Eu acho que nessa questão da afectividade... acredito que sim ter sentido alguma coisa na infância, na adolescência sim mas nunca houve espaço... acho que é uma fase que tu não sabes o que és ou que não és e tu... acho que as pessoas acabam por ser um pouco espontâneas em termos de sentimento... dificilmente alguém te diz não isto não é... em criança a coisa não é sexual... ou seja carinho é carinho não é de onde vem ou de onde vai. Um abraço é um abraço... e uma vontade grande de estar com alguém é uma vontade quer dizer não tem nada de sexual nisso... eu acho que sim de ter identificado situações em que essas situações eram demasiadas intensas para ser somente amizade...”

2.1.2 A cidade da Praia e a possibilidade de um movimento social

Tanto a Maria como a Joana têm a percepção de que as pessoas da cidade da Praia, em geral, não confrontam e nem têm atitudes declaradamente homofóbicas, se elas não forem expostas a acções explícitas de afectividade de pessoas do mesmo sexo. Segundo a Maria, existe, também, uma vontade quase sórdida de comentar e tecer ilações (fofocas) acerca dos indivíduos homoafectivos, comportamento nas suas palavras típico de uma sociedade pequena. As duas utilizam o termo *hipocrisia* para caracterizar esta realidade.

Maria: “Eu acho que assim a sociedade desde que não seja confrontada com uma certa actividade de forma bastante explícita ela é hipócrita o suficiente para não ser frontal, nem em termos de perguntar para tirar dúvidas nem em termos de agredir ou quando... gestos... palavras... mas também depende da tua atitude perante a sociedade...”

Joana: “Resumindo... o que é que eu acho é que realmente seja muito hipócrita... enquanto que as pessoas não são confrontadas até gostam de falar... cada uma dá a impressão de que gosta de mostrar que sabe mais ou que conhece mais pormenores ãh nunca fui confrontada também tudo que apareceu de maldoso é sempre anónimo... portanto concordo em tudo... é uma sociedade hipócrita em relação a esse tipo de relacionamento...”

Elas afirmaram uma falta de vontade de congregar ou de participar num movimento social pelos direitos dos homoafec-

tivos, pois este é visto de uma forma depreciativa ou sem entusiasmo. O motivo é não quererem sacrificar-se pela causa, mas, também, pelo facto levantado anteriormente, ou seja, de não quererem ser “enquadradas” num rótulo.

2.1.3 Relação com os outros: conhecidos, amigos e familiares

No discurso da Maria e da Joana, elas disseram que viviam felizes e que não se importavam com o que os outros pensavam, mas, ao longo da conversa, o discurso apontou para o facto de que a sua vivência estava povoada de episódios de tensão, provocada por pessoas próximas ao círculo de amigos ou por pessoas do mesmo ambiente de trabalho.

Maria: “Uma fulana mandou-me um email: “preciso perguntar-te uma coisa.” E eu ãh! Pergunta. “Ãh é uma coisa mas eu queria que tu me disseses”. Mas o que é queres? Podes perguntar... “As vezes há pessoas que não sabem... vêem as pessoas as interpretam mal e fazemos uma má imagem de alguém.” Mandei-lhe um email perguntando-lhe: disseram que eu sou fofoqueira? Que eu sou... que eu roubo... que eu falo da vida dos outros ou que eu ando com marido de alguém? Se disseram que eu faço tudo isso... Porque pra mim quem faz isso é fofoqueira. E essa pessoa tem uma qualidade que anda entre essas... ela mandou-me um email logo de seguida: ‘olha eu acho que as pessoas são livres e devem viver as suas vidas como quiserem e ficou por aí’.”

Maria afirma que poderia “se dar ao trabalho de explicar” se as pessoas a questionassem de uma forma frontal, e que deverá haver um respeito pelo seu estilo de vida. Ou seja, há uma certa complacência com a ignorância honesta daqueles que respeitam a diversidade, mas quando a ignorância assume um carácter de preconceito e de maldade o mesmo não acontece. A “hipocrisia” quando vem de pessoas próximas é retratada pela Joana como algo que magoa mais. Enquanto vier da “massa” de pessoas que as circunda na cidade, não as afecta. Mas, quando vem de pessoas do círculo de amizade incomoda.

Joana: “A hipocrisia só afecta se vier de pessoas de quem... quando é da sociedade em geral não afecta... sou um tanto ou quanto... enquanto grupo não sou... faço parte mas não existe ser vivo mais mau... não existe ser que faça tão mal ao seu semelhante... a hipocrisia nas vezes em que afecta é quando vem de pessoas que estamos à espera de algo... amizade lealdade ou alguma frontalidade aí se percebe alguma hipocrisia incomoda... de resto fica tudo naquela massa de pessoas que assim, tem o direito de pensar e acabo de levar o meu dia-a-dia sem pensar nisso.”

Nesse relato transparece o sentimento que justifica o comportamento e as atitudes discretas de Joana e Maria, perante o círculo de amigos e amigas. Quem não sabe da sua relação, apenas pela observação dificilmente perceberia que são namoradas. Os conflitos, as situações de hipocrisia como elas chamam, acabam por reforçar a sua atitude de encobrimento, protegendo-se perante possíveis comportamentos “maldosos”. Joana e Maria viajam muito para lugares longe da cidade, em que ficam longe das “antenas” de fofocas e dos olhares maldosos dos outros.

Outra situação descrita é como elas são vistas de uma forma exótica tanto por mulheres como por homens, devido à sua relação homoafectiva. Esse exotismo traduz-se em fantasias sexuais de mulheres e homens heteros que vêem a possibilidade de satisfação dos seus desejos:

Maria: “Há alguém no meu trabalho com quem eu tenho uma... quer dizer é alguém que convive conosco na boa e faz parte do círculo de amigos... ela disse vou te contar uma coisa alguém me contou que fulano foi lhe perguntar se estávamos juntas... porque ela é uma pessoa de toque e abraços e... eu disse-lhe não fazes o meu estilo... passado mais ou menos uma hora essa pessoas pergunta porque é que não faço o teu estilo? (...) ela brinca muito está sempre a brincar... é engraçado as pessoas comentam e ficam à espera... que tenhas alguma atitude que te atires a essa pessoa... oh Cara tu és feia como uma porta e nunca olharia para ti... as pessoas têm uma ideia de ti que o facto de gostares de alguém do mesmo sexo faz de ti alguém que vai devorar todas as saias(...) É um bocado nesta linha que estas coisas se processam... depois há aquela coisa dos homens da fantasia... nós temos um público que nos ama... tipo nós os três... vocês e eu. Meu sonho é eu vocês e... às vezes são pessoas que se aproximam de nós... nós na questão de homoafectividade feminina... existe mais uma fantasia à volta disso e

dos homens entrarem nisso.”

A relação com a família é um ponto delicado no namoro das homoafectivas. Segundo Joana e Maria, “já estiveram pior” e “*que chegaremos a uma fase em que provavelmente a gente já construiu uma coisa mais sólida... e nos permita dar um passo...*” (Joana). A família para a Joana tem uma grande importância e o facto de a sua família ser influente na sociedade praiense faz com ela se salvasse mais. A abertura com a família ainda não é uma realidade, mas ela tem adoptado a estratégia de deixar o tempo acalmar as reacções e não falar directamente sobre a sua relação amorosa. Pois está consciente de que a sua relação homoafectiva poderá afectar ou provocar reacções negativas conduzindo a uma possível ruptura.

Joana: “Como tudo na vida há positivo e negativo... já falamos nisso muitas vezes e é um pouco pensar o que vamos fazer e o que isso iria provocar, querendo ou não as pessoas são o que são em termos de personalidade e quando se tem uma família que é muito influente e se é muito apegado à família como eu sou ou tenho sido... há que se ter um maior tempo de habituação... há duas abordagens possíveis... ou é mesmo de repente, portanto um pouco, o que dá forte passa depressa e depois ou eles se habituam ou não... mas também podes criar um situação de ruptura em termos de relações humanas opções dessa natureza levam as pessoas a tomarem posições extremas que são impensadas que são no momento e porque estavam muito quentes e depois fica muito difícil remediar... porque palavras depois de soltas é como os pregos na madeira tiras os pregos mas ficam as marcas.”

A Maria parte do princípio que os seus familiares já sabem e, como não a questionam, não é preciso dizer. Ou seja, que existe uma cumplicidade muda e que há uma aceitação do seu namoro, mas sem se verbalizar o mesmo.

Maria: “No meu caso eu nunca disse nada em casa e ninguém me disse nada... (é a tal não frontalidade ou...) não é alguém que me conhece e me percebe e que não formalizei... ela sabe... mas a minha avó não me diz nada... mas pergunta muito por ela... ela nunca questiona e diz que devemos viver a nossa vida.”

A Joana afirma que estão mais seguras do seu sentimento, que começou por ser algo que não sabia se era passageiro para hoje afirmar que ama a Maria. Desvaloriza o facto de ser do mesmo sexo, pois ela considera que ama uma pessoa, independentemente do sexo, aspecto que revela uma resistência à classificação e, em decorrência, uma fragilidade em relação à adesão a movimentos sociais ou visibilidade da relação homoafectiva.

2.2 Apolo e Adónis: relatos de um namoro gay

Na cidade da Praia, existe no seio da elite um número expressivo de homens que gostam de homens e “assumem-se” como gays. Entretanto, a assunção nunca é totalmente clara, ou seja, a maioria das vezes é encoberta para as pessoas em geral e aberta para um grupo restrito de amigos. Nesse contexto, escolhi o Apolo para ser meu interlocutor, por dois motivos: por ser uma pessoa que eu conheço e, pelo que eu já tinha observado, ele vive a sua orientação sexual e afectiva de forma relativamente aberta em relação à sociedade.

O Apolo e o Adónis se parecem, são altos e com musculatura bem definida. O corpo, os gestos, modo de vestir, são próximos da performatividade do “macho” crioulo.

2.2.1 Da fantasia sexual ao namoro e afecto

A vida homoafectiva tanto para Apolo como para o Adónis teve origem na adolescência, mas não em termos de relacionamento, através de “fantasias sexuais que lhes povoavam a mente”. Ambos já na fase adulta e após terem vivido toda vida em relacionamento heteros, iniciaram uma “aventura sexual” com outros homens e a partir desse momento questionam a sua identidade sexual e afectiva.

Apolo: “Tive as minhas fantasias, e tanto é que houve fases em que tinha namoradas, mas aventuras... a última relação (com uma mulher) que eu tive durou cinco anos e foi aí que eu comecei e apercebi que havia algo errado, via os homens na rua e eu tinha aquela sensação de desejo, aí pronto aventurei e tive a minha primeira experiência sexual com um homem e a partir daí falei com a minha namorada, separamos e desde então passei a sair só com homens.”

Adónis: “Também nunca tive experiência nenhuma, só aos 21 anos que tive a minha primeira experiência, também aconteceu várias vezes de ter fantasias de eu saber já que eu gostava de homens e de eu ser abordado por colegas meus que sentiam a mesma coisa. Eu nunca tive coragem, nunca me aventurei, também tive namoradas, tive uma relação duradoira e relação com homens só a partir dos 21.”

Depois de algum tempo e de várias experiências sexuais, acabam por ter a sua primeira experiência afectiva, ambos descreveram como estarem apaixonados e um deles afirmou ficar emocionado ao falar do seu primeiro amor. A fase das paixões e amor acaba por ser a fase em que já há uma maior certeza dos sentimentos e de maturidade, que implica menos riscos, pois estão independentes economicamente e moram em casa própria, o que até certo ponto representa uma maior liberdade de movimento e de poder de decisão.

Apolo: “Ele já sabe (risos), aaah como foi? É uma coisa difícil de falar, porque eu emocio, foi uma coisa maravilhosa, foi a primeira vez que me apaixonei verdadeiramente numa relação e terminou por ser uma relação muito possessiva e muito metida dentro de casa, com pouca manifestação de carinho em público e mesmo a pessoa era assim um pouco possessiva, foi aí que terminei a relação, mas mesmo assim continuei apaixonado e foi uma experiência ótima e ao mesmo tempo traumática.”

Adónis: (risos) “O meu primeiro amor homoafectivo aconteceu há cerca de um ano atrás, eu já tive relações com vários homens, mas sempre que eu percebia que poderia haver algo mais eu fugia... eu conhecia pessoas interessantíssimas, por quem eu começava a apaixonar mas eu fugia, só que há um ano atrás, foi quando eu o conheci, talvez porque a pessoa que eu encontrei já tinha uma maturidade e também eu me permiti viver isso, até porque já estava na altura de eu viver aquilo então eu me permiti isso e talvez o que senti por ele foi mais forte (risos). Dessa vez não consegui fugir e portanto eu tive coragem de fazer

mudanças na minha vida que eu nem mesmo tinha consciência de que era capaz.”

2.2.2 A cidade da Praia

Uma das questões que mais me instigou ao longo da pesquisa foi a de compreender a vivência dos meus interlocutores no dia-a-dia da cidade da Praia: como viam a sociedade que os envolvia? O que sentiam em relação a um possível tratamento diferenciado?

Apolo e Adónis pertencem à elite local e assumem a vivência homoafectiva em alguns momentos e espaços. A assunção não é sistemática e nem movida pelos mesmos sentimentos. Ao longo dos seus relatos, pude perceber que existem momentos e espaços em que assunção adquire um carácter de provocação e de irreverência perante o *status o quo*, e, por outro lado, momentos de velamento defensivo perante familiares ou indivíduos heteros. Os momentos de maior “liberdade” acontecem maioritariamente nos espaços privados, junto de alguns amigos *heteros* e homoafectivos.

O casal manifestou a existência de diferentes espaços, uns menores e outros mais alargados, que por sua vez reflectem nas suas acções e no seu modo de sentir. O espaço menor, corresponde ao círculo de amigos e ao espaço casa. São lugares e momentos de maior liberdade de manifestação de carinho, onde eles se sentem compreendidos e amparados. Já o espaço mais alargado (que seria o espaço público, bares, local de trabalho, mercados, etc.), onde circulam pessoas desconhecidas ou conhecidas mas com as quais não têm uma relação de amizade, o sentimento é de incompreensão e julgamento, que se baseia no estigma social relativo às relações homoafectivas, aí existe um refreamento. Podemos perceber pelas palavras do Apolo, nesse extracto da entrevista, esses dois espaços e os sentimentos que subjazem a esses momentos:

Apolo: “Analisar a sociedade praiense em termos de homoafectividade é um pouco complexo... até porque devido ao meio que frequentamos e das pessoas que nos rodeiam... temos a sensação que estamos numa sociedade mais aberta devido à nossa própria rede de relações... mas para além desta entre aspas redoma que nos cerca há uma outra sociedade muito mais... que não acompanha a nossa forma de estar e pensar que está um pouquinho mais aquém de nós (...) Quando se tem uma rede de pessoas que te entendem e te dão uma certa estabilidade e que estão aí para te apoiar fica mais fácil e a sensação é que a sociedade de certa forma te aceita... mas é um círculo de amigos que te aceita e uma sociedade que por vezes prefere fazer vistas grossas ou quando não faz tece comentários de forma maldosa ou é uma rede de “diz que me diz de fofocas” que não sai disto mesmo, as pessoas não dizem frontalmente aquilo que pensam.”

Eles afirmam que não se coíbem perante o estigma que lhes é imputado, enfrentam os constrangimentos, primeiro ao aceitarem-se a si próprios enquanto indivíduos homoafectivo, e, gradualmente, passaram a lidar com sociedade e com as pressões externas. Demonstrando que possuem capacidade de agência e intencionalidade.

Podemos perceber o reflexo dessas práticas no discurso dos interlocutores que assumem o seu projecto de vida e acabam por se ver como capazes de viverem felizes, e, também, de moldar/educar a sociedade para a diversidade de vivências afectivas.

Adónis: “(...) eu admiti o que eu sou já é mais fácil assumir uma relação homoafectiva sem problemas... claro que há sempre críticas, há sempre pessoas... há muito preconceito e as pessoas não são directas, são sempre... comentários... fica difícil assumir... mas como eu disse depende da pessoas... tens que ser muito forte (...) geralmente é mais fácil e aí claro as pessoas têm que te aceitar tal como tu és... tens que disciplinar a sociedade... a sociedade tem que apreender a viver com a diferença.”

Apolo: “Então não é fácil construir uma relação homoafectiva numa cidade em que tudo está a desenvolver mas continuamos a ter muito conflito entre o tradicional e o moderno... uma cidade que está a se tornar moderna mas continuamos a ter muita ãh... resquícios ainda do tradicional especialmente porque o peso do interior... aqui ainda é muito grande então é difícil construir uma relação homoafectiva nesta cidade... que está em desenvolvimento e que está em conflito consigo

própria e que às vezes não entende as pessoas que querem ter uma opção ou se sentem diferentes.”

Respondendo a realidade descrita pelo Apolo acerca da cidade, as manifestações de carinhos e de expressão sentimental em público são feitas com autocontrolo e restrição, inibindo os sentimentos dum casal de pessoas apaixonadas. Mas, indo de encontro com o que eles pensam (de que a sociedade dever ser educada para a diferença), Apolo e Adónis têm tido uma atitude pró-activa e arrojada perante os constrangimentos a que estão sujeitos. Começam a “desafiar” o *status quo*, relativamente à sua relação nos espaços públicos de elite, ao terem assumido posturas que nunca antes tinham sido vistas na cidade da Praia. Descreveram, com muito entusiasmo, um desses momentos que ocorreu num espaço nocturno da capital:

Apolo: “Até que já exageramos um bocado... porque já aconteceu umas cenas lá no XXX... entre beijos e amassos... temos que fazer manifestações de carinho porque sempre só dentro de casa.”

Adónis : “Quando saímos acabamos às vezes sem querer por manifestarmos o nosso carinho e outras vezes intencionalmente... políciamo-nos muito às vezes porque é até uma questão de não sei de... autodefesa... por vezes fazemos intencionalmente... abraçamo-nos, tocamos-nos... já chegamos a nos beijar em público mas algo assim discreto nada escarranchado... para chocar.”

Quando perguntei o que sentem ao fazer isso, a resposta foi imediata, eles disseram: “liberdade e provocação”. E acrescentaram:

Adónis: “É bom, porque dá-te uma sensação de liberdade, enorme e estranho que mesmo depois desses beijos em público não se nota nenhuma reacção de pessoas a comentarem... nunca reparei... mas claro pessoas próximas a nós dizem, vocês exageraram isso não se faz... portanto precisam preservarem-se mais... depois fico a perguntar será que foi tão exagerado assim, então porque que as pessoas não reagiram de outra forma.”

Contribuir para moldar a sociedade quebrando os tabus à volta da questão, também, segundo o Apolo, foi uma das intenções nessa “provocação”.

2.2.3 Família e estigma

A assunção da vivência homoafectiva tem um carácter dramático quando os sujeitos são confrontados com a família, pois o medo de enfrentar a ruptura é muito forte. No caso dos meus interlocutores, as experiências pareciam diferenciar. O Apolo, mais velho e há mais tempo “em paz” com a sua vivência homoafectiva, vê os constrangimentos que possam advir dessa situação como algo que eles próprios podem projectar como negativa, e que a família é, às vezes (na opinião dele), mais aberta do que eles pensam.

Apolo: “Porque nós mesmos é que criamos as barreiras... podes encontrar uma família completamente aberta por exemplo como no meu caso eu tinha medo de abordar o tema com a minha família mas isso leva com que te afastas da tua própria família... quando tu sentes isso tens que contar a tua família e foi isso que passou contei primeiro ao meu irmão mais novo... ele disse “é uma situação irreversível?”... pronto eu espantei com a reacção... pronto ele é sociólogo... mas falar isso como irmão, às tantas eu entendi e ele às tantas entendeu analisou e foi falar comigo e disse és o meu irmão acima de tudo. E assim se passou com os outros irmãos... A minha mãe não sabe... mas ela intui... é uma intuição que eu sinto que ela sente... acho que não senti a necessidade de falar com ela.”

O Adónis assumiu a sua orientação sexual a menos tempo, revelando o peso do estigma e a complexidade da relação com os familiares mais próximos, ou seja, com os pais e as mães, no processo de assunção.

Adónis: ‘Alguns membros da minha família já sabem... o meu processo em relação ao dele é diferente ele já está há algum tempo nisto... eu não já no processo de assumir a minha sexualidade é coisa de um ano... para outras pessoas para mim já era ponto assente mas eu já contei para os meus amigos mais chegados... pessoas mais importantes para mim

que eu tenho que falar já falei com alguns membros da família... a primos e irmã mas meus pais não.”

O estigma entranhado no indivíduo o inibe a determinadas acções (GOFFMAN, 1988), quando envolve a relação com os pais. Mas, também, a socialização heteronormativa é reproduzida nas acções e no próprio discurso do homoafectivo, nesse caso no Adónis diz o seguinte:

Adónis: “Mas acaba por se sentir diferente as relações especialmente as familiares ficam diferentes não é chegar numa reunião de família e apresentar-lhe como meu namorado... se ele fosse... se fosse uma mulher seria uma coisa mais fácil e seria aliás natural... como é que por exemplo numa reunião de família o apresento de repente como meu namorado então é uma questão muito mais delicada... por mais às vezes que tenhas uma família que te compreenda que te dá suporte... continua a ser uma situação um tanto ou quanto estranha.”

2.2.4 Dominação masculina

O imaginário cabo-verdiano relativamente ao mundo homoafectivo, principalmente quando é entre homens que gostam de homens, está repleto de imagens de homens efeminados. A visão de dois homens machos a relacionarem-se, de forma sexual e afectiva, causa espanto e incredulidade por parte dos outros. Apolo descreve uma situação que espelha este facto da seguinte forma:

Apolo: É um espanto e acaba por ser também um choque porque as pessoas não estão acostumadas a associar dois rapazes, másculos com atitudes masculinas, a serem gays... porque sempre associam com papéis efeminados... ou então quem come quem... isso que espanta as pessoas o que os confunde e que os deixa de certa forma na dúvida... puxa aqueles gajos são dois amigos não tem trejeitos nenhuns tem postura de homem mas beijaram-se agora, então o que é isso? É uma brincadeira? Estão sobre efeitos do álcool? Ou isto será verdade...

Segundo Adónis e Apolo existe uma ideia errónea de que as relações homoafectivas masculinas são estritamente sexuais

e promíscuas. Ele afirma também que na sociedade praiense os casais gays são mais estigmatizados do que os de mulheres homafectivas. Ele explica tal facto através da cultura machista cabo-verdiana masculina que resume os homens a predadores sexuais e a incapazes no que toca a relação de afecto, mais concretamente de afecto de homem para outro homem.

Adónis: “Normalmente as pessoas acabam por ver os gays como pessoas promíscuas que só querem sexo... Eu acho que a sociedade é muita mais permissiva com as lésbicas... muito mais.”

Apolo: “Sim, sim, muito mais.”

Adónis: “Eu creio que eles acreditam que possa haver muito mais afectividade entre duas mulheres do que entre dois homens.”

Apolo: “A nossa sociedade é muito machista.”

Adónis: “É muito machista, é uma forma de certa protecção a sociedade pensar... ou fingir que entre dois homens não possa existir afectividade.”

2.2.5 Classe social, espaços de abertura e fechamento

A maioria dos seus amigos são heteros e pertencem à elite praiense. No entanto no grupo restrito de amigos há muitos gays. Segundo os meus interlocutores, eles organizam festas fechadas só para gays em casa de amigos.

Apolo: “Temos vários tipos de amigos, mas às vezes fazemos festas, jantares e encontros só com amigos gays, fazer uma coisa diferente e estar com pessoas... só desse grupo.”

Adónis: “A maioria dos nossos amigos não é homossexual, apesar de estarem muitos homossexuais nesse grupo.”

Questionei-os sobre os gays de classe popular, se os conheciam e qual era a sua relação com eles, se ocupavam os mesmos espaços. Nos seus discursos, existe uma clara distinção social entre eles. A seu ver, os gays das classes populares reproduzem o

modelo de homoafectividade que se resume a uma relação sexual, com clara distinção entre o homem “macho” e o gay, reportando para relação de poder entre dois homens. Aquele que pratica sexo oral no outro, ou tem uma postura afectiva, é visto como um igual ou, na voz do meu interlocutor, como “bicha”, e os gays da classe popular querem ter relações com homens que eles vêem como heteros e não como “bichas”. Essa abordagem, a meu ver, reflecte a noção de masculinidade dos “badius”, em que o macho representa o “Grande-homem” do autor Welzer-Lang (2001), pouco afectivos e cheios de poder em oposição ao feminino que é delicado e frágil, ou seja, o ser passivo de uma relação.

Apolo: “Sim, antes frequentava muitas festas, tive muitos amigos de classe popular, mas aí a relação é muito diferente, aí eles vêem uma relação homoafectiva é apenas sexo, eles consideram um homem, aquele que não beija e não toca, aquele que não faz sexo oral, eles consideram, vou dar um exemplo, numa festa há uma pessoa, ele gosta de homens só que ele não é passivo, para esses gays ele não é gay, ele é hetero, porque ele não é... é uma situação muito complicada, ele me encontra se apaixona, ou quer sair comigo e só pelo simples facto de eu querer e ter necessidade, de beijar ou fazer sexo oral, já sou uma “bicha”, eles preferem sair com os “heteros”.”

Adónis: “Com os machões, que só se restringem a fazer sexo, os outros é fazer tudo o resto... a partir do momento que mostras que queres dar um certa afectividade que podes dar carinho a pessoas, também és bichas e isso não, eles querem um machão.”

2.2.6 Movimento social

Existe, da parte do Apolo e do Adónis, a noção de que o movimento social é importante e que os direitos sexuais deveriam ser alcançados, mas têm uma posição crítica em relação aos movimento pelos direitos dos LGBT a nível internacional, que muitas vezes “guetizam-se” e acabam por excluir os heteros das suas manifestações.

Adónis: “É bom quando se consegue os direitos mas para que fique tudo no mesmo patamar, para que não haja guetos, por exemplo as lutas que têm resultado nos direitos civis, o direito a pensões, as uniões civis, a herança e tudo mais, mas não nessa perspectiva de exclusão eu se consigo direitos, quase que eu quase que eu não sei que te coloca numa exclusão, de uma sociedade que te coloca num canto do ponto de vista dos movimentos que fecham em si mesmo, mas sim criar um movimento que permite a entrada de todos é conseguir direitos mas por mérito e não as vezes por outras...”

Em Cabo Verde eles pensam que deveria haver um suporte ao embrião de movimento levado a cabo pela Txinda, travesti do Mindelo e o seu grupo, mas que as pessoas não querem dar a cara para esse tipo de acção, e que o surgimento do movimento fica condicionado por esta falta de maturidade. E vêem a maturidade, no futuro, como uma saída para o engajamento dos homoafectivos, pois não vêem os ganhos dos direitos sem a existência desse tipo de movimento. Em nenhum momento mostraram que seriam capazes de “dar a cara” para tal movimento por ora.

2.3 Ana e Susana: relatos de um casamento homoafectivo

A Ana e a Susana foram as primeiras homoafectivas que aceitaram ser entrevistadas por mim. Elas moram na mesma casa há vários anos e têm filhos de um anterior relacionamento hetero.

2.3.1 Cidade da Praia e movimento social

Tal como a Joana e a Maria, a visão das duas sobre a cidade e a homoafectividade é definida pela palavra hipocrisia, uma falsa indiferença, ou seja, que sem ser declaradamente homofóbica constrange, até certo ponto, os indivíduos homoafectivos. Esse constrangimento é sentido não pelas declarações ou manifestações explícitas dos praienses, mas, sim, pela omissão, pelas conversas de rua, fofocas, ou mesmo por não falar e por não ter

uma atitude. A Ana descreveu, da seguinte forma, a sociedade praiense relativamente à homofobia:

Ana: “Ãh... Eu acho que vou usar um termo que usa o crioulo, vamos tentar explicar um bocadinho, ela (a sociedade praiense) age num estilo “da pa dodu” (fingir-se de doido), ou seja, eu entendo que a sociedade não é que seja declaradamente, na minha experiência, homofóbica, mas também não é aberta... há um sistema de alguma hipocrisia, de alguma suposta indiferença de dizer que somos todos iguais desde que não haja nenhuma atitude chocante... mas que esteja aberta eu não diria, eu acho que é mais uma sociedade estilo avestruz, ou “da pa dodu”, avestruz que prefere enfiar a cabeça dentro da areia para não enfrentar e não discutir.”

Em termos de vivência, e de como esta forma de agir da sociedade as afecta, as duas afirmam que esta situação não as afecta, pois levam a sua vida como querem. Percebe-se que incorporam o agir social da suposta indiferença e não agem com atitudes que possam provocar algum choque. O refreamento das suas manifestações públicas é visto como um sinal de respeito pelos outros.

Susana: “Eu a mim... ãh, não me aquece nem me arrefecem, porque eu levo a minha vida normal e desde que como a Ana disse, não faça algo que choque em demasiado a sociedade, o sentimento é que eu nunca tive. Não é justo, mas no entanto eu respeito também, é onde termina a minha liberdade e começa a liberdade...”

Não sentem que estejam limitadas na sua vivência afectiva, mas relativamente a questões práticas e ao acesso a alguns direitos sociais, o sentimento é outro. Foram o casal de homoafectivos entrevistados que mais focaram nesse tipo de problema, pois a sua relação já ultrapassou a fase do namoro e, com a união estável, as questões práticas e os benefícios dos direitos de um casamento passam a ser levados em conta.

Ana: “Sim em termos sociais não há outras questões, estávamos a pensar e a tentar, transformar numa união de convivência numa união de facto, formalmente reconhecida e não há lei, não se consegue... em termos práticos tem implicações por exemplo o pagamento de impostos, concorrer para o crédito bancário, faz-se de conta que é só uma pessoa

então... Tu não ficas prejudicada nessas coisas, tens os teus filhos e... ela tem os filhos e pode sempre beneficiar (impostos) ... mas o crédito não dá, temos que fazer individual.”

Nessa conversa elas afirmaram que apoiariam um movimento social pelos direitos dos homoafectivos que tivesse credibilidade e que levasse ao Parlamento questões pertinentes com os quais, actualmente, deparam-se, como dificuldades da vida prática e que levasse em conta a situação das pessoas próximas ou que tenham uma relação de parentesco como os filhos.

2.3.2 Relação com os outros

Do seu ponto de vista, a Ana e a Susana, por pertencerem à elite e serem pessoas reconhecidas socialmente pela sua profissão, sentem que as pessoas não as tratam de forma diferenciada, mas também assumem que fazem o jogo da sociedade, ou seja, refreiam os seus actos de afectividade em público.

Ana: “Eu diria que bom. Nós somos duas pessoas que temos um status social que não é de baixo nível né... temos reconhecimento talvez por isso que as pessoas... mas não raras vezes eu por exemplo já ouvi comentários apanho só uma parte dela “a flana de tal é...” há duas coisas que preocupam as pessoas que desempenham o papel de homem ou mulher... e dizer olha ter sido barrada não... nós entramos em qualquer sítio de cabeça erguida (tanto eu como ela) isso não há problema... aquilo é muito mais subtil do se possa imaginar em convívios é que se pode ver alguma coisa já há alguma ironia, alguns comentários de brincadeira...”

Susana: “Eu faço o jogo da sociedade ok. Desde que não haja evidências coisas flagrantes, façamos de conta que como se fosse qualquer outra pessoa, eu então ajo em conformidade... muito raramente há troca de afecto ou carinhos.”

2.3.3 Relação com a família

O espaço da casa é o local por excelência onde elas vivem na sua plenitude o seu amor homoafectivo. É onde elas se sentem livres para manifestarem os seus sentimentos. Mesmo na presença de outras pessoas e, enfatizaram, mesmo na presença dos familiares. Isto porque, tal como nos outros casos, é dos familiares que elas receberam maiores estímulos negativos relativos à demonstração dos seus sentimentos. E, neste caso, foi também onde sentiram mais dificuldades de viverem o seu amor de forma declarada, por ansiarem uma aceitação que não aconteceu de imediato, mas um processo com pequenos ganhos.

Susana: “O meu problema agora é nem ligar... não me afecta... nós temos a nossa casa quem quiser ir vai... vai à nossa casa quem quer... eu em minha casa não faço questão nenhuma de esconder ou restringir... em minha casa não faço isso! Mesmo estando a nossa família presente.”

Nas sociedades ocidentais modernas, cada vez mais, junto com os movimentos sociais pelos direitos dos homoafectivos, reivindica-se a pluralidade de modelos de família, ultrapassando a tipologia de família clássica heterocentrada e nuclear. A conjugalidade e as famílias homoafectivas são modelos ou tipos que ainda não se reconhecem a nível legal e socialmente, muito menos na maior parte das sociedades marcadamente tradicionais e heterocentradas, como é o caso de Cabo Verde. O relacionamento conjugal de Ana e Susana começou a ser construído há uma década e, desde o início, tinham dois filhos biológicos da Susana, o que faz com este casal tenha enfrentado situações diferentes em relação aos demais interlocutores.

A vivência da conjugalidade e da parentalidade numa família homoafectiva, na cidade da Praia, é algo pouco comum e pouco presenciada, e que acarreta, por si só, algumas dificuldades associadas ao facto imediato de não haver legislação que enquadre e proteja esse tipo de família, pois tal não está previsto no âmbito do código civil no livro da família. Não obstante isso, foi

um projecto de vida desde logo abraçado pelo casal. E a sua vivência é descrita com muita positividade e entusiasmo. A Susana afirmou o seguinte: “*Eu gosto de estar casada eu dei o primeiro passo... eu é que a obriguei a casar (risos) ...ela é que é mais resistente...*”. Ela ainda deseja celebrar o casamento numa cerimónia simbólica com os amigos e familiares. A Ana afirma, por seu turno, que a Susana é mais sonhadora e ela mais pragmática, daí ela ter uma visão menos romântica do casamento. Considera-se casada com a Susana, mas, por ser uma pessoa mais reservada, o casamento foi algo de muito repentino e que, pelo facto de ter crianças desde o início, confessou que foi difícil.

2.4 Kelly: a construção do corpo e do género feminino

A Kelly foi um grande desafio na definição conceptual, pois, por eu ter proposto dar voz aos nativos, queria perceber como ela se autodefinia. Ela variava muito na sua autodefinição: por vezes apresentava-se como mulher, noutros momentos definia-se como gay.

Ela nasceu do sexo masculino em São Vicente e após ter-se transformado adoptou o nome de Kelly. Pertencia a um grupo autodenominado de “pombas-giras”, liderado pela homoafectiva mais mediática do país, a Txinda, que nasceu Alcides e transformou-se ao longo da sua vida em mulher. Esse grupo, inicialmente, organizava concursos de beleza que intitulavam de Miss Gay. Notem que o interessante é que o termo gay tanto pode ser utilizado para designar o género masculino ou o feminino, mas a palavra em si é masculina e utilizada maioritariamente pelos homoafectivos masculinos. No entanto, o facto das pombas giras colocarem o termo de *Miss* (senhorita), e não *Mr* (senhor), demonstra a construção do feminino desse grupo. Actualmente, elas continuam a organizar o concurso de beleza em São Vicente, anualmente, mas, no último concurso, mudaram o título para

Miss Travesti. Sugiro que o facto de Kelly estar na Praia há cerca de 10 anos e não estar mais em contacto com o grupo, não lhe permitiu apropriar-se desse novo conceito êmico adoptado pelos travestis de Mindelo.

Para ultrapassar esta situação, ao longo do texto, e por razões analíticas e teóricas, utilizarei o termo *etic* (porque em nenhum momento foi utilizado pela Kelly), de Travesti. Ressalvando, mais uma vez, que os termos *ênicos* utilizados por ela foram gay e, por alguns momentos, o termo mulher.

2.4.1 A cidade da Praia

Kelly veio morar na cidade da Praia há já dez anos. Como mencionado anteriormente, ela veio junto com o grupo de amigas travestis do Mindelo. Como o pai é de Santiago, ela quis ficar nesta ilha. Mas, também, o facto da cidade da Praia oferecer melhores condições económicas (que a cidade do Mindelo) condicionou a sua escolha em ficar.

Na cidade ela foi “adoptada” no Bairro de Ponta Bélem pela B., uma comerciante que a deixou morar na sua casa, sendo que, em troca, a Kelly faz as tarefas domésticas e apoia na venda do pequeno bar/restaurante que existe na casa. A sua relação com B. é um misto de amiga e irmã mais velha. Elas gostam muito uma da outra mas, certas vezes, entram em conflito e a Kelly muda de casa. Actualmente, ela mora em outro bairro da capital, mas continua com uma relação forte tanto com B. como com o bairro de Ponta Belém. Todos os dias, Kelly vai para o bairro ajudar B. nas suas tarefas, e, também, é nesse bairro que as oportunidades de fazer um “biscate” (lavar para fora, limpar casas, ou passar roupas a ferro) surgem.

A sua situação económica é muito precária, pois ela não tem o nível de escolaridade básico e a sua condição de traves-

ti condiciona o acesso/manutenção de empregos. Ela garante-se com pequenos trabalhos domésticos, tradicionalmente vistos como trabalho feminino, que a coloca no limiar da pobreza, mas permite-lhe sobreviver. Os espaços onde ela circula, na cidade, são espaços maioritariamente de classe popular. À noite frequenta algumas discotecas, mas mostra-se selecta por motivos de segurança, ou seja, não vai a todos os ambientes.

Kelly: “No XXX ten mau ambienti... Ami e un pesoa sensível. N gosta di sociedadadi bonitu, lindu: na WWW, no ZZZ, N ka sabi si e un mau ambienti, ma ami N ta tratadu dretu la y N ten munti amigus”²

Ela afirmou que já foi maltratada na primeira discoteca mencionada e disse-me que na vida tem mais inimigos do que amigos. Kelly, pela sua condição de travesti, nunca poderia accionar estratégias de velamento na cidade da Praia. Mas, no entanto, ela se cuida, escolhendo os espaços onde circula, resguardando-se dos espaços que poderão ser perigosos para ela.

Kelly: “Nha vida ta sta na balansu ma nunca N ka briga na rua... Bandidus na rua Ami e gay ma N ta kunfia na mi.”³

2.4.2 O processo de transformação do corpo e do género

A transformação do género da Kelly, segundo o seu relato, começou na infância. Quando era criança a mãe vestia-lhe de menina e ela gostava. Também, disse que tinha fantasias sexuais com meninos e foi na infância (aos 9 anos) que teve a sua primeira relação sexual com um homem. Ela acredita que a origem da sua condição se reporta a uma “herança de família”, pois a expressão que ela usou foi: “*un kuzi ki ben di familia*”. Disse-me, também, que ela é prima da Txinda e que tem um primo de 14 anos, que

² “No XXX, há um mau ambiente. Eu gosto de uma sociedade bonita, linda. Na WWW e no ZZZ, não sei se são maus ambientes, mas eu sou bem tratada, tenho muitos amigos.”

³ “A minha vida está na corda bamba, mas nunca entrei em brigas de rua... Os bandidos na rua... Eu sou gay mas confio em mim”

lhe disse que sentia da mesma forma e que lhe pediu conselhos.

Este discurso vai de encontro com a ideia de que o feminino dos travestis é algo que tem a sua origem na natureza, algo que lhes foi dado e não construído. Segundo o autor Benedetti (2004), há que se levar em conta, também, que o sentimento e o comportamento feminino são vistos como resultado de um processo natural, e não artificial ou deliberadamente construído pelos sujeitos. “Nesse grupo, os atributos da sexualidade e do gênero são usualmente investidos de uma característica natural (portanto imutável, fixa) ou predeterminada (destino, natureza) para todas as pessoas, independente do seu sexo anátomo-fisiológico, e esse argumento também válido para as travestis.” (BENEDETTI, 2004, p. 60)

A transformação não é vista, portanto, como um processo social de aprendizado e construção. Do ponto de vista antropológico podemos perceber como essa transformação se processa. No caso da Kelly, as outras travestis mais velhas, como a prima Txinda, tiveram um papel importante na sua transformação e aprendizado. Pois, foi ainda adolescente que a Kelly saiu de casa e integrou o grupo das “pombas-giras”, iniciando a sua transformação. Nesse grupo, ela participou nos desfiles de moda (onde aprendia a vestir-se, a desfilas na passarela, e a maquilhar-se), viajou com elas para outras ilhas (inclusive para Santiago), e foi construindo pouco e pouco o seu corpo e gênero feminino.

2.4.3 O corpo e o gênero de Kelly

Eu conhecia a Kelly ao longe há já algum tempo, pois tínhamo-nos cruzado algumas vezes nas ruas do centro da cidade. A primeira vez que a vi, não tinha percebido que ela era travesti. Ao longo do trabalho de campo notei que essa situação acontecia com frequência com outras pessoas, o que a faz sentir-se feliz.

Pude presenciar essa satisfação num dos nossos encontros num café da cidade:

Logo no início da conversa, um amigo meu estava de passagem, ele viu-me e foi me cumprimentar. Cumprimentou-me com dois beijos na face e fez o mesmo à Kelly. Apresentei-lhe a ela e depois ele disse-me, olhando para a ela, “E ta parsi ku Rosa.”⁴ Depois ele despediu-se e foi-se embora. Notei que nesse instante a Kelly sentiu-se lisonjeada, sorria com a felicidade estampada na cara, e a sua insegurança foi até certo ponto ultrapassada.

(Diário de Campo em maio 2008)

Na literatura antropológica recente, refere-se que o corpo dos travestis é mais do que um mero suporte de significados, e que elas usam as transformações corporais como linguagem na construção de uma identidade de género feminino. (BENEDETTI, 2004, p. 55). Na linha dos estudos *queer*, a identidade de género adopta o carácter performativo em que o corpo é o instrumento por excelência de poder, atribuindo informações acerca da identidade feminina dos travestis. Através do corpo, que nasceu masculino, é modelado/fabricado um novo corpo feminino. Rompe-se com a rigidez (do natural e do biológico) para se apresentar um corpo socialmente construído, e carregado de significados de género que passam a ser, então, uma repetição estilizada de actos, ou seja, aquilo que é legitimamente aceite como sendo acto de mulheres com toda a carga das expectativas estruturadas.

O corpo-mulher “fabricado”, no caso da Kelly, é um dos principais instrumentos de comunicação da sua identidade de género feminino. Desde os gestos suaves ao andar calmo, até o cabelo que usa e dos pêlos que depila. Em Cabo Verde, o processo da fabricação do corpo não passa pela transformação médica, com usos de hormonas e silicone. Esses tipos de recursos técnicos não existem no país. Por tal, a fabricação do corpo assenta-se, sobretudo, no vestuário, acessórios utilizados e manipulação dos

⁴“Ela parece-se com a Rosa”.

pêlos e cabelo. E, no discurso da Kelly, percebi que o cabelo é o que transmite maior segurança em termos de afirmação enquanto mulher e, também, como uma afirmação estética. O cabelo de que ela faz uso é diferente da peruca, pois é uma extensão que se aplica e que é muito parecido com o cabelo natural entrançado com penteados africanos, ou com o aspecto natural sem as tranças. Existem diferentes tipos de cabelo, com texturas finas ou encaracoladas, com coloração ou natural, e, também, que pode ser natural ou sintético, sendo estes últimos os mais baratos. Percebi, nesse processo, que a sua “montagem” também está condicionada ao seu poder de compra, pois várias vezes ela reclamou que estava sem dinheiro para comprar o cabelo, e, quando isso acontece, ela usa um lenço simulando um cabelo enrolado debaixo do lenço, ou então usa uma peruca.

Hoje marquei um encontro com a Kelly, e escolhi como território um bar da capital, tipicamente de elite, onde eu me sinto à vontade. a Kelly sentiu-se um pouco insegura... Ao telefone ficou um pouco apreensiva e comentou que estava sem o cabelo e, por tal, ela não estaria como gostava de estar para “se apresentar”.

(Diário de Campo em maio de 2008)

A face, as mãos, e os pés passam por pequenas transformações e por recurso à maquiagem. Os pêlos, principalmente a barba, são um obstáculo na fabricação do corpo feminino. A eliminação do pêlo da cara é visível, mas como ela não usa harmônios para diminuir a proliferação dos pêlos, recorre à maquiagem para suavizar o aspecto da face. As suas sobrancelhas estão muito bem delineadas e finas, configurando-lhe um olhar mais feminino. Ela usa nos olhos uma sombra clara que contrasta com sua pele escura, nos lábios um batom vermelho escuro, sem destoar do tom da pele. Nos dedos das mãos e dos pés, um esmalte avermelhado.

O vestuário, no caso da Kelly, é ainda mais importante do que o cabelo, pois é a principal forma de comunicar para os outros

que ela é feminina. Mais uma vez, por não haver possibilidade de uso de hormonas, o vestuário é tipicamente feminino, ou seja, peças de roupa como saias, vestidos, blusas, e *jeans* e *shorts* muito justos (que modelam o corpo) são peças muito utilizadas, sendo que as cores, também não são neutras em termos simbólicos o vermelho, o rosa e o branco são privilegiados.

Benedetti, no seu trabalho antropológico junto das travestis brasileiras de Porto Alegre, diz que a “montagem” (termo êmico das travestis brasileiras) “é um processo de manipulação e construção de uma apresentação que seja suficientemente convincente, sob o ponto de vista das travestis, da qualidade feminina” (BENEDETTI, 2004, p. 67). O vestir é uma questão fulcral na construção do género feminino das travesti, pois é o que mais dá visibilidade ao que se pretende comunicar.

Do meu ponto de vista para além do vestuário, do tratamento dos pêlos, do uso da maquilhagem a forma como ela se expressa e comunica com os movimentos do corpo é a um só tempo uma construção e um resultado do feminino que a faz tornar-se Kelly. A forma de olhar, o andar com trejeitos, o uso das mãos para mexer no cabelo, para segurar no cigarro (ou mesmo para explicar algo através de gestos). A voz que apesar de grossa há um esforço para que saia de forma suave, o uso da linguagem é cuidadosa, o discurso acerca de si, afirmou ser uma pessoa delicada, suave. Estes actos e acções simbólicas enformam a construção permanente da performance do feminino da Kelly.

“Ora ki N ta ofendedu N ta riaji senpri ku palavras: ami e gay com muito orgulho, ami N ten stilu, iducason y klasi”⁵

(Diário de Campo em maio de 2008)

“Ami e un pesoa sensível. N gosta di sosiedadi bonitu, lindu”⁶

(Diário de Campo em maio de 2008)

5 “Quando sou ofendida reajo sempre com palavras: eu sou gay com muito orgulho, tenho estilo, educação e classe.”

6 “Sou uma pessoa sensível, eu gosto de uma sociedade bonita, linda.”

2.4.4 Relações de género

Ao corpo e à linguagem corporal femininos, a construção dos papéis sociais e de estatutos em relação aos outros é marcada por peculiaridades próprias do género que ela deseja ou projecta, sendo a sua rede de amizade maioritariamente constituída por mulheres e, algumas vezes, pautada por conflitos entre elas, sem assumir um carácter muito agressivo.

“Ora ki mudjeris ta infrenta-n N ta mostras ma mi e fina ku karater N ta respetas... Ami é mujer di kurason ma nunca N ka kis toma lugar di mudjer... Ma alguns namorados sin. (risos).”⁷

(Diário de Campo em maio de 2008)

A relação quotidiana com os homens, alguns da sua própria família, é mais agressiva e conflituosa do que com as mulheres reflectindo uma homofobia latente. Kelly descreveu-me uma cena em que o irmão, ao saber da sua homoafectividade, agrediu-lhe e levou-lhe à polícia. Este irmão ainda hoje a chama de “*moss*” (rapaz), o que a ofende profundamente. No Bairro onde ela morava, a sua relação com os homens, em geral, não era muito positiva. As relações afectivas/sexuais aconteceram sempre com homens. Ela tem um namorado que a apoia com as despesas quando precisa. O seu papel na relação afectiva é similar ao que se espera na sociedade cabo-verdiana do papel das mulheres em relação aos seus homens. As mulheres, principalmente as de classe popular, quando estão numa relação de afectividade esperam que o homem contribua para as “manter” economicamente e os homens têm a expectativa de prover na relação.

“Ora ki-n mesti dinheru N ta pidi nha namoradu e ta da-n. Nha namoradu N ta mesti di gaz e ta da-n...Ele e ten siumis di mi... E bai nha kaza e atxa un amigu di meu ta djuda-n poi kortina e xatia ku mi.” Notei uma

⁷ “Quando as mulheres me enfrentam, mostro-lhes que sou fina e com carácter, eu as respeito... Sou mulher no meu coração, mas nunca quis tirar o lugar das mulheres... Mas, alguns namorados, sim (risos).”

certa felicidade ao contar-me esse episódio.⁸

(Diário de Campo em maio de 2008)

Kelly conquistou o seu próprio espaço, ela personifica a multiplicidade das performatividades de género na cidade, construindo a sua própria visão do feminino. Mas que feminino é esse? Será o mesmo feminino que as mulheres? “As travestis constroem seus corpos, suas vidas na direcção de um feminino, ou de algo que elas chamam de feminino. Em sua linguagem êmica, querem ser mulher ou se sentir mulher. Se sentir mulher, é uma expressão que por si só já traz algumas pistas de como esse feminino é construído e vivenciado pelas travestis. De facto, a maior parte não se iguala às mulheres, nem tampouco deseja fazê-lo. O Feminino travesti não é o feminino das mulheres.” (BENEDETTI, 2004, p. 96). Partilho desta visão, pois, no caso da Kelly, foi um ponto assente e ficou claro, no seu discurso: que não era mulher, e que poderia ser melhor que muitas mulheres: outras vezes, disse que respeitava muito as mulheres. Apesar de toda a sua vida ser canalizada para a construção do feminino, ela faz sempre distinção com as mulheres. “O Género das travestis se pauta pelo feminino. Um feminino tipicamente travesti, sempre negociado, reconstruído, ressignificado, fluido. Um feminino que se quer evidente, mas também confuso, borrado, as vezes apenas esboçado.” (BENEDETTI, 2004, p.96)

A ambiguidade de ter nascido do sexo masculino (conjugado com a concretização da sua vontade e projecto de vida no feminino) vem enriquecer a realidade social e nos estimula a visualizá-la de forma não exótica, mas distinta para o respeito da multiplicidade e das diversidades dos indivíduos. Ademais, enquanto oriunda de um bairro popular, ela demonstra que a as-

⁸ Quando preciso de dinheiro peço ao meu namorado e ele me dá. Se eu precisar de gás ele me dá... Ele tem ciúmes... Ele foi à minha casa e encontrou um amigo meu a colocar-me cortinas e ele ficou zangado comigo.

sunção pública do estilo de vida homoafectivo não é exclusivo da elite praiense.

Considerações finais

A dinâmica da construção de género deve ultrapassar as convenções previamente determinadas e a leitura do corpo junto com a análise das vivências afectivas/sexuais diversas enriquece essa dinâmica permitindo visualizar significados múltiplos que comportam processos constantes de transformações.

Fazendo uso dos estudos *queer*, da construção teórica da multiplicidade das performances género com o recurso a uma etnografia, esta pesquisa deu conta de múltiplas dinâmicas identitárias e de usos do corpo na cidade da Praia. Desde a construção do corpo e género feminino de alguém que nasceu do sexo masculino; ao corpo másculo de dois homens que buscam o afecto e desejo no outro, sem nunca buscar a construção do género feminino; ou ainda, a feminilidade e a beleza de duas mulheres que pretendem acima de tudo amar um ser humano, sem olhar ou fixar-se no género como uma determinante objectiva da escolha da sua parceira ou parceiro e por fim de um casal de mulheres que construíram uma conjugalidade e parentalidade homoafectiva. Estas multiplicidades de corpo e género ultrapassam a visão binária, homem/mulher, e permitem perceber que a identidade de género não é uma realidade estável. Pelo contrário, é uma identidade debilmente constituída ao longo do tempo, instituída por uma repetição estilizada de actos. Por tal, não deve ser vista como uma “essência interna” do homem ou da mulher, pois ela é produzida mediante um conjunto de actos, postulados e estilizações que podem ser adoptados por pessoas deste sexo ou do outro de forma performativa.

Ultrapassada a questão da identidade e das dinâmicas da

construção do género e do corpo analisei o quotidiano onde estão inseridos as homoafectivas e os homoafectivos da minha pesquisa. Sem entrar no debate, sempre actual das ciências sociais, da sociedade versus indivíduo, pude perceber, pelas vivências relatadas e pelos factos observados, que eles e elas são pessoas portadoras de projectos individuais e de atitudes próprias. Contestam o “normal” nesta sociedade, mas, também, percebe-se que as suas vidas e projectos individuais não são totalmente livres do ambiente em que vivem. Por vezes, estratégias de encobrimento são utilizadas, não de forma a anular as suas vivências homoafectivas, mas, sim, de forma a se defenderem de homofobias latentes.

A pesquisa teve como pano de fundo a cidade da Praia, que foi descrita pelos interlocutores como uma sociedade hipócrita em que ninguém demonstra a sua homofobia directamente, mas fá-lo de forma velada com atitudes que acabam por constranger, visando reorganizar o real social no sentido da moral vigente. As elites locais tanto aparecem a defender causas próprias de “cidade grande”, como se refugiam, nesse caso, no silêncio mediante questões de índole moralista. O não dito prevalece, e vinga a perpetuação do preconceito e da hipocrisia contra os homoafectivos. A superficialidade, o anonimato, e o carácter transitório das relações urbanas-sociais, como características que explicam a sofisticação, racionalidade e o cosmopolitismo atribuída aos cidadãos, bem como produtora de um sentido de tolerância face à diferença, não se vislumbram na cidade da Praia no caso dos homoafectivos. Logo, a questão do estigma, e de como os meus interlocutores lidam com o mesmo, está interligada e varia consoante o espaço em que se encontram (casa, trabalho, bares, etc.), momento das suas vidas (descoberta, namoro, casamento, etc.), e as pessoas (familiares, conhecidos, ou amigos) que os rodeiam. Exceptuando a Kelly, existem estratégias de encobrimento que surgem muitas vezes como um recurso muito utilizado, pois, tal como disse Goffman (1988), quase todas as situações secretas de alguma forma são conhecidas por alguém, o que levanta uma

suspeita sobre as pessoas. E os indivíduos portadores de estigma, se estiverem numa posição de que seria possível (ou necessário) recorrer ao encobrimento, o fariam.

Referências Bibliográficas

BENEDETTI, Marcos Renato. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. “Quando gênero se desloca da sexualidade: homossexualidade entre transexuais”. In: GROSSI, Miriam Pillar; SCHWADE, Elisete (org.). *Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade*. Florianópolis: Nova Letra, 2006.

COSTA, Benhur Pinós. *Por uma geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade*. Tese de Doutorado em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

GOFFMAN, Erving. *O Estigma*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

LAPLANTINE, François. *A descrição etnográfica*. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

SANTOS, Ana Cristina. “Heteroqueers contra a heteronormatividade: notas para uma teoria inclusiva”. Noruega, 2005. Tese de Doutorado. Gender Studies, Universidade de de Leeds, Reino Unido. Disponível em http://www.ces.uc.pt/yces/UserFiles/livros/223_Oficina_do_CES_239_Nov2005.pdf. Acessado no dia 10 de maio de 2009.

VELHO, Gilberto. *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

WELZER-LANG, Daniel. “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia.” *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2. Florianópolis: 2001.

Capital social como estratégia de redução da pobreza: a implementação do programa de luta contra a pobreza no meio rural em Santiago

Paulo Ferreira Veríssimo

Introdução

Apesar de Cabo Verde conviver, desde o início da sua colonização, com situações de precariedade social e económica, até os anos 60 do século passado a intervenção do Estado Colonial em matéria de promoção de políticas de desenvolvimento económico e social era praticamente epidérmica, pontual e superficial.

A partir de 1968, com o acentuar da crise provocada pela generalização dos efeitos económicos e sociais da seca, bem como a mudança nas relações internacionais decorrentes do processo que viria a conduzir à independência das antigas “colónias” inglesas e francesas da África, a par do início da luta armada nas “colónias” portuguesas, o Estado Colonial em Cabo Verde assumiu um carácter eminentemente assistencial.

É assim que, de 1968 a 1974, o Estado aumenta, de forma exponencial, a taxa de emprego público eventual, através da implementação de um amplo programa de obras públicas que faz recurso ao trabalho intensivo, tendo como objectivo prover a população camponesa atingida pela seca de meios de subsistência (CORREIA E SILVA, 2001, p. 30).

Com a independência do país, o governo extingue o sistema dito de “apoio” e cria programas de emergência e, mais tarde, um programa de trabalhos públicos, organizado no quadro das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO), destinado a ocupar os activos agrícolas desempregados, e não só, devido às secas. Deste modo, as FAIMO passam a constituir uma relevante fonte de emprego e uma das mais importantes redes de segurança social e canal para atingir as camadas mais pobres da população (PNLP, 1997).

No entanto, algumas das suas características conduziram à criação de uma dependência perversa que, a longo termo, se auto-reproduz. Mais importante ainda, o sistema, tal como foi aplicado, não terá, segundo o próprio governo, criado as esperadas condições para a saída dos trabalhadores da situação que justifica as FAIMO (PNLP, 1997, p. 7-8).

A partir dos anos 80 do século XX, o Estado, até então assistencialista e distribucionista, procura conciliar uma orientação desenvolvimentista. Mas, à medida que o montante da Ajuda Pública ao Desenvolvimento foi diminuindo, essas duas orientações tornaram-se antagónicas e a reconversão das FAIMO aparece como uma preocupação política com vista à melhoria da produtividade (CORREIA E SILVA, 2001, p. 35-6).

Porém, as tentativas de reconversão não terão sido bem sucedidas devido, fundamentalmente, ao seu não enquadramento numa política integrada de desenvolvimento económico e de redução da pobreza e das desigualdades sociais, à falta de coordenação das políticas públicas e a dificuldades de financiamento, bem como a permanência das causas de fundo da pobreza e a ausência de soluções, que, em função da conjuntura, têm levado o governo a alargar a oferta de trabalho público com carácter social (PNLP, 1997, p. 9).

Não obstante aos esforços consentidos pelo Estado colonial e que se expandiram depois da independência, segundo Furtado (2008, p. 18) estudos sobre a pobreza realizados em 1993, assentes no inquérito às receitas e despesas familiares levado a cabo em 1988-89, apontavam que 30% da população cabo-verdiana, na altura, era pobre, e, destes, 14% viviam em extrema pobreza.

Com a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhaga, em 1995, que constituiu um marco determinante para a tomada de consciência global sobre a pobreza que então atingia cerca de um quarto da população mundial, o governo de Cabo Verde estabeleceu, no Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000, a redução da pobreza como um dos objectivos primordiais da política do desenvolvimento do País (Secretaria de Estado para a Luta Contra a Pobreza, 1999).

Assumindo as recomendações da referida Cimeira, e no quadro do Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000, o governo de Cabo Verde deu início, a partir de 1997, com o apoio de alguns parceiros internacionais, ao processo de elaboração e implementação do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza

(PNLP). Em Julho de 2000, no âmbito do PNL e do acordo de empréstimo assinado entre o governo de Cabo Verde e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), foi iniciado o Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), nas ilhas de Santiago (São Miguel e Tarrafal), Fogo, Brava, São Nicolau e Santo Antão.

O PLPR tem como objectivo reduzir a pobreza rural através do desenvolvimento do capital social da população pobre, assente na mobilização das potencialidades existentes no domínio de iniciativas económicas e sociais no âmbito das comunidades locais (FURTADO, 2007).

A estratégia de redução da pobreza seguida por esse programa, segundo o seu enunciado, assenta-se numa abordagem participativa que se estrutura em torno da ideia de que a melhor forma de lutar contra a pobreza rural é dar aos pobres o poder de decisão quanto à maneira de se precaverem dessa situação. A ideia força é de que os pobres rurais, mobilizando-se, organizando e desenvolvendo as suas competências, constituem os principais actores da luta contra a pobreza (FIDA, 2003, p. 41).

Ao pretender que as populações rurais pobres tomem parte de forma efectiva no processo de tomada de decisões que lhes dizem respeito directamente, o PNL, com a implementação do PLPR, procura marcar uma viragem nas políticas públicas de combate à pobreza até então seguidas em Cabo Verde, caracterizadas pela tradição assistencial das FAIMO e por um modelo *top-down* de intervenção, em que o Estado ocupa sempre um papel central no processo de concepção, execução e avaliação de políticas públicas.

Nesse contexto, torna-se pertinente analisar as possibilidades e os limites de concretização dessa estratégia de redução da pobreza que considera o capital social das comunidades locais como recurso - especialmente neste momento que o PLPR se encontra na sua última fase – tarefa que este artigo objectiva realizar a partir da experiência da sua implementação nos municípios de São Miguel e Tarrafal na Ilha de Santiago.

Partindo das diversas concepções de capital social, em particular a formulada por Robert Putnam (1996), e da perspectiva dos beneficiários do PLPR, este artigo analisa, em específico, a participação das comunidades no processo de tomada de decisões e nas actividades desenvolvidas pelas Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD), o grau de confiança, de coesão e de solidariedade entre as pessoas, bem como a assunção do PLPR e o seu impacto.

A recolha de dados decorreu entre Fevereiro a Maio de 2008 junto de membros de direcção de ACD e chefes de agregados familiares, com base num guião de entrevista semiestruturado e num questionário previamente elaborados.

Ao todo, foram entrevistados 10 membros de direcção das ACD, sendo cinco em cada um dos referidos municípios. A aplicação do questionário foi feita de forma aleatória a 294 chefes de agregados familiares, sendo 55 no município de São Miguel e 239 no Terrafal.

A amostra foi definida com base no número de agregados familiares existentes nas localidades em que o trabalho de campo se realizou, conforme dados do Censo 2000, representando cerca de 10% desse número.

No município de São Miguel a recolha de dados decorreu nas localidades de Achada Portinho, Veneza, Monte Pousada, Achada Bolanha e Hortelão. No concelho do Terrafal foi feita na Vila de Mangui e nas localidades de Chão Bom, Fazenda, Achada Biscainho e Milho Branco.

1 Capital social: concepções e críticas

O conceito de capital social emergiu nas Ciências Sociais a partir da década de 80 do século passado. A primeira análise sistemática contemporânea deste conceito conduz-nos a Pierre Bourdieu (1980, p. 2) que o definiu como “o agregado dos recur-

sos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo”.

Acrescenta Bourdieu que:

o volume de capital social que um actor possui depende particularmente da extensão dessa rede que ele pode efectivamente mobilizar e do volume de capital (económico, cultural ou simbólico) que possui cada um dos actores vinculados a essa rede. (BOURDIEU, 1980, p. 2)

A definição de Bourdieu é instrumental e concentra-se nos benefícios que os indivíduos recebem em virtude da participação em grupos e na construção deliberada da sociabilidade como forma de acesso a outros recursos.

Neste sentido, as redes sociais não são um dado natural, sendo antes construídas através de estratégias de investimento orientadas para a institucionalização das relações do grupo, utilizáveis como fonte digna de confiança para aceder a outros benefícios (PORTES, 2000, p. 135).

A segunda fonte contemporânea para a discussão do capital social é a obra “*A Dynamic Theory of Racial Income Differences*” do economista Glenn Loury (1977) que, criticando as teorias neoclássicas sobre a desigualdade racial de rendimentos e suas implicações políticas, se refere a este conceito apontando para o diferencial de acesso às oportunidades, mediante conexões sociais entre os jovens pertencentes a sectores minoritários e não minoritários.

Na sua perspectiva, e a partir do estudo sobre os Estados Unidos da América, as proibições legais contra as preferências raciais dos empregadores e a aplicação de programas para a igualdade de oportunidades não bastariam para reduzir as desigualdades raciais, uma vez que estas poderiam ser mantidas ao longo do tempo, por duas razões: em primeiro lugar, a pobreza herdada de pais negros transmitia-se aos filhos na forma de menores recursos

materiais e oportunidades educativas; em segundo lugar, as conexões mais precárias dos trabalhadores negros jovens com o mercado de trabalho e a falta de informação sobre as oportunidades existentes (PORTES, 2000, p. 136).

Apesar da interessante contextualização do conceito de capital social, Loury não chegou a desenvolvê-lo de forma minimamente pormenorizada e nem procurou a sua relação com outras formas de sua manifestação, além do diferencial de acesso às oportunidades (PORTES, 2000).

Contudo, o seu trabalho abriu caminho a uma análise mais refinada do mesmo processo, levada a cabo por Coleman (1990), que definiu o capital social como uma

variedade de entidades distintas com dois elementos em comum: todas elas contêm alguma dimensão das estruturas sociais, e todas elas facilitam certas acções dos actores – sejam pessoas ou actores corporativos – dentro da estrutura. (COLEMAN *apud* CARPIM, 2005, p. 17)

Como refere Ferrarezi (2003, p.10), a definição de Coleman assenta-se nos efeitos relacionais presentes na estrutura social que beneficiam indivíduos concretos, e não nas causas desses efeitos. As causas podem ser distintas para um mesmo efeito, conformando várias formas de capital como a confiança, a informação útil, benefícios relacionais que as organizações produzem para os seus membros, como consequência de suas actividades, normas e sanções, obrigações, expectativas e relações de autoridade.

Não obstante reconhecer que o capital social pode ser encontrado tanto na estrutura social como nos indivíduos, Coleman, na sua obra, dá atenção exclusiva ao capital social como recurso e o associa à obtenção do capital humano.

Nesse aspecto, podemos constatar que ele, assim como Pierre Bourdieu, além de sublinhar a intangibilidade do capital

social em comparação com outras formas de capital, associa o capital social à obtenção de recursos por parte dos indivíduos.

No entanto, em contraponto a Bourdieu, Coleman, ao definir o capital social pelos efeitos nas relações presentes na estrutura social que beneficiam indivíduos concretos, e não pelas causas desses efeitos, procura demonstrar que o capital social também pode ser um recurso importante para as não-elites (CERULLO, 2006, p. 11).

O conceito de capital social formulado por Coleman recebeu fortes críticas por parte de autores que divergem do seu enfoque centrado na teoria da acção racional que o leva a conceber as relações sociais em termos instrumentais, concebidas como elementos de cálculo racional por parte de indivíduos que buscam os seus próprios interesses, e não como constitutivas de identidades.

Todavia, as críticas não puseram em causa a sua ideia de que o capital social reside na estrutura das relações e reconhecem que estas podem dar aos indivíduos acesso a recursos e que as expectativas, normas e confiança são intrínsecas a relações sociais específicas, daí que o conceito de capital social de Coleman se refere a contextos determinados (MILLAN, 2004, p. 723).

Depois de Bourdieu, Loury e Coleman, diversas outras análises de capital social foram produzidas, sendo a mais importante a de Robert Putnam. Para este autor, capital social diz respeito “as características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as acções coordenadas” (PUTNAM, 1996, p. 177).

Segundo ele, as acções coordenadas são mais fáceis de se verificar nas comunidades que tenham herdado um bom *stock* de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica.

A noção de capital social assume com este autor um carácter colectivo e uma perspectiva sociocultural de compromisso cívico em que a confiança, as normas e os sistemas de participação tendem a ser cumulativos e a se reforçarem mutuamente (PUTNAM, 1996, p. 186).

Ao conceber o capital social como confiança, normas e redes que facilitam a cooperação para o benefício mútuo, Putnam explora este conceito numa perspectiva diferente comparativamente a Bourdieu e a Coleman que o associam à obtenção de recursos por parte dos indivíduos.

De facto, Putnam aplica o conceito numa perspectiva mais ampla, investigando como o capital social actua em âmbito regional para potencializar as instituições democráticas e o desenvolvimento económico (CABREIRA, 2002, p. 39).

Para o autor de *Comunidade e Democracia – a experiência da Itália Moderna* (1996) o desfasamento no desenvolvimento económico entre o Sul e o Norte da Itália deve-se, precisamente, à diferença em termos de *stock* de capital social existente entre essas duas regiões.

No Norte da Itália

as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica corporificam-se em confrarias, guildas, sociedades de mútua assistência, cooperativas, sindicatos e até clubes de futebol e grémios literários. Esses vínculos cívicos horizontais propiciaram níveis de desempenho económico e institucional muito mais elevados que o sul, onde as relações políticas estruturam-se verticalmente. (PUTMAN, 1996, p. 190)

Em contrapartida, no Sul, a desconfiança mútua, a transgressão, a dependência vertical, a exploração, o isolamento, a desordem, a criminalidade e o atraso reforçam-se mutuamente.

A participação política e social organizava-se verticalmente, e não horizontalmente. A desconfiança mútua e a corrupção eram consideradas

normais. Havia pouca participação em associações cívicas. A ilegalidade era previsível. Nessas comunidades as pessoas sentiam-se impotentes e exploradas (PUTMAN, 1996, p. 191).

Neste sentido, Putnam conclui que as normas e os sistemas de participação cívica, o capital social na sua acepção, contribuem para a prosperidade económica e são, por sua vez, reforçados por essa prosperidade, ganhando maior importância a medida que prossegue o desenvolvimento económico.

Após a publicação dos seus trabalhos, a ideia de que a existência de capital social é um elemento chave para se promover e compreender a permanência de disparidades no desenvolvimento de comunidades foi assumida por várias instituições internacionais e locais, em ruptura com a concepção de desenvolvimento em voga, centrada no capital físico, financeiro, humano e natural.

Desde então, vários autores, pesquisadores e activistas do desenvolvimento, tais como fundações e órgãos destinados à promoção das condições de vida das populações, têm tentado medir e aumentar os *stocks* de capital social nas diversas instâncias das economias, como pequenas comunidades, municípios, países ou Estados (PERES, 2000, p. 7).

Considera-se, como refere Mayorga *et al* (2004), que as comunidades com maiores níveis de capital social são mais propensas a desenvolver dado que o acúmulo de articulações sociais e de organização da sociedade gera melhorias na qualidade de vida da população, criando alternativas para superar os problemas existentes (MAYORGA *apud* BAPTISTA *et al.*, 2007, p. 75).

Não obstante o conceito de capital social ter ganhado grande popularidade com a publicação dos seus trabalhos, Putnam tem sido amplamente criticado pela falta de rigor científico com que alegadamente define e utiliza este conceito e pelo poder explicativo que atribui às variáveis e sua mensuração na realidade (CARPIM, 2005, p. 18). Neste sentido, Reis (2003, p. 44) afirma

que o conceito de capital social permanece surpreendentemente impreciso durante toda a exposição do capítulo final da sua obra *Comunidade e Democracia – a experiência da Itália Moderna* (1996), sem que Putnam jamais o defina.

Feita a alusão inicial, tudo o que se segue é, primeiramente, uma remissão à exposição do conceito feita por James Coleman e outros autores, seguida por uma enumeração um tanto vaga de atributos do capital social, que jamais chega perto de uma definição (REIS, 2003). De acordo com Ferrarezi (2003, p. 12), Putnam foi ainda alvo de críticas por ser alegadamente etnocêntrico, pela ênfase dada a dependência à trajetória, por não ter demonstrado empiricamente que a vida associativa cria altos níveis de confiança generalizada e pelo facto de não ter reconhecido *a priori* o lado negativo do capital social.

No mesmo sentido, Portes (2000, p. 146) afirma que a investigação publicada sobre o capital social acentua fortemente as suas consequências positivas, descurando que os próprios mecanismos apropriáveis por indivíduos e grupos como capital social podem produzir consequências menos desejáveis.

2 A participação da comunidade nas decisões e actividades das ACD

A participação em associações constitui, no quadro do PLPR, o mecanismo através do qual as comunidades locais planeiam, executam e avaliam acções de luta contra a pobreza, dentro da perspectiva *bottom up* anunciada por esse programa.

Aliás, segundo Peres (2000, p. 7), as tentativas de aumentar o *stock* de capital social nas comunidades têm-se assentado na criação e no aumento de participação nas instituições horizontais de desenvolvimento comunitário.

A esse respeito, o Relatório da Missão de Pré-Exame Inter-Ciclo de 2007 indica que em São Miguel e Terrafal as decisões quanto às acções de luta contra a pobreza, aquando da realização dessa missão, eram tomadas essencialmente pelos membros da ACD, contando, na maioria das ACD, com uma forte participação da comunidade, incluindo não membros dessas associações.

No entanto, nas comunidades abrangidas por este estudo, de acordo com os dados recolhidos com a aplicação do questionário, não se nota essa forte participação da comunidade nas decisões, como nos dá conta o referido relatório.

Com efeito, somente 28,5% dos chefes de agregados familiares inquiridos já participaram nas decisões tomadas pelas associações comunitárias, sendo que mais de metade nunca participou. Facto que, de certa forma, nos permite questionar o papel das Comissões Regionais de Parceiros (CRP), particularmente a sua Unidade Técnica existente em cada ilha e/ou município em que o PLPR intervém, na construção e assunção, nas comunidades de intervenção do PLPR, da abordagem participativa definida por esse programa.

Tabela 1 – Participação nas decisões tomadas pelas ACD

Descrição	%
Nunca participou	67,7
Às vezes	18,0
Sempre	10,5
NR	3,7
TOTAL	100,0

Analisado por afiliação às ACD constata-se que dos inquiridos que participaram na tomada de decisões apenas 21,7% não eram membros das ACD, verificando-se a tendência para

uma maior participação dos membros das ACD na identificação e aprovação das prioridades em termos de acções a serem desenvolvidas pelas ACD, o que traduz o facto de esta ocorrer em assembleias-gerais, onde apenas os membros têm direito ao voto.

Além de não se verificar uma forte participação no processo de tomada de decisão, nota-se também que a percentagem dos inquiridos que tinham uma participação permanente nesse processo era bastante reduzida. Dos inquiridos que participaram das decisões (28,5%), 18% não o fizeram com frequência e 10,5% sempre participaram, o que evidencia a tendência para uma maior participação dos membros das ACD nesse processo.

Aliás, analisado por filiação à associação, os dados mostram que dos inquiridos que eram membros das ACD 73,8% já participaram nas decisões, dos quais 31,8% sempre participaram, e 17% nunca o fizeram. Em relação aos que não eram membros das ACD, apenas 8,9% dos mesmos já participaram de tais decisões, dos quais somente 1,5% sempre participaram.

A análise dos dados por sexo revela, apesar de mais de metade dos inquiridos que eram membros das ACD serem mulheres, que a participação dos inquiridos de ambos os sexos nessas decisões é equitativa, constituindo os homens 50,6% dos que dela tomaram parte. Por outras palavras, a maior adesão das mulheres às ACD não se traduz numa maior presença destas no processo de tomada de decisão.

Aliás, o próprio Relatório da Missão de Pré-Exame Inter-Ciclo de 2007 salienta que não há correspondência entre a adesão das mulheres às ACD e a participação delas nos órgãos de direcção.

Segundo esse documento, não obstante as mulheres representarem cerca de 67% dos membros das ACD que fazem parte da CRP de São Miguel/Tarrafal, apenas 22,8% das mesmas ocupavam o cargo de presidente e 44,4% integravam os

outros órgãos directivos.

Entrelaçando os dados deste estudo com os do referido relatório, constata-se que essa maior adesão das mulheres não se tem traduzido numa maior presença destas no processo de tomada de decisão, como também numa maior presença nos órgãos de direcção das ACD ou em situação de paridade relativamente aos homens.

Por outro lado, os dados mostram também que os homens participam com mais frequência do que as mulheres nas decisões. Dos inquiridos que sempre participaram nessas decisões, 67,7% eram do sexo masculino e 32,3% do sexo feminino.

Nota-se, assim, que apesar de as mulheres, enquanto chefes de família, constituírem um dos grupos alvos do PNL e a maioria dos membros das ACD, que os homens têm uma participação muito mais efectiva nas decisões quanto à identificação e aprovação das acções a serem desenvolvidas pelas ACD, o que reproduz, no fundo, a desigual distribuição de poder entre homens e mulheres que se verifica na nossa sociedade, desde as relações interpessoais até ao nível estatal.

De acordo com Costa (s/d), este facto deve-se ao papel que é atribuído à mulher na sociedade que através das suas instituições, da cultura, das crenças e tradições, do sistema educacional, das leis civis, da divisão sexual e social do trabalho, constrói mulheres e homens como sujeitos bipolares, opostos e assimétricos: masculinos e femininos envolvidos numa relação de domínio e subjugação.

Esta autora destaca igualmente que os problemas ligados à questão do poder têm sido um dos principais entraves aos projectos de desenvolvimento e que estes não se referem exclusivamente à hierarquia funcional ou às esferas de decisão, fazendo parte do quotidiano do trabalho, das relações entre técnicos, en-

tre técnicos e a comunidade, assim como dentro da comunidade. Apesar de se manifestarem explicitamente na aplicabilidade das acções específicas que têm como enfoque questões de género, eles estão presentes em todos os componentes desses projectos.

Com efeito, o desconhecimento/falta de informação sobre a associação e a não pertença à mesma constituem os principais motivos evocados pelos inquiridos para não participarem das decisões.

No entanto, poderão não ser de todo suficientes para potenciar essa participação, revelando-se o sentido de pertença como muito mais importante – principalmente se tivermos em conta que nas Assembleias Gerais das ACD apenas os membros têm direito ao voto, portanto a decisão quanto às acções a serem desenvolvidas pelas ACD nas comunidades - o que podemos verificar no seguinte extracto de entrevista:

Como não são sócios, acham que talvez não têm grande peso, mas para nós da associação o interesse é o desenvolvimento da comunidade. O desenvolvimento da comunidade não é apenas os sócios, é a comunidade no geral.

(Presidente do Conselho Directivo, 2009)

3 A participação da comunidade nas actividades das ACD

Comparativamente ao processo de tomada de decisão, a participação nas actividades realizadas pelas associações é maior, pois 38,6% dos inquiridos já participaram nessas actividades, o que representa um aumento de 10% em relação ao processo decisório.

Tabela 2 – Participação nas actividades das ACD

Descrição	%
Participou	38,6
Não Participou	59,7
NR	1,7
TOTAL	100,0

Tal como se verifica em relação à decisão, a participação nas actividades é igualmente equitativa para ambos os sexos, representando os homens 50,5% dos inquiridos que participaram nessas actividades.

Igualmente, a participação dos inquiridos nas actividades é maior quando se trata de membros das ACD, o que denota que nessas comunidades são essencialmente os membros das ACD que definem as acções a serem levadas a cabo, como asseguram a execução das mesmas. Dos inquiridos que participaram nas actividades, 72,1% eram membros da associação e 28,8% não eram, notando-se uma maior participação dos inquiridos que não eram membros das associações, comparativamente ao processo decisório.

Contudo, a participação nas actividades das associações está aquém daquilo que o PLPR preconiza, ou seja, que as populações pobres tomem parte, de forma efectiva, no processo de tomada de decisões que directamente lhes dizem respeito, sendo o nível de confiança entre as pessoas e na própria associação, assim como a não assunção do PLPR, razões explicativas para esse facto, como veremos mais à frente. Paradoxalmente, as actividades formativas ou geradoras de rendimento, passíveis de proporcionar maior autonomização e possibilidade de obtenção de renda aos inquiridos, e desta feita a saída efectiva da situação de pobreza, são as que contaram com menor participação destes.

Tabela 3 – Domínios de actividade

Descrição	%
Construção e/ou reabilitação de infra-estruturas sociais	49
Construção e/ou reabilitação de casas	36,1
Actividades geradoras de rendimento	19,8
Capacitação/formação	17,7

Dos inquiridos que participaram nas actividades desenvolvidas pelas associações, 49% participaram na construção e/ou reabilitação de infra-estruturas sociais, 36,1% na construção e/ou reabilitação de casas, 19,8% em actividades geradoras de rendimento e 17,7% em actividades de capacitação/formação, sendo de realçar que há inquiridos que participaram em mais de uma actividade.

Em relação aos que não participaram das actividades, a impossibilidade/motivos pessoais (29,2%), a falta de confiança na associação (23,6%) e a falta de tempo (23%) constituem os principais motivos, segundo 75,8% dos inquiridos. A restante percentagem distribui-se entre aqueles que não participaram por falta de interesse (11,8%), por considerarem que não traz benefícios (3,4%) e que não responderam a essa questão ou que não participaram por outros motivos (9%).

Tabela 4 – Motivos para não participar das actividades das ACD

Descrição	%
Falta de tempo	23,0
Falta de interesse	11,8
Falta de credibilidade da associação	23,6
Não traz benefícios	3,4
Impossibilidade/motivos pessoais	29,2
NR	8,4
Outros	0,6
TOTAL	100,0

Neste sentido, podemos afirmar que, a par do grau de representatividade, as razões de ordem pessoal, especificamente o desconhecimento ou falta de informação sobre a associação, a não pertença à mesma e a falta de tempo, aliados a falta de confiança, constituem o principal *handicap* à participação dos inquiridos nas decisões e actividades desenvolvidas pelas ACD.

4 A confiança entre as pessoas e nas ACD

Cruzando as razões apresentadas pela maioria dos inquiridos para justificarem a não participação nas actividades levadas a cabo pelas associações, com os dados deste estudo relativamente à confiança, podemos afirmar que o nível de confiança, entre as pessoas e na associação, existente nas comunidades abrangidas por este estudo, não potencia uma participação significativa das mesmas nas ACD.

Como refere Putnam (1996, p. 180) “a confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado for o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera a confiança”.

Como efeito, apenas 25,5% dos inquiridos confiavam nas

peças da sua comunidade, sendo que 56,5% nem sempre confiavam e 17,7% nunca confiaram. Portanto, a percentagem dos inquiridos que tinham uma confiança plena nas peças da comunidade não é significativa, situando-se abaixo de 1/3, sendo de notar que mais de metade nem sempre confiava.

Tabela 5 – Confiança entre as peças

Descrição	%
Nunca	17,7
Às vezes	56,5
Sempre	25,5
NR	0,3
TOTAL	100,0

Apesar de se constatar uma maior aderência das mulheres às ACD, os homens confiavam mais nas peças do que as mulheres. Se, por um lado, a percentagem dos inquiridos do sexo feminino que não confiava nas peças da sua comunidade era superior à do sexo masculino, por outro lado, a percentagem dos inquiridos do sexo masculino que confiava nessas peças era superior à do sexo feminino.

Dos inquiridos que não confiavam nas peças da sua comunidade, 34,6% eram do sexo masculino e 65,4% eram do sexo feminino. Em contrapartida, dos inquiridos que confiavam sempre ou às vezes nas peças da sua comunidade, 52,3% eram do sexo masculino e 47,7% eram do sexo feminino.

Comparando a confiança entre as peças e na associação, constata-se uma maior confiança na associação do que nas peças, pois 29,9% dos inquiridos confiavam na associação, o que representa um aumento de 4% em relação às peças, o que eventualmente poderá dever-se a possibilidade de acesso aos recursos mobilizados que as ACD oferecem.

Contudo, tal como se verifica na confiança entre as pessoas, a confiança na associação não é também significativa, situando-se igualmente à volta de 1/3 dos inquiridos. Essa comparação mostra ainda, à semelhança do que acontece com a confiança entre as pessoas, que mais de metade dos inquiridos nem sempre confiava na associação.

Tabela 6 – Confiança nas ACD

Descrição	%
Nunca	16,7
Às vezes	52,4
Sempre	29,9
NR	1,0
TOTAL	100,0

Contrariamente ao que se verifica relativamente à confiança nas pessoas da comunidade, nota-se entre os inquiridos do sexo feminino uma maior confiança na associação, comparativamente aos do sexo masculino, o que explica eventualmente a maior adesão das mulheres às ACD.

Dos inquiridos que não confiavam na associação, 53,1% eram do sexo masculino e 46,9% eram do sexo feminino. Por outro lado, dos inquiridos que confiavam na associação, 51,7% eram do sexo feminino e 48,3% eram do sexo masculino. Em síntese, a percentagem dos inquiridos do sexo masculino que não confiava na associação é superior ao do sexo feminino, verificando-se o inverso no que toca aos inquiridos que tinham essa confiança.

Se considerarmos que o nível de confiança entre as pessoas não é significativo, assim como a participação nas actividades, podemos afirmar que se, por um lado, esse nível de confiança não potencia uma participação significativa nas actividades, por outro lado, o facto de essa participação não se verificar não

propicia o reforço das relações de confiança entre as pessoas e nas ACD, dado que os elementos do capital social, como salienta Putnam (1996: 186), tendem a ser cumulativos e a se reforçarem mutuamente.

5 A coesão entre as pessoas da comunidade

Além de potenciar a participação nas ACD, a confiança é também uma das dimensões do capital social que traduz o grau de coesão social de uma comunidade, que tal como ela é igualmente um elemento indutor dessa participação.

Nesse aspecto, os dados revelam que o grau de coesão social dessas comunidades não é significativo, reflectindo desta forma o nível de confiança que se verifica. Em termos percentuais, 10,2% dos inquiridos consideravam que nunca houve união entre as pessoas da sua comunidade, 63,9% consideravam que nem sempre havia união e 25,2% consideravam que sempre houve união.

Deste modo, 74,1% dos inquiridos consideravam que as pessoas das respectivas comunidades não eram unidas ou que nem sempre o eram, sendo a percentagem dos inquiridos que consideravam que essas pessoas eram sempre unidas pouco significativa, situando-se abaixo de 1/3.

Tabela 7 – União entre as pessoas da comunidade

Descrição	%
Nunca	10,2
Às vezes	63,9
Sempre	25,2
NR	0,7
TOTAL	100,0

Aliás, este aspecto pode ser também notado pela análise dos dados acerca dos conflitos que têm ocorrido na comunidade. Por outras palavras, tanto a percentagem dos inquiridos que consideravam que sempre houve união, como a dos que consideravam que nunca houve qualquer conflito, é praticamente a mesma.

Tabela 8 – Conflito entre as pessoas da comunidade

Descrição	%
Nunca	25,5
Às vezes	62,6
Sempre	11,2
NR	0,7
TOTAL	100,0

Com efeito, 25,5% dos inquiridos consideravam que nunca houve qualquer conflito entre as pessoas da comunidade, 62,6% consideravam que nem sempre houve conflitos e 11,2% consideravam que sempre houve.

Portanto, 73,8% dos inquiridos consideravam que sempre houve conflitos ou que os mesmos não eram permanentes, sendo a disputa dos recursos mobilizados pelas ACD uma das razões para a sua emergência, como podemos constatar no extracto das entrevistas que se seguem:

Acho que é natural, normal. Nem sempre toda a gente concorda com as coisas deste mundo. Mesmo que seja algo de bom de qual ela possa usufruir acaba por discordar. A maior parte trata-se de pessoas que pensam que são mais carenciadas. Apesar de haver pessoas com mais carência e de a comunidade ter feito a sua análise e considerar que estão em segundo ou terceiro lugar, pensam que devem ficar sempre em primeiro. Há sempre pessoas que criam algum conflito na tomada de decisão.

(Presidente Conselho Directivo, 2009)

Uma das razões do conflito tem a ver, às vezes, com a ignorância. Outras vezes tem a ver com o interesse porque muitas pessoas que entram para a associação vêem-na como um lugar de dinheiro, como um lugar de lucro para o investimento, para usufruir, por isso essa ideia ficou incutida. Esse espírito sempre é reprovado e ao reprovar-se as pessoas, às vezes, entendem que estás contra e acaba até por criar um clima de desconfiança, de desentendimento.

(Presidente interino, 2009)

Neste sentido, pode-se notar que as ACD constituem também um espaço de disputa pela apropriação dos recursos mobilizados, o que em função da satisfação das expectativas ou das percepções construídas acerca da possibilidade de sua satisfação, acaba por influenciar a pertença e a confiança na associação, assim como entre as pessoas, facto que eventualmente explica a circunstância de mais de metade dos inquiridos não confiarem nas ACD ou nas pessoas ou ainda a baixa representatividade das ACD nessas comunidades.

Como salienta Portes (2000: 135) a pertença às ACD não é um dado natural, sendo antes uma estratégia de investimento orientada para o acesso a outros benefícios, tornando-se as ACD, deste modo, duplamente instrumentalizadas. Se, por um lado, no quadro do PLPR, elas constituem o mecanismo através do qual se procura o desenvolvimento das comunidades, por outro lado, são o instrumento a partir do qual os membros das comunidades procuram ou se apropriam dos recursos mobilizados pelas ACD no âmbito desse programa.

6 A cooperação entre as pessoas

A cooperação entre as pessoas é também um indicador do capital social de uma comunidade, mas ela é influenciada pelas outras dimensões desse capital já aqui analisadas, particularmente a confiança e a coesão. De certa forma, ela emerge como produto da confiança e da coesão de uma comunidade.

Quanto à cooperação entre as pessoas da comunidade, apenas 23,1% dos inquiridos podiam contar sempre com a ajuda dessas pessoas, sendo que 50,7% não podiam contar sempre com essa ajuda e 25,9% nunca podiam contar com ela.

Assim, a percentagem dos inquiridos que podiam contar sempre com essa ajuda é relativamente baixa, situando em 23,1%, como já fizemos referência, o que é, de certa forma, questionável, atendendo à prática do sistema de entreatajuda, conhecida por “djunta mo”, usual nas comunidades rurais, em que as pessoas se ajudam mutuamente, particularmente nas actividades agrícolas e de construção de habitação, como forma de economizar os custos de mão-de-obra (FURTADO, 2008).

Tabela 9 – Obtenção de ajuda das pessoas da comunidade

Descrição	%
Nunca	25,9
Às vezes	50,7
Sempre	23,1
NR	0,3
TOTAL	100,0

Essa ajuda viria, fundamentalmente, das pessoas da família e da própria comunidade, sendo os amigos e vizinhos, aqueles com quem os inquiridos podiam contar menos. Nesse aspecto, há a realçar o facto de 22,7% dos inquiridos poderem contar com a ajuda da própria comunidade, ainda que nem sempre, o que de certa forma é paradoxal uma vez que a comunidade integra amigos e vizinhos.

Tabela 10 – Proveniência da ajuda

Descrição	%
Pessoas da família	45,5
Amigos	16,8
Vizinhos	14,1
Comunidade	22,7
NR/NS	0,9
TOTAL	100,0

Não obstante, 73,8% dos inquiridos poderem contar, ainda que nem sempre, com a ajuda das pessoas das respectivas comunidades, cerca de 76% dos mesmos nunca beneficiaram de qualquer actividade de solidariedade social desenvolvida por essas pessoas, facto igualmente questionável atendendo à prática de “djunta mo” a que já fizemos referência.

Com efeito, apenas 22,7% dos inquiridos já beneficiaram dessa actividade, sendo que 3,7% sempre beneficiaram e 19% beneficiaram não de forma contínua. Situação que poderá dever-se também ao facto de o grau de confiança entre essas pessoas não ser significativo, uma vez que “para haver cooperação é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros”, ou seja, a confiança mútua (PUTNAM, 1996, p. 174).

Tabela 11 – Benefício de actividades de solidariedade

Descrição	%
Nunca	75,9
Às vezes	19,0
Sempre	3,7
NR	1,4
TOTAL	100,0

7 A responsabilidade pela redução da pobreza

Como já referimos, a estratégia de redução da pobreza adoptada pelo PLPR, segundo o seu enunciado, assenta-se numa abordagem participativa organizada em torno da ideia de que as comunidades locais, através das ACD, constituem o principal actor na luta contra a pobreza.

Contudo, à época da pesquisa, essa ideia era assumida por apenas 8,1% dos inquiridos. Mais de metade dos mesmos considerava que o governo e/ou as câmaras municipais constituem os principais responsáveis pela redução da pobreza nas respectivas comunidades, o que também poderá explicar o facto de a participação destes nas decisões e actividades desenvolvidas pelas associações não ser significativa.

Tabela 12 – Responsabilidade pela redução da pobreza

Descrição	%
Governo	39,1
Câmara Municipal	23,8
Associação	4,4
Comunidade	8,1
Pessoas que estão nessa situação	3,4
Todos	10,2
Governo e Câmara	4,1
NS/Outros	6,8
TOTAL	100,0

Os dados revelam que a comunidade, tal como ela é preconizada pelo PLPR, ou seja, que se assume como principal actor na luta contra a pobreza, está ainda por construir. Como refere Silva *et al.* (2004, p. 165), este processo, embora o PLPR se encontre na sua terceira e última fase, pelo menos em termos formais, exige, por um lado, a qualificação dos agentes participantes e, por outro, um processo de debate, conflito, negociação e elaboração colecti-

vas, cujas temporalidades e dinâmicas não se conciliam facilmente com a normatividade burocrática do programa.

Enquanto o PLPR, em termos de seu enunciado, assume uma perspectiva *bottom up* da luta contra a pobreza, os inquiridos têm uma visão *top-down* desse processo. Se, por um lado, este facto denota a persistência ainda de uma certa visão paternalista e assistencialista do Estado, na linha do que tem sido o historial das políticas de combate à pobreza em Cabo Verde, por outro lado, poderá ser uma estratégia, não assumida, de assegurar a presença das instituições do Estado, através do emprego público e/ou de outros tipos de programas, para fazer face a receios ou a dificuldades da comunidade em se organizar e se autonomizar em matéria de luta contra a pobreza, agravada pelo facto de essa busca de autonomia não partir da comunidade.

Na verdade, o PLPR assume um carácter contraditório ao impor às ACD e, indirectamente, às comunidades rurais a sua organização em associação como condição para o acesso aos recursos do programa, ao mesmo tempo que assume basear-se na perspectiva *bottom up*, facto que nos permite não só questionar este enunciado, como também afirmar que na prática o PLPR, ainda que procure envolver as comunidades locais no processo de concepção e implementação de acções para o combate à pobreza, acaba por assumir um carácter muito mais *top-down* do que *bottom up*.

8 Impacto das actividades desenvolvidas pelas ACD na redução da pobreza

Não obstante o facto de os inquiridos não assumirem a ideia de que as comunidades locais constituem o principal actor na luta contra a pobreza e de não se registar um nível elevado dos indicadores de capital social aqui analisados, mais de metade dos mesmos tinham uma percepção positiva quanto ao impacto das

actividades desenvolvidas pelas associações.

Realce-se que 36,7% consideravam que essas actividades não tiveram nenhum impacto na redução da pobreza e que 4,1% consideravam que levaram ao aumento da pobreza. Portanto, aproximadamente 60% dos inquiridos consideravam que essas actividades levaram à redução da pobreza.

Tabela 13 – Impacto das actividades desenvolvidas pelas associações

Descrição	%
Redução da pobreza	59,2
Aumento da pobreza	4,1
Não tiveram nenhum impacto	36,7
TOTAL	100,0

Com efeito, essa apreciação positiva quanto aos efeitos do programa manifestada por mais de metade dos inquiridos era também partilhada pelos líderes associativos entrevistados que constataam vários benefícios dessas actividades nas respectivas comunidades nos domínios da formação, das actividades geradores de rendimento e da construção de habitações e outras infra-estruturas sociais, como podemos constatar pelos extractos das entrevistas que se seguem:

Mudou porque conseguimos alguma formação. Conseguimos também fazer algumas casas para as pessoas aqui da comunidade que não tinham condições para fazer. Acho que deveria ser mais. As pessoas passaram a ter casa. Das pessoas que receberam formação, algumas colocaram em prática e passaram para o auto-emprego. Mesmo as pessoas que não colocaram a formação em prática têm um conhecimento diferente do que antes da formação.

(Presidente Conselho Directivo, 2009)

Mudou sim porque havia falta de construção de diques de correcção torrencial e tivemos acesso. Depois foi feito um reservatório de água que não tínhamos. Isto é um grande avanço porque a água é indispensável a nossa vida. Houve melhorias não só na vertente de ganhar dinheiro, mas

também houve algum conhecimento científico baseado na formação que ficou na cabeça das pessoas, como havia dito anteriormente, por exemplo na agricultura de regadio, como o tratamento de plantas e o tratamento do ambiente.

(Presidente Conselho Directivo, 2009)

Mudou sim. Primeiro, em termos de material, mudamos completamente. Temos pessoas que estão beneficiando de empréstimo, como é o caso das peixeiras que são chefes de família, de dez, vinte e ainda quarenta mil escudos. Então, claro, podes ver que mudou. Para a reparação de botes, aquelas peixeiras fizeram o melhoramento das suas actividades geradoras de rendimento, levantam aqui e pagam aqui mesmo. Já mudou muito. Como ainda temos, damos três, quatro, cinco e paramos para receber porque não temos meios.

(Presidente Conselho Directivo, 2009).

Considerações finais

Paradoxalmente, ao mesmo tempo que os dados apontam que os elementos essenciais à consecução da estratégia de redução da pobreza seguida pelo PLPR não são significativos no seio dos inquiridos, mostram que mais de metade dos mesmos reconhecem que ela tem contribuído para a redução da pobreza nas respectivas comunidades.

Os dados mostram que, na perspectiva deles, as actividades levadas a cabo pelas ACD não contribuíram significativamente para o reforço do capital social, apesar de reconhecerem a sua contribuição para a redução da pobreza, o que significa que não podemos estabelecer uma nítida relação entre essa redução da pobreza e o capital social dessas comunidades.

Este facto não só afasta a possibilidade de a abordagem de capital social adoptada nesse estudo explicar, por si só, essa redução da pobreza, como releva a necessidade de se adoptar complementarmente outras abordagens para se poder compreender e dar conta do processo que se verifica nessas comunidades, o que

implica também reconstruir este conceito a partir da realidade local, atendendo, particularmente, a prática do “djunta mo”, a que já fizemos referência.

Outrossim, o próprio PLPR acaba por assumir um carácter contraditório, impondo às ACD e, indirectamente, às comunidades rurais a sua organização em associação como condição para o acesso aos recursos do programa, ao mesmo tempo que anuncia basear-se na perspectiva *bottom up*.

A intangibilidade do capital social exigiria uma permanência nas comunidades muito maior do que aquela que tivemos e um recurso, de forma complementar, à técnica da observação, o que nos permitira captar de forma mais aprofundada a dinâmica das relações intracomunitárias e entre a comunidade e a associação.

Referências Bibliográficas

AHN, Elinor. “Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales: capital social y acción colectiva.” *Revista Mexicana de Sociología*, n. 1. México: UNAM, 2010.

BAPTISTA, António et al. “Capital social e desenvolvimento das comunidades piscatórias na Ilha de Santiago.” *Revista de Estudos Caboverdianos*, n.º1. Praia: UNICv, dez 2007.

BOURDIEU, Pierre. “Le capital social notes provisoires.” *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 31, n.º 1, 1980.

CABREIRA, Zaira. *Capital social como fator de sustentabilidade aos programas de desenvolvimento local, reflexões sobre uma prática: a experiência do Sebrae em Lagoa dos Três Cantos*. Dissertação de Mestrado em Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

CARPIM, Thais. *Políticas públicas e ampliação de capital social em comunidades segregadas: o programa Santo André mais igual*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CERULLO, Gilberto. *Escola, comunidade e o “capital social”*: a influência da dimensão do capital social sobre os índices de evasão escolar e reprovação. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006.

CORREIA e SILVA, António Leão. “O nascimento do leviatã crioulo. Esboços de uma Sociologia Política.” *Cadernos de Estudos Africanos*. n.1, Lisboa: CEA/ISCTE/IUL, jul/dez de 2001.

COSTA, Ana Alice. *Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres*. Disponível em http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf Acessado em 8 de Abril de 2010.

FERRAREZI, Elisabete. “Capital social: conceitos e contribuições às políticas públicas.” *Revista de Serviço Público*, n.º 4, Brasília: ENAP, out / dez de 2003.

FIDA. Mission Inter Cycles – Rapport d'examen de la phase I. Décembre 2003.

FURTADO, Cláudio. Abordagens inovadoras para a focalização de grupos pobres e mulheres no contexto do programa FIDA de redução da pobreza no meio rural (PLPR) em Cabo Verde. FIDA: 2004.

FURTADO, Cláudio (coord.). Dimensões da Pobreza e da Vulnerabilidade em Cabo Verde: Uma Abordagem Sistémica e Interdisciplinar. COSDERIA, 2008.

FURTADO, Cláudio. Missão de Pré-Exame Inter-Ciclo – Relatório Final. Praia: PNLP, 2007.

INE (Instituto Nacional de Estatística). Censo 2000 – Cabo Verde, Zonas e Lugares. Praia: 2003

INE (Instituto Nacional de Estatística). O Perfil da Pobreza em Cabo Verde – IDRF 2001/2002. Praia: 2004.

INE (Instituto Nacional de Estatística). Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar. Praia, 2007.

MILLÁN, René; GORDAN, Sara. “Capital social: una lectura de tres perspectivas clásicas.” Revista Mexicana de Sociología, n.º 4. México: UNAM, 2010.

PERES, Fernando Curi. “Capital Social: a Nova Estrela do Crescimento Económico.” Revista Preços Agrícolas. Maio de 2000. Disponível em: <http://pa.esalq.usp.br>. Acessado em 06 de novembro de 2002.

PORTES, Alejandro. “Capital Social: origens e aplicações na Sociologia Contemporânea.” Revista Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 33. Lisboa: ISCTE/IUL, 2002.

PUTNAM, Robert. Comunidade e Democracia – a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REIS, Bruno. “Capital Social e Confiança: questões de teoria e método.” Revista de Sociologia Política, nº 21, Nov. 2003.

SECRETARIA DE ESTADO PARA A LUTA CONTRA A POBREZA. Programme National de Lutte Contre la Pauvrete – document-cadre. 1999.

SILVA, Marcelo Kunrath. “A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: uma análise do Pronaf Infra-estrutura e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (1997-2000).” In: SILVA, Marcelo Kunrath (org). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVEIRA, Angelita Fialho. Capital Social e Educação – perspectivas sobre o Emponderamento da Juventude em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

UCP-PNLP. Perfil das Associações Comunitárias de Desenvolvimento. Santo Antônio: 2008.

Sustentabilidade associativa nos municípios do interior de Santiago: o caso de Serra Malagueta

Felisberto Mendes Martins

Sergio Schneider

Introdução

Actualmente tem-se verificado um admirável interesse por parte dos cientistas sociais em diferentes paragens do universo relativamente aos aspectos de confiança, capital social, redes sociais, associativismo, entre outros.

Interessa, neste processo de pesquisa, o aspecto colectivo das acções e interacções entre os indivíduos, especialmente, no que tange aos distintos tipos de capital social encontrados na literatura. Com efeito, na revisão bibliográfica efectuada, constata-se a existência de três formas de capital social que, tendencialmente, se desenvolvem numa comunidade, nomeadamente, o capital social de ligação, o capital social de ponte e, finalmente, o capital social de conexão.

Neste estudo, procura-se analisar o sistema de capital social e redes de relações que as associações comunitárias do interior da ilha de Santiago estabelecem entre si, com o governo, as autarquias locais e com as organizações não-governamentais visando usufruir dos contributos destes para a sua sustentabilidade.

Após a pesquisa bibliográfica realizada concernente aos processos associativos, ficou a ideia de que, em Cabo Verde, de 1975 a 1990, existia um forte movimento cooperativo, com uma função bastante relevante para a sociedade cabo-verdiana. Urge aqui a necessidade de tentar compreender as dinâmicas associativas que vigoram no interior de Santiago, que se iniciaram com o período da independência nacional. Ressalva Évora (2000) que a criação do movimento cooperativo coincide com o período da proclamação da independência, em 1975. Nessa época, era o Estado quem dinamizava o surgimento e a assistência técnica das primeiras cooperativas, criando as condições estruturais para a mobilização popular e assumindo a responsabilidade pela consolidação do movimento cooperativo em âmbito nacional.

Do ponto de vista oficial, as cooperativas seriam importantes no processo de transição para uma nova sociedade que propunha privilegiar a participação popular. Importa acrescentar que a promoção do movimento cooperativo pelo Estado era justificada pela necessidade de gerir adequadamente os limitados recursos humanos, financeiros existentes e de integrar grande parte da população até então mantida à margem do processo de desenvolvimento. A cooperativa serviria esses propósitos por sua natureza organizacional, compatível com um projecto de reforma social e económico (ÉVORA, 2000).

Com a mudança do paradigma político, económico e social na década de 90, grande parte das cooperativas fundadas na década de 70 acabou por desaparecer. Entretanto, tal situação não era de estranhar, uma vez que já havia sido previsto tal facto, porque segundo Évora (2000), logo após a sua criação, isto é, poucos anos após a independência nacional, mesmo os promotores da iniciativa já apontavam para a fraca participação dos cooperados e questionavam se, no futuro, ela poderia garantir a sobrevivência dos seus associados. Aumentavam as dúvidas sobre a possibilidade da prática autogestionária para alcançar os objectivos oficiais previstos, apesar de o Estado assumir os problemas e as tentativas de reerguer o movimento cooperativo.

Nos últimos cinco anos, o interior de Santiago tem confrontado com grandes movimentações associativas, principalmente em Santa Catarina. Segundo um diagnóstico realizado em 2006 pela Delegação do MAA¹, foram identificadas 45 associações, a maioria delas com a personalidade jurídica reconhecida. Conforme os dados, estas incluem um total de 2472 membros, sendo 1065 homens e 1407 mulheres, correspondendo a 5,7% da população total do concelho, que ronda os 43.297 (cinquenta mil) habitantes (CENSO, 2010).

¹ Ministério de Agricultura e Ambiente, Delegação de Santa Catarina de Santiago, 2006.

O resultado desta pesquisa demonstra que as redes associativas têm-se despontado, nos últimos anos, em diferentes paragens de Cabo Verde, particularmente, nas comunidades santacatarinenses, e são tidas como um paradigma organizacional capaz de expressar, nas suas relações, os ideais organizacionais, infra-estruturais e socioeconómicas inovadores, nascidos dos desejos de resolver problemas actuais que as afligem quotidianamente.

Problemas que se prendem com o fenómeno da pobreza e o desemprego na comunidade de Serra Malagueta. Embora a pobreza em Cabo Verde seja uma questão que remonta às origens da formação da nação cabo-verdiana. “Na verdade a pobreza é um fenómeno complexo e requer uma abordagem integrada das políticas sociais”².

Importa esclarecer que seria uma tentativa exagerada pensar em generalizar o fenómeno da pobreza como elemento determinante da criação das organizações comunitárias, porque este estudo recaiu sobre uma única associação. No entanto, para essa associação, a questão da pobreza foi um dos elementos básicos da sua existência. A maioria dos entrevistados defende que a criação da associação comunitária em apreço resulta da necessidade de resgatar a sua comunidade do marasmo em que se encontrava antes da sua aparição.

Ora, se nas décadas de 70 a 90 o movimento cooperativo implementado em Cabo Verde resultou da necessidade de resgatar o país das fragilidades natural, ambiental, climática, insuficiência dos recursos naturais e da própria dependência externa, sem contar com a questão da consolidação política de um jovem país independente, acredita-se que, também, não será exagero pressupor que a fundação de muitas associações comunitárias tenha como pano de fundo enfrentar e combater a pobreza, particularmente acentuada nos meios rurais.

2 O perfil da pobreza em Cabo Verde – IDRF 2001/02.

As associações comunitárias têm por meta o desenvolvimento das comunidades. Tal meta passa pela implementação das actividades no seio da comunidade através de projectos, programas elaborados e propostos aos financiadores. Importa realçar que, pelo facto das associações comunitárias terem raiz na questão da pobreza, não significa que apenas os pobres se predispõem em associar, embora os sentimentos de exclusão social em tese estejam mais do lado dos pobres. Todavia, ninguém estará imune à situação da pobreza, uma vez que se trata de uma questão socioeconómica podendo atingir, em algum momento, a todos.

Entretanto, tal fenómeno ainda prevalece e continua a fustigar uma franja considerável da população em todo o mundo, especialmente em Cabo Verde. É essa a situação que mais impulsiona a concepção e implementação de políticas públicas, tanto em âmbito governamental, quanto das organizações não-governamentais e de outras instituições internacionais que se aliam aos governos na tarefa da melhoria das condições de vida das populações em situação de vulnerabilidade.

1 Metodologia

Em relação à metodologia, optou-se pela realização de um estudo exploratório descritivo e analítico (QUIVY, 1998). Numa primeira etapa, pela revisão bibliográfica concernente à questão das redes e capital social no quadro de análise das redes associativas; numa etapa subsequente, produziu-se e utilizou-se um guião de entrevista semiestruturado destinado aos membros dirigentes (presidentes), membros não dirigentes da associação e às pessoas da comunidade que não fazem parte da organização, seguido de uma grelha de observação aplicada aos membros da Assembleia-geral da Associação.

As entrevistas e observações decorreram em simultâneo, durante os meses de Setembro, Outubro e Novembro de 2008. E a transcrição, análise e redacção da dissertação foram realizadas nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro de 2009. Foram entrevistadas 10 pessoas da comunidade, incluindo aquelas que, por uma razão ou outra, ainda não chegaram a fazer parte da associação, embora esses números não sejam tão representativos. Mas acredita-se que estes dão conta da dinâmica associativa em Serra Malagueta. Ressalve-se que, *a priori*, definiu-se a idade mínima para as pessoas que seriam objecto da entrevista. A faixa etária retida está compreendida entre os 18 e 65 anos.

Esse estudo incidiu sobre uma realidade muito particular da Associação e, por isso, os resultados encontrados e as conclusões tiradas não devem ser extrapolados e generalizados a outras realidades, ou às diversas associações. Em consequência, utilizou-se o método intensivo, que, muitas vezes, é também apelidado de estudo de caso, que consiste no estudo de um determinado fenómeno na sua especificidade. Trata-se, pois, de um método que tem por base o estudo de uma unidade social bem delimitada, neste caso particular, Associação dos Amigos para o Desenvolvimento Comunitário de Serra Malagueta (AADCSM).

Para a caracterização desta organização, considera-se líder ou dirigente associativo um membro de uma associação que ocupe cargo dirigente proposto ou eleito pelos cidadãos habitantes da comunidade, neste caso, os de Serra Malagueta. Consideram-se ainda dirigentes associativos aqueles que, independentemente do seu papel efectivo no âmbito dos órgãos executivos das associações, cooperam com aqueles que se encontram nas posições de responsabilidade “executiva” e/ou posição de prestígio.

2 Capital social e redes

Para a compreensão de capital social e redes foi necessária a leitura de algumas obras e autores, nomeadamente, Durkheim, com a sua obra *A Divisão do Trabalho Social*; Max Weber, com a sua obra *Sociologia em Acção*; Robert Putnam, com a sua obra *Comunidade e Democracia: a experiência de Itália moderna* e muitas outras obras e autores indicados na bibliografia.

Embora essa questão não seja tão nova quanto parece, a sua maior lucidez se deu com a publicação da obra de Robert Putnam (1996). A referida obra, que o tornou um clássico das ciências sociais, tem como objectivo compreender as disparidades de desenvolvimento entre o Norte e o Sul da Itália. Essa perspectiva de abordagem enquadra-se, e bem, no modelo de análise que se propõe utilizar, porque ajuda a compreender as disparidades sociais que, embora se encontrem num espaço social e territorialmente diferente, demonstram, de certa forma, alguma similitude do ponto de vista de análise do desempenho institucional.

O desempenho organizacional depende certa forma das redes sociais estabelecidas entre os elementos que compõem essas mesmas redes e são tidas como sendo “práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos de uma dada sociedade ou, ainda, sistema de participação que estimula a cooperação” (PUTNAM, 1996). A esse respeito, deve-se acrescentar que as redes sociais tendem a diversificar-se de acordo com o grau de capital social gerado na comunidade. Por conseguinte, a estrutura de redes por de trás do conceito de capital social constitui um recurso da comunidade construída pelas suas redes de relações que estabelecem entre si e com outras organizações, na tentativa da resolução de problemas comuns.

Realça Putnam (1996) que, quanto maior for a capacidade dos cidadãos em confiarem uns nos outros, além de seus familiares, assim como quanto maior e mais rico for o número

de possibilidades associativas numa sociedade, maior tende a ser o volume de capital social gerado nessa comunidade. Segundo o autor em apreço, o capital social é entendido como sendo “normas, valores, instituições e relacionamento compartilhados, que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais e estes são dependentes da interacção entre, pelo menos, dois indivíduos”.

Com efeito, a noção de capital social que se tem nesta linha da análise permite ver que os indivíduos não agem de forma independente, que seus objectivos não são estabelecidos de maneira isolada e o seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta, devido à sua própria condição humana.³

Putnam, após ter, em 1993, elaborado o conceito de capital social em função dos atributos de uma organização social, em 1995 destaca a sua importância como condição basilar para o alcance de objectivos compartilháveis.

Nesta óptica, o capital social agrega-se ao sentido da colectividade a partir dos laços estabelecidos entre os membros integrantes, laços esses com níveis de familiaridade distintos, mas caracterizados por um conhecimento comum e sentimento de participação.

Uma das condições necessárias para a formação de uma rede social é o tempo e a duração das relações que os indivíduos estabelecem entre si. O tempo e a duração da relação interpessoal abrem a possibilidade de se conhecerem, construírem confiança e, conseqüentemente, desenvolverem a cooperação/ajuda mútua. É de salientar que a confiança é necessária para o desenvolvimento das organizações. Como fenómeno emocional, ela predispõe as pessoas a se integrarem umas às outras e se abrirem para trocas, sem medo de perder a propriedade (saberes e competências).

3 Ser social e relacional.

Defende Marteleto (2004), que as relações de base para a formação das redes sociais seriam entre iguais, isto é, entre indivíduos similares em termos de características sócio-demográficas.

Em consequência, as normas de reciprocidade presentes nas relações sociais são pressupostos que resultam em confiança mútua.

É presumível que as comunidades organizadas ou que pelo menos se pretendem organizar tendem a conceber no seu seio indivíduos que, muitas vezes, são designados por “tradutores organizacionais”, os que arquitectam os interesses da comunidade e estes, normalmente, tomam como protótipos as práticas desenvolvidas por outras comunidades da vizinhança e implementam-nas na sua própria comunidade.

Presume-se que, quanto mais bem definido for o objectivo de uma rede, melhor tende a ser o seu resultado nessa relação. O capital relacional resulta de um conjunto de normas de reciprocidade, informação e confiança presente nas redes da sociabilidade da vida quotidiana que, na sua generalidade, são informais.

As redes de relações sociais são inerentes às actividades humanas pois, analisando com frieza a vivência e convivência quotidiana que amparam as rotinas, pode-se ver com certeza o emergir de fluxos de relações sociais estabelecidas a que se designam de teias de relações. As redes sociais podem ser classificadas da seguinte forma: rede social primária, secundária e intermediária. As redes sociais secundárias e intermediárias são formadas pelo colectivo: instituições e pessoas que têm interesses pessoais em comum. Para que se alcancem os objectivos e metas atingidos com sucesso, elas possuem um grande poder de mobilização de recursos em articulação com os objectivos traçados.

Nas sociedades humanas, cada indivíduo tem inúmeros interesses, necessidades e problemas. Por vezes, há problemas que os indivíduos isoladamente conseguem resolver. Entretanto,

existem outros que só se conseguem, unindo-se aos esforços daqueles que apresentam os mesmos interesses e as mesmas necessidades. Nessa perspectiva, os indivíduos tendem a formar redes de relações em diferentes amplitudes, reforçando o nível de capital social relacional.

A ideia de capital social expressa nas obras de Putnam, constitui neste processo de pesquisa, uma das ferramentas importantes para uma análise aprofundada da participação associativa na comunidade de Serra Malagueta, porque o capital social traz na sua essência o sentido da colectividade e é este aspecto que guia todo o processo da pesquisa.

Um outro aspecto bastante importante e que precisa ser enaltecido nesta investigação é a questão da comunidade cívica, pois este elemento permite avaliar o nível da participação cidadã, que na verdade constitui um elemento basilar de uma comunidade cívica.

3 Comunidade cívica

A integração cívica tem como elementos indissociáveis a participação associativa, numa multiplicidade de relações que os indivíduos estabelecem entre si. Admite-se, pois, que a participação associativa é uma forma de envolvimento cívico que tem assumido formas mais ou menos difusas, cobrindo, em simultâneo, várias áreas de orientação de apoio aos jovens e suporte social das famílias em situação de vulnerabilidade.

A questão de cidadania constitui neste processo de pesquisa um elemento preponderante para uma melhor compreensão do fenómeno associativo. Neste trabalho, o cidadão é entendido como pessoa conhecedora dos seus direitos, reconhecedora dos seus deveres e de praticá-los.

Assim, destaca-se a noção de comunidade cívica, como sendo importante para bom desempenho institucional, económico e político. Uma comunidade cívica seria caracterizada por cidadãos actuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias e por uma estrutura social alicerçada na confiança e na colaboração. Ser cidadão significa “ser pessoa activa e que recusa a estar entre as que ficam sempre à espera que resolvam, por si, coisas que, ao fim e ao cabo, são do seu próprio interesse” (COHEN&VICENTE, 2010. p.14).

Putnam (2000) entende que os cidadãos de uma comunidade cívica não seriam santos abnegados, mas considerariam o domínio público algo mais do que um campo de batalha para a afirmação do interesse pessoal.

Isto significa que os interesses próprios fazem parte das relações sociais de comunidades cívicas dotadas de capital social. O oposto da comunidade cívica seria o “familismo amoral”, um conceito extraído da obra de Banfield (1958), segundo o qual os indivíduos visam maximizar a vantagem material e imediata da família nuclear e supõem que os outros também agirão assim, prevalecendo um cenário quase que *hobbesiano*, com reduzidas possibilidades de acções cooperadas e colectivas. Cenário este que prevaleceria no sul da Itália, ao passo que no norte prevaleceriam as características básicas de uma comunidade cívica.

O desempenho institucional, económico e político nas regiões italianas, como dizia Putnam (2000), estaria ligado ao engajamento cívico das pessoas em cada uma delas. Assim sendo, o nível de engajamento estaria ligado à natureza do associativismo horizontal ou vertical. Esta “natureza do associativismo” seria de cunho cultural, historicamente constituída.

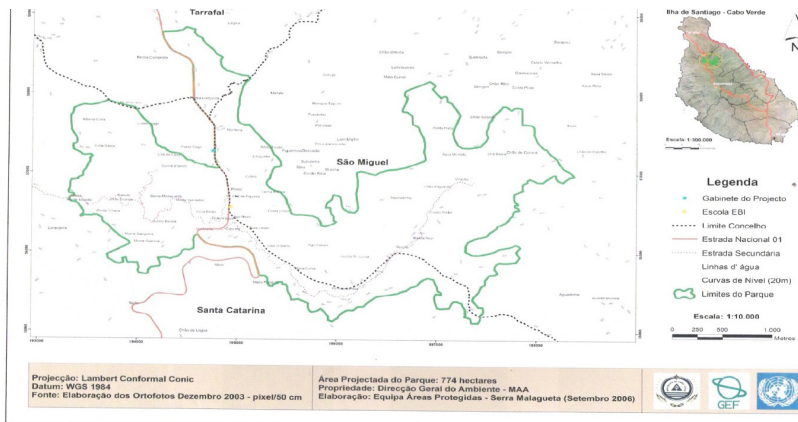
A formação de um grupo social de cariz comunitário diminui as distâncias sociais entre os elementos constitutivos. Os elementos com necessidades e objectivos comuns, em virtude

desta semelhança, começam a designar-se por “*nós*”. Este “*nós*” significa que se reconhece no grupo um conjunto de qualidades positivas que todos os seus membros possuem, fundamentalmente a questão da confiança.

O fenómeno da confiança predispõe os indivíduos a se integrarem num determinado grupo, estabelecendo entre si trocas, sem medo de perder. Para construir uma confiança é necessário que as pessoas envolvidas numa rede de relações saibam como cada participante da rede reagirá em situações embaraçosas. Por exemplo, a divisão de um bem, quando é insuficiente para todos os membros de uma organização.

Reforça Putnam (1996) que a confiança e a segurança funcionam como uma espécie de um bem de valor variável no relacionamento: aumenta, se usado e diminui, se for deixado sem uso.

CARACTERIZAÇÃO DA ZONA DE SERRA MALAGUETA



Fonte: Projecto Áreas Protegidas – Serra Malagueta

A serra Malagueta é um maciço montanhoso situado na parte Norte da ilha de Santiago, alongado no sentido E-W, com a maior parte orientada no sentido N-NE, quando se avança no sentido Norte da ilha ficando uma pequena franja orientada a NW. Fica compreendida entre os paralelos 15° 10' 12" e 15° 12' 12" N

e os meridianos 23° 39' 26'' e 23° 42' 17'' W ocupando uma área de aproximadamente 774 ha e sendo a altitude máxima de 1064 metros. É uma região do interior de Santiago, essencialmente rural, composta por 2508 habitantes, sendo 251 dentro do perímetro do Parque, correspondente ao espaço da pesquisa e os restantes 2257 nas zonas periféricas, que o Projecto Áreas Protegidas apelida de zonas de amortecimento do Parque, zonas essas correspondentes às populações que exercem uma certa pressão sobre os recursos do Parque.⁴

O seu território encontra-se na confluência de três municípios (St^a Catarina, S. Miguel e Tarrafal) apresentando assim uma localização estratégica e privilegiada não só para o sector turístico (eco turismo) como também para a educação ambiental e centro de pesquisa e investigação.

Essa região é atravessada por uma estrada que liga a cidade do Tarrafal à da Assomada. Ali, existe um grande perímetro florestal denominado parque Natural de Serra Malagueta, onde se podem encontrar diversas plantas endémicas e animais de pequeno porte. Esta localidade reúne condições favoráveis ao desenvolvimento de turismo, principalmente o de montanha. Defende o responsável do parque, que as Áreas Protegidas têm oferecido oportunidades para o desenvolvimento rural, especialmente a comunidade de Serra Malagueta em que a sua população vive basicamente da agricultura, criação de gado e remessas dos emigrantes.

4 Sustentabilidade associativa

O termo sustentabilidade tem sido bastante badalado nas últimas décadas, especialmente nos meios de comunicação social, embora com enfoque diferenciado do ponto de vista analítico, pois, no contexto económico, fala-se da sustentabilidade

⁴ Relatório Socioeconómico de Serra Malagueta, 2006.

económica, no âmbito social fala-se da sustentabilidade social e a nível ecológico fala-se da sustentabilidade ecológica. Nesta lógica fica a percepção de que o referido termo terá surgido associado às necessidades de encontrar possíveis soluções para os problemas do desenvolvimento, tendo em vista a diminuição das assimetrias regionais, ambientais, económicas e sociais cada vez mais agravantes.

A sustentabilidade associativa, uma nova forma de abordagem enquadra-se perfeitamente naquilo que hoje se intitula de sustentabilidade social. E por sustentabilidade associativa entende-se a capacidade organizativa dos cidadãos em fundar e manter viva uma associação, tendo em consideração o número de sócios nas suas interações e o equilíbrio financeiro, concernente à mobilização de recursos, alicerçados à própria capacidade de gerir os recursos económicos e patrimoniais conseguidos pelas associações no decurso das suas trajetórias enquanto organizações da sociedade civil.

Defendem os entrevistados que os poderes públicos (governo central e Câmaras Municipais) têm revelado um certo esquecimento à comunidade de Serra Malagueta, porque, “entram” e “saem” do poder e deixam a comunidade quase sempre nas mesmas condições em que se encontravam a quando de chegada ao poder.⁵

Entretanto, o relato das entrevistas viria a confirmar que a comunidade tem ganhado bastante nos últimos anos, com a criação da Associação conjuntamente com a implementação e o desenvolvimento do Projecto Áreas Protegidas na região de Serra Malagueta. Novos impulsos emergiram, tendo em vista o desenvolvimento comunitário, pois que vários trabalhos foram realizados, nomeadamente, a construção de reservatórios familiares,

5 Depoimento do Presidente da Assembleia-geral da Associação, 2008.

construção e/ou reabilitação de habitações⁶.

O relato dessas entrevistas demonstram claramente o quão importante tem sido o apoio concedido pelo Projecto Áreas Protegidas nessa comunidade. Como afirmam, este veio mudar o rumo da referida comunidade, fruto de um esforço conjunto com a associação local. Como dizem, trata-se de uma instituição que tem garantido um número razoável de emprego à população local, principalmente aos jovens que acabaram de concluir os estudos secundários, sem alternativa de momento.

O Projecto em apreço tem desenvolvido várias acções de formação e capacitação de jovens para o mercado de trabalho e mesmo para a questão do empreendedorismo de que tanto se fala em Cabo Verde nos últimos anos. O importante é que, de entre várias formações recebidas, aprenderam a lidar com as matérias-primas locais, valorizando esses recursos. Prova disso é que desenvolveram uma formação na área de tecelagem, onde os materiais utilizados foram o ‘Sisal’⁷, que abunda na localidade.

Importa realçar que aquilo que as pessoas expressam durante as entrevistas e a própria observação realizada na comunidade evidenciam a intenção do desenvolvimento comunitário. Com efeito, nas expressões das pessoas entrevistadas, muitas vezes, fica patente a ideia de que existe uma revolta interna em relação à forma como os poderes públicos tratavam a comunidade antes da criação da referida organização.

Daí, “chamamos atenção à comunidade para a necessidade de criação da associação, a fim de resgatar a nossa vontade junto dos financiadores, que muito querem fazer para minimizar as desigualdades sociais gritantes que assolam o mundo e, em

6 Depoimento de um jovem trabalhador de construção civil, membro de Associação, 2008.

7 Tipo de planta utilizada na confecção de cordas e diferentes tipos de cestarias em deversas regiões da ilha de Santiago de Cabo Verde.

particular, o caso de Cabo Verde”⁸.

A cultura cívica desenvolve-se precisamente nesse aspecto, em que as pessoas reconhecem claramente os seus direitos e deveres a ponto de exigirem, de si e dos outros, fazendo recurso aos meios locais (financeiros e humanos) que têm à disposição. Neste caso particular, trata-se de mobilização da comunidade para uma acção conjunta, ciente e consciente dos deveres e responsabilidades que tem para com o desenvolvimento local (comunitário).

As reacções apresentadas pela comunidade deixam transparecer que tem consciência clara da importância da associação para o desenvolvimento local. Como reiteradas vezes disseram, a referida organização viria a proporcionar alguns benefícios para a comunidade.

O Projecto “Áreas Protegidas” é um exemplo típico desses benefícios e tem sido um grande parceiro da Associação Comunitária de Serra Malagueta na concepção e implementação dos projectos com vista ao desenvolvimento comunitário, abrindo, precisamente, espaço para uma acção conjugada na região, fundamentalmente no que tange à manutenção e conservação dos espaços verdes, através da sensibilização da comunidade local.

Neste âmbito, a interacção entre organizações de carácter comunitário torna-se bastante interessante no processo de capitalização de recursos locais. Nessa relação de troca intergruppal, a tarefa que os grupos propõem constitui o principal factor de união entre os seus elementos, fazendo convergir todos os seus esforços no sentido da concretização dos objectivos colectivos com repercussão individual quando bem geridos pela colectividade. Qualquer grupo tem de se organizar para que todos os seus elementos sintam que a sua actuação tem utilidade, não só para eles mesmos, como também para a equipa no seu todo.

⁸ Depoimento da Secretária do Conselho Directivo da Associação, 2008.

5 A interdependência e o desenvolvimento local

Usando uma metáfora desportiva, torna-se evidente que, num desafio de futebol, o golo é comemorado como pertencente à equipa e não apenas ao jogador marcador. É suposto que uma comunidade bem organizada tende a funcionar segundo o mesmo princípio. Nela, todos os elementos devem ter tarefas determinadas e serem responsáveis por elas, apercebendo-se de que se falharem, a falha prejudica toda a comunidade. Com isso, pode-se afirmar que o grupo não deve ser visto apenas como uma simples reunião de indivíduos, mas sim, como um movimento pelo qual os indivíduos reunidos se modificam mutuamente.

Johnson e Smith (1998) justificam a importância da interdependência positiva na facilitação de contextos nos quais se promove a interacção entre pares que, por sua vez, propiciam o desenvolvimento de um espírito de grupo, de uma agradável interacção interpessoal e de mais oportunidades de atingirem com sucesso os objectivos comuns. As diversas modalidades de interdependência devem ser utilizadas consoante os efeitos desejados e os objectivos propostos, inicialmente, para o trabalho cooperativo.

A interdependência constitui um tópico tão importante na aprendizagem cooperativa que os investigadores (JOHNSON *et al*, 1998) dividiram a interdependência em modalidades distintas:

- *A interdependência de finalidades* – acontece, efectivamente, quando todos os membros trabalham para um fim comum, como por exemplo, quando sabem que existe um determinado financiamento que depende da acção de cada membro de uma forma conjugada, ou ainda, quando todos os membros desejam ter em conjunto certos benefícios de cariz comunitário.

- *A interdependência de recompensa*, geralmente acontece quando em função das condições de um trabalho conjunto, os

membros da colectividade recebem as recompensas pelo trabalho desenvolvido na/para a comunidade. Relativamente à interdependência de tarefas, qualquer agrupamento social tem de se organizar para que todos os seus elementos sintam que a sua actuação tem importância não só para eles próprios, de uma forma isolada, mas também para a comunidade de uma maneira geral.

Deste modo, espera-se, por parte da comunidade, uma atitude semelhante, funcionando, em regra, segundo esse princípio. Como já se referiu anteriormente, todos os elementos constitutivos do grupo devem ter tarefas bem definidas e serem responsabilizados por elas, percebendo que se falharem é a comunidade toda que fica prejudica com essa falha.

Nesse âmbito, fica patente a ideia de que as perdas e os ganhos são partilhados por todos. Como dizem os funcionalistas, a sociedade funciona como um sistema biológico/organismo vivo em que, havendo problema em qualquer dos órgãos, o corpo todo sentirá o seu reflexo. No que tange à interdependência de recursos, esta encontra-se de alguma forma ligada à anterior, uma vez que, na divisão de tarefas aos membros, existe também uma co-responsabilização pelos êxitos ou fracasso das acções desenvolvidas.

É a *interdependência de papéis* acontece quando é distribuído a cada elemento da comunidade um papel que esteja dependente dos outros e isso só se justifica, quando o conjunto de papéis proporcionar um bom funcionamento do trabalho conjunto na comunidade. Os papéis podem variar de acordo com as tarefas e os objectivos da organização. Por conseguinte, em cada tarefa reúnem-se os indivíduos que nela colaboram, criando entre si um contacto inter-relacional e num sentido de vizinhança recíproca, que geralmente é designada por relação de simpatia.

Em tese, quanto maior for o contacto entre os elementos de um agrupamento social, mais eficiente tende a ser a sua dinâ-

mica, no sentido de lutar pela sua sobrevivência, salvaguardando os objectivos que norteiam a sua criação.

E uma das formas que na perspectiva dos entrevistados constitui a base inicial da sustentação associativa na comunidade de Serra Malagueta é o sistema de cobrança das quotas e jóias. Pois, a partir dali, podiam advir outras formas de mobilização de recursos. Isto porque as quotas e jóias constituem um dos primeiros recursos financeiros postos à disposição de uma associação, por conseguinte, constitui um sustentáculo para conquistar novas oportunidades.

6 A participação associativa

A priori, não constituía preocupação nesse processo de pesquisa, analisar a participação associativa do ponto de vista comparativo. Porém, no seu decurso, viu-se que seria pertinente fazer menção às disparidades participativas existentes entre homens e mulheres no interior de Santiago, particularmente na comunidade de Serra Malagueta.

Nesse âmbito, acredita-se que, fazendo uma analogia à luz da participação feminina, tal poderá constituir uma mais-valia para a compreensão da dinâmica das mulheres de Serra Malagueta no contexto da participação comunitária. Como se pode constatar, o número de homens que fazem parte da referida organização constitui apenas 21% do total dos 73 associados activos. Isto mostra que o índice da participação feminina nessa organização é bastante elevado se comparado com a percentagem da participação masculina nesse local.

Entretanto, não era de estranhar tal facto porque, de um total de 2472 associados no concelho, apenas 1065 são homens e as restantes (1407) são mulheres, correspondentes a 57%. Tais resultados engendram alguns pressupostos básicos para um estudo posterior a cerca da questão de género e participação comunitária-

ria. Todavia, esta dinâmica participativa remete-nos um pouco à questão de capital social que como se sabe, “depende da acção individual para a produção de um bem colectivo e é sustentado por dois pilares, a confiança e a reciprocidade” (COLEMAN, 1999 *apud* JÚNIOR, 2007).

A confiança, a solidariedade e a reciprocidade são os indicadores de existência de capital social considerados nesta investigação, como variáveis dependentes em relação à sustentabilidade associativa na comunidade de Serra Malagueta. Neste particular, o capital social é medido pelo Índice de Participação Associativa na Comunidade de Serra Malagueta (IPACSM)⁹, que se traduz na seguinte fórmula: Número Total de Associados-activos sobre o Total da População Residente multiplicando por cem:

$$(I = \frac{n^{\circ} a}{Pt} * 100)$$

n° - número;

a – associados activos¹⁰;

Pt – População total (**251** habitantes do interior do parque)¹¹.

Aplicando essa fórmula e analisando os resultados, vê-se claramente que o índice de participação associativa na comunidade de Serra Malagueta é bastante razoável, quando comparado com o número dos associados activos que neste preciso momento é entendido como sendo o número de pessoas que se encontram filhados na associação e participam activamente em todos os actos comunitários. Ilustrando com exemplo, pode-se ver que, dos **251** habitantes do interior do parque, **73** são associados, correspondentes a **29,1%** da população total.

9 Índice de Participação Associativa, indicadores utilizados para determinação do grau de participação social na comunidade de Serra da Malagueta.

10 Pessoas que pagam regularmente as quotas e participam activamente nas actividades da associação.

11 Relatório Socioeconómico de Serra Malagueta, 2006.

É importante frisar que a solidariedade e a cooperação anteriormente referidas, enquanto variáveis intervenientes, se configuram como o elo de ligação entre o capital social, redes de relações e a própria sustentabilidade associativa. Sendo assim, as redes sociais, nas suas diferentes configurações locais ou regionais, indicam uma nova forma de organizar e vivenciar espaços de poder, em que a horizontalidade das relações resulta de alguns princípios que devem estar expressos na gestão das organizações da sociedade civil fundamentadas nas relações que se estabelecem internamente.

Neste âmbito, Putnam (2000) insere a sua análise do capital social numa categoria heurística, para explicar os problemas da acção colectiva, cuja solução supera a proposição dos seguidores da teoria dos jogos e do individualismo metodológico. Para eles, a acção colectiva é resolvida através de um cálculo racional onde os participantes tomam suas decisões com base numa análise em termos de custo e benefício, cujos resultados normalmente são previstos. Isto ocorre porque os participantes desconfiam-se uns dos outros, materializando este sentimento em suas decisões. A desconfiança pode ser abrandada quando ocorrem várias rodadas de jogos com regras claras e respeitadas.

Esta lógica baseia-se numa rede social que possui regras e normas claras com sanções proibitivas para os desertores. Efectivamente, o processo social que produz como resultado o bem comum ou o bem de uma colectividade, baseada na confiança, reciprocidade e solidariedade é definido por Putnam como capital social.

As normas de reciprocidade generalizada alimentam um sentimento de confiança, categorias centrais para o conceito de capital social, que influencia no desempenho político e económico. Os habitantes relatam terem actuado face à situação da pobreza e desemprego e que, muitas vezes, foram amplamente ignorados pelos poderes públicos. Tais atitudes requerem, por parte

de todos os intervenientes sociais, um espírito de entrega e de comprometimento, que é bem visível nessa comunidade.

As redes de engajamento cívico robustecem as normas de reciprocidade, cuja influência produz sanções para aqueles que não retribuem o que lhes é dado nesse processo de relação, tornando-se eficazes na medida em que a informação sobre a confiabilidade é comunicada através das redes de relação que se estabelecem na comunidade em apreço.

Putnam (2000) procura demonstrar as condições sob as quais as instituições públicas conseguem mobilizar os recursos sociais para alcançar um elevado grau de bem-estar colectivo/social e, por outro lado, tenta demonstrar como as regiões cívicas cresceram mais rápido do que as regiões onde há menos associações e mais hierarquia, com a criação dos governos regionais.

Putnam (1996) debateu a questão comunitária de uma forma bastante aprofundada e adicionou uma nova terminologia à comunidade cívica, enfatizando que, numa comunidade cívica, a cidadania se caracteriza fundamentalmente pela participação dos cidadãos em assuntos de carácter público.

Nesta mesma linha de reflexão, enaltece o autor que o interesse pelas causas públicas é indicador da virtude cívica, embora “nenhum mortal e nenhuma sociedade bem sucedida possam prescindir do poderoso estímulo do interesse próprio” (PUTNAM, 1996).

Ressalve-se que os cidadãos da comunidade cívica, como diz o autor, não têm que ser absolutamente altruístas. Entretanto, nesta, os cidadãos tendem a buscar os interesses próprios correctamente visíveis e reconhecíveis, de tal sorte que se tornam sensíveis aos interesses dos outros.

Pressupõe-se que a participação social numa comunidade cívica tenha um cunho público, extravasando, desta forma, uma

mera intenção de partilha dos recursos, ou melhor, dos bens materiais que dessa participação venha a resultar. Obviamente que “os cidadãos de uma comunidade cívica não são santos abnegados, mas consideram o domínio público algo mais do que um campo de batalha para afirmação do interesse pessoal” (PUTNAM, 1996).

Geralmente, as intenções expressas na fundação das organizações associativas têm como alvo principal o desenvolvimento comunitário. Como defende um dos entrevistados, “a nossa principal intenção é, em conjunto, lutar por uma causa comum, que é o desenvolvimento da nossa comunidade”¹². O que na óptica deles pode ser entendido como conjunto de actividades de produção e serviços que têm lugar na comunidade.

Nesta perspectiva, reafirma-se que, do ponto de vista social, as comunidades locais, em particular, e a sociedade civil, em geral, como agentes de acção, têm demonstrado uma certa garra na procura e exigência incessante dos recursos económicos e financeiros para o desenvolvimento das suas localidades. Importa realçar que esta luta incessante que se tem travado demonstra a tomada de consciência por parte dos cidadãos em participar no desenvolvimento das suas comunidades.

Maior e melhor participação dos cidadãos na gestão comunitária proporciona ao país um conjunto de vantagens:

- Proporciona um desenvolvimento comunitário harmonioso, com a participação das pessoas que vivem na comunidade, uma vez que estão em melhores condições para identificarem os problemas da sua comunidade e apresentarem sugestões concretas. Trata, pois, de um desenvolvimento endógeno e, por isso, agregador de aspirações comunitárias. Isto é, existe uma liberdade de fundação e/ou de criação das organizações sociais com uma certa autonomia comunitária para melhor empreenderem estilos

¹² Depoimento da presidente de do Conselho Directivo da Associação, vendedeira ambulante, 2008.

próprios de desenvolvimento e aplicar políticas autónomas de melhorias de condições de vida dos habitantes.

- Promove a participação dos cidadãos na gestão comunitária, por conseguinte, permite um maior envolvimento e capacitação na resolução dos seus problemas. Consciencializa os indivíduos sobre as suas reais necessidades e, conseqüentemente, sobre os caminhos que devem trilhar para poderem atingir os objectivos traçados. Tal participação permite também criar redes de relacionamentos entre os elementos da comunidade sob a égide de um bem comum, com vista a um desenvolvimento duradouro.

- Permite à comunidade desenvolver-se a partir dos seus valores culturais, históricos e sociais; valoriza as especificidades locais e desenha estratégias adequadas para o seu desenvolvimento de forma integrada e harmónica com o meio ambiente ecológico e sociocultural;

- Possibilita a participação da comunidade na tomada de decisões que afectam as suas condições de existência e os seus estilos de desenvolvimento no sentido de que este é um fenómeno que depende muito das necessidades da comunidade, aliás, da própria concepção de desenvolvimento vigente na comunidade;

- Permite a cada pessoa ter um certo protagonismo como sujeito e agente dos processos de mudança social;

- Responsabiliza e envolve as comunidades nos processos de mudança/trans transformação social através da capacitação dos comunitários na apropriação dos recursos disponíveis de forma a traduzi-los em progressos que permitam superar, de forma paulatina, as estruturas de produção muitas vezes obsoletas e diversificar a base económica.

Conforme se relata no documento intitulado “Plano de Gestão” -Parque Natural de Serra Malagueta: Projecto Áreas Protegidas de Cabo Verde, 2006, o Projecto pretende contribuir para

a conservação e preservação do património natural, único e frágil de Cabo Verde, através da criação de uma Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Saliente-se ainda que um dos principais objectivos do referido Projecto é garantir uma gestão integrada e participativa de Cabo Verde, com o envolvimento activo de comunidades locais. Assim, concluíram os promotores do Projecto que a preservação dos ecossistemas frágeis de Cabo Verde depende de uma boa informação, promoção e sensibilização da população face à problemática ambiental.

Conforme a opinião do Gestor do Parque, a Associação Comunitária de Serra Malagueta tem sido uma grande parceira do Projecto e tem desenvolvido grandes actividades, visando a sensibilização da população no sentido de protegerem e preservarem o Parque. Isto prova que a relação interorganizacional, ou melhor, o capital social de ponte traz benefícios mútuos e é caracterizado como sendo amplo em termos de vínculos de relações e reciprocidade, porém, vínculos mais fracos, extensos e difusos. Conforme argumenta Putnam (2002), isto funciona como um lubrificante social, facilitando a ligação entre grupos sociais.

Tais vínculos seriam adequados para o estabelecimento de laços externos, facilitando a difusão da informação, estabelecendo alianças entre os diferentes grupos sociais, especialmente as associações comunitárias, para, a partir dali, tirar vantagens dessa mesma relação.

Papel da liderança associativa

Várias têm sido as estratégias das lideranças locais, como forma de garantir a sustentabilidade organizativa em diferentes regiões do interior de Santiago, com o destaque para a comunidade de Serra Malagueta. Comunidade essa que, pela sua própria configuração geográfica, demonstra uma certa dificuldade em acessar

a determinados bens que, à partida, são essenciais para a população, nomeadamente, os serviços de saúde, da educação, materiais de construção, bens alimentares, entre outros.

Uma das estratégias que tem ajudado os líderes comunitários de Serra Malagueta é a sua capacidade de manter a comunidade bem informada sobre as oportunidades e ameaças que os rodeiam. Conforme relata uma entrevistada, as informações têm sido bem passadas no seio da comunidade.

Reunimos no princípio de cada mês, sem contar com algumas reuniões extraordinárias, que também têm sido realizadas para fazermos balanço do funcionamento da organização, analisar o que já se realizamos e o que pretendemos realizar nos próximos tempos.

(tesoureira da Associação, trabalhadora doméstica, 2008)

Outra grande estratégia desses líderes tem sido o elevado grau de capacidade de mobilização de recursos financeiros e humanos junto aos parceiros nacionais e internacionais, visando o desenvolvimento comunitário. Esses líderes conseguiram “penetrar” as ideias do desenvolvimento comunitário de tal modo que uma das entrevistadas dizia: “nós devolvemos a nossa comunidade à Associação, na pessoa dos seus dirigentes, num espírito de entrega, muitas vezes, abandonam as suas actividades profissionais/familiares para se incumbirem da resolução dos problemas da comunidade”¹³

Um dos aspectos bastante pertinentes com que se deparou no processo dessa pesquisa junto aos líderes da comunidade de Serra Malagueta é a convicção que têm demonstrado durante as reuniões de Assembleia-geral, em que diziam à viva voz que deviam expressar livremente tudo o que quisessem a cerca das actividades associativas, uma vez que lá era o lugar apropriado para exercerem os seus direitos.

Tal atitude demonstra uma certa confiança e segurança na-

13 Depoimento de um jovem pedreiro, membro da associação, 2008.

quilo que já se tem desenvolvido e o que se pretende desenvolver junto à comunidade local, porque se coloca à disposição da comunidade para ser julgado publicamente.

Se a liderança é tida como processo de influência de pessoas no sentido de agirem em prol dos objectivos de uma organização, é bem verdade que a liderança exige, por parte de quem lidera, ou pelo menos de quem pretende liderar, uma predisposição para sacrifícios pessoais em certas circunstâncias. Desta feita, é pressuposto que este deve ter no seu bojo um espírito de flexibilidade, confiança, respeito e de reconhecimento das qualidades pessoais dos outros, reconhecimento da contribuição que cada um pode dar dentro das suas limitações pessoais.

Ao líder exige-se, em larga medida, uma capacidade proactiva, capaz de cultivar na comunidade que lidera uma preocupação sincera para promover o bem-estar geral. Ao falar-se na liderança, pensa-se, quase sempre, nos estilos de liderança, uma vez que se espera do líder um comportamento que possa beneficiar o grupo que lidera e são essas expectativas que a população tem dos líderes, que permitem classificar os estilos de liderança. Nesta tabela classificatória, destacam-se três estilos de liderança presentes nas sociedades humanas, desde os primórdios da humanidade até os momentos actuais: estilo autoritário, liberal e democrático.

Dos diferentes estilos de liderança, o que mais vigora na comunidade de Serra Malagueta é o do cunho democrático, que, pela sua própria característica, melhor serve a referida comunidade, uma vez que a ênfase é colocada no líder e na comunidade. As directrizes são debatidas pelo grupo, estimulado e assistido pelo líder e as decisões saem sempre do grupo.

Nesse estilo de liderança, é o próprio grupo que delinea as estratégias para atingir os objectivos preconizados. Importa realçar que os líderes da comunidade de Serra Malagueta não têm

grandes conhecimentos técnicos acerca da gestão dos recursos humanos e materiais. Entretanto, há aspectos bastante pertinentes a considerar nesses líderes, o espírito de humildade e perseverança, realmente é uma capacidade que têm demonstrado em lidar com os recursos postos à disposição, mesmo sendo circundados pelas suas limitações pessoais, reconhecendo nos outros a capacidade de contribuir para o bem comum.

Acompanhando de perto, Associação dos Amigos para o Desenvolvimento Comunitário de Serra Malagueta, vê-se claramente que há um certo grau de democraticidade, especialmente na tomada de certas decisões, apesar das divergências de opiniões, que são normais nos grupos sociais, que, por vezes, são vistas como sinais da própria dinâmica das relações humanas, pois “as decisões são tomadas de uma forma democrática, a nossa voz é bem ouvida e respeitada pelos dirigentes associativos, por conseguinte, consideramo-los democráticos”¹⁴

É evidente que uma comunidade tanto pode como deve ser orientada no sentido da criação/fundação de uma organização de cunho social, embora os objectivos devam ser traçados pela própria comunidade. Uma vez que as necessidades são cada vez mais sentidas, vistas e analisadas pela própria comunidade, quer-se com isto dizer que as pretensões comunitárias devem ser de carácter endógeno. Daí a necessidade de um intérprete comunitário, ou seja, um líder capaz de organizar e orientar os destinos da sua comunidade.

Entretanto, tem havido orientações exógenas à comunidade, no sentido de fazer valer a vontade desta, como o caso de mediadores sociais, nomeadamente, Câmara Municipal, Projecto Áreas Protegidas de Serra Malagueta, OASIS, que é uma Organização das Associações dos Agricultores, Avicultores e Pecuários da ilha de Santiago.

¹⁴ Depoimento de um jovem agricultor e criador de gado, membro da associação, 2008.

Essas organizações têm trazido grandes benefícios para a associação comunitária de Serra Malagueta, uma vez que, conforme relatam os entrevistados, pensar em criar e manter uma associação apenas pela iniciativa local seria apenas um sonho. A questão que se coloca neste preciso contexto é até que ponto tais mediadores estão na disposição de desenvolverem um trabalho comunitário sem que dele tire qualquer benefício. Este anseio também é visível na comunidade, fundamentalmente quando começam por defender que, antes da criação da referida associação, a Câmara Municipal não tinha presença na comunidade e nem os atendia quando iam à procura de ajuda. Eram, pois, quase que ignorados pura e simplesmente.

Segundo os entrevistados, os representantes dos poderes públicos acima referidos, só aparecem na comunidade para desfrutar das condições para a perpetuação no poder, que são os momentos das campanhas eleitorais. Entretanto, em 2007 receberam do Senhor Primeiro Ministro de Cabo Verde, uma viatura¹⁵ que, segundo os entrevistados, veio a resolver grande parte dos problemas que a comunidade vinha enfrentando, no que concerne aos transportes dos estudantes para as Escolas Secundárias.

A presença do referido veículo na comunidade trouxe-lhe algo muito mais do que um simples meio de transporte para alunos, porque tem servido de apoio à comunidade em vários domínios, como nos funerais e na evacuação dos doentes ao hospital e centros de saúde, fundamentalmente à noite, em que poucas viaturas circulam, sem esquecer que constitui para Associação um dos meios para angariação de fundos, que têm sido aplicados rigorosamente nos investimentos comunitários¹⁶.

Tudo o que já se referiu anteriormente tem sido fruto dos esforços e dinâmicas implementados na e para a comunidade, por parte daqueles que se encontram à frente da comunidade de Serra Malagueta.

¹⁵ Automóvel pesado de passageiro (TOYOTA HIACE).

¹⁶ Depoimento do presidente do Conselho Fiscal da Associação, motorista profissional, 2008.

É notável que a presença do referido veículo na comunidade tem trazido uma grande satisfação para os moradores de Serra Malagueta, embora se tivesse instalado também algumas polémicas, no que tange à gestão desse património. Uns defendiam que somente os sócios deveriam trabalhar nesse carro, enquanto motorista, e outros pretendiam que qualquer pessoa pudesse trabalhar, desde que o serviço fosse bem prestado. Isto resultou na saída de alguns associados da referida organização.

Tal comportamento se constitui muitas vezes naquilo que se pode chamar do entrave ao desenvolvimento comunitário que, contrariamente, constitui o alvo principal da organização associativa que labora em Serra Malagueta. Prova disso é a polémica que se instalou na comunidade, aquando da chegada de um “HIACE”¹⁷, um património doado pelo senhor Primeiro-ministro de Cabo Verde como forma de garantir e minimizar os custos de transporte dos estudantes. Nesta, houve pessoas que defendiam a colocação exclusiva de um familiar na qualidade de condutor, que caso contrário não colocariam os filhos no referido carro e a associação, por seu turno, teria de lhes dar uma parte do montante que dizem ter direito.

Essa situação chama atenção mais uma vez aos líderes comunitários para complexidade da gestão dos recursos materiais, económico-financeiros e humanos que terão na sua disposição, sem pôr em causa a existência de nenhum deles, uma vez que todos eles são elementos fundamentais para garantir a sustentabilidade organizativa. É necessário, pois, que haja uma grande capacidade de liderança por parte daqueles que lideram uma determinada comunidade, no sentido de conquistar e manter os indivíduos na organização.

Face a essa questão, os dirigentes associativos entrevistados defendem que é preciso ter muito boa vontade, coragem e

¹⁷ Veículo automóvel de passageiro cuja capacidade de transporte é menor do que autocarro.

determinação para poder fundar e manter viva uma organização de carácter social e sem fins lucrativos. A esse respeito, acrescentam ainda ser preciso que toda a comunidade se engaje e se disponibilize para ajudar a si e aos outros para que essa organização se mantenha viva com toda a sua dinâmica. Dizem, pois, que um líder por mais dinâmico, persistente, determinado que seja, por si só não seria capaz de desencadear numa comunidade um interesse que seja de cunho comunitário. Com efeito, tem que haver naturalmente nessa comunidade uma vontade geral que extravase um mero somatório de interesses particulares¹⁸.

Entrando no campo de análise das abordagens da intencionalidade das lideranças associativas supramencionadas, fica patente que a qualidade motivacional não é o objecto de observação directa daqueles que especulam, pois esta pertence ao campo da intencionalidade da acção do indivíduo que age. Na verdade ninguém pode, à partida, compreender as intenções dos outros. Entretanto, com o passar do tempo e num permanente relacionamento com eles acabam por revelar as suas intenções básicas. É, precisamente, neste campo que tende a surgir confiança entre os elementos constitutivos do grupo.

Ao referir-se às pessoas egoístas ou generosas, torna-se evidente que é no campo da motivação transcendental que se está movendo, fundamentalmente, quando se fala de um trabalho cooperativo e participativo, ou melhor, quando se relata que uma organização de âmbito social tem o rosto humano, é o mesmo que dizer que essa organização se preocupa com as necessidades dos outros, mesmo quando estes não tomam parte directa na organização. A motivação é aqui entendida como sendo força ou impulso que conduz o indivíduo a escolher uma acção concreta entre aquelas que poderia realizar em determinadas situações. Por outras palavras, é uma resposta interna do indivíduo frente a um valor social.

Importa referir que os administradores das organizações

¹⁸ Depoimento de um senhor de 40 anos, agricultor e membro da Associação, 2008.

sociais, neste caso particular, os líderes associativos, mais que simples dirigentes associativos, têm por missão orientar, dirigir e controlar os esforços de um grupo de indivíduos para um objectivo comum.

Sugere Putnam (1996) que a eficácia institucional depende grandemente da capacidade do seu líder em organizar, orientar e controlar as relações internas do seu agrado, ou melhor, do agrado dos seus membros. Fundamentalmente, no tocante aos objectivos preconizados, proporcionar habilidades aos seus subordinados, otimizar a utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis, primar pela forma correcta de fazer as coisas, colocando ênfase nos resultados, sem pôr em causa os meios.

Realmente, Putnam (1996) terá razão ao defender as supracitadas características para os processos de lideranças locais, embora, conforme se entende, no presente texto, o ponto forte resida no facto dele não ter focalizado toda a sua análise na questão das lideranças de “per si”, mas sim no engajamento cívico, ou seja, a comunidade cívica. Nesta perspectiva, entendeu-se que, mais do que uma simples dinâmica do líder, é também necessária uma comunidade proactiva, ciente e consciente das suas necessidades e desafios.

Considerações finais

Uma das conclusões a que se chegou relativamente aos processos associativos reside no facto de que, mais do que um simples apoio que uma Associação poderá conceder à comunidade onde se encontra inserida, vem uma parte importante: a dinâmica social que a partir dali se desencadeia. É que a vontade reivindicativa de cada cidadão constitui uma base da própria dinâmica a que se está a referir.

A estratégia defendida pelo líder comunitário em apoiar

todos os necessitados da comunidade indiscriminadamente, quer-se com isto dizer que, mesmo aqueles que, por uma razão ou outra, não chegarem a fazer parte da associação, terão sido uma das formas inteligentes de conquistar e manter os sócios na associação. Mormente, quando as pessoas se demonstram claramente impossibilitadas em pagar mensalmente as quotas e jóias, conforme manda o estatuto da associação.

Se, efectivamente, a sustentabilidade associativa é tida como a capacidade organizacional e gestionária de uma comunidade em fundar e manter viva uma associação, é bem verdade que desta comunidade urge controlar todas as actividades desenvolvidas e/ou a desenvolver num dado período de tempo.

Existem algumas discrepâncias entre o que algumas pessoas dizem estar dispostas a fazer para a comunidade e as exigências que fazem da própria Associação face à sua pessoa. Não são muitas, mas existem aquelas em que os interesses particulares/familiares tendem a falar mais alto, tentando sobrepor-se aos interesses colectivos. Embora tivesse dito Putnam (1996) que os seres humanos não são santos abnegados e que deviam saber defender os interesses particulares de tal sorte que não pusessem em causa os interesses colectivos. Ora, “a ideia de capital social aqui adoptada tem a ver com a capacidade de cooperar e de confiar para a produção do bem público e não para a depredação social” (PUTNAM *apud* ARAÚJO, 2003).

A defesa dos interesses pessoais/particulares, muitas vezes, tende a desestabilizar, em parte, uma acção comunitária, uma vez que assuntos importantes e que dizem respeito a todos, que poderiam ser debatidos nas reuniões geralmente têm ficado pelo caminho. Tanto é que, a maioria dos associados defendiam ter claramente a consciência de que certas pessoas discutiam assuntos que pouco tinham a ver com o objectivo da reunião. E uma associação, enquanto organização da sociedade civil, extravasa a mera dimensão da pertença aos indivíduos associados, ou melhor,

existe para servir a comunidade no seu todo e não o contrário. Tanto é que o nome a que se lhe atribui é associação comunitária.

O índice de participação associativa na comunidade de Serra Malagueta é bastante razoável, pelo menos do ponto de vista vinculativo, uma vez que dos 251 habitantes do interior do parque, 73 são associados, correspondente a 29,1% da população total. Acredita-se que a percentagem de participação associativa que se espelha nesta comunidade atesta, de certa forma, o grau de comprometimento dos associados face às problemáticas sociais vigentes na comunidade, nomeadamente a pobreza e o desemprego, que têm assolado a região.

A liderança local tem tido um papel importante, embora não determinante para a sustentabilidade associativa, conforme se afirmava no início da pesquisa, uma vez que muitos outros elementos concorrem para que tal sustentabilidade aconteça. Elementos esses que podem ser traduzidos em participação e participação cidadã e a confiança generalizada entre os componentes da organização.

Os benefícios provenientes das actividades associativas na comunidade de Serra Malagueta, pelo menos do ponto de vista teórico, são partilhados, de uma forma equitativa, por todos os habitantes com necessidades e não apenas pelos associados de uma maneira isolada. E isso terá concorrido para garantir uma certa condição da sustentação associativa nessa comunidade.

Referências Bibliográficas

COLEMAN, James. "Social Capital in the Creation of Human Capital." *American Journal of Sociology*, nº. 94. Chicago: The University of Chicago, 1988.

COHEN, Zelinda; VICENTE, Rosa. *Guia do Cidadão Eleitor*. Ed. Comissão Nacional de Eleições (CNE) e Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania (CNDHC). Cabo Verde: 2010.

EDWARDS, Banfield; FOLEY, M. W.; DIANI, M. *Civil Society and the Social Capital Debate in Comparative Perspective*. Hanover: University Press of New England, 2001.

ÉVORA, Iolanda Maria Alves. "Cooperativa: política de Estado ou cotidiano? O caso de Cabo Verde." *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. vol. 3/4, 2000/2001. São Paulo: USP, 2001.

INE (Instituto Nacional de Estatística). *O Perfil da Pobreza em Cabo Verde – IDRF 2001/2002*. Praia: 2004.

HANIFAN, Lyda Judson. *The Community Center*. Boston: Silver Burdette, 1920.

SILVA JÚNIOR, José Deocleciano de Sequeira. "O Capital Social: Discussão em torno da construção de um conceito." *Revista Espaço Acadêmico*, nº. 72, Maringá: UEM, maio de 2007.

MARTELETO, Regina Maria. *Cultura, Espaço e Textualidade; relações inter-campos, redes sociais e novas configurações comunicacionais e informacionais*. Rio de Janeiro: CNPq/IBICT - UFRJ/ECO, 1998.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Edição Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

QUIVY, Raymond. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

A Reforma Agrária em Cabo Verde: estudo de caso no Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão

Zenaida Antónia Delgado dos Santos

Introdução

Este artigo surge na sequência da pesquisa que deu origem à minha dissertação de mestrado¹ cuja investigação foi desenvolvida entre Agosto de 2010 e Julho de 2011. Propunha a partir da realização de trabalho de campo e de uma pesquisa documental fazer uma análise socioantropológica do processo de implementação da política pública de reforma agrária no Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão, de Cabo Verde.

A reforma agrária foi implementada em Cabo Verde entre 1983-93 e visava: suprimir os regimes indirectos de exploração; garantir a posse útil da terra e dos meios de produção àqueles que a trabalhavam; estabelecer medidas e mecanismos de fomento agrário eficazes; promover o associativismo rural sob a forma de cooperativa; redimensionar as explorações agrícolas privadas; reordenar o sistema agrário e valorizar sociocultural e economicamente as comunidades rurais (cf. B.O. de Cabo Verde, nº 18 de 5 de Maio de 1982); libertar os rendeiros e parceiros da dependência das relações socioeconómicas arcaicas de exploração; melhorar a sua situação socioeconómica e cultural para além de reforçar a união e unidade nacionais e defender os legítimos direitos e interesses de todos os grupos sociais ligados à terra (SILVA, 1982).

Após uma década da sua implementação e duas de democracia, os assuntos ligados à terra continuam a criar muitas polémicas em Cabo Verde. Persiste uma certa resistência em abordar o tema sobretudo no meio académico. Os estudos referentes ao tema são exíguos ou mesmo inexistentes, apesar da sua pertinência e relevância sociais. No Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão a reforma agrária vem sendo conotada com a sublevação popular do dia 31 de Agosto de 1981, em Boca de Figueiral – Co-

¹ Dissertação de Mestrado, sob o título A Reforma Agrária em Cabo Verde: estudo de caso no Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão, sob a Orientação do Prof. Doutor José Carlos Gomes dos Anjos, apresentada em Julho de 2011.

culi². Para além de que, a camada social a quem a reforma agrária beneficiaria mostrou forte resistência.

O enfoque da análise foi o processo de implementação da política pública da reforma agrária no Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão na década de 1983-1993. Para responder a essa demanda foi importante: caracterizar a estrutura fundiária do Concelho em estudo, antes, durante e após a implementação da LBRA; analisar a correlação de forças entre mediadores da política pública e seus destinatários e o clima em que decorreram as reuniões de socialização do Anteprojecto de LBRA; e analisar os interesses dos actores envolvidos na arena de disputa que se instalou com a tentativa de implementação da política pública, no aludido Concelho.

A princípio queria verificar a simetria ou não do processo comunicativo gerado no seio dos agentes mediadores da reforma agrária no Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão e a sua implicação na construção de uma estrutura comunicacional do agir orientada pelo entendimento entre as partes envolvidas na implementação da política pública de reforma agrária, e demonstrar em que medida as relações que têm por base o parentesco, a amizade e o compadrio entre proprietários e seus parceiros, influenciaram a implementação da LBRA.

Propus fazer uma abordagem de natureza qualitativa, tendo privilegiado uma pesquisa documental, visto que os documentos são fontes de dados significativos para as pesquisas qualitativas (GODOY, 1995), acompanhada de uma recolha de fontes orais. Para a recolha das fontes orais privilegiei a história oral temática, pela possibilidade de complementar informações originadas em documentos e ou evidenciar o que ainda não foi efectivamente documentado (MEIHY, 1996), através de depoimentos de pessoas seleccionadas para registar experiências de vida.

2 Nome de uma localidade no interior do Vale da Ribeira Grande na ilha de Santo Antão, onde se registou um morto e várias pessoas encarceradas e torturadas na sequência da sublevação popular referida.

A recolha de dados foi feita a partir de entrevistas semiestruturadas pois “é na realização de entrevistas que se situa efectivamente fazer história oral” (ALBERTI, 2005, p.78). No total foram dezoito entrevistas aplicadas em três grupos: os mediadores, os proprietários e os parceiros/meeiros, rendeiros/lavradores³.

Para nomear os meus entrevistados utilizei a função que ocupavam antes da reforma agrária ou o papel que os coube durante a implementação da Lei no Concelho. Ex: proprietário, idade, lavrador, idade, parceiro, idade, meeiro, idade, função desempenhada pelo(a) mediador (a), idade, ou apenas mediador(a), idade. O único a quem me refiro pelo nome próprio foi o Ministro do Desenvolvimento Rural da década de 1980, por ser figura pública e me ter dado autorização. Ao longo do texto chamo-lhe Pereira Silva ou Ministro.

A reforma agrária apareceu em Cabo Verde como uma política pública, isto é, “directrizes, princípios norteadores de acção do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre actores da sociedade e do Estado” (TEIXEIRA, 2002, p. 2). São políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam acções, que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. A sua implementação foi coordenada pelo governo de Cabo Verde através do Conselho Nacional da Reforma Agrária – CNRA e das diversas Comissões Concelhias, Secções e Subsecções de Zona⁴. Para Caldas (2008)

3 Quatro designações que têm o mesmo significado. Pessoa sem terra que precisa trabalhar e para isso ou se submete ao regime de parceria/meia/lavrador – a colheita no fim é dividida por dois, ou acerta com o dono da terra o pagamento de certa quantia no final do ano agrícola, rendeiro/lavrador.

4 A lógica de poder que vigorou foi a do centro-periferia e visava o interesse da comunidade, especialmente aquela franja considerada mais vulnerável, isto é, a dos camponeses, lavradores, meeiros e parceiros. Visava, também, a melhoria da produtividade através de um melhor uso da terra, facto que, a ser concretizado, beneficiaria todas as populações, independente do estrato social a que pertenciam. De certa forma, a reforma agrária visava o bem-estar geral, porque foi a opção encontrada pelo governo para resolver a injustiça distributiva fundiária, ou pelo menos assim pensavam os mais altos dirigentes do País.

de uma forma geral, as políticas públicas visam ao bem-estar social e são sempre definidas pelos governos. Apesar da ideia de esfera pública de Habermas (1997) ser algo mais amplo, considero que no Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão existia uma esfera pública constituída pelo campesinato e mediadores da reforma agrária que, ao mesmo tempo, compunham a arena onde se desenvolveu todo o processo de resistência e de conflitos na implementação da LBRA⁵.

Neste artigo apresento uma síntese do que foi desenvolvido na dissertação de mestrado, com atenção aos depoimentos dos envolvidos (mediadores, parceiros/meeiros e rendeiros/lavradores) que ajudam a compreender o desenlace das relações de força que conduziram à deficiente implementação da Lei Agrária.

1 Povoamento, administração e relações fundiárias em Santo Antão

A forma como sempre se deu o acesso e a posse da terra no arquipélago de Cabo Verde e o sistema de propriedade adotado desde o início seguiram o modelo português das Capitánias Donatárias⁶ instaladas por Decretos Régios na ilha de Santiago, com extensão da sua jurisdição para o Fogo, que muito cedo fez surgir as grandes propriedades - Morgadios e Capelas. Nas ilhas mais ao Norte, adoptou-se a Lei das Sesmarias⁷, que mais tarde viria a dar lugar às pequenas propriedades exploradas por conta

5 A esfera pública constitui uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento e que tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo (HABERMAS, 1997).

6 Unidade económica e jurídico-administrativa que é alienada do património real e integrada nos bens de um senhor que exerce o seu poder sobre a terra e sobre os colonos (AMARAL, 1991).

7 Propriedade entregue a uma família que ficava com a responsabilidade de a cultivar num prazo estabelecido e de a fazer produzir sob pena de ser afastado e a mesma ser entregue a outra família (PEREIRA, 1988).

própria. Carreira (2000) explica que as terras de Cabo Verde foram repartidas de forma injusta desde o período dos donatários e que isso sempre foi um problema. Pelo que as diferenças que ainda hoje se notam na estrutura agrária das diversas ilhas são resultantes dessa forma de ocupação e exploração colonial. A Lei das Sesmarias predominou em Santo Antão e coabitou com as pequenas propriedades e com grandes senhores de terras, conseguidas de diversas formas.

As consequências das crises de secas e fomes, estiagens periódicas e da emigração passariam a influenciar a estrutura agrária de Santo Antão⁸, em particular. Nesses tempos a tendência era para a concentração da propriedade, pois os grandes proprietários, de entre eles emigrantes, aproveitavam da fragilidade dos pequenos agricultores para adquirir terras a preços vil, ou mesmo em troca de comida (cf. FURTADO, 2010). Assim, por um lado, “encontrava-se uma classe detentora de uma imensidão de terras, mas sem a capacidade real de explorá-las. Por outro, um número sempre crescente de população livre sem qualquer acesso aos meios de subsistência” (CORREIA e SILVA, 1996, p. 94). Tal exploração foi iniciada com trabalho escravo mas mais tarde recorreram ao regime de parceria e de arrendamento que se assemelhava à servidão⁹.

A independência nacional encontrou uma estrutura agrária instável, pois 40% dos camponeses (SILVA, 1982) não eram proprietário e trabalhavam em regime de arrendamento ou parceria. Os outros 60% eram proprietários, mas destes 50% pertenciam ao sistema misto (B.O. de Cabo Verde, nº 18 de 5 de Maio de 1982). O regime indirecto¹⁰ de exploração, a sobreposição da ti-

8 Santo Antão era um único Concelho com sede em Ribeira Grande até 1867 quando foi criado o Concelho do Paul (FERREIRA, 1999).

9 Servidão porque os proprietários se limitavam a receber uma quota-parte da produção ou a prestação de qualquer outra forma de trabalho na lavoura ou na casa do proprietário.

10 Regime indirecto é uma forma de exploração em que o proprietário ou outrem com poderes legais para tal entrega a exploração de prédio rústico a terceiro por arrenda-

tularidade de várias formas indirectas de exploração e de regimes directos¹¹ por um mesmo indivíduo e o minifúndio, constituem as principais limitações impostas ao desenvolvimento da produção no país (SILVA, 1982), aliadas às condições climáticas adversas e à exiguidade de solos aráveis, cujo crescimento demográfico serviu para agravar ainda mais a situação.

Silva (1982) explica que a missão passava por convencer os pequenos proprietários/rendeiros/parceiros, de que os seus interesses eram idênticos aos dos demais parceiros e rendeiros sem terra. Era preciso motivar o camponês, mas também afastar do sector agrícola os proprietários absentistas¹². A via teria que ser o diálogo, o poder comunicativo. O procedimento passaria pela expropriação dos prédios rústicos explorados em regime indirecto, a sua passagem para a posse do Estado, que se encarregaria de redistribuí-los em regime de propriedade legal àqueles que, no momento da transferência, os ocupassem legal e efectivamente. A LBRA previa a participação organizada da massa camponesa.

A reforma agrária que se pretendeu fazer em Cabo Verde enquadrava-se na concepção dita clássica (FILIPPI, 2005) por visar redistribuir terras, atribuindo posse útil aos camponeses que já as exploravam em regime de parceria ou de arrendamento.

2 A implementação da LBRA

A questão teórica de fundo é a da qualidade democrática dos procedimentos de implementação de uma política pública que

mento, parceria ou outro tipo oneroso, limitando-se a receber a respectiva retribuição (Suplemento ao B.O. de Cabo Verde, nº 18 de 5 de Maio de 1982).

11 Aqueles que são realizados pelos proprietários ou sob sua direcção com recurso ao trabalho próprio ou de familiares e/ou ao trabalho assalariado (Suplemento ao B.O. de Cabo Verde, nº 18 de 5 de Maio de 1982).

12 Proprietários absentistas, eram aqueles que não exploravam a sua propriedade de forma directa e não colaboravam para o seu bom aproveitamento e aumento da capacidade produtiva de suas terras (cf B.O. de Cabo Verde, n 18 de 5 de Maio de 1982).

se propõe a favorecer a maioria de uma população. Mais concretamente procurei analisar que correlações de forças vincularam os mediadores da política pública e o campesinato do Concelho da Ribeira Grande, seu público-alvo. As primeiras jornadas de discussão pública do Anteprojecto de LBRA foram o ponto de partida. Foram organizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Rural - MDR. O Ministro Pereira Silva foi quem presidiu o primeiro encontro. Todos os dados recolhidos confirmaram a realização de um único seminário, na Escola Central da Ribeira Grande. Presentes estiveram pessoas de toda a ilha. O objectivo era discutir o texto de Lei já aprovado, facto que poderá ter inibido a possibilidade de diálogo entre lideranças locais e as estruturas do partido na Ribeira Grande, como a nível do governo central, no sentido de recolher subsídios para a sua concepção.

Cardoso de Oliveira (2000) explica que o carácter participativo das populações alvos desses programas transforma-se num pré-requisito indispensável, se se quer estimular mudanças pela via do entendimento entre as partes, isto é, pela via da negociação. Só assim seria possível que as decisões alcançassem uma dimensão ética e, ao mesmo tempo, de legitimidade moral. Ora, se são programas que devem produzir normas a serem cumpridas por todos, para se operacionalizarem, devem conter as expectativas do público-alvo e dos agentes responsáveis pela sua redacção final. O objectivo principal daquele seminário era capacitar pessoal, preparar as discussões públicas e formar formadores para a implementação da LBRA. Vale referir que talvez o Anteprojecto de LBRA tivesse sido menos contestado pelas populações da Ribeira Grande de Santo Antão se tivessem sido consultadas e suas opiniões tivessem sido incorporadas no mesmo. A opinião geral dos mediadores é a de que a reforma agrária era uma Lei que todos deviam cumprir. E que apenas aplicavam aquilo que estava contida nela apesar de muitos não a terem compreendido bem, visto que “nem todos tinham estudo suficiente para tal”.

Questionado sobre se terá havido socialização da Lei, Pereira Silva afirmou que sim, pois para além dos seminários, utilizaram as reuniões de esclarecimento em todos os Concelhos, tendo chegado a realizar um I Seminário Nacional da Reforma Agrária, em Outubro de 1978¹³. Mas garantiu que os meios postos à sua disposição eram muito poucos ou nenhuns e os recursos de que dispunha pertenciam ao MDR. Segundo ele, nem quadros, nem financiamentos jamais foram destinados especificamente para a execução da LBRA. Concluiu que não terá havido debate público alargado para a discussão das ideias, antes de se conceber o Anteprojecto de LBRA, facto que se confirma através do extracto seguinte:

Pode-se dizer que, no período de Junho de 1979 a Fevereiro de 1981, durante a qual decorreram os trabalhos da Comissão Nacional para a elaboração da LBRA, não houve debates públicos ou alargados. Só depois da adopção de um Anteprojecto é que se tomaram medidas para um debate generalizado (Pereira Silva, 66 anos).

Questionado sobre a existência de algum estudo que tivesse em atenção as relações sociais entre proprietários e rendeiros/parceiros no Concelho da Ribeira Grande, especificamente, e se conhecia profundamente os meandros dessas relações, ele respondeu: “não me lembro de estudos com a finalidade específica de medir o interesse do público-alvo em relação àquelas ideias. Os estudos visaram conhecer a realidade das relações de modo a serem fundamentadas as propostas de medidas” (Pereira Silva, 66 anos). Só terão podido contar com algum estudo feito por sociólogos, a partir de 1977. Apesar de admitir que nem todas as condições estavam criadas, a decisão de avançar com o processo mesmo assim terá sido pessoal. Nas palavras do Ministro “eu, pessoalmente, teria chegado à conclusão de que deveríamos começar, embora devêssemos prosseguir de tal forma que fosse possível corrigir o passo em cada momento, de acordo com as reacções da sociedade” (Pereira Silva, 66 anos).

¹³ Altura em que o governo já vinha tentando aplicar algumas Leis agrárias, embora ténues.

Os primeiros contactos entre mediadores e populações do Concelho da Ribeira Grande foram marcados por um certo distanciamento e frieza por parte das referidas populações. Conforme Pereira Silva, a estrutura do partido dirigida por quadros, indicados a partir de cima, nunca terá agradado às populações daquele Concelho, assim como o discurso daqueles quadros em relação às relações sociais e à própria política do partido. Para o Ministro, os activistas do partido evitavam abordar a questão, procurando menosprezar a importância que as relações sociais e a própria terra assumiam no Concelho, achando que ali não existisse antagonismos de classes, iguais aos que existiam em Santiago.

Os indícios de que a situação era desfavorável eram do conhecimento do governo. O Ministro exemplifica o facto com um relatório feito por Monteiro em 1981, onde caracterizava o clima político no Concelho de Ribeira Grande, como de nada satisfatório, verificando-se uma certa resistência por parte de núcleos descontentes com algumas medidas de interesse colectivo. Face a isso ele recomendara a realização de seminários de esclarecimento, a aplicação de medidas de extensão rural¹⁴, a dinamização das Comissões de Reforma Agrária - CRA e um aprofundamento do trabalho político. Os trabalhos no referido seminário antecederam a fase de discussão. Um dos meus entrevistados explicou-me que,

havia uma sala cheia de gente de toda a ilha de Santo Antão. O seminário durou, se não estou em erro, cinco dias. Os dias eram cheios porque a Lei estava a ser discutida rapidamente para que pudesse ser divulgada rapidamente. Em 1981, quando se deu a sublevação em Boca de Figueiral a lei estava ainda em discussão (Mediador, 61 anos).

O filho de um antigo rendeiro, que é hoje proprietário, disse-me:

pelo menos uma vez estive num encontro onde nos sentamos nos bancos de escola como se fôssemos alunos a aprender durante 5 dias, das 7h às 12h e das 14h às 17h. Nós recebemos um seminário falando de tudo. Sala cheia. Tinha gente do Paul, da Ribeira da Torre, Garça, Chã de

¹⁴ Medidas como: formação, introdução de espécies mais produtivas e crédito agrícola.

Pedras, todos os Concelhos e Freguesias de Santo Antão (Proprietário, 82 anos).

Por seu turno, Pereira Silva disse,

estive presente em todos os seminários de apresentação e discussão do Anteprojecto. O de Santo Antão foi realizado em Ribeira Grande, numa das salas da Escola Primária de Povoação. O ambiente era normal. Hoje talvez possa dizer que alguns dos responsáveis locais não manifestavam muito entusiasmo, mas nada que nos pudesse inquietar (Pereira Silva, 66 anos).

Esse encontro terá sido marcado por um certo distanciamento da população em relação ao Ministro mas sem uma hostilidade clara. Para ele, as relações entre os mediadores da CRA e a população continuaram a deteriorar-se a partir daquele seminário, o que terá descambado para os acontecimentos do dia 31 de Agosto de 1981. Os camponeses sem terra terão reagido com descrença, medo e desconfiança, enquanto os proprietários continuaram a ser hostis. Ao optar por um debate generalizado sobre a LBRA com base numa proposta concreta e não o debate ideológico em torno da estrutura agrária ou das relações de produção, o governo do PAICV demonstrou optimismo e desvalorizou aspectos fundamentais que caracterizavam as relações fundiárias entre os proprietários e lavradores/meeiros da ilha. Acreditou que aquela era a melhor forma de proceder à socialização das ideias da reforma agrária pois para o Ministro, durante o regime de partido único, a LBRA terá sido a única a merecer a organização de um debate público aberto, em todos os Concelhos do país, principalmente os mais agrícolas. Na Ribeira Grande, essa socialização só foi possível após o regresso da acalmia, embora muitos proprietários e parceiros tenham afirmado que depois daquela confusão nunca mais se ouviu falar de reforma agrária ou de reuniões.

Depois do seminário iniciaram as reuniões mais localizadas, tentando alcançar o máximo possível, todas as populações do Concelho. Pelo menos é a ideia deixada tanto por Pereira Silva como pelos mediadores que no terreno presidiram reuniões, ou

como chefes ou como secretários das secções e subsecções de zona. Em Agosto de 1981, os debates públicos organizados pelo PAICV são, desde o início, perturbados ou suspensos pela acção de grupos de camponeses aparentemente coordenados. Almeida (2000) traz à luz factos sobre essa questão¹⁵, de Coculi¹⁶. De entre os factos, relata reuniões boicotadas em Caibros, Ribeirão, Chã de Igreja, João Afonso, Terrinha Vermelha, Chã de Pedras e Manta Velha. Ajuntando esses factos aos depoimentos dos meus entrevistados, comprova-se a não realização das reuniões devido aos boicotes sucessivos. Logo que as populações locais, descontentes, notavam a presença dos responsáveis políticos de zona e adivinhavam a sua intenção de fazer reuniões, tratavam de impedi-los.

Muitos entrevistados, especialmente os mediadores que estiveram à frente do processo e alguns dos opositores da LBRA, comentaram esse facto e cada um deu a sua versão dos acontecimentos. Um dos mediadores explicou-me o seguinte:

Lembro-me de ter participado em pelo menos dois encontros em Garça de Cima e Chã de Igreja e já se sentia uma certa elevação das pessoas, um certo clima. Inclusive porque os proprietários queriam incutir na cabeça dos meeiros que o partido quer e a reforma agrária quer que vos expulsemos da terra. O que não era verdade, pois o objectivo era a justiça social para com os meeiros (Mediador, 61 anos).

Para reforçar essa ideia, o mesmo entrevistado disse-me que os proprietários não deixavam a mensagem chegar ao meeiro e que, nas reuniões feitas em Garça de Cima e Chã de Igreja, onde os ânimos já estavam alterados, eles terão usado uma tática, um código, em que, nas suas palavras,

quando entramos para a sala, no meio da barafunda, as pessoas acabaram por entrar em debandada. Mas havia aquelas pessoas já indicadas que, no momento em que anunciássemos, arranjariam barulho o que levaria

15 Resultado dos depoimentos que, na qualidade de Advogado, ouviu nas audiências de Coculi, durante a instrução dos processos judiciais enfrentados por aqueles que foram indicados como incitadores da multidão que se juntou no largo de Boca de Figueiral.

à desistência de todo o mundo. E davam ordens. E como a maioria era meeiro, acabava por se intimidar com a presença dos proprietários, pensando que, se o pedaço de chão que eu trabalho foi-me cedido por ele, eu tenho que abandonar a sala para que não me expulsa da sua terra (Mediador, 61 anos).

Um outro entrevistado, este, um proprietário, também tem a sua versão dos factos. Segundo ele, na altura do partido único, havia comissários políticos, por zonas, que faziam reuniões com proprietários e lavradores para lhes dar a conhecer a Lei. Confirmou a veracidade dos tumultos referidos acima, dizendo:

numa altura fizeram uma reunião na escola de Chã de Igreja. Convidaram-nos para tomar parte da reunião. Na altura que pronunciaram coisas que não nos agradaram, esta história de posse útil, as pessoas não ficaram contentes por isso resolvemos sair. Só que, na saída, uma cadeira caiu ao chão. Fez-se um barulho na sala. As pessoas todas se levantaram e saíram. Então o agente que na altura era Secretário do partido na secção da Garça disse que tínhamos boicotado a sua reunião e uns dias depois chegou a prisão (Proprietário, 75 anos).

Há uma terceira opinião, de um outro agente, igualmente entrevistado, concordando com o primeiro. Este diz:

a reunião de Chã de Igreja não se realizou. Estávamos dentro da casa de escola de Chã de Igreja e um grupo de pessoas já instigadas entre proprietários e parceiros, boicotaram a reunião com muito barulho. Os proprietários enganavam os meeiros/lavradores, dizendo-lhes que reforma agrária era um homem que vinha tomar-lhes as cabrinhas, os porquinhos, os cabritinhos, as mulheres e tudo o mais. Corria de boca em boca, quem tem duas terras vão-lhe tomar uma (Mediador, 75 anos).

Outros afirmaram não ter participado de nenhuma reunião, apesar de terem tido conhecimento, por falta de tempo. Há também aqueles que afirmaram nunca ter ouvido falar de reuniões e nem de reforma agrária. Nessas, notei ainda um certo receio inicial em falar do assunto. Por exemplo, uma senhora cujo marido foi preso afirmou: “olha aqui ninguém ouviu falar de reforma agrária. O meu marido só soube de reforma agrária quando chegaram aqui, à meia-noite, para prendê-lo” (Proprietária, 61 anos). Entretanto, soube, através de um outro entrevistado, que o marido

em questão também fazia parte do grupo que esteve presente na reunião de Chã de Igreja. As pessoas ainda não querem se comprometer com questões sobre a reforma agrária.

De facto marcaram-se reuniões de esclarecimento mas a maioria não se realizou, ao menos durante a fase de socialização do Anteprojecto de Lei, devido a boicotes intencionais ou não. Por um lado, os mediadores afirmam que os boicotes foram planeados pelos proprietários que tentavam, a todo custo, impedir que os lavradores/meeiros tomassem conhecimento da Lei. Porém, os proprietários entrevistados afirmam que só se marcou uma única reunião em Chã de Igreja e que o barulho que houve dentro da sala foi por acaso e não intencional. Foi gerado, na sequência de afirmações proferidas pelos dirigentes do partido, dentro da sala de reuniões. Assim, os proprietários que não concordaram preferiram sair. Os demais que lhes acompanharam fizeram-no livremente, porque também não estavam satisfeitos com “aquela história de reforma agrária”.

Entretanto, o então Ministro explicou que as reuniões de esclarecimento, que ele chamou de “debates públicos” do Anteprojecto de LBRA, foram feitas em todos os Concelhos do país, mas as prioridades foram para os Concelhos mais agrícolas, como: Santa Catarina e Santa Cruz, em Santiago, e Ribeira Grande de Santo Antão. Almeida (2000) relata que a reunião de Coculi foi a geradora imediata da aglomeração humana que culminou nos acontecimentos de 31 de Agosto de 1981. Essas tentativas frustradas mostram o quanto a população estava desinformada acerca do teor do Anteprojecto de LBRA. Segundo Almeida (2000), a população gritava “abaixo à reforma agrária, ao comunismo, à Rússia, à Cuba...”. A própria mobilização que levou tanta gente à Boca de Figueiral foi justificada como um pedido de socorro contra a reforma agrária que “estava a atacar nessa região”. É caso para se perguntar o que, de facto, aquelas pessoas entendiam por reforma agrária? Isto serve, também, para confirmar os depoimentos

de, pelo menos, dois entrevistados. Esses afirmaram que muitas pessoas pensavam que a reforma agrária fosse um homem que iria tomar-lhes até os ovos de galinha. Outras imaginavam-na um homem de barbas grandes e com chifre só comparado ao Lúcifer. Esses depoimentos mostram a que ponto chegou a desinformação, que conduziu aos acontecimentos do dia 31 de Agosto de 1981, visto que era uma Lei que, em princípio, beneficiaria àquela franja social maioritária - a dos camponeses/lavradores/meeiros. Dadas a todas essas circunstâncias, o processo de mediação em si foi integralmente afectado.

3 A mediação durante a implementação da LBRA

Neste ponto procurei articular, com este trabalho, o conceito de eticidade, desenvolvido por Cardoso Oliveira (2000), para mostrar como evoluiu o diálogo entre os mediadores e as populações do Concelho em estudo. Conforme Cardoso de Oliveira (2000, p. 214), “para que as relações dialógicas ocorram num plano simétrico entre os interlocutores, elas devem se dar num espaço substancialmente democrático, ou democratizável”. O regime instituído em Cabo Verde após a independência era autoritário, o que, por si só, inviabilizava relações dialógicas simétricas entre mediadores e público-alvo da reforma agrária. Mediadores eram todos os envolvidos no terreno para explicar a Lei às populações rurais. De entre eles, os responsáveis políticos locais, investidos pelo governo; as Comissões Concelhias ou Comissões de Reforma Agrária; as Secções e Subsecções de Zona. O público-alvo: os grandes proprietários, a minoria; os pequenos e médios proprietários e os chamados lavradores/meeiros. Ao que consta, as lideranças locais eram constituídas, na altura, por membros do partido do poder, indicados por ele, portanto, pessoas de sua confiança.

Acerca da participação organizada da massa camponesa, ao menos até ao fim do processo, essa não existiu, pois nenhum

dos relatórios do CNRA fez referência a tal massa nem mesmo aos entrevistados. Para Almeida (2000), notava-se uma profunda ausência da consciência de classe. “Não havia, como ainda não há, organizações autónomas dos actores em confronto no campo. Existem organizações sindicais representativas dos trabalhadores mas não de camponeses ou proprietários” (Pereira Silva, 66 anos). Segundo relatos de alguns dos entrevistados (de entre eles, proprietários da época, lavradores/meeiros e mediadores da reforma agrária), nem mesmo a sublevação de 31 de Agosto de 1981 foi fruto de organização da massa Camponesa. Primeiro, porque quem apareceu mais tarde dando palavras de ordem para a multidão em alvoroço, em Boca de Figueiral de Coculi, foi *Bibino*, que não era lavrador/meeiro, nem mesmo proprietário.¹⁷ Ele mesmo assumiu, em entrevista à Silveira (1991) que descobriu a tempo e horas que o PAICV pretendia implementar uma reforma agrária de tipo comunista, importada da ex URSS que em nada serviria às populações camponesas em Cabo Verde. Então, terá resolvido, por conta própria, andar a esclarecer, de forma clandestina, pessoas de todas as camadas sociais e, ao mesmo tempo, instigar o boicote às pretensões do PAICV, sempre que pretendiam apresentá-las. Camilo Silva¹⁸, em entrevista à Monteiro (2001, p. 215), assume que o 31 de Agosto teria sido um movimento dirigido por uma pequena burguesia e integrado por pessoas analfabetas ou com fraco nível de escolaridade, gente humilde, trabalhadores das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra - FAIMO. A conclusão é que não se tratou de nenhum movimento camponês na ilha.

No tocante à participação das populações nas CRA locais, encontrei nalguns relatórios a sua composição, onde constavam nomes de algumas pessoas da população. Porém, apurei que essas não foram escolhidas como representantes da população e

¹⁷ Pelo contrário, tinha sido imigrante em França, combatente e militante do PAIGC-CV, esteve em Cuba e na URSS para treinos militares no início da luta armada. Esteve também em Conakry e na Guiné Bissau, como parte integrante do pessoal da burocracia. Esteve preso várias vezes.

¹⁸ Antigo responsável pela secção da CRA da Ribeira Grande em Coculi.

sim nomeadas pelo partido sob proposta dos militantes de base. Assim como os representantes da população, os presidentes das CRA eram nomeados pelo Ministro, mediante consulta prévia dos órgãos regionais do PAICV, pois Pereira Silva acredita que não havia naquela altura a possibilidade para a população indicar o seu representante, uma vez que, “para isso, era necessário que estivessem organizados”. Para além dos factos acima, outro aspecto mencionado foi o da impossibilidade de um diálogo pautado por um instrumento legal, dado o marcante analfabetismo da população:

Muitos não entenderam nada ou se entenderam não demonstraram. Exigir que uma pessoa iletrada entendesse o conteúdo de textos de Lei elaborados por Juristas era pedir demais! Na altura a maioria das pessoas a quem a Lei pudesse interessar mal sabia rabiscar o próprio nome! (Parceiro, 82 anos).

A nível institucional, tanto o PAICV quanto às estruturas governamentais em Santo Antão não funcionavam bem, tendo cometido falhas que terão comprometido o processo. A confirmar isso, veja-se o depoimento de um mediador da reforma agrária:

Nós do Ministério não tínhamos muita voz activa. Tudo era decidido pelo partido. Assim, se chegasse um alto dirigente da Praia e nos dissesse: faz assim e não assado, nós tínhamos que obedecer. Se se quisesse confirmar qualquer coisa tinha-se que esperar pelo menos três dias por causa da dificuldade de comunicação com a Praia, tempo demais para resolver assuntos urgentes. (Mediador, 55 anos)

Há que realçar que pelo menos dois dos presidentes da CRA da Ribeira Grande eram naturais da ilha do Fogo e foram os únicos de quem se lembraram dos nomes, Ovídio Fernandes e um Sr. Luciano. Significa que, no começo, terão estado à frente da Comissão pessoas que não conheciam tão bem as relações que se estabeleciam entre parceiros e proprietários naquelas ribeiras. Se a população não acolhia bem os membros indicados pelo Partido, o facto de não serem originários do Concelho agravava ainda mais a situação. Os grupos de base terão sido os principais focos do problema. Na opinião de um responsável local do par-

tido, “muitos militantes das bases eram analfabetos de letra, não sabiam ler nem escrever. No máximo encontrava-se uma pessoa com 4ª classe” (Mediador, 55 anos), facto que dificultou a mediação. Pelos factos apontados vê-se que não foi possível uma participação efectiva da população, nem mesmo na reunião da Escola Central da Povoação.

A gente dava alguma opinião mas naquele tempo éramos pouco faladores e dávamos poucas opiniões porque nós éramos do tipo espantados. Sabes, nós passamos fome no passado e, nesse país quando se passa fome, cai-se o espírito, a moral. Não se tinha aquele espírito de confrontação. Porque se alguém encarasse qualquer coisa o próprio dono lhe tomava a terra. Naquele tempo éramos daquele tipo, boné debaixo do braço, tipo escravatura. (Proprietário, 82 anos)

Como já referido, muitos entrevistados reclamaram da linguagem utilizada no seminário, essencialmente técnica e cheia de expressões jurídicas, nada adequada nem àquela gente humilde e iletrada, nem mesmo aos que estavam sendo formados para irem divulgar e implementar a Lei no terreno. Apontaram o dedo também à falta de preparo dos agentes, secretários e subsecretários de zona, muitas vezes com pouca instrução, como foi o caso relatado por Almeida (2000), em que, sabendo que o Secretário dos Caibros não havia entendido “patavina” da LBRA, resolveram chacotear com ele, exigindo-lhe explicações sobre a Lei, que sabiam de antemão, que ele não poderia dar-lhes. Para além dos aspectos supracitados, uma outra falha notada foi a ausência de negociação entre lideranças locais e mediadores da reforma agrária de uma forma geral. Era necessário que tivesse havido negociação e, sobretudo, simetria nas relações entre mediadores da reforma agrária no Concelho e as populações camponesas. Isso teria evitado mal entendidos, como aqueles do 31 de Agosto de 1981, no seio, sobretudo, dos sem terra.

Segundo Cardoso de Oliveira (2000, p. 219), a “negociação só pode ter lugar no âmbito de relações simétricas, (...) livres e democráticas, capazes de estabelecer, (...) regras claras, acor-

dadas por consenso explícito entre os interlocutores de ambos os lados”. Este autor explica que, para não ferir a ética, as regras preliminares do entendimento devem ser mantidas a todo o custo. Fala-se aqui da ética discursiva, um conceito desenvolvido por Habermas (1997) e que diz respeito a práticas geradas na esfera de uma política pública, de governo. Mas Cabo Verde, como já foi referido, não era um Estado de Direito e não era de esperar que isso tivesse acontecido. As motivações políticas terão prevalecido em detrimento de uma ética discursiva. Cardoso de Oliveira (2000) explica que toda a política pública emanada no seio dos Estados Nacionais deve ser capaz de auto-avaliar-se, sistematicamente, de modo a poder atender todos os requisitos mínimos de uma ética, antes de pautar-se, exclusivamente, por motivações políticas.

De acordo com o antigo Ministro, “foi feita uma vasta campanha de discussão do Anteprojecto e, como resultado, várias propostas das populações foram tidas em conta” (Pereira Silva, 66 anos). Mas não foi referido quais em concreto. Hoje, ele admite que terão falhado, possivelmente, na comunicação, não tendo tido em devida conta o profundo significado da propriedade da terra na cultura cabo-verdiana, nem o papel da religião no debate sobre a terra. Mesmo sem ter nenhum estudo sociológico em mãos que desse a conhecer as relações fundiárias de Santo Antão, ele terá decidido, pessoalmente, avançar. Muitos dos entrevistados admitem que as reuniões de esclarecimento terão sido iniciadas um pouco tarde, tendo encontrado já um clima apreensivo, de desconfiança e medo no seio das populações da região. Facto que se deveu ao aproveitamento que os opositores fizeram antes da chegada dos agentes. Sobre isso comentarei mais à frente.

4 O papel da CRA da Ribeira Grande

O depoimento de uma Secretária Executiva da CRA ajudou-me a reconstruir a actuação da mesma, uma vez que era a responsável pela instrução dos processos que, depois, eram julgados. Segundo essa agente, a reforma agrária funcionava como um Tribunal Interno, que mediava conflitos entre as partes (proprietários e lavradores ou meeiros). A larga maioria dos mediadores não tinha formação e instrução adequadas para ocupar tais cargos. Segundo essa Secretária, apenas ela possuía o 4º ano de formação feminina da Escola Industrial e Comercial do Mindelo e recebeu capacitação profissional, para além de fazer um curso sobre arquivo e documentação. Nas suas palavras,

havia apenas um solicitador de profissão no Concelho. A maioria das pessoas capacitadas, formadas, se encontravam na Praia e quando precisávamos de pessoal, apelávamos para a Praia e de lá nos auxiliavam com pessoal qualificado. Aqui mesmo no Concelho não havia. (Secretária Executiva da Comissão, 61 anos)

Esse dado reforça os depoimentos anteriores sobre a questão do analfabetismo, fraca instrução e fraca formação dos mediadores encarregues de tão grande responsabilidade. Sobre esse aspecto há que situar-se, convenientemente, na realidade da época, seis anos após à independência. Tendo em conta,

a situação herdada do colonialismo não era possível ter-se gente formada em todas as áreas requeridas. Basta citar que no dia da independência, em todo o Cabo Verde, existiam nada mais, nada menos que doze a catorze médicos, uma meia dúzia de engenheiros, alguns poucos professores diplomados e poucos mais (Mediador, 66 anos).

A CRA do Concelho, segundo a minha entrevistada, era constituída por uma Secretária Executiva, ela mesma, o Presidente, uma Escriturária, um Ajudante de Serviços Gerais, um Representante dos Proprietários. Não fez referência a nenhum representante dos lavradores ou meeiros. Percebi a ausência de pessoal de terreno, como por exemplo, para avaliar os terrenos, para executar ou fazer executar as decisões, para levar as notifi-

cações, assim como fazem os oficiais de diligência nos tribunais. “A Comissão não tinha pessoal de terreno, em termos técnicos. Nós contactávamos pessoas abalizadas, pontualmente, para fazer avaliações de terrenos” (Secretária Executiva da CRA, 61 anos). Mesmo contando com apenas uma viatura para todo o tipo de trabalho, ela explicou-me que enviavam emissários para notificar as pessoas. “Podendo ser uma pessoa qualquer, não necessariamente um membro da CRA local, uma pessoa que gozasse de uma certa credibilidade no seio das demais” (Secretária Executiva da CRA, 61 anos).

Conforme a referida entrevistada, as reuniões eram previstas mensalmente e, extraordinariamente, sempre que houvesse necessidade. Tiveram dificuldades em encontrar um espaço que servisse de sala de audiências, devidamente mobilada. Para as reuniões, contactavam com antecedência os membros da Comissão mas explica que nem sempre apareciam, alegando outros afazeres. São dificuldades e factos que comprometiam a eficiência do trabalho que se quisesse fazer, como, por exemplo, a instrução dos processos, a audição das partes litigantes, a tomada de decisões, etc. Em relação à instrução dos processos, geralmente, ou o proprietário ou o meeiro/lavrador ia queixar-se por se sentir lesado nos seus interesses de alguma forma. “Uns chegavam ao entendimento sós e transformavam a parceria em contrato de arrendamento de livre vontade” (Secretária Executiva da CRA, 61 anos). Caso contrário, abria-se um processo em que as duas partes eram chamadas. Muitas vezes a Comissão conseguia com que entrassem em acordo. Outras vezes, era necessário fazer julgamentos à revelia do proprietário. Nem sempre as decisões saídas do julgamento eram aplicadas integralmente no terreno. Por não haver uma efectiva fiscalização, as partes acabavam por entrar em acordos paralelos, ignorando por completo tais decisões.

Aqui decidíamos, mas no terreno não sabíamos o que de facto acontecia, porque não havia pessoal para fazer o acompanhamento do processo. Ficávamos aguardando a volta dos lesados. Caso estes não voltassem,

concluíamos que pelo menos não havia mais desentendimentos. Diante da Lei aceitavam mas, na prática, era um mero papel assinado. Na minha opinião, poucos eram aqueles que exigiam que o proprietário fizesse o contrato de arrendamento. Faziam muitos acordos entre si, que só eles como proprietários e parceiros é que sabiam o que faziam. (Secretária Executiva da Comissão, 61 anos)

A resistência ao arrendamento e a declaração da área do terreno foram factores inibidores do processo. Para justificar a resistência ao arrendamento,

muitos diziam – ah, aquele pedacinho de terreno é uma coisinha tão pequena que não dá para arrendar. Nós podemos nos entender sem essa chatice da reforma agrária. Havia proprietários que diziam - ah, eu prefiro arrendar porque assim o meu rendimento é fixo. Mas o parceiro ripostava - ah, eu não posso pagar a renda porque o que está lá não justifica para pagar e ainda consumir. (Secretária Executiva da CRA, 61 anos)

A renda deveria ser estabelecida de acordo com a dimensão do terreno. Mas na altura de declarar não conseguiam dizer qual era a área, a não ser que houvesse um conflito em que uma das partes fosse queixar-se à Comissão. Então destacava alguém para ir medir o terreno. Dessa forma conheciam a dimensão do mesmo. Conforme essa Secretária da Ribeira Grande,

As vezes os rendeiros e parceiros diziam que a área não era bem assim porque do lado de lá havia um lajedo, do lado de cá havia uma ‘rotchinha’, um socalco, uns pilares danificados. O proprietário ripostava dizendo que não, visto que é um lugar onde corre água frequentemente. Nós da secretaria não sabíamos do que acontecia no terreno. (Secretária Executiva da CRA, 61 anos)

Quanto à mediação, a entrevistada esclarece que não era fácil, pois cada uma das partes litigantes chegava com a sua própria ideia de reforma agrária. Para ela, muitos não queriam entender mesmo conhecendo a lei claramente. E explicou,

uns tinham resistência em aceitar e aí baseava-me na lei para fazer “finca-pé” também, porque lhes dizia que era uma lei e tinha que ser cumprida. Quando o conflito se tornava mais sério o próprio Presidente se deslocava para o local de conflito para avaliar *in-loco*. Tinha-se que

ouvir as duas partes, tanto é que instaurávamos processos como se fazem nos tribunais, com provas, com certidão matricial, com marcação de audiência e tudo. (Secretária Executiva da CRA, 61 anos)

Por conseguinte, com tão poucos recursos, a Comissão não chegava a todo o Concelho com eficiência. Eram apenas cinco membros responsáveis por instruir e julgar os processos, e “tinha que ser um número ímpar, para que, em caso empate na hora das decisões, não houvesse problemas” (Mediador, 61 anos). Os membros apareciam na altura das sentenças, onde cada um dava a sua opinião na tomada de decisão.

Muitos acordos foram feitos à margem da Comissão, isto é, uma actuação paralela feita por proprietários e lavradores/meeiros. Surgem três correntes de opinião no seio dos entrevistados. Os proprietários dizem que possuíam muito boas relações com os seus meeiros. Por isso, esses preferiam não ir à Comissão, mas antes, entrar em acordo directo com o seu senhorio. O que sugere que o meeiro, de livre vontade, preferia negociar directamente com o dono da terra. Para os proprietários, muitos dos lavradores/meeiros que se queixaram na Comissão eram pressionados pelos agentes, ameaçados com multas de até 50.000\$00 (cinquenta mil escudos), se fossem descobertos a trabalhar no sistema de parceria. Os proprietários diziam aos seus parceiros:

Se quiseres podes ficar na terra como de costume. Se alguém te perguntar, diga-lhe que não és lavrador. Por vezes, o Secretário de secção do partido no local ia lá ameaçá-los com multas de 50 contos se continuassem a trabalhar em parceria. Lembro de pelo menos dois lavradores que queriam manter-se na terra mas a Comissão queria aplicar-lhes essa multa. Nós dizíamos: se vos aplicarem multa, deixem por nossa conta que vamos lá discutir. (Proprietário, 75 anos)

Os proprietários assumem que instigavam os seus parceiros a ludibriar a CRA local. Este é um indício de que eram os próprios lavradores que preferiam manter-se, na terra e, então, procuravam o acordo à margem da Comissão. Mas segundo esse mesmo proprietário, “lembro-me de um lavrador que foi pedir di-

nheiro a préstimo ao Marçal¹⁹ para pagar tal multa” (Proprietário 75 anos). Na opinião dos proprietários, os mediadores da reforma agrária iam mesmo de casa em casa mobilizar os lavradores para irem queixar-se, amedrontando-os, ameaçando-os, mas, devido às boas relações que mantinham entre si, voltavam da Povoação e continuavam com o mesmo vínculo de antes.

Uma segunda corrente de opinião é a que pude extrair a partir dos lavradores meeiros. Muitos explicaram que não lhes interessava “aquilo da reforma agrária” e não se interessaram em queixar-se do seu senhorio porque entendiam que a terra não lhes pertencia. Mantendo boas relações com o dono da terra não iriam reivindicar coisa alheia. Mas, dentro desse grupo, houve quem tivesse dito que, na verdade, os proprietários baseavam-se nas tais “boas relações” para dominar melhor os seus parceiros, para fazer-lhes a cabeça. Outros ainda há que dizem ter feito a sua própria reforma agrária na sala de visita do seu senhorio. Vejamos:

Eu e o meu patrão chegamos a um acordo, sentados na sua sala de visita, de homem para homem. Foi um bom acordo. Ele disse-me: como nasceste, cresceste e estás a viver nesta terra, tu não podes ficar sem terra. Respondi-lhe: se o Senhor entende que é justo... (Antigo Parceiro, 82 anos)

Este depoimento confirma que nem todo o acordo passava pela CRA local. Neste caso acredita-se que o dono da terra fez-lhe um preço muito bom com descontos tendo em conta a sua história de trabalho naquelas terras. Hoje, ele é um proprietário renomado na vila e dono de outros negócios que não apenas a agricultura. Este tipo de acordo revela outras tentativas feitas por parte dos proprietários, para não recorrerem à CRA local, de onde poderiam sair a perder mais. Ainda dentro deste grupo de opinião, há que realçar aqueles que não tinham outra opção senão obedecer

19 Famoso dono da Casa Marçal, sita em Povoação, uma casa comercial com muita tradição no Concelho. Não há originário do Concelho que nunca tenha ouvido falar da Casa Marçal ou da família Marçal. Muitas famílias do interior se deslocavam à vila para fazer os seus abonos, desde produtos alimentícios, aos vestuários, tecidos, calçados, enfim, todo o tipo de produto.

ao patrão mesmo a contragosto. Estes eram os compadres, afilhados, sobrinhos, primos, considerados da família do proprietário e, por isso, não podiam contestá-lo, sob pena de perderem a terra e o vínculo que com ele mantinham, considerado de grande prestígio. Mas a exiguidade dos solos e a grande disponibilidade de mão-de-obra também contribuía para aqueles acordos. As famílias, geralmente numerosas, não arriscavam perder a terra que reforçava o seu sustento. Porque as terras, mesmo não pertencendo de direito aos parceiros, ajudavam-lhes na criação de seus filhos como muitos deles admitiram. Houve uma meeira que explicou, detalhadamente, como usufruía das terras. Para ela geralmente,

a terra de regadio produz ao longo do ano diversos tipos de produtos. Dependendo da quantidade da colheita, o dono recebia a sua parte ou não. Muitas vezes, o dono não se interessava em receber parte dos produtos fora de época. Ele mesmo dizia ao parceiro: vá pegar aquilo para dares aos teus filhos. (Meeira, 75 anos)

Para rentabilizar a parte da colheita que lhes cabia, transformavam-se em “negociantes de São Vicente”²⁰. Essa meeira, mesmo não tendo nenhuma terra sua, criou e educou doze filhos, que, hoje, são engenheiros, professores, emigrantes, donas de casa, todos respeitados no Concelho da Ribeira Grande.

A terceira corrente de opinião provém do lado dos mediadores da reforma agrária. Para esses, a falta de meios materiais e humanos para o controlo da aplicação da LBRA é que impeliu aos acordos à margem da CRA local. Mas o profundo desconhecimento das relações sociais no Concelho foi factor, igualmente, determinante, porque, mesmo quando tentaram fazer cumprir a Lei, funcionou apenas dentro da sala de audiências. Raramente recebiam novas queixas das pessoas que iam lá e partiam do princípio que, no terreno, tudo estava sendo cumprido. A sua actuação terminava ali mesmo, dentro da sala de audiências. Confrontando esse facto com as opiniões anteriormente analisadas, conclui que

20 Pessoas que se dedicavam ao transporte e venda de mercadorias entre Santo Antão e São Vicente regularmente.

a Comissão esteve *out*, na maior parte das vezes, não tendo feito o devido acompanhamento dos processos. Vê-se que existiam outras vantagens no sistema de parceria que foram desvalorizadas na LBRA, fruto do desconhecimento da realidade local e cujas consequências não se fizeram esperar, como se verá mais adiante.

Quanto aos acordos paralelos, nada ficava escrito. Não se tinha como provar a veracidade ou não de tudo o que era dito ou feito entre o meeiro e o parceiro em particular. A Secretária da CRA confirma que “poucos eram aqueles que exigiam que o patrão lhes fizesse o contrato de arrendamento” (Secretária Executiva da CRA, 61 anos). Esses factos mostram a necessidade que havia de se fazer um estudo prévio sobre as relações fundiárias, para que, a partir dele, se encontrasse, não às pressas, a melhor forma de elaborar a LBRA, levando em consideração as realidades locais, distintas umas das outras. Tanto o Ministro, como mediadores entrevistados focaram esse aspecto, mas com a visão que têm hoje sobre o processo.

5 Proprietários atingidos e não atingidos pela Reforma Agrária

A ideia geral com que fiquei aquando da transcrição das entrevistas é a de que, no Concelho, nenhum proprietário foi, de facto, atingido pela LBRA. Entretanto, os dados sobre os proprietários atingidos e não atingidos mostram o contrário.

No total, vinte grandes proprietários foram atingidos pela reforma agrária, sendo que 40% pertenciam à freguesia de Santo Crucifixo, apenas 5%, em Nossa Senhora do Livramento e 5%, em Nossa Senhora do Rosário, e 50%, em São Pedro Apóstolo. A LBRA previa a actuação da Comissão em prédios de regadio ou mistos (regadio e sequeiro), com mais de um hectare e prédios de sequeiro, com mais de cinco hectares. A Lei foi amplamente apli-

cada até finais da década de 1980 porquanto existem processos instruídos até finais da referida década.

Ou o proprietário ou o parceiro vinha queixar-se. O parceiro/lavrador porque trabalhava a terra de fulano ou sicrano que não contribuía com nada e no final da produção queria receber a metade. Então era aberto um processo em que as duas partes eram chamadas. Uns chegavam ao entendimento de livre vontade e transformavam a parceria em contrato de arrendamento de livre vontade. Quando assim não acontecia era aberto um processo. (Secretária Executiva da CRA, 61 anos)

Para além desse depoimento, existem ainda relatórios anuais do CNRA onde todos os presidentes das Comissões Regionais davam a conhecer as actividades desenvolvidas nas respectivas regiões, durante cada ano e, dessas, a última foi realizada em 1990. Ao todo, foram dez encontros nacionais confirmados pela existência de dez relatórios. Pude verificar que a maior parte da terra de sequeiro era dada em parceria, sistema que a LBRA queria combater. Confirmei a pouca expressão do arrendamento no seio dos proprietários atingidos pela reforma agrária. Apenas 20% declararam possuir rendeiros, num total de nove. Destes, cinco não eram parceiros e quatro eram também parceiros. Constatei a que a maior parte dos prédios dados em arrendamento era de regadio, apenas um era de sequeiro. O governo acreditava que combatendo a parceria levaria justiça social ao campo, valorizando mais o trabalho do camponês, atribuindo posse útil, acreditando que, com a mudança de sistema, o lavrador/meeiro se sentiria mais valorizado. Esse objectivo falhou. Quanto à área de exploração declarada, a menor foi de 13,5 litros²¹, enquanto a maior área declarada foi de 451,25 litros. Dos proprietários atingidos 55% possuíam áreas de cultivo acima dos 100 litros. O que confirma a concentração da propriedade nas mãos de um grupo muito reduzido em relação ao número de camponeses lavradores/meeiros existentes do Concelho da Ribeira Grande, na altura. Por exemplo, na freguesia de Nossa Senhora do Livramento, um único proprietário era dono de 102,54 litros e possuía 30 parcei-

²¹ Um litro corresponde a 0,1 hectare ou 1000 m².

ros. A avaliar pelo relevo montanhoso da freguesia em questão, deduzo que as terras, de facto aráveis, eram muito exíguas. Para além desta freguesia, este proprietário possuía terras na de Nossa Senhora do Rosário e no Concelho do Paul.

Quanto aos proprietários não atingidos pela LBRA, esses foram em número superior, cerca de 672 – 97,1%, do total. Significa que apenas 2,9% dos proprietários foram atingidos, o que ajuda a fazer uma outra leitura, isto é, que o grosso da propriedade estava nas mãos de apenas 2,9% de proprietários do Concelho da Ribeira Grande. Para além de possuir pequenas explorações por conta própria, os 97,1% da população trabalhavam como lavrador/meeiro para os grandes proprietários e, ainda, na estação seca, que em Cabo Verde é tradição atingir os nove meses, trabalhavam nas FAIMO – Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra.

Os critérios para não serem atingidos eram: ser viúva; ser imigrante; trabalhar a terra por conta própria; em caso de grandes extensões, se utilizasse o assalariamento em vez de parceria; ter idade igual ou superior a sessenta anos; inválidos e pessoas que não possuíssem no seu agregado familiar outra fonte de renda, ou mesmo aqueles proprietários cujos parceiros manifestavam interesse em continuar como tal (Lei nº 9/II/82, de 26 de Março)²².

O Limiar de Intervenção foi definido na LBRA como “a área, referenciada ao somatório dos prédios rústicos ou suas parcelas pertencentes a um mesmo proprietário a partir da qual os terrenos explorados indirectamente ficam sujeitos à transferência imediata para o Estado” (Lei nº 9/II/82, de 26 de Março). Noto uma certa contradição pois, neste ponto, diz-se que o limiar de intervenção era aplicável apenas aos terrenos dos proprietários, explorados indirectamente mas, mais adiante, a mesma Lei toma em consideração, para efeito de aplicação do limiar de intervenção, a totalidade dos prédios ou parcelas pertencentes aos proprietários,

²² Considerava-se de grande extensão: todo o prédio rústico que possuísse até um hectare, no caso de prédios de regadio ou mistos (regadio e sequeiro) e até cinco hectares no caso de prédios de sequeiro.

quer fossem exploradas directa ou indirectamente.

Um proprietário, para lá do limiar de intervenção, mesmo que trabalhasse a terra por conta própria, a parte que sobrava, após demarcação do dito limiar de intervenção, reverteria para a posse do Estado que encarregar-se-ia de redistribuí-la aos camponeses. Este facto confirma que a própria Lei possuía contradições difíceis de serem digeridas, tanto pelos mediadores da reforma agrária, quanto pelos proprietários, possíveis atingidos e para os próprios camponeses com pouca/nenhuma terra, que dela seriam os principais beneficiários.

A tabela seguinte fornece uma relação de proprietários não atingidos, a dimensão das áreas no sequeiro e no regadio e as formas de exploração predominantes.

Tabela I: Proprietários não Atingidos pela Reforma Agrária

Freguesia	Nº Proprts	Área Lts.	P.Seq.	P.Reg.	Parceria	Número Parcs.	Arrend.	Nº Rends.	Renda Sequeiro	Renda Regadio
N. S. L.	48	48	46	3.959	41	48	218	28	5.280	14.990
N. S. R.	202	191	177	1.146,72	164	183	710	84	339.981	439.615
S. P. A.	142	139	133	586,63	26	22	434	37	104.650	61.600
S. Cruc.	280	259	247	1.432,20	67	233	859	97	140.750	130.118
Total	672	637	603	7.124,55	298	486	2.221	246	590.661	646.323

Elaborado a partir da análise de dados oficiais de 980/90, 2011.

Os dados mostram que a maioria dos proprietários não atingidos pela reforma agrária utilizava o sistema de arrendamento. Desses, a maior parte era, ao mesmo tempo, rendeiros e parceiros. Por esse facto, não posso abordar este assunto em termos de percentagem de rendeiro ou de parceiro por, na maior parte das vezes, coincidirem. Eram, na sua maioria, pequenos proprietários que possuíam pequenas parcelas de terra e, para complementarem o seu rendimento, tomavam parcelas de outras pessoas para trabalhar quer de renda quer de meia. Era o subarrendamento ou a subparceria.

Os entrevistados no contexto desta pesquisa reforçaram que, dada a irregularidade das chuvas, os trabalhos agrícolas são sazonais, isto é, concentrados no período das chuvas. Nos restantes meses do ano os camponeses recorriam às FAIMO para se sustentarem até ao regresso das chuvas, pois as colheitas dificilmente eram abundantes para entregar ao dono da terra a sua parte ou pagar a renda e, ainda, sustentar uma família, geralmente numerosa, durante todo o ano. O valor da renda anual declarada era superior no regadio, cerca de 646.323\$00 (seiscentos e quarenta e seis mil trezentos e vinte e três escudos), contra 590.661\$00 (quinhentos e noventa mil seiscentos e sessenta e um escudos) no sequeiro. Recordo que, desde 1967, as autoridades vinham tentando converter a parceria em arrendamento ao implementar a Lei do Arrendamento Rural. Essa Lei terá tido mais impacto na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, onde foi possível, a partir da comparação com os dados da década de 1980, identificar uma infinidade de pequenos proprietários e de rendeiros.

6 Os reflexos da LBRA na estrutura fundiária

Em relação a este ponto, as opiniões divergem pois há aqueles que acreditam que houve mudanças na estrutura fundiária no Concelho, como foi o caso de um filho de antigo lavrador/meeiro, a quem já me referi. Ele terá conseguido fazer render os lucros do trabalho da terra, aplicando-os em outros sectores económicos. Este considerou que a reforma agrária foi bem-vinda, pois mudou, definitivamente, a sua condição e a de sua família. Citou os casos dos seus genros, que hoje são também proprietários, tendo adquirido terras daquelas cujos pais trabalharam como meeiros por toda a vida. A figura 1 indica a extensão de terra onde seus pais foram meeiros, e que hoje pertence à sua família.

Figura 1. Propriedade de Santa Bárbara, Ribeira Grande.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2011.

Como se pode ver, a maior parte dessa propriedade é ocupada por rocha, característica da maior parte das propriedades rústicas dessa região de Santo Antão. A melhor parte dessa propriedade vê-se no canto direito da figura. A principal cultura é a cana-de-açúcar, principal fonte de rendimento dos proprietários de todo o Concelho, com a produção da aguardente, vulgarmente conhecida por grogue de Santo Antão.

Para além desse caso, há que considerar a reviravolta daqueles que emigraram e, com dinheiro ganho na emigração, voltaram para comprar as terras onde anteriormente seus pais eram lavradores/meeiros. Não fiz um estudo detalhado para conhecer esse fenómeno com exactidão, mas o facto de ter sido citado largamente pelos entrevistados, desde mediadores da reforma agrária, parceiros/meeiros e até proprietários, fez com que eu chegasse a essa conclusão. Muitos maridos emigravam e deixavam as esposas e os filhos a trabalhar as terras de meia. Assim que conseguiam juntar capital, compravam as terras, por vezes de herdeiros em processo de partilha de bens, outras vezes, de proprietários que, tendo ficado demasiado idosos, optavam por vendê-las.

Um dos entrevistados arriscou-se num ditado “quem era não é e quem não era é que é” (Proprietário, 75 anos) referindo-se a muitos dos antigos proprietários que perderam tudo, não para a reforma agrária mas, segundo ele, devido à vida boémia dos

seus herdeiros que não quiseram estudar e nem trabalhar, e que, vendo-se mergulhados em dívidas após a morte dos pais, foram-se desfazendo das terras até ficarem na miséria. O excessivo parcelamento das propriedades derivado do sistema de herança foi desfavorável para a estrutura fundiária, pois muitos acabavam por vender a sua parte a outrem e, assim, a propriedade, em poucos anos, se desfazia.

Localizei vários pedidos de alienação de terras, entre 1983 e 1989. Boa parte das pessoas que requeriam a alienação passava procurações aos seus representantes por não residirem em Santo Antão. A maior parte dos pedidos são da freguesia de Santo Crucifixo. Dos cinquenta e um pedidos encaminhados ao MDR entre 1983-85 (Gabinete de Reforma Agrária – 1983-85), apenas sete não pertenciam à referida Freguesia. É que as pessoas preferiam vender as terras para não as perder para a reforma agrária. Isso é consequência da aplicação da LBRA.

Há um outro caso, de um antigo trabalhador que hoje é proprietário da terra que trabalhava. Segundo este, a antiga dona ficou muito velha, tinha ascendência portuguesa e, não querendo mais continuar com o que ela considerava “chatices” de terras, resolveu desfazer-se delas. Essa proprietária, conforme o entrevistado, terá sido “benevolente” com os seus antigos trabalhadores, dando preferência de compra a esses, fazendo descontos consideráveis e, descontando no acto da venda, o valor da indemnização que teriam direito por tantos anos de labuta. Conforme o meu entrevistado, os companheiros dele na época são hoje proprietários. Ele não precisou o número, mas considera a sua existência em todas as ribeiras do Concelho de Ribeira Grande, pois a referida proprietária possuía terras em todos os vales e planaltos também. A avaliar pela extensão do seu terreno, e como ele disse era idêntica ao dos outros. Conclusão, a maioria ter-se-á transformado em pequeno proprietário de um pedaço de terra de regadio, na maior parte das vezes, como mostra a figura 2.

Figura 2. Parcela de regadio - Vale da Ribeira da Torre



Fonte: Arquivo Pessoal, 2011.

Na verdade, a LBRA previa exactamente o que o entrevistado descreveu. A proprietária em questão não fez mais do que seguir a Lei, que dizia que deveria ser dada a prioridade de compra ao rendeiro/meeiro que estivesse na terra, e que este tinha direito à indemnização pelos anos de labuta na mesma.

Entretanto, notei uma outra corrente de opinião que acredita não ter ocorrido nenhuma mudança significativa na questão da posse da terra no Concelho da Ribeira Grande. Muitos dos entrevistados afirmaram não ter conhecimento de nenhuma concretização de posse útil no vale. Este facto é confirmado por um estudo feito por Machado e Teófilo (1993), onde apresentam um quadro que mostra que Ribeira Grande foi o único Concelho Agrícola de Cabo Verde onde não houve nenhuma confirmação de posse útil. Mas a reforma agrária não se resume à questão da posse útil, como está claro.

Em relação às indemnizações, alguns proprietários entrevistados explicaram-me que, muitas vezes, ultrapassavam, de longe, o real valor da terra mas que preferiam pagar para ver longe dela o meeiro/parceiro. Essa ideia, para além de influenciar a estrutura fundiária, confirma o significado que a terra tinha para essa gente e justifica, ao mesmo tempo, o apego a ela. O proprie-

tário via-se obrigado a retomar a sua terra para explorar directamente pagando mão-de-obra. Segundo Almeida (2000), a terra para eles é mais um dos membros da família.

O recenseamento agrícola de 1978, antes da implementação da LBRA, apontava para uma incidência dos regimes indirectos de exploração, no Concelho da Ribeira Grande, em cerca de 42%. Em 1988, já quase no final do processo de implementação da referida Lei, essa percentagem baixou para 31% (MACHADO e TEÓFILO, 1993). Em 1992, os regimes indirectos de exploração no Concelho da Ribeira Grande rondavam os 32,7%, sendo que o arrendamento já não entrava nessa conta, aliás sempre teve pouca expressão (MACHADO e TEÓFILO, 1993). Entretanto, o último recenseamento agrícola (2004) aponta para a incidência desse tipo de regime, nas terras de sequeiro, em cerca de 31,4% e nas de regadio, em cerca de 35,8%. Esses dados revelam mudança da situação a nível geral que ronda os 11%. A concentração de terras persistiu, mas boa parte delas foi adquirida por outras pessoas.

A tabela que se segue foi construída a partir dos dados do relatório do INE sobre o Censo Agrícola de 2004 e mostra a tendência actual da estrutura fundiária ao mesmo tempo que permite comparar os dados do Concelho da Ribeira Grande com a média a nível da ilha e do país.

Tabela II Parcelas de regadio e sequeiro segundo formas de exploração

Ilha/Concelho	Conta Própria		Parceria		Renda		Usufruto		Comodato		Aforamento	
	Seq.	Reg.	Seq.	Reg.	Seq.	Reg.	Seq.	Reg.	Seq.	Reg.	Seq.	Reg.
Cabo Verde	53,8%	61,7%	23,2%	21,3%	14,6%	9,9%	5,3%	6,1%	2,6%	0,9%	0,5%	0,1%
Santo Antão	63,1%	61,8%	29,4%	30,3%	2,1%	5,8%	3,4%	1,9%	0,2%	0,3%	0,0%	0,1%
Ribeira Grande	68,6%	64,2%	27,7%	30,4%	1,2%	4,0%	2,3%	1,0%	0,1%	0,3%	0,0%	0,1%

Fonte: elaborado a partir do relatório do CENSO 2004, 2011.

A tabela mostra que o sistema por conta própria assume-se como a forma predominante de exploração agrícola no Conce-

lho da Ribeira Grande em cerca de 68,6% das terras de sequeiro e 64,2% das terras de regadio, quando a média Nacional é de 53,8% e 61,7. Mas a parceria persiste e ocupa o segundo lugar, atingindo 27,7% no sequeiro e 30,4% no regadio, acima da média nacional, que se situa abaixo dos 23%. Seguem-se: o arrendamento, que não ultrapassa 1,2% no sequeiro e 4% no regadio; o usufruto, que não vai além de 0,5% e 1%, no sequeiro e regadio respectivamente; o comodato, 0,2% e 0,3% no sequeiro e regadio, respectivamente; finalmente e sem expressão nenhuma, o aforamento com 0 e 0,1% no sequeiro e regadio, respectivamente.

Entendo que a LBRA condicionou a distribuição da propriedade fundiária, embora não nos moldes propostos inicialmente. Quando um proprietário decide indemnizar o seu rendeiro/parceiro ou vender a sua terra quando um novo emigrante compra terra; quando uma família numerosa retalha a grande propriedade, herança dos pais e vende, porque não vive no país e tem medo que a reforma agrária lhe tome a terra; quando o proprietário passa a contribuir nos trabalhos da sua propriedade. Esses são aspectos que considero serem consequências da aplicação da LBRA.

7 Parentesco, compadrio, amizade e a Reforma Agrária

Em que medida as relações de parentesco, compadrio e amizade patrono-cliente poderão ter dificultado a implementação LBRA no Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão? Wolf (2003) caracteriza essas relações de estruturas informais complementares em relação ao sistema formal. São, no seu entender, relações que se estabelecem no seio da estrutura formal do poder político e económico e que se desenvolvem em justaposição ou entremeadas, constituindo um tipo de estrutura informal que acaba sendo intersticial, suplementar e paralela às relações na estrutura formal e de grande relevância funcional. Destas ideias pode-se ver o grau de importância que esse tipo de relação adquire espe-

cialmente em sociedades onde os poderes político e económico revelam uma certa fragilidade, como era o caso.

A reforma agrária foi implementada em Cabo Verde logo a seguir à Independência Nacional. O próprio Ministro que tutelava a pasta do Desenvolvimento Rural admitiu a fragilidade do regime, por exemplo, em relação a recursos humanos e materiais para a implementação da LBRA. Nessas circunstâncias, as relações supracitadas entre os proprietários e os seus lavradores/meeiros tornam-se bastante estreitas suplantando qualquer decisão superior, pois o poder do Estado ainda é fraco quando se trata de chegar às bases e pode permitir às pessoas, em busca de apoio, ou às capazes de o oferecer, entrarem em contractos diádicos e independentes (cf. WOLF, 2003).

Que relação existiu entre o parentesco e a reforma agrária? Os primos, os tios, os sobrinhos e até os próprios irmãos, por parte de pai ou por parte de mãe, são os que se incluem nesse tipo de relação. Não raras vezes esses casos aconteciam vindo de um primo, um irmão “por fora”²³, um sobrinho sem terra, a trabalhar as terras de outrem. Segundo um entrevistado, em relação aos laços de sangue, “tu és o meu primo, dou-te a minha terra porque eu tenho mais terras. Eu tenho uma terra grande e porque dou-me melhor contigo eu dou-te um pedaço para trabalhares” (Meeiro, 61 anos). Em tom irónico, continua,

mas eu sou capaz de te chamar de primo para o meu próprio benefício não porque gosto de ti. Se quero dominar-te melhor chamo-te de primo. Há sempre uma relação dominador/dominado subentendida por detrás de qualquer um desses laços de compadrio, amizade e de sangue. Sempre uma pessoa descalça não agrada tanto ao patrão. (Meeiro, 61 anos)

Neste caso, não era apenas o chefe de família a trabalhar a terra. Envolveia todo o agregado familiar. Desde de crianças pe-

²³ Irmão por fora era assim denominado por ser filho fora do casamento, sem direito ao registo de nascimento com o nome do pai, e por conseguinte, sem direito à herança da família.

quenas²⁴. Muitas vezes utilizavam o sistema de *juntamon*²⁵. Isto acontecia no momento das sementeiras e das colheitas. Expliquei-me nas entrevistas que o *juntamon* envolvia a família até no transporte dos produtos do dono para a beira da estrada mais próxima, onde pudessem ser recolhidos por um carro qualquer, muitas vezes do próprio dono. Famílias inteiras se viam envolvidas no trabalho da terra de meia, para além de terem que trabalhar aquela pequena parcela sua.

O dono da terra aparecia em três momentos bem distintos mas igualmente importantes para a sua avaliação. O primeiro momento, depois das primeiras sementeiras, para ver a dimensão do terreno semeado. Quando as plantas floresciam e começavam a apresentar os indícios da produção do ano, onde ele já podia fazer o cálculo de quanto ia levar com a colheita do ano. E na altura das colheitas, em que, de novo, se faziam *juntamon* para a apanha do milho e dos feijões, produtos mais comuns, visto que o proprietário não se interessava por produtos como abóbora, couve, por exemplo.

O dono não contribuía com sementes. Ele entendia que essas deveriam ser reservadas da colheita anterior para o ano seguinte. Se a enxurrada danificasse o terreno ele nem tomava conhecimento. O parceiro que tratasse de recompor tudo porque era sua obrigação. Segundo um meeiro, era preciso saber o que era um meeiro, pois havia casos em que, toda a família trabalhava. A esposa, os filhos, os burros da família, todos, sem exceção, trabalhavam na altura da colheita para pôr a carga do proprietário do outro lado. Até as criancinhas cresciam com o espírito de serem escravinhos. No meu tempo já havia abolição mas ao avaliar o que se passava nas localidades do Concelho chega-se a conclusão que ainda se estava lá atrás, no tempo do escravagismo, talvez até na parte do feudalismo. (Meeiro, 61 anos)

24 As crianças é que transportavam a água e a comida para os trabalhadores, espantavam os corvos e pardais das sementeiras.

25 Sistema de interajuda entre familiares e vizinhos, muito usado por populações rurais no trabalho agrícola.

Esse entrevistado é de opinião que predominava uma mentalidade em que as pessoas até se sentiam lisonjeadas por serem familiares do patrão e por terem sido escolhidas, como se de um grande favor se tratasse, como se não estariam a dar todo o seu sangue no trabalho da terra. Ele disse que:

Em família, por mais escravizados que fossem, ligados a terra, diziam sempre: não, não, eu e o meu patrão temos muito boas relações, até porque somos primos. Encobriam-se mais ainda, os lances entre familiares. As famílias toleravam de forma mais simpática a exploração a que eram submetidas. Até entre irmãos. O patrão dizia: eu quero-te ajudar porque és o meu irmão, és o meu primo. O meeiro: eu tenho que te obedecer porque és o meu primo, irmão. (Meeiro, 61 anos)

Dessa forma o meeiro se sentia na obrigação de ser fiel ao seu patrão porque acreditava que este fazia-lhe um grande favor ao entregar-lhe a sua terra para trabalhar. Para reforçar essa ideia, explicou outro entrevistado, que

havia proprietários com relações boas com meeiros, embora, uma relação de dominação. Eles diziam e o meeiro obedecia, porque viam no proprietário um Deus. Ele não tinha a posse da terra mas o proprietário tinha. Mesmo se esse lhe desse bofetadas ele tinha que engolir sem dizer nada por honra, porque detinha a terra do proprietário para criar os seus filhos, caso contrário seria expulso e não teria mais um pouso para a sua família (Mediador, 55 anos).

Os próprios proprietários entrevistados admitiam que, na maioria das vezes, as relações entre eles (proprietário/parceiro) eram muito boas e que não precisavam daquela “história de reforma agrária” para se entenderem. Essa situação não deixa de ser verdade. Porém, por vezes, o que chamam de boas relações não passava de uma relação de dominação entre quem tinha a terra e quem não a tinha. Esse facto confirmava a submissão daquele familiar pobre ao familiar rico. Os meeiros/parceiros não tinham muitas outras alternativas a não ser a submissão.

Há que considerar bem a relação de compadrio que não é de sangue mas que é como se fosse. Se calhar, é até mais profunda porque está baseada nos desígnios de Deus. O ser-se compadre,

padrinho ou afilhado de alguém, sacralizava a relação, dada a extrema religiosidade das populações mais humildes, e não só, do Concelho da Ribeira Grande. Para alguns a ‘estória’ do compadrio era uma forma do proprietário dominar melhor o lavrador e deste se submeter àquele mais facilmente. Porque o lavrador partia do princípio – ele é o proprietário mas é sobretudo meu compadre, padrinho do meu filho/filha²⁶.

Segundo os entrevistados, o ser compadre de algum proprietário fazia com que o lavrador se sentisse grande. Era uma honra, uma grandeza, para ele, dar seu filho para o proprietário baptizar. A opinião corrente entre os mediadores entrevistados é que o proprietário só aceitava baptizar o filho do lavrador para garantir o seu próprio interesse, não por gostar de tal situação, porque quando um proprietário ia baptizar um filho de lavrador, ele é que arcava com todas as despesas, desde roupa, carro, comida e bebida para a festa. Aquele acto era tido como um investimento de futuro, pois ganhava regalias para exigir qualquer coisa do meeiro e esse, por sua vez, só tinha de corresponder por gratidão àquele favor, que jamais conseguiria compensar. O afilhado convertia-se, automaticamente, num potencial trabalhador do padrinho com a obrigação de respeitar mais ainda as decisões daquele. Ele devia obedecer para não ser amaldiçoado. O lavrador obedecia para não ser ingrato para com alguém que um dia prestou-lhe um impagável favor. Assim toda a família se via envolvida, dependente e obediente ao patrão do chefe de família.

Dois dos mediadores entrevistados trouxeram a tona um dado novo, uma prática corrente, em tempos não muito longínquos, segundo eles – a lei da pernada²⁷. Com o tempo, tornou-se num direito que o patrão ou os seus filhos, homens já crescidos ganhavam, implicitamente, de obter consentimento da família

26 Por vezes as famílias entregavam para o baptismo mais de um filho a um único casal de proprietários.

27 O direito implícito que o patrão ganhava do seu parceiro/meeiro para se relacionar sexualmente com a mulher do lavrador, em tempos idos.

para manter relações sexuais com as filhas dos lavradores, se eles viessem a se interessar por elas. Era um consentimento implícito porque, mesmo não gostando, a família se calava para não perder a terra, pecar denunciando o seu compadre, para que o seu filho(a) não fosse amaldiçoado(a), para que a filha não caísse nas bocas do mundo e coisas do género. Nas palavras de um mediador,

o pior é que muitas vezes, muitos proprietários, como tinham relações de compadrio e de amizade, filhos já crescidos do proprietário e muitas vezes o próprio proprietário, gostavam de meninhas, filhas do lavrador. O proprietário, sem mais demoras, chegava a um acordo com o lavrador, enganava-lhe com uma vaca ou um bezerro e ficava com a filhinha, virgem de preferência. O lavrador engolia a seco, porque não podia dizer nada sob pena de o dono da propriedade lhe expulsar dela. Havia abuso e assédio sexual, abuso de propriedade. (Mediador, 55 anos)

São aspectos demonstrativos de como o vínculo de compadrio actuava como factor de dominação por parte do proprietário e de obediência por parte do lavrador/meeiro.

A implementação da reforma agrária foi muito condicionada por esse tipo de relação assim como os outros já mencionados, pois são aspectos que mexem com a mentalidade das pessoas. A mentalidade predominante era aquela e é corrente que a mentalidade não é coisa que se muda de um dia para o outro. São aspectos que se encontravam enraizados na cultura, nos costumes daquela população. Na ausência de um poder central, ou mesmo na presença de um poder debilitado, funciona a Lei de quem pode mais, e naquele caso, quem podia mais, porque detinha a propriedade da terra, era o proprietário, então ele era quem ditava as regras do jogo do poder.

Da mesma forma que o compadrio, as relações de amizade existentes entre os habitantes do Concelho da Ribeira Grande não foram favoráveis à implementação da LBRA. Os proprietários entrevistados acreditam que as relações com os seus lavradores eram muito boas, não eram apenas boas. Para eles, um lavrador,

uma pessoa escolhida de entre muitas para tomar conta das suas terras, tinha de ser alguém que era tratado como um membro da família, mesmo não o sendo de sangue, em quem se pudesse confiar. Então, não entenderam porque as autoridades queriam que se desfizesse aquela relação, que beneficiava a todas as partes, com aquela “estória” de posse útil. Sendo que as terras de suas famílias haviam sido conseguidas com muito custo os proprietários não achavam justo que “uma tal de reforma agrária” lhes viesse tirar para dar em posse útil a outras pessoas.

Muitos lavradores eram conscientes que a terra não lhes pertencia, por isso não se interessaram pelas reuniões e nem em queixar-se à Comissão. Diziam “para quê queixar se a terra não é minha. O seu dono deve ter trabalhado duramente para a conseguir?” Prevalencia, também, a mentalidade do “dever favores” ao dono da terra, que era muito seu amigo e com o qual não queria, jamais, entrar em conflito, para não estragar a velha amizade entre as famílias que ultrapassava, em alguns casos, muitas gerações.

Segundo um mediador, não raras vezes se encontravam casos em que o bisavô teria sido parceiro da família, o avô foi, o pai foi e então o filho se sentia na obrigação de valorizar aquela velha amizade, prestigiar o orgulho da família em estar na mesma propriedade depois de algumas gerações. “A mentalidade da família era trabalhada de tal forma que o espírito de servidão chegava a ser considerado algo normal” (Mediador, 61 anos) e como deixa transparecer, esse espírito era passado de geração em geração.

Conclusões

Ao analisar o contexto histórico que gerou as relações fundiárias no Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão, concluí que toda a estrutura fundiária que a reforma agrária encontrou era herdeira do sistema desigual de distribuição de terras desde o

início do povoamento da ilha. Um percurso que conduziu à situação de forte desigualdade fundiária e que gerou lutas sociais pela posse e usufruto da terra.

A reforma agrária produziu alterações no sistema de posse da terra na ordem dos 11% entre parceria e arrendamento à medida que foi sendo implementada. Entretanto o grosso dos que trabalham por conta própria é dono de pequenas parcelas de terra. As grandes propriedades do Concelho continuam nas mãos de poucos, embora não sendo os mesmos de antes da reforma agrária. Os tradicionais proprietários por herança foram substituídos, em boa parte, por proprietários emigrantes, antigos lavradores, ou seus filhos. Muitos indemnizados na sequência da reforma agrária acabaram por adquirir terras tornando-se proprietários também, ainda que pequenos. Houve mudanças no sistema de posse mas não da estrutura fundiária.

Em que medida a democracia deliberativa seria funcional numa trama de relações sociais em que a dominação tradicional (baseada em clientelismo e patronagem) era predominante em relação às formas legais-rationais (WEBER, 1982) de dominação? Apesar de toda a problemática deste artigo ter girado em torno da possibilidade de aplicação da democracia deliberativa no processo comunicativo gerado no Concelho da Ribeira Grande, muitos factores impediram tal concretização. Desde logo, o processo de concepção do Anteprojecto de LBRA e da própria LBRA em si não concorreram para que a massa popular pudesse ver as suas ideias expressas no Documento de Lei, porquanto, o governo de então teria optado por divulgar uma proposta concreta para recolher subsídios, em vez de ouvir as propostas das populações visadas antes da referida concepção. A participação popular foi requerida tardiamente.

Por outro lado, o ambiente político não favorecia a voz activa da população. Cabo Verde ainda não era um Estado de Direito Democrático, onde a população pudesse gozar de pleno di-

reito de participar em todas as etapas de concepção de Leis que lhes diziam respeito directamente. As sessões públicas de esclarecimento sobre a Lei não contaram com a participação efectiva do campesinato. No Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão, terá sido realizada apenas uma sessão de esclarecimento, da qual a maioria dos que dela participaram eram mediadores que, depois foram para o terreno explicar o conteúdo da Lei aos demais. Nem esses terão participado efectivamente, pois, segundo um entrevistado, naquele tempo as pessoas davam pouca opinião. Mas eu digo que não estavam habituadas, não tinham interesse, porque pensavam que “a reforma agrária fosse coisa de quem tinha terra”.

O processo comunicativo envolveu muitos aspectos que acabaram por criar uma tensão inicial, que iria prejudicar todo o seu desenvolvimento posterior no Concelho. Devido ao pouco conhecimento que os mediadores tinham do terreno e pelo facto de não terem podido contar com conclusões de estudos antecipados, para conhecerem a realidade de cada região, os mediadores não encontraram terreno fértil para o trabalho de mediação que lhes cabia fazer. Em vez disso, encontraram um terreno já minado, onde já reinava a desconfiança, o temor, o cepticismo e outros mal entendidos que foram sendo disseminados sem que se pudessem localizar a sua origem.

O analfabetismo generalizado dificultou muito o trabalho dos mediadores. A fraca ou nenhuma instrução de muitos mediadores, sobretudo os de base, não permitiu que a comunicação se desenvolvesse segundo o princípio de simetria enunciado por Habermas (1997) e Cardoso de Oliveira (2000). O diálogo com a população local foi tentado, mas infrutífero pois, com a excepção do seminário da Escola Central de Povoação, que durou uma semana, as tentativas de se reunir com a população para a explicação da LBRA, no Concelho, foram todas boicotadas, sobretudo nos povoados mais expressivos em termos de público-alvo e ter-

renos agrícolas.

As autoridades demoraram em alcançar as bases. Ao chegarem, encontraram um clima hostil. O pessoal não qualificado não tinha traquejo para lidar com questões tão complexas, como aquela da reforma agrária. Os próprios camponeses ofereceram resistência. Apesar de alguns entrevistados, sobretudo proprietários, terem afirmado que os camponeses sem terra entenderam perfeitamente bem o conteúdo da LBRA, concordo que, para um iletrado, era muito difícil entender um texto de lei complexo como aquele. A incompreensão da LBRA foi determinante para que a sua implementação não tivesse sido eficiente. Os opositores terão aproveitado a demora do governo para minar a mentalidade das populações camponesas locais. A mensagem foi deturpada, intencionalmente ou não. Cada grupo fez a sua própria interpretação do Anteprojecto de LBRA.

A análise dos depoimentos demonstrou que nenhum grupo-alvo entendeu completamente aquele texto de lei. Por isso, muitos dos entrevistados culpam as bases do partido pelo relativo falhanço na aplicação da LBRA. Tal facto deveu-se à recusa dos activistas de base em discutir o assunto, considerado por eles proibido, com as populações locais. O Ministro responsabiliza-lhes pela pouca eficiência da Lei. Estes, por sua vez, culpam o partido: por não ter tido muita atenção na nomeação das pessoas capazes de prestar um melhor esclarecimento à população e por não ter feito um estudo verdadeiramente sociológico sobre as relações fundiárias no Concelho. Mas também culpam os proprietários por esses terem deturpado a mensagem da reforma agrária, por fazerem campanhas de intimidação da população, por boicotarem as reuniões que podiam levar melhor esclarecimento à referida população e por incitarem à violência em vez do diálogo. De igual modo os proprietários culpam o partido, por este ter semeado a discórdia no seio de uma população que, no seu entender, vivia de bem com os seus patrões. Existe, ainda, um quarto grupo que

também fez a interpretação da Lei como pôde. Muitos explicaram que a culpa foi do partido que não lhes perguntou o que queriam realmente que acontecesse.

Concluindo, toda a política pública, por melhor que seja, precisa ser longamente debatida com os seus destinatários para que todos aqueles a quem possa interessar compreendam as vantagens e possam aderir a ela de forma consciente e responsável.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da história*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ALMEIDA, Germano. *O dia das calças roladas*. 2ª Edição revista: Ilhéu Editora. Mindelo, 2000. (Coleção «Pontos de Vista»).

AMARAL, Ilídio. *Cabo Verde: Introdução Geográfica*. In: *História Geral de Cabo Verde*, vol. I. (Coord. Luís de Albuquerque & Maria Emília Madeira Santos). Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa e Instituto Nacional de Investigação Cultural. Praia, 1991. p. 1-39.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff. *Políticas Públicas: conceitos e práticas*. Supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. *Estud. Avançados*, vol. 14, 2000.

CARREIRA, António. *Cabo Verde – Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Instituto de Promoção Cultural. Praia, 2000.

CORREIA e SILVA, António L. *Histórias de um Sahel Insular*. Spleen Edições. Praia, 1996.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. *Reforma agrária: Experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil*. UFRGS, 2005.

GODOY, Arilda Schmidt. *Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais*. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v.35, n. 3, p. 20 – 29, mai./jun. 1995.

HABERMAS, J. [1929], *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, vol. II/ Jürgen Habermas; tradução: Flávio Beno Siebenichler - UFG. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

MACHADO, P. Affonso Leme e TEÓFILO, F. Edeson. *Legislação Agrária da República de Cabo Verde: Relatório Final*. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, FAO. Roma, 1993.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MONTEIRO, César Augusto. *Recomposição do espaço social cabo-verdiano (Ensaio)*. Gráfica do Mindelo, Lda. S. Vicente, 2001.

PEREIRA, Daniel. *A situação da Ilha de Santiago no 1º quartel do século XVIII. Situação económica e Social*. Praia, 1988.

LAURENT, Pierre-Joseph et FURTADO, Claudio. Structures sociales et enjeux fonciers à Santo Antão - Cap Vert. Etudes des relations entre famine, migrations, eau et terre. IN: JUL-LARSON, Eyolf e outros. *Une anthropologie entre pouvoirs et histoire. Conversations autour de l'oeuvre de Jean -Pierre Chauveau*. Paris, APAD-IRD-KARTHALA, 2010.

SILVA, João Pereira. *A reforma das estruturas agrárias de Cabo Verde: introdução ao Ante-projecto da Lei de Bases*. Praia: Gabinete da Reforma Agrária, 1982.

SILVEIRA, Onésimo. *A Tortura em nome do Partido Único: O PAI-CV e a sua Polícia Política*. 1ª Edição. Ed. Terra Nova e Ponto & Vírgula. Gráfica do Mindelo, Lda., S. Vicente – Cabo Verde, 1991.

SORJ, Bernardo. *A Reforma Agrária em Tempos de Democracia e Globalização: Novos Estudos*. CEBRAP, nº 50. 1998.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O papel das Políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. AATR – BA, 2002.

WEBER, Max. Burocracia. In: GERTH, H. H.; MILLS, W. (Org.) *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

Fontes oficiais

CABO VERDE. Governo. *Lei Nº 9/III/82 de 26 de Março de 1982*. Aprovou a Lei das Bases da Reforma Agrária. 2º Suplemento Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº 18 de 5 de Maio. Praia, 1982.

Dados sobre o Arrendamento Rural e Parceria do Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão, por freguesia, 1967 [dactilografado]. Localização: Depósito do MAARM, Praia, Secção de Arquivos sobre a Reforma Agrária.

Dados sobre proprietários atingidos pela LBRA, 1983-1990, no Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão [manuscrito]. Localização: Depósito do MAARM, Praia, Secção de Arquivos sobre a Reforma Agrária.

Dados sobre proprietários não atingidos pela LBRA Agrária, 1983-1990, no Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão [manuscrito]. Localização: Depósito do MAARM, Praia, Secção de Arquivos sobre a Reforma Agrária.

Dados sobre pedidos de alienação de prédios rústicos. No Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão, 1983-85, 1986, 1988-89 [manuscrito]. Localização: Depósito do MAARM, Praia, Secção de Arquivos sobre a Reforma Agrária.

Acção social escolar e trajectória escolar: interrelações possíveis

Silvino Furtado

Introdução

Durante a pesquisa exploratória visando à elaboração da dissertação de mestrado em Ciências Sociais pude perceber que há uma enorme demanda por parte de estudantes e seus pais ou encarregados de educação de apoios socioeducativos com o intuito de dar resposta aos custos da educação.

Querendo analisar a trajectória escolar dos estudantes oriundos das famílias pobres do Concelho de Santa Catarina de Santiago e que estudam no Liceu Amílcar Cabral a partir do momento do seu enquadramento no programa de apoio, pretendo compreender em que medida os apoios socioeducativos que lhes foram dispensados contribuem para o sucesso escolar, numa interrelação dialéctica com outras variáveis e factores potencialmente importantes na explicação do “sucesso” ou “fracasso” escolar desses estudantes.

O estudo centrou-se num universo total de 70 alunos do 3º ciclo do ensino secundário, sendo 30 meninas e 40 rapazes, com idades compreendidas entre os 17 e os 21 anos. De igual modo, desse universo, 42 residem em comunidades rurais do Concelho e 28 do meio urbano. Eles provêm de 30 famílias.

A preferência pelos estudantes deste estabelecimento resultou do facto de ser uma escola que fica situada no centro de Santa Catarina, a mais antiga e importante escola secundária do Município, que alberga um número significativo de alunos, provenientes de todas as categorias ou classes sociais, traduzindo uma enorme heterogeneidade socioeconómica e cultural. Do mesmo modo, a escolha do terceiro ciclo deve-se ao facto de ser a última fase do ensino secundário, permitindo um estudo mais aprofundado da trajectória escolar, reportando a análise ao primeiro ciclo e das políticas de acção social escolar possibilitando, assim, compreender os eventuais efeitos dessas políticas na trajectória escolar desses estudantes.

Do ponto de vista metodológico, o estudo que dá origem ao presente texto procurou articular os métodos quantitativo e qualitativo. Para tanto, foram realizados inquéritos por questionário aos estudantes e suas famílias com a finalidade de obter informações relevantes, nomeadamente de natureza socioeconómica, permitindo aferir, a um só tempo, o capital económico, cultural e social desses sujeitos, elementos essenciais para a conformação da amostra e da realização da análise a que se propôs o estudo.

Além disso, já numa perspectiva de análise mais qualitativa, foram realizadas entrevistas não estruturadas a informantes-chave, tendo por objectivo a recolha de informações específicas que pudessem elucidar o assunto.

No domínio da análise da literatura especializada, deve-se sublinhar que uma profunda revisão da literatura, de obras e artigos referentes à temática, foi realizada com o intuito de, por um lado, permitir uma adequada construção da problemática de investigação e, por outro, fornecer um modelo teórico explicativo e fonte de informações empíricas e interpretativas relativas para o estudo.

Numa pesquisa desta natureza, e em decorrência das escolhas metodológicas, várias são as técnicas de colecta de dados passíveis de serem utilizadas: observação, entrevista, análise documental, inquérito, análise iconográfica, etc. (ANDRÉ, 1984, p. 52 *apud* COUTINHO, s/d), mas como se trata de um estudo de caso, incidindo sobre uma instituição bem específica (Liceu Amílcar Cabral), deu-se preferência ao inquérito e à entrevista, tendo em conta os objectivos que este estudo visa alcançar. Optou-se pelo inquérito por questionário porque “se presta bem a uma utilização pedagógica pelo carácter muito preciso e formal da sua construção e da sua aplicação prática” (QUIVY et al., 1998, p.186). Para complementar as informações de que se precisa para realizar esta pesquisa, a entrevista semi-estruturada também foi utilizada porque há assuntos que o investigador reputa como im-

portantes e, por esta razão, queria conhecê-los em profundidade, o que um questionário ou mesmo uma entrevista estruturada não permite. Assim, para este estudo, a entrevista revelou-se a técnica mais adequada uma vez que é um dos processos mais directos para encontrar informação sobre um determinado fenómeno, pois consiste em formular questões às pessoas que, de algum modo, nele estão envolvidas (TUCKMAN, 1994).

Em Cabo Verde ao longo dos tempos houve um aumento progressivo do número de efectivos escolares, pois, do ponto de vista das políticas públicas e do investimento das famílias, apostou-se na educação enquanto um factor de mobilidade e mudança social. O desenvolvimento do sistema educativo, a todos os níveis, surge “como estratégia motora do desenvolvimento global do país e a verdadeira “escola” de capacitação das populações para uma melhor inserção socioeconómica, para sua auto promoção e autonomização económica” (INE, Censo 2000, p. 4).

Até aos finais dos anos 50, o acesso às instituições de ensino era reservado a um número muito restrito da população urbana e rural que, na altura, constituía a elite cabo-verdiana. Faziam parte desta elite os filhos da burguesia comercial, dos morgados e proprietários agrícolas, bem como dos funcionários da administração pública colonial e do comércio e serviços. Estes desempenharam maioritariamente cargos importantes na administração pública.

A partir de 1977 introduziram-se algumas mudanças no sistema educativo. Houve uma ruptura com o modelo e o paradigma vigente no estado colonial. Com efeito, o novo modelo de Estado e a nova concepção político-ideológica que emerge no quadro do estado pós-colonial impõe novos objectivos para a educação e, por conseguinte, novos modelos, enfim, um novo paradigma. No entanto, a escola continuava a ser altamente selectiva. As mudanças estruturais começaram a partir de 1990 com a implementação da reforma do sistema educativo incidin-

do nomeadamente:

A nova estrutura curricular, novos manuais, métodos e instrumentos pedagógicos, o novo sistema de avaliação contínua e formativa, a formação de professores em serviço e inicial, o aumento da cobertura em benefícios educativos nos domínios da alimentação, da saúde escolar, do transporte e dos materiais escolares para o ensino básico. Para acompanhar a implementação da reforma foram criados, no seio do Ministério da Educação, os seguintes projectos: PREBA (Projecto de Renovação Extensão do Ensino Básico); PRESA (Projecto de Reestruturação e Expansão do Sistema Educativo); PUENTI (Projecto de utilização das novas Tecnologias e Informação no ensino); PAC (Projecto de apoio às cantinas); PEVF (Projecto de Educação para a Vida Familiar); PFIE (Projecto de Formação e Informação para o Ambiente). (AFONSO, 2002, p.123)

Essas mudanças fizeram aumentar consideravelmente a população escolar nos anos subsequentes. A tabela que se segue demonstra-nos, de forma sumária, a evolução dos efectivos escolares de 1980 a 2000.

Quadro 1. Evolução dos efectivos escolares, segundo o nível de ensino (1980-2000)

Níveis de Ensino	Anos		
	1980	1990	2000
E. Básico Integrado	57.044	69.823	90.640
E. Secundário	3.224	9.586	43.338

Fonte: INE, Censo 2000.

É de salientar que, aproximadamente, nos últimos 20 anos, houve um aumento de efectivos escolares devido às mudanças operadas na estrutura do sistema educativo bem como de paradigmas no campo da educação.

Com a reforma do sistema educativo houve a implementação de novos métodos e instrumentos pedagógicos, novas estruturas curriculares, bem como novos liceus e escolas secundá-

rias foram construídos em vários Concelhos. De ressaltar que a própria mudança de mentalidades em relação à função social da escola e de uma maior valorização social da educação permitiram que mudanças significativas fossem operadas, dentre as quais a generalização do ensino básico, o alargamento progressivo do ensino secundário e equidade de género na frequência ao sistema educativo. Ou seja, o ensino deixou de ser selectivo, suprimindo o elitismo que existia anteriormente, pois, de acordo com a história da educação, no estado colonial apenas uma pequena elite, composta de filhos de proprietários, comerciantes e funcionários, tinham acesso à escola. De certa forma, o capital financeiro e social traduzia-se em capital cultural.

A instituição responsável pela desigual distribuição do capital cultural¹ é a família porque a posição social que o indivíduo ocupa na estrutura social depende da profissão que ele tem, essa profissão depende do tipo e nível de diploma, esse diploma depende do sucesso escolar que, por sua vez, depende da origem familiar (AFONSO, 2002 *apud* BOURDIEU, 1970). Segundo este raciocínio, pode-se dizer que a origem familiar, enquanto variável externa à escola, constitui um dos factores primogénitos na determinação da trajectória escolar e, por conseguinte, do sucesso ou insucesso escolar de alunos.

Segundo a perspectiva marxista, a escola avalia a competência dos indivíduos segundo as normas próprias das classes dominantes e, conseqüentemente, as crianças provenientes das classes sociais populares ficam, do ponto de vista do capital escolar e da acção pedagógica dominante, a uma distância significativa daqueles social, cultural e pedagogicamente legítimos, correm o risco de ter menos sucesso do que as crianças das classes favorecidas.

Desta forma, a escola reproduz a hierarquia das posições

¹ Refere-se ao conjunto de recursos, competências e apetências disponíveis e mobilizáveis em matéria de cultura dominante ou legítima (Cf. BOURDIEU, 1970).

sociais e económicas de classe (GRAHAY, 2002). Neste quadro, os alunos com melhores condições económicas têm maiores probabilidades de sucesso porque o seu perfil enquadra-se perfeitamente no do aluno esperado pela escola. Acresce a isto o facto de eles, em regra, terem um acompanhamento mais próximo pelos pais durante a sua vida estudantil, enquanto os alunos desfavorecidos, muitas vezes, sentem-se desprotegidos e acabam por abandonar a escola, reproduzindo assim a estrutura social e educativa.

Segundo Bourdieu e Passeron (1970), a escola não faz mais do que reproduzir a estratificação social não igualitária na medida em que a instituição escolar, ao considerar todos os alunos iguais em direitos, mostra-se indiferente perante as desigualdades iniciais e apenas consegue em definitivo legitimar as capacidades desiguais construídas anteriormente no meio familiar.

A escola desempenha um papel relevante para o indivíduo, pois interfere na sua formação pessoal e social, podendo ajudar a torná-lo mais responsável, coeso, íntegro e dinâmico. Neste caso, as nossas sociedades esperam que a escola forme cidadãos capazes de viver em paz, assumindo as diferenças, construindo uma ordem negociada e que sejam capazes de se situar individual e colectivamente face às complexidades do mundo.

1 As políticas públicas de educação em Cabo Verde

As políticas públicas, e em particular as de acção social escolar, assumem um papel importantíssimo, pois servem para manter uma certa regularidade e coesão social. Deste modo, é importante frisar que:

As políticas públicas são formas de actuação dos governos e traduzem-se em instrumentos reguladores do comportamento do agente económico. São utilizadas pelo Estado para regular, mas também para intervir e incentivar. Visam a construção de uma sociedade mais justa, mais

humana, mais equilibrada e mais coesa. Os seus princípios orientam-nas para a luta no combate à ineficiência e para os aumentos da equidade e da redistribuição. As políticas públicas em Cabo Verde assumem contornos sociais importantes permitindo uma maior integração social, uma melhoria nas condições de vida das populações, consequentemente uma redução da pobreza, e uma maior sustentabilidade do país.

(POLÍTICAS PÚBLICAS E COESÃO SOCIAL, 2005)

Em Cabo Verde, registam-se progressos notáveis em relação ao capital humano, sobretudo quando se compara com os países do mesmo nível de desenvolvimento. Tais progressos são visíveis sobretudo no âmbito da educação (DECRP, 2004, p.22).

A sociedade cabo-verdiana apresenta-se hoje mais complexa e mais exigente relativamente ao desempenho e à qualidade do sistema educativo. A equidade na educação e a sustentabilidade do sistema educativo são também questões que a globalização e os grandes progressos nas áreas científica e tecnológica não deixam de tornar cada vez mais importantes e de necessária concretização. Contudo, o sistema educativo cabo-verdiano passou por diferentes momentos de transformação e de mudanças pontuais, sempre na busca de qualidade. Todavia, uma reforma abrangente e estruturada visando mudanças profundas no edifício do sistema começou a desenhar-se a partir de 1990. A Constituição de 1992, revista em 1999, no seu artigo 77º, veio realçar a importância de educação ao definir que esta deve “preparar e qualificar os cidadãos para o exercício da actividade profissional, para a participação cívica e democrática na vida activa e para o exercício pleno da cidadania”. É, neste contexto, reconhecido o direito de todos à educação, pelo que cabe ao Estado, entre outras obrigações, garantir a igualdade de oportunidades de acesso aos diversos graus de ensino.

Nesta sequência, como exigências de melhoria da qualidade do ensino e da sua adaptação às necessidades de desenvolvimento de Cabo Verde, todo o quadro jurídico do sistema educativo cabo-verdiano, foi objecto de profundas transformações, cuja expressão foi fixada, em 1990, na Lei de Bases do Sistema Educativo. Essa nova legislação

pretendeu proceder a uma completa ruptura com o sistema de ensino anterior, herdado do regime colonial português, perspectivando uma nova dimensão da educação como instrumento de transformação das estruturas, das relações sociais e da própria reconversão da mentalidade. Foram atribuídos direitos e deveres no âmbito da educação, o livre acesso ao sistema educativo foi generalizado a todos os cidadãos e novas políticas educativas foram traçadas de acordo com linhas das estratégias de desenvolvimento nacional. (ME, 2004)

As políticas adoptadas no sector da educação espelham de forma inequívoca a prioridade que tem sido dada ao sistema educativo cabo-verdiano. Debruçando sobre o período mais recente, concretamente a partir de 2001, a política educativa tem se articulado em torno dos seguintes eixos prioritários:

- A promoção da qualidade e da equidade, tendo por objectivo principal a melhoria da qualidade do ensino e dos resultados das aprendizagens e a redução das assimetrias locais e sociais no acesso à educação de qualidade;

- Adequação, aumento e diversificação da oferta de ensino e de formação técnico-profissional, através da optimização dos recursos existentes e empreendimento de mecanismos eficientes de articulação entre o ensino secundário geral, o ensino técnico, a formação profissional, a alfabetização e a educação de adultos e o mundo do trabalho;

- A sustentabilidade do sistema educativo, mediante o maior controlo dos custos e financiamento e maior participação das famílias;

- O reforço dos valores socioculturais, cívicos e de empreendimento económico, através da afirmação da escola como espaço privilegiado de socialização, construção reabilitação e transmissão de modelos, princípios e valores que permitiram criar/reforçar as bases para o desenvolvimento pessoal e socioeconómico.

Nas últimas décadas o sistema escolar desenvolveu-se rapidamente, com o Ensino Básico a cobrir a totalidade do país e o ensino secundário a totalidade dos centros urbanos, o aumento da taxa de acolhimento das crianças ao nível da educação pré-escolar que em 1997 se situava na ordem dos 49% passou para 56% em 2003, a universalização do Ensino Básico obrigatório de 6 anos, registando-se uma taxa líquida de escolarização na ordem dos 94,9% em 2003/04, a paridade em termos de acesso entre meninos e meninas quer a nível do Ensino Básico quer ao nível do Ensino Secundário, o crescimento significativo dos efectivos do Ensino Secundário passando de 31.602, no ano lectivo 1997/98, para 49.790, no ano lectivo 2003/ 04, o aumento das oportunidades de formação/ capacitação de professores através de realização de cursos de formação inicial, em exercício e contínua e a diversificação e a expansão da formação de quadros no país e no estrangeiro. (GCV, 2005)

Em Cabo Verde, há uma democratização e descentralização do ensino, segundo LBSE (Lei de Bases do Sistema Educativo) nº 103/ III/ 90 de 29 de Dezembro (artigo 4º “Direitos no âmbito da educação”) que refere que a família, as comunidades e as autarquias locais têm o direito e o dever de participar nas diversas acções de promoção e a realização da educação; o Estado, através do Ministério de Educação e seus órgãos competentes, dinamizará por diversas formas a participação dos cidadãos e suas organizações na concretização dos objectivos da educação; ainda o Estado promoverá progressivamente a igual possibilidade de acesso de todos os cidadãos aos diversos graus de ensino e igualdade de oportunidades no sucesso escolar.

A rápida expansão do ensino secundário foi acompanhada pela melhoria do parque escolar com construções e reparações de mais escolas e salas de aulas. Em Santa Catarina tem havido uma preocupação dos governos em melhorar as condições da educação daí construir novas salas de aulas, novas escolas no EBI (Ensino Básico Integrado), e a Escola Secundária Armando Napoleão Fernandes (Achada Falcão). Essas construções são importantes, pois possibilitam melhorar as condições de trabalho favorecendo o processo ensino/aprendizagem, bem como o aces-

so e sucesso dos alunos. No caso da escola secundária Armando Napoleão Fernandes, para além de descongestionar o Liceu Amílcar Cabral, permitiu que os alunos de Achada Falcão e das outras localidades vizinhas tenham um acesso mais rápido e com menos custos, diminui a distância casa-escola, com um impacto significativo no orçamento escolar das famílias, pois muitas deixaram de ter de dispêndios com o transporte de seus educandos.

Porém, a grande maioria dos alunos precisa de ajudas para poder estudar. A democratização da educação tem sido uma das preocupações que insistentemente se expressam em qualquer sociedade democrática. Para democratizar a educação não basta abrir escolas, importa assegurar que todos os cidadãos tenham iguais condições de acesso (PINTO, 1995).

Nesta ordem de ideia é de realçar que:

Em Cabo Verde, a política nacional de educação tem como um dos grandes objectivos, a promoção de igualdade de oportunidades de acesso e equidade à educação e, por conseguinte, a sua cobertura a todas as ilhas e o território nacional, sem prejuízo de acções localizadas que permitem que o direito à igualdade equidade se possa traduzir no sucesso das aprendizagens. (ME, 2006).

Anualmente, o Estado, através do ICASE, disponibiliza montantes consideráveis para ajudar os mais necessitados. Neste caso, em Santa Catarina, segundo o anuário da educação de 2006/07, para o referido ano lectivo foi disponibilizado um montante de 107.000 ECV para bolsas de estudo, destinados a três alunos, 91.500 ECV para transporte escolar beneficiando 118 alunos, 495.600 ECV para propina cobrindo 513 beneficiários, 332.308 ECV para financiamento da residência estudantil de seis alunos e, ainda, para o subsídio ao ensino superior foram utilizados 721.000 ECV para 17 alunos, e para saúde escolar o montante de 873.254 ECV beneficiando 2.753 alunos. Significa que os apoios socioeducativos disponibilizados pelo ICASE nesse ano lectivo cifraram-se em 2.520.362 ECV.

2 As políticas públicas de educação em Santa Catarina

2.1 Pobreza e o insucesso escolar em Santa Catarina

Em Santa Catarina houve um aumento de desemprego na população de 15 a 64 anos de 31,5% em 2006 para 43,1% em 2007 (QUIBB 2007). É de realçar que com o aumento de desemprego nos últimos seis anos, o rendimento corrente e as reservas da maioria das famílias do Concelho têm se reduzido enquanto as propinas, os transportes e os materiais escolares são hoje cada vez mais caros. Parte expressiva das famílias não tem recursos para custear as propinas, assim como as outras despesas escolares, fazendo crescer o abandono escolar segundo o anuário da educação (2006/07).

Um elevado número de crianças fica pelo sexto, sétimo, oitavo, nono ou décimo anos de escolaridade. Esta situação representa um grande desperdício para o sistema educativo e se configura num crescente elitismo na educação e formação, requerendo assim uma intervenção do Estado. Outrossim um número crescente de jovens fica pelo 12º ano, por causa dos custos inerentes à formação profissional certificada e competitiva no concelho. Deste modo, há necessidade de se criarem mecanismos tendentes a conferir às crianças e jovens de Santa Catarina o acesso ao ensino secundário, ao ensino técnico e profissional e ao ensino universitário em igualdade de oportunidades.

Os alunos provenientes das famílias pobres podem ter problemas de acesso ao ensino secundário e muitas dificuldades quando estão no sistema. Por isso, muitas vezes, casos de insucesso escolar e até abandono podem ser recorrentes. Daí que as políticas públicas de educação podem ser um veículo de promoção de igualdade de oportunidades e podem permitir uma democratização do ensino.

Neste concelho, segundo o anuário da educação (2006/07), os casos de insucesso no secundário correspondem a cerca de 23.7%. Só no liceu Amílcar Cabral dos 4476 alunos matriculados, 1074 alunos repetiram no final do ano, sendo 669 do 1º ciclo, 226 do 2º ciclo e 179 do 3º ciclo. Ainda segundo o inquérito QUIBB 2007 (Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar), em Santa Catarina houve um aumento do abandono escolar de 20,9% em 2006 para 23,0% em 2007, ultrapassando a média nacional que é de 19,5%. Conforme sublinha o mesmo documento, de entre as razões de abandono escolar podem ser mencionadas a falta de interesse escolar, várias reprovações, gravidez, falta de meios (falta de condições económicas) e propinas muito caras.

A grande maioria dos alunos reprova por falta de meios, correspondendo a cerca de 48,6%, o que leva a uma certa insatisfação das pessoas quanto aos serviços de educação no concelho, chegando a atingir uma taxa de 45,3% em 2007. Os inquiridos elegem como razão fundamental dessa insatisfação o alto valor cobrado pelas propinas, respondendo em 2007 por uma taxa de 76,5% de insatisfeitos.

Santa Catarina tinha, em 2007, cerca de 16.000 pobres, ou seja, cerca de 9% da população pobre de Cabo Verde. A população de Santa Catarina vive principalmente do rendimento do trabalho, pelo que o elevado nível de desemprego e o grande défice de emprego decente são as causas principais da pobreza. Apesar de remessas de emigrantes, o concelho tem uma fraca dinâmica económica, com um sector produtivo centralizado nas microempresas e na agricultura.

A pobreza manifesta-se de várias formas. Por isso, mesmo havendo um sistema teórico preciso subjacente ao conceito de pobreza, continuará a persistir a questão da separação entre pobres e não pobres, ou seja, qual seria o limiar da renda adequado a ser considerado para distinguir uma da outra. A privação é uma das

manifestações de pobreza que normalmente se encontra presente em vários debates relacionados com o tema.

Alguns autores tais como Sen e Altimir propuseram uma nova conceptualização de pobreza. Para Sen (1980), podemos definir a pobreza como não satisfação das necessidades básicas de uma vida decente, ausência de direitos. Nota-se que o conceito de decência varia de sociedade para a sociedade.

Altimir (1982) fala em síndrome de pobreza, ou seja, define a pobreza com base na privação de bens materiais, tais como a desnutrição e a habitação precária, e de elementos de privação não materiais destacando-se a participação nos mecanismos de integração social. Tendo em conta o exposto surgem várias propostas de delimitação da pobreza que, normalmente, seguem duas concepções de pobreza, absoluta e relativa.

A conceptualização de pobreza absoluta releva do facto de os indivíduos não disporem dos meios necessários para satisfazer as necessidades básicas de alimentação, habitação, vestuário, educação e saúde, além de outros elementos não materiais considerados necessários à sobrevivência digna das pessoas. A abordagem relativa define a pobreza de acordo com os padrões de vida da sociedade, estabelecendo uma relação entre o patamar da linha da pobreza e a distribuição de renda total da população, implicando, consequentemente, delimitar um conjunto de indivíduos relativamente pobres mesmo em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos.

Para compreender a pobreza como um conceito absoluto é necessário estabelecer os padrões mínimos de necessidades, ou níveis de subsistência, abaixo dos quais podemos identificar as pessoas como sendo pobres (em termos de requisitos nutricionais, moradia, vestuário).

2.2 Instituições que implementam as políticas sociais de educação em Santa Catarina

2.2.1 O Instituto de Acção Social Escolar (ICASE)

O ICASE (Instituto Cabo-verdiano de Acção Social Escolar) tem como objectivo fundamental prestar serviços de acção social e escolar à população estudantil com fracos recursos, proporcionando-lhe iguais oportunidades de escolarização e iguais condições com vista ao sucesso escolar. Suas acções enquadram-se, assim, nas políticas do governo voltadas para a generalização do ensino básico, do ensino secundário, o reforço do ensino pré-escolar e visam contribuir para o sucesso escolar dos alunos economicamente mais desfavorecidos. A sua intervenção assenta num planeamento anual indicativo visando assegurar uma adequada monitorização dos objectivos pretendidos. Assim, de acordo com o Presidente desta instituição:

O planeamento faz-se com base na recolha de informações junto ao INE sobre os dados da pobreza, procura-se informações nas escolas secundárias, nas Delegações, em seguida faz-se uma proposta de orçamento de investimento em função das necessidades que é apresentado ao Ministério das Finanças, aprovado o orçamento faz-se a distribuição de cotas para todos os programas e todos os níveis (Pré escolar, EBI, Ensino Secundário, Médio e Superior), essa distribuição é feita com base na recolha de um conjunto de informação de critérios, nomeadamente: nível da pobreza no concelho, dimensão da população estudantil, números de alunos por escolas, e depois passa-se para a execução dos programas.

2.2.1.1 Áreas de intervenção social

Com o propósito de proporcionar aos alunos a igualdade de oportunidades de escolarização e iguais condições de acesso, o ICASE vem desenvolvendo um conjunto de programas e acções socioeducativas de que se destacam: (i) Programa de assistência às cantinas escolares (PAC). Através deste programa faz-se a distribuição de refeições quentes a todos os alunos do pré-escolar

e do EBI; (ii) Programa de apoio ao pagamento das propinas, bolsas de estudo, transporte escolar, projecto nacional de saúde escolar, materiais didácticos, residências estudantis/ internatos, e apadrinhamento que serve de apoio aos outros programas.

Para a execução desses programas e projectos, o ICASE conta com vários parceiros, entre os quais, o PAM (Programa Alimentar Mundial), o governo de Cabo Verde, a Cooperação Luxemburguesa, a Cruz Vermelha de Cabo Verde.

Os programas são executados nas seguintes modalidades: distribuição de kits escolares, refeição quente para todos os alunos do EBI, e selecção feita nas escolas dos alunos que vão receber ajuda.

O presidente do ICASE manifesta a preocupação com uma selecção justa, isto é, que contemple aqueles que são mais vulneráveis e que, de facto, precisam mais:

Tem sido feito uma melhoria contínua do programa com o intuito de se fazer uma selecção mais justa, ou seja usar novos critérios, fazer trabalho de terreno, isto é, procurar informações nas pessoas e instituições locais que conhecem melhor a realidade socioeconómica das famílias. Para isso, o ICASE conta com a participação das delegações do MEES (Ministério da Educação e Ensino Superior) no concelho, direcções das escolas secundárias, mais especificamente a subdirecção para os assuntos sociais e comunitários; As Associações Comunitárias; Institutos de Formação Superior Públicos; Instituto de Emprego e Formação Profissional. O preenchimento de uma ficha pelas famílias permite conhecer a realidade socioeconómica destas; os alunos são seleccionados com base nos seguintes critérios: renda do agregado familiar inferior ou igual a 25.000 ECV, e alunos órfãos, e dá se prioridade às meninas. Os alunos são seleccionados para cada tipo de apoio; para reforçar o apoio procura-se sensibilizar a sociedade civil sobre a necessidade de apoiar os mais carenciados. Daí termos lançado o programa de apadrinhamento. Este programa ajuda muito, isto é, o aluno apadrinhado recebe apoio integral do padrinho; e neste momento há uma forte aderência da sociedade civil a este projecto.

Quanto ao pagamento das propinas, o ICASE, através desse programa, passou a prestar apoio financeiro aos alunos do ensino secundário e superior cujas famílias têm um rendimento mensal inferior ou igual a 25000 ECV, alunos que residam perto das instituições escolares e que não tenham condições, pois estes recebem propinas ao invés de ajuda de transportes. Esta concessão de apoios realiza-se pelo pagamento integral ou parcial das propinas. O objectivo é minimizar os encargos das famílias mais carenciadas com a educação dos filhos. De igual modo, a instituição em análise presta apoio em transportes, com o propósito de proporcionar a igualdade de acesso ao ensino. Este programa abrange alunos carenciados, cuja localidade não tenha escola ou a distância seja muito grande e é destinado aos alunos provenientes das camadas economicamente desfavorecidas, que percorrem diariamente longas distâncias para frequentarem as aulas. O objectivo é estimular a frequência bem como a assiduidade às aulas. Igualmente os alunos carenciados recebem bolsas de estudo e destina-se preferencialmente aos alunos do ensino secundário, do ensino técnico e do ensino superior oriundos de famílias social e economicamente desfavorecidas, sendo o objectivo fundamental o de assegurar o prosseguimento de estudos. Ainda concede apoio pontual aos alunos mais carenciados do ensino básico integrado e do ensino secundário com materiais didácticos, como livros e consumíveis (cadernos lápis, canetas, de entre outros). O objectivo é melhorar as condições de aprendizagem e estimular os alunos para o estudo. Também o ICASE concede alojamento nas residências estudantis aos alunos carenciados. Estas residências garantem alojamento adequado a alunos de ambos os sexos, proporcionando-lhes melhores condições de estudo, de formação moral, cívica e cultural numa óptica de assegurar a igualdade de oportunidades àqueles que necessitam de se deslocar.

2.2.1.2 Apoios prestados pelo ICASE

Para o presente ano lectivo (2008/09) através da totalidade dos programas, já foram beneficiados 15.000 alunos do ensino secundário e ensino superior. De igual modo, 100.000 alunos do pré-escolar foram beneficiados com refeição quente e foram distribuídos 15.000 kits escolares. Neste sentido, o presidente afirma que:

Como forma de premiar os alunos que transitam de ano, e para uma melhor gestão procura conhecer o resultado dos alunos no final do ano lectivo. Os alunos apoiados são acompanhados através das notas, podem perder apoio se reprovarem no final do ano. O aluno a quem não foi renovada a bolsa em determinado ano lectivo por não ter transitado poderá voltar a candidatar-se no ano lectivo seguinte desde que reúna as condições exigidas para o efeito, segundo o regulamento do ICASE.

Naturalmente que com uma enormidade de demandas devido ao desemprego, falta de condições de muitas famílias e aumento de custos da educação, sem dúvida, poderá haver algumas dificuldades na execução. A esse respeito o presidente explica que:

O orçamento do ICASE faz-se com o fundo de investimento, e temos alguns obstáculos nomeadamente: demora na entrega do relatório por parte das escolas, falta de informações das famílias sobre o programa, isto porque muitas famílias do meio rural não têm meios de comunicação e, assim, muitos procuram as ajudas tardiamente dificultando deste modo o planeamento.

As escolas são representantes do ICASE no concelho. Desde modo, existe uma relação de parceria entre estas instituições, conforme relata o presidente:

Existe um bom relacionamento entre o ICASE, as Delegações escolares e os estabelecimentos de ensino, o ICASE está sempre a estimular os gestores no sentido de divulgarem mais o programa, a fazer um bom uso das ajudas, e a procurarem parceiros.

2.2.1.3 Avaliação do programa

A presença desde programa no concelho tem tido um efeito positivo para as famílias pobres, pois permite que muitos alunos estudem e com sucesso. Assegura o presidente:

O programa tem funcionado bem e com a colaboração das famílias, escolas, delegações escolares, enfim com a colaboração de toda a sociedade civil. Essas ajudas contribuem para o acesso e sucesso dos alunos, evitando deste modo que a desigualdade social se traduza em desigualdades escolares, graças ao ICASE muitos alunos estão a estudar e com sucesso.

2.2.2 A Escola: o caso de Liceu Amílcar Cabral

Atendendo que os alunos provenientes de famílias desfavorecidas enfrentam dificuldades que, muitas vezes, os impedem de prosseguir os estudos, a escola em parceria com o ICASE vem desenvolvendo alguns projectos no domínio do transporte escolar, isenção, redução ou financiamento de propinas, apoio com materiais didácticos, e acompanhamento sociopsicológico. Essa iniciativa visa essencialmente evitar que as desigualdades sociais se traduzam em desigualdades de oportunidades e de resultados escolares.

Revela a subdirectora para Assuntos Sociais e Comunitários que:

Nesta escola frequentam alunos cujo rendimento económico das famílias é muito baixo. Este facto condiciona, e de que maneira, o rendimento escolar dos alunos, pelo que a escola tem por obrigação mobilizar apoios junto às entidades públicas e privadas no sentido de apoiar os alunos carenciados. O ICASE é um dos parceiros da escola nesta luta.

Na selecção dos alunos participam: a subdirectora para os assuntos sociais e comunitários, o director da escola, e representantes das comunidades. Em regra, para o levantamento das

condições socioeconómicas dos candidatos, a equipa responsável pela selecção desloca-se às comunidades para conhecer a realidade socioeconómica da família. É de realçar que os alunos, para serem contemplados com apoios, não devem ter apoios de outras instituições. Procura-se saber se o aluno inscrito não tem nenhum apoio e/ ou benefício por parte de uma outra instituição.

Assim, segundo a subdirectora para assuntos sociais e comunitários:

Neste estabelecimento no ano lectivo 2007/08 tivemos 376 alunos a receber ajudas de propinas e 301 a receber ajudas de transportes. Só no 11º e 12º anos de escolaridade, existem 70 beneficiados do ICASE, com apoios em transportes e propina. Os alunos apoiados são acompanhados através das notas, podendo perder o apoio se reprovarem no final do ano. O aluno a quem não foi renovada a bolsa em determinado ano lectivo por não ter transitado poderá voltar a candidatar-se no ano lectivo seguinte desde que reúna as condições exigidas para o efeito. O programa é bom, visto que é de carácter social e apoiam os mais carenciados, e a maioria desses alunos estão no liceu graças a essas ajudas.

2.2.3 Autarquias locais – Câmara Municipal de Santa Catarina

Os municípios têm vindo a ver alargado o seu protagonismo e responsabilidade na implementação de políticas sociais. A sua proximidade às populações e comunidades de base e o aprofundamento do processo de descentralização têm vindo a permitir uma actuação crescente das Câmaras Municipais em projectos e acções destinados às crianças e adolescentes nomeadamente na área da educação.

2.2.3.1 Áreas de intervenção social

A Câmara Municipal de Santa Catarina, no sentido de diminuir os encargos familiares, aumentar o acesso ao ensino secundário, melhorar o rendimento escolar, diminuir o abandono

escolar e permitir uma maior pontualidade e assiduidade, tem apoiado os alunos carenciados com transporte escolar, pagamento de propinas nas escolas secundárias privadas, disponibilização de materiais didácticos, concessão de bolsas de estudo para os alunos dos cursos de formação profissional e ensino superior. No domínio do transporte escolar, e para o presente ano lectivo, 2008/2009 no ensino secundário, a Câmara Municipal tem apoiado 572 alunos de 26 zonas distantes e 17 alunos de cursos de formação profissional.

De acordo com a Chefe de Secção de uma das unidades orgânicas da Câmara Municipal:

Neste ano lectivo, nomeadamente no mês de Março, adquirimos um autocarro destinado aos alunos de Achada Lém e arredores num valor de 5.200 ECV. Esse veículo é uma mais-valia para os pais e alunos, isso porque permite o acesso às aulas, pontualidade e assiduidade às aulas, ajuda os pais nas despesas escolares. Contudo, há uma comparticipação dos pais em 50%.

Relativamente ao apoio no pagamento de propinas, a Câmara Municipal subvenciona os alunos carenciados, principalmente aqueles que já tinham abandonado e/ou perderam o direito ao ensino público para estudarem nas escolas privadas.

Para o ano lectivo 2008/09, a Câmara Municipal tem cerca de 62 estudantes do ensino superior nacional a receber apoios. Além disso, 12 alunos recebem apoios de 200 euros mensais para custear as despesas de propinas no estrangeiro, nomeadamente em Portugal.

De igual modo, a Câmara Municipal presta apoios pontuais aos alunos que têm problemas em liquidar as suas contas num ou noutro mês. Ainda no ensino superior, nomeadamente na Uni-Santiago, os funcionários da Câmara Municipal e os seus filhos pagam apenas 50% do valor das propinas.

Para seleccionar os alunos, a Câmara Municipal conta

com o apoio dos responsáveis de zonas e dos deputados municipais. A selecção é feita com base numa ficha de inscrição de pedido de apoio. Procura-se seleccionar os alunos mais carenciados. No processo de selecção, os principais critérios utilizados são os seguintes: (i) tamanho do agregado familiar; (ii), famílias que não possuem um rendimento mensal fixo ou que tenham um rendimento muito baixo; (iii) família com vários filhos menores e com três ou mais a estudar e, (iv) alunos que não beneficiam de outros apoios. Há uma coordenação entre as instituições que intervêm no domínio de apoios socioeducativos. Os alunos são acompanhados através dos resultados escolares.

Anualmente, faz-se o orçamento por zonas, e é concedido um apoio parcial aos alunos. Isso para poder abranger o maior número possível de alunos e famílias. Para o ano lectivo 2008/2009 no ensino secundário, a Câmara Municipal está a apoiar alunos de 26 zonas, gastando mensalmente 796.559 ECV, beneficiando 572 alunos; e com o transporte dos alunos dos cursos de formação profissional gasta mensalmente 124.667 ECV beneficiando 17 estudantes. O orçamento anual para custos de transporte é de 6.919.689 ECV, realça o chefe da secção, para quem:

Para evitar situações de desvio de dinheiro para outras coisas, não damos o dinheiro na mão, mas sim, fazemos o contrato directo com o condutor. Este estipula o preço que cada aluno paga por dia e depois estabelece um preço mensal por aluno. Todos os condutores têm um processo arquivado na Câmara Municipal (contratos assinados, documentação pessoal, contactos entre outras).

2.2.3.2 Avaliação do programa

A presença desde programa no Concelho tem o efeito positivo para as famílias pobres, pois permite que muitos alunos estudem e com sucesso. Salienta a Chefe de Secção:

O apoio é positivo, muito útil, isto porque evita o abandono escolar.

Muitos que estavam prestes a desistir, vão manter-se no sistema. Deste modo, vão conseguir terminar os estudos. O apoio da Câmara Municipal na abertura da Uni-Santiago é uma mais-valia para o interior de Santiago em particular e Cabo Verde no geral, pois muitos vão estudar no concelho e gastam menos. É bom investir na educação dos jovens que têm alguns limites. Ora, isso pode evitar alguns males sociais tais como a droga, o alcoolismo a prostituição, a delinquência juvenil. Por outro lado, permite o desenvolvimento do capital humano.

2.2.4 ONG internacional: Bornefondem

A Bornefondem é uma instituição autónoma, sem fins lucrativos, humanitária, não religiosa, não política, destinada ao serviço de apoio às crianças pobres do Mundo, foi fundada em 13 de Janeiro de 1972 por Morten Grymer, um jornalista dinamarquês. Financiado por um sistema de patrocinadores dos países escandinavos, a instituição (Fundo Dinamarquês N1 6423) é gerida por um conselho de administração não remunerado, situado em Copenhaga, Dinamarca. Essa fundação iniciou as suas acções em Cabo Verde em 01 de Janeiro de 1989. A primeira ilha escolhida para implementação foi Santo Antão, isto porque naquela época era considerada a ilha mais pobre, e só 10 anos depois, em Abril de 1999, veio para a ilha de Santiago, trabalhando actualmente nas ilhas de Santo Antão, Santiago e Fogo.

A Bornefondem intervém em várias áreas, nomeadamente, na educação, na saúde, no bem-estar da família, na construção e remodelação de habitações sociais, no desenvolvimento das comunidades (ajuda a comunidade com a construção de cisternas, placas desportivas, jardins infantis). Importa salientar que a educação e a saúde das crianças apadrinhadas são áreas prioritárias.

A selecção é feita pelos chefes dos centros, trabalhadores e conselheiros dos centros (CDC). O planeamento é feito com base no trabalho de terreno.

Esse programa já teve algumas alterações, nomeadamen-

te, mudanças de critérios de selecção de candidatos e diminuição dos apoios. Isto aconteceu em 2006. Já, a partir desta data, diminuiram as ajudas à criança apadrinhada que anteriormente recebia 100% de ajuda, passando a receber ajuda parcialmente consoante as suas condições socioeconómicas. Isto faz com que as famílias tenham mais cuidado e valorizem mais as ajudas, pois contribuem com parte das despesas.

2.2.4.1 Formas de distribuição dos apoios pela Bornefondem

Na educação, no que se refere às propinas no secundário, os alunos podem receber apoio integral ou parcial, dependendo do enquadramento dos beneficiados. Se o aluno é muito pobre recebe apoio integral (100%), se for pobre recebe 80%, e se é menos pobre recebe 50%.

Na saúde, também os alunos podem receber apoio integral ou parcial dependendo do caso. Isto é, um aluno apadrinhado enquadrado na escala de muito pobre recebe apoio 100% nas despesas da saúde, o seu irmão recebe 50% e os pais recebem 20%. Se o apadrinhado é pobre recebe 80% e o seu irmão não tem apoio. E se for menos pobre recebe 60%.

Existem vários tipos de ajudas, nomeadamente ajudas para educação (propinas, ajuda com o custo de transportes, materiais didácticos, uniformes). No domínio da saúde: medicamentos, internamentos, análises clínicas, exames médicos, óculos. No que concerne ao bem-estar da comunidade: apoio na construção de cisternas, construção e reparação de casas.

De acordo com o técnico da organização:

Não é atribuído bolsa aos alunos, pois esse dinheiro pode ser desviado para outras coisas que podem não ter repercussão na educação; o apoio é dado de forma geral, isto é o aluno recebe uma ajuda para todas as

despesas da educação que pode ser parcial ou integral consoante o caso; apoio para propinas; custos de transportes, uniformes; entre outras.

Normalmente, para atribuir os apoios faz-se o trabalho de terreno. Todos os conselheiros dos centros devem conhecer de perto a situação socioeconómica dos alunos/crianças candidatos/as do programa. Para a sua admissão, o critério usado é a análise das condições económicas. À partida, os alunos, para serem inscritos no centro, têm que estar inseridos na categoria de famílias muito pobres ou também se for órfão.

Actualmente é usado o sistema de bases de dados, a partir de um inquérito feito às famílias para ver a situação socioeconómica das mesmas. É importante frisar que os alunos, para receberem apoios, não devem ser beneficiados por outras instituições. Por isso, procura-se verificar se os alunos inscritos são ou não beneficiários de uma outra instituição.

Com a entrada de Cabo Verde no grupo dos PRM (Países de Rendimento Médio) houve uma diminuição de apoios por parte de Bornefondem. Anteriormente, eram apoiados os irmãos dos apadrinhados. Neste momento, é concedido o apoio para o irmão do apadrinhado que está enquadrado na escala de muito pobre.

Os alunos são acompanhados através dos resultados escolares e visitas às escolas. Cada CAF (conselheiro de famílias) é responsável por uma criança. Após seis meses de admissão faz-se uma visita de controlo e um relatório sobre a saúde e a situação escolar do beneficiado. Contudo, se houver um problema na família o acompanhamento é feito de forma mais regular.

Os alunos, para continuarem a ter apoios, devem transitar de classe todos os anos. Como forma de incentivo, todos os anos aos melhores alunos (alunos com a média de 15 valores) e mediante um concurso atribui-se um prémio. Aos que forem classificados em 1º lugar, a criança apadrinhada recebe 5.000 ECV e os

pais 50.000 ECV; o segundo lugar recebe 3.500 ECV, e 3º lugar, 2.500 ECV.

Para se aplicar novos critérios, há necessidade apresentá-los às famílias e procurar consensos. O que nem sempre é fácil, revela o técnico:

Deparamos com dificuldades na implementação de novos critérios/métodos de selecção. Normalmente, quando se pretende implementar novos critérios reúne-se em assembleia com as famílias para a tomada de decisão. Ora, isso é muito difícil, pois as famílias nem sempre estão de acordo.

No início de cada ano lectivo, isto é, no mês de Outubro é preparado um orçamento. Do mesmo modo, há a elaboração de um novo plano de trabalho, indicando as actividades e os meses de execução. Já no mês de Dezembro, o orçamento estará pronto e é enviado para o Escritório Central. Mas antes, faz-se um encontro com o Departamento de Programas e o Departamento de Projectos para se proceder a uma análise conjunta. De seguida, o Director Nacional faz a revisão e aprovação do projecto. O orçamento do programa depende do número de crianças apadrinhadas inscritas no centro. No entanto, há um orçamento mensal de mil contos para cada centro destinados aos apoios às crianças apadrinhadas e para o pagamento do pessoal. E quando há um projecto/trabalho para a comunidade em que o orçamento é elevado, procura-se uma nova forma de financiamento – NSP (um formulário que é preenchido e mandado para Dinamarca para o escritório central), relata o técnico:

Para este ano, esse centro tem um total de receitas de 14.368.346 ECV para execução das acções de educação, bem-estar da família, actividades geradoras de rendimento, administração, centro e comunidade. Tem cerca de 140 alunos no secundário e 483 estão a receber apoios.

2.2.4.2 Avaliação do programa

Segundo o técnico de um dos Centros da Bornefundem, este programa trouxe resultados positivos para as famílias Cabo-Verdianas, visto que:

Ajuda muito as famílias, crianças e a comunidade. Acho que não está bem a diminuição de apoios às crianças apadrinhadas para apoiar os seus irmãos; seria bom centralizar numa criança dando-lhe todo o apoio e deixar a família com outras crianças para cuidar, porque às vezes quando a ajuda é repartida entre a criança apadrinhada e os irmãos não chega e ambos ficam com problemas. Todavia, essas ajudas são sempre bem-vindas, pois trazem inúmeras vantagens para as famílias, seus educandos e a sociedade em geral visto que este programa não se limita a ajudar apenas os alunos carenciados com matérias escolares, propinas, e a nível da saúde, mas também ajuda as famílias na reparação das casas, na construção de reservatórios de água para o abastecimento da comunidade, na construção de infra-estruturas nas comunidades tais como placas desportivas, telecentros, que são muito importantes para inserção dos jovens numa comunidade, evitando deste modo alguns males sociais nomeadamente a droga, o alcoolismo, a prostituição etc.

2.3 Análise dos dados recolhidos

Para a realização deste estudo foi escolhido o Liceu Amílcar Cabral, tendo sido inqueridos alunos do 3º ciclo e entrevistada a subdirectora para assuntos sociais e comunitários e as famílias de alguns dos alunos beneficiados.

2.3.1 Percurso escolar diferenciado segundo a posição social das famílias.

2.3.1.1 Rendimento médio mensal e o percurso escolar dos alunos

O nível económico das famílias condiciona grandemente o (in) sucesso escolar, influencia directamente as condições básicas de vida e as possibilidades de acesso a bens culturais como

livros, televisão, rádio, revistas etc. Pode ainda condicionar a escolha do local de residência e mesmo a criação de um clima propício ao estudo.

Deteremos, por ora, na relação entre o rendimento e a trajectória em termos de (re) aprovação. Os dados do quadro nº 2 mostram haver uma correlação bastante positiva entre essas duas variáveis.

Quadro n.º2: Distribuição dos inqueridos com trajecto em termos de reprovações segundo o rendimento médio mensal dos agregados familiares.

Rendimento médio mensal do agregado familiar	Trajecto em termos de reprovações		Total
	Uma Vez	2 a 3 vezes	
<= a 15 mil escudos	14	28	42
% total	20%	40%	60%
16 a 20 mil	21		21
% total	30%		30%
21 a 60mil	7		7
% total	10%		10%
	42	28	70
% total	60%	40%	100%

Fonte: Inquérito aos Alunos do 3º ciclo do Liceu Amílcar Cabral

Assim, como se podia esperar, é nos agregados com rendimentos mais baixos que se encontra a taxa mais alta de educandos com uma história escolar com reprovações. Com efeito, 42 alunos (60%) já experimentaram, uma vez, reprovações. De igual modo, é nos encarregados de educação com rendimentos mais elevados que existem taxas mais baixas de alunos que costumam repetir, sete alunos (10%).

No que se refere às duas escalas de repetência (uma vez e duas vezes e mais), os inquiridos que se enquadram na primeira escala atingiram valores mais elevados em todos os níveis de ren-

dimento, superando no geral os que se inserem na segunda escala em 20 pontos percentuais.

Em contrapartida, quando se refere ao percurso em termos de aprovações, ao contrário do que se previa, a representatividade continua a centrar-se nas famílias com um baixo nível de rendimento. O quadro seguinte permite-nos visualizar esta tendência.

Quadro n.º3: Distribuição dos inqueridos com trajecto em termos de aprovações segundo o rendimento médio mensal dos agregados familiares

Rendimento médio mensal do agregado familiar	Trajecto em termos de aprovações		Total
	Com deficiência	Sem deficiência	
<= a 15 mil escudos	7	28	35
% total	10%	40%	50%
16 a 20 mil	14	7	21
% total	20%	10%	30%
21 a 60 mil	14		14
% total	20%		20%
	35	35	70
% total	50%	50%	100%

Fonte: Inquérito aos Alunos do 3º ciclo do Liceu Amílcar Cabral

Comparando os dados do quadro nº 2 e os do quadro nº 3 pode-se notar que, ainda que o nível de rendimento inferior ou igual a 15.000 ECV continua a ser o mais representativo, 35 alunos (50%) e o nível de rendimento de 21.000 ECV a 60.000 ECV o menos representativo 14 alunos (20%), houve uma diminuição da taxa de aprovação no primeiro nível (rendimento inferior ou igual a 15.000 ECV) em 10 pontos percentuais dos alunos que costumam repetir para os alunos que sempre aprovaram. O mesmo não se verifica em relação ao nível mais alto de rendimento. Neste nível, houve um aumento da taxa de aprovações em 10 pontos percentuais quando comparada à taxa de reprovação.

Esta situação permite-nos ver uma certa tendência para o aumento do rendimento escolar dos alunos à medida que eleva o rendimento das famílias.

Contudo, há que ter presente que este indicador de origem social varia assim como os outros de acordo com o indicador de práticas culturais. Isto é, para uma correlação positiva linear é preciso que as famílias com altos rendimentos tenham um elevado nível de capital cultural, para que possam melhor valorizar a educação escolar o que, por conseguinte, reflecte na orientação das actividades escolares dos educandos.

Aliás, Forquin (1995) já tinha ressaltado no seu estudo que, muitas vezes, o aproveitamento escolar depende mais da ordem cultural do que a própria ordem económica. Segundo ele, duas crianças provenientes de famílias igualmente remuneradas podem apresentar trajectória escolar diferente.

Os dados do inquérito aos alunos ajudam-nos numa melhor compreensão desta situação. Segundo estes dados, 42 alunos (60%) não beneficiam de orientação nos estudos, sendo famílias cujo rendimento familiar é inferior ou igual a 15.000 ECV mensais que representa uma maior fatia 40%. Daí que a maioria dos alunos que não tem apoio nos estudos tenha resultados baixos, por isso existe uma correlação entre o acompanhamento nos estudos e o rendimento escolar, isto é, os alunos que são acompanhados nos estudos tendem a ter melhores resultados escolares.

2.3.1.2 Posse de bens culturais da família e o trajectória escolar dos educandos

Como anteriormente foi referido, os bens culturais exercem uma grande influência no rendimento escolar dos alunos. Bourdieu (1970) reforça essa questão acentuando que as desigualdades sociais se devem sobretudo à transmissão desigual de

“bens culturais” pelas diferentes famílias. A posse de bens culturais proporciona aos alunos uma cultura geral que está mais próxima daquela que é privilegiada pela escola, favorecendo deste modo o seu sucesso.

Fazendo análises dos dados podemos verificar a existência de uma correlação positiva linear, isto é, a posse destes bens culturais faz diminuir a taxa de repetência na escala de duas vezes e mais. Com efeito, do trajecto de reprovações “uma vez” para o trajecto “duas vezes e mais” verifica-se em qualquer dos bens culturais possuídos (televisão, rádio, revistas, computador, jornal) uma diminuição da taxa de reprovação que varia entre 10 a 40 pontos percentuais².

2.3.1.3 Expectativa dos alunos em relação à escola: projectos de continuação de estudos e nível de rendimento das famílias

As crianças provenientes de meios modestos tendem a fazer uma demanda da educação inferior em relação àquelas provenientes de famílias socioeconomicamente superiores (BOURDIEU, 1970). Ainda que as ambições de continuar os estudos possam não depender em grande medida do factor económico, a sua influência é notável sobretudo entre os que não têm pretensão de continuar os estudos.

Apesar da elevada taxa de alunos cuja família possui nível mais baixo de rendimento económico, verifica-se a existência de uma reduzida proporção de alunos que asseguram não continuar ou ter dúvidas quanto à prossecução dos estudos. A intenção de continuar os estudos em nível superior é elevada sobretudo quando se trata de alunos cujos pais têm rendimento mensal igual ou superior 21.000 ECV a 60.000 ECV. Se partirmos dos que afirmam que não vão continuar e/ou dos que tenham dúvida a

² Essas taxas foram calculadas a partir da diferença entre a percentagem dos que reprovaram uma vez e os que reprovaram duas vezes e mais em cada bem possuído.

esse respeito, conferiríamos que, à medida que eleva o nível de rendimento das famílias, diminui a taxa tanto dos que não pretendem como dos que têm dúvidas, chegando mesmo a ser nula nas escalas superiores de rendimentos.

2.3.4 Tipos de ajudas concedidas aos alunos

Analisando os dados podemos verificar que o apoio ao transporte representa uma escala mais representativa, 40%, isso porque a maioria dos inquiridos é do meio rural. A estes, é atribuído o apoio em transporte por serem alunos que moram longe da escola e o preço de transporte é muito elevado. Com o objectivo de proporcionar a igualdade de acesso ao ensino, este programa abrange alunos carenciados, cujas localidades não tenham escolas ou a distância seja muito grande, destinando-se aos alunos provenientes das camadas economicamente desfavorecidas, que percorrem diariamente longas distâncias para frequentarem as aulas. O objectivo é estimular a frequência bem como a assiduidade às aulas.

O ICASE, através desse programa, passou a prestar apoio financeiro aos alunos do Ensino Secundário cujas famílias têm um rendimento mensal inferior ou igual a 25.000 ECV. Esta concessão de apoios realiza-se pelo pagamento integral ou parcial das propinas escolares. Quanto ao apoio com bolsa de estudo, representa 20% dos apoios prestados. Essas bolsas podem ser encaminhadas para propinas, transportes ou materiais escolares. É atribuído por escalas segundo as condições familiares e o local de residência. Neste caso, existem três modalidades de bolsas de estudos: 4.000 ECV para alunos deslocados de outros concelhos; 3.000 ECV para alunos deslocados do concelho ou que residem em zonas bastantes afastadas do Liceu; 2.000 ECV para alunos residentes próximos dos liceus. Mas também se é muito pobre pode-se acrescentar além do transporte e propinas, materiais di-

dáticos e uniformes. Neste caso temos 10% dos alunos que recebem esse apoio.

2.3.5 Avaliação das políticas públicas de acção social escolar

Das 30 famílias carenciadas inquiridas, 40% avaliam os apoios como sendo muito bom, 30% de bom e 20% de razoável. Isto é, 90% dos inqueridos avaliam o programa de forma positiva e justificam que sem esses apoios os seus filhos não conseguiriam estudar. Declaram:

Esses apoios são muito bons. É uma grande vantagem tê-los, pois, se não fossem essas ajudas, seria quase impossível manter os filhos na escola. O dinheiro das propinas e transporte vai ser canalizado na compra dos materiais didáticos e alimentos.

Assim, as políticas públicas de acção social escolar desempenham um papel fundamental para uma educação de qualidade, diminuindo as barreiras e os obstáculos para os desfavorecidos. Enfim, essas políticas podem permitir que qualquer um, independentemente da classe social a que pertence, possa estudar e ter sucesso, possibilitando a consagração de títulos escolares e conseqüentemente a consagração social. Por outro lado, 10% de famílias inquiridas avaliam o programa como sendo fraco e fundamentam que os apoios que os seus filhos recebem são muito poucos, e que precisam de mais apoios, alegando que:

Para quem tem vários filhos a estudar, esses apoios são muito reduzidos e nem sempre a família tem o dinheiro para a comparticipação, pois o trabalho muitas vezes não aparece, não tendo um trabalho fixo fica complicado ajudar os filhos.

Pode dizer-se que as condições materiais são essenciais para a sustentação do estudo. Uma grande maioria das famílias do meio rural vive no desemprego ou subemprego o que dificulta a aquisição de materiais didáticos, uniformes escolares, pagamento de propinas, transportes etc., o que reflecte no rendimento

do aluno, nomeadamente, no seu insucesso ou mesmo abandono.

Da mesma forma, do total de 70 alunos inqueridos podemos constatar que 80% avaliam o programa de forma positiva alegando que os apoios concedidos são muito importantes para eles, chegando até afirmar que:

Os apoios são indispensáveis para os alunos carenciados pois, sem esses apoios, não conseguimos estudar no secundário; ajuda-nos a sustentar os estudos e a ter bons resultados.

Neste caso, as políticas públicas de acção social escolar revelam ser um factor de extrema importância para o acesso, permanência e sucesso escolar. Porém, alguns alunos não aproveitam do melhor modo essas ajudas, não estudam, faltam as aulas e acabam por reprovar e, deste modo, acabam por perder os apoios. Aliás, uma das condições para continuarem a receber os apoios, como já referenciado, é apresentar resultados positivos, significando transitar de classe.

Entretanto, os restantes 20% dos alunos avaliam o programa de forma negativa, isto porque consideram que esses apoios são muito reduzidos e alegam que:

Os apoios são muito poucos, e muitas vezes pessoas com condições razoáveis recebem e uns que realmente precisam não recebem; é preciso ver e estudar melhor a condição socioeconómica das famílias e fazer uma selecção mais justa e aumentar os apoios.

No que diz respeito aos apoios torna-se relevante um estudo mais aprofundado da realidade socioeconómica, isto é, fazer um trabalho de campo, ir às comunidades, estar em contacto com as famílias, divulgar mais as políticas, nomeadamente quando é que o aluno dever fazer as inscrições, explicar as condições de acesso e permanência de apoios, de entre outros.

Quanto ao nível de satisfação dos apoios, a maioria, ou seja, 70% estão satisfeitos com os apoios e afixam que esses apoios melhoram os resultados escolares. Importa salientar que

a grande maioria dos alunos inquiridos afirma ter reprovado antes de estar abrangido pela política ou programas socioeducativos uma vez que alguns deslocavam-se para a escola a pé. Em regra, chegavam atrasados e, muitas vezes, nem sequer assistiam à primeira aula. Ora, isso dificulta a assimilação de alguns conteúdos nomeadamente das disciplinas mais práticas e, por outro lado, acumulando as faltas o aluno pode reprovar antes do fim do ano lectivo. Pelo contrário, com apoios os alunos conseguem ser pontuais e assíduos às aulas, chegam à casa mais cedo, vão ter mais tempo para estudar e conseguem ter melhores resultados. Por seu turno, 20% estão parcialmente satisfeitos com os apoios fundamentando que são muito poucos, e que muitos ainda ficam com muitos problemas a resolver; e apenas 10% não estão satisfeitos com os apoios. Segundo os inquiridos, os apoios não vão ao encontro das suas expectativas.

Considerações finais

No campo da educação, Cabo Verde fez, após a independência, um esforço significativo no sentido de eliminar o analfabetismo e aumentar a escolarização da população. A par de aumento dos efectivos escolares, registou um aumento gradual dos recursos destinados à educação, apesar da fragilidade orçamental e da forte dependência do financiamento externo para o orçamento de investimento neste sector.

A expansão do ensino básico elementar, que continua a aumentar a tendência já notória na fase final do período colonial, às populações de menos recursos, demonstra a importância que o Estado atribui à incorporação destas populações na nova Nação. Neste sentido, a igualdade de oportunidades no acesso à educação básica foi conseguida. Significativo foi, também, o esforço feito para atenuar as desigualdades de condições de acesso a este nível, através do fornecimento de uma refeição quente a todos os alu-

nos, para evitar casos de má nutrição, ao mesmo tempo que funciona como factor atractivo para as populações menos motivadas.

Importa salientar que o Bornefonden ajuda as crianças apadrinhadas do pré-escolar até o ensino secundário. De igual modo, os irmãos recebem apoios e as famílias recebem ajudas para a construção e reparação de casas, bem como no fornecimento de mobiliário. Da mesma forma, as comunidades em geral ganham algumas infra-estruturas, nomeadamente, jardins, placas desportivas, cisternas, entre outras.

Ressalta-se que o capital cultural e social dos pais tem influência na formação do filho. A consciencialização dos pais relativamente às vantagens da educação, a atenção e acompanhamento dos filhos revelam ser um factor de extrema importância para o sucesso escolar dos filhos. É importante frisar que a posse do capital cultural da família influencia no sucesso escolar dos filhos visto que os alunos vão trazer alguns conhecimentos de casa, uma linguagem mais elaborada, o que lhes permite um engajamento mais rápido na escola. Segundo Bourdieu, esses conhecimentos, considerados apropriados, facilitam o aprendizado escolar na medida em que funcionariam como uma ponte entre o mundo familiar e a cultura escolar.

Tendo em conta o caso em estudo, pode-se verificar que houve um aumento de efectivos escolares graças à reforma do ensino e implementação das políticas de acção social escolar. De igual modo, houve um aumento da taxa de permanência, pois os alunos que recebem apoios reprovam menos e não abandonam o sistema (diminuição do abandono escolar). Quanto à taxa de aproveitamento, houve uma melhoria, pois as condições materiais, a pontualidade e a assiduidade às aulas, factores imprescindíveis para o processo ensino/ aprendizagem, melhoraram.

Um outro indicador analisado é a trajectória escolar. Verificou-se que os alunos, ao receberem ajudas, vão reprovar menos e diminui o abandono escolar, salvo alguns casos em que os alu-

nos deixam o sistema para a emigração. Os que ficam no sistema do ensino, por terem um apoio escolar, conseguem obter bons resultados.

Importa salientar que neste presente estudo actuou-se sobre as políticas educativas, por isso trabalhou-se com as variáveis extra-escolares do (in) sucesso escolar tais como a qualidade de ajudas, condições de acesso aos materiais didácticos, expectativa do aluno em relação à escola, nível sociocultural das famílias, rendimento familiar, dimensão do agregado familiar, profissão dos pais, nível de instrução. Apesar disso existem variáveis intra-escolares não estudadas tais como perfil dos docentes, condições infra-estruturais de equipamentos, organização do espaço escolar, relação pedagógica, materiais didácticos disponíveis na escola e sua utilização em benefício dos alunos, critérios de distribuição de alunos e professores por turmas, projectos desenvolvidos pela escola em benefício dos alunos mais carenciados que são factores importantes para o sucesso escolar.

Conclui-se que as ajudas recebidas da acção social escolar são muito importantes para os alunos provenientes de famílias pobres. De acordo com a maioria dos inquiridos, essas ajudas são muito eficazes, isto é, permitem o acesso e a permanência dos alunos carenciados no ensino secundário. Muitos afirmam que sem essas ajudas seria impossível continuar a estudar. Em suma, o ICASE, o Bornefondem, a Câmara Municipal, entre outras, têm feito um trabalho de extrema importância para Cabo Verde. Para os alunos e familiares menos favorecidos, abriram-se muitas portas, possibilitando a continuação de estudos. Na verdade, as políticas de acção social escolar trazem resultados positivos para as famílias e os seus educandos pois permitem que os alunos pobres continuem o estudo; ajuda os alunos a terem acesso e sucesso escolar, melhora a qualidade da aprendizagem, promove a educação no concelho, permite manter uma certa regularidade, isto é, promove a igualdade de oportunidades para todos, ou melhor, as

políticas públicas de acção social escolar têm um efeito positivo no desempenho escolar dos filhos das famílias pobres de Santa Catarina.

Certificou-se que há coordenação entre instituições, isto é, cada uma das instituições que apoia os alunos procura saber se o aluno é ou não beneficiado de uma outra, trabalhando em parceria.

Constatou-se que o insucesso escolar está ligado às condições socioeconómicas. O elevado número de casos de insucesso deve-se à falta de materiais didácticos, falta de dinheiro para custear as propinas, falta de acompanhamento nos estudos, pouco tempo dedicado aos estudos. Na maioria das vezes, estudam nos fins-de-semana e quase sempre usam o período contrário às aulas para fazer trabalhos domésticos.

Referências Bibliográficas

AFONSO, Maria Manuela. Educação e classes sociais em Cabo Verde. Lisboa: Associação Académica África Debate, 2002.

ALTIMIR, O. "The extent of poverty in Latin America." In: World Bank Staff working papers, nº522, Washington DC: Work Bank, 1982.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. A Reprodução: Elementos Para uma Teoria do Sistema de Ensino. Lisboa: Vega Universidade, 1970.

CADERNOS DE FACETA, CAMPINAS, Descentralização e participação as novas tendências, v. 13, nº 1, Petrópolis: Vozes, jan. / jun de 2004, p. 43- 50.

FORQUIN, J. C. (org.). Sociologia da Educação – Dez Anos de Pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1995.

GRAHAY, Marcel. Poderá a Escola ser Justa e Eficaz? – Da Igualdade das Oportunidades à Igualdade dos Conhecimentos. Lisboa: Vasco Farinha, col. Horizontes Pedagógicos, Instituto Piaget, 2002.

PINTO, Conceição Alves. Sociologia da Escola. Portugal: MC-GRAW – HILL, 1995.

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van. Manual de Investigação em Ciências Sociais., Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.

SEN, AK. "Issues in the measurement of poverty Scandinavian" In: Journal of Economies, v. 8, nº2, 1979.

SOUSA, Celina. Políticas Publicas uma Revisão da Literatura Sociologias, ano 8, nº16, Porto Alegre: jul/dez 2006, p.20- 45.

TUCKMAN, Bruce W. Manual de investigação em educação, Lisboa: Fundação Calouste Gul-benkian, 1994.

Fontes oficiais

BOLETIM OFICIAL DA REPUBLICA DE CABO VERDE, Série, nº 36 27 de Outubro, 2003

BOLETIM OFICIAL DA REPUBLICA DE CABO VERDE, Série, nº 9, 27 de Março, 2000.

INQUÉRITO ÀS DESPESAS E RECEITAS FAMILIARES (IDRF) INE, 2001-2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE CABO VERDE. *Educação* Censo 2000, Praia, INE, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CIÊNCIA E CULTURA, *Reforma do Ensino Básico e Secundário*, Praia, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CIÊNCIA E ENSINO SUPERIOR, *Anuário Escolar – 2006/07*, GEP, Praia, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS. Relatório Nacional do Desenvolvimento da Educação em Cabo Verde, Praia, 2004.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO, DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E DE REDUÇÃO DA POBREZA (DECRP), Praia, Setembro de 2004.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO CABO-VERDIANO, nº 103/ III/ 90 de 29 de Dezembro, Dezembro de 1990.

PORTARIA (Portaria n.º11 in BO I Série n.º 8 de 03/95). Praia, 25 de Outubro de 2002.

QUESTIONÁRIO UNIFICADO DE INDICADORES BÁSICOS DE BEM-ESTAR (QUIBB), Praia, INE, Praia. 2007.

SUPLEMENTO AO “BOLITIM OFICIAL” DE CABO VERDE Nº 52 - Lei de Bases do Sistema Educativo, n.º103/ III / 90 de 29 de Dezembro.

Fontes electrónicas

CAPITAL CULTURAL. In: *Infopédia*. Porto: Porto Editora, 2003-2009. Disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$capital-cultural](http://www.infopedia.pt/$capital-cultural). Acessado em 03 de dezembro de 2009.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE PLANEAMIENTO DE LA EDUCACIÓN Disponível em <http://www.unesco.org/iiep>. Acessado em 03 de dezembro de 2009.

POLITICAS PUBLICAS E COESÃO SOCIAL. In: *Publisher Inf.* v. 5. Article provided by Euro-American Association of Economic Development in its journal. *Estudios Economicos de Desarrollo Internacional*. Disponível em <http://www.usc.es/economet/eea.htm>. Acessado em 09 de setembro de 2008.

QUESTIONÁRIO UNIFICADO DE INDICADORES BÁSICOS DE BEM-ESTAR Apresentação dos Resultados Concelho de Santa Catarina, S. CATARINA. Disponível em www.ine.cv. Acessado em 25 de julho de 2008.

RESUMO

Relações de poder e resistência: práticas de violência contra as mulheres na intimidade

O presente artigo tem como propósito abordar a violência que ocorre nas relações conjugais a partir da percepção das mulheres que vivenciaram o drama da violência. Procurou-se, essencialmente, compreender a representação que estes actores sociais constroem sobre as várias formas de expressão da violência na intimidade das quais são ou foram vítimas, nos vários momentos das suas relações com o companheiro ou ex-companheiro, tendo presente o contexto sócio-cultural onde as mesmas se inserem. Neste sentido, procuramos reflectir sobre a violência na intimidade enquanto expressão do desejo do homem controlar e dominar a sua companheira ou ex-companheira, numa clara relação assimétrica de poder.

Palavras-chave: violência na intimidade, género, dinâmicas familiares

A multiplicidade de género e homoafectividades na cidade da Praia

Neste artigo pretendi problematizar as questões de género do ponto de vista da multiplicidade de vivências afectivas, mas também da performatividade do corpo e do género de sete homoafectivos praienses no quadro da teoria *queer*, considerando o contexto em que estão inseridos/as - a cidade da Praia, em Cabo Verde. As suas vivências revelaram projectos individuais e atitudes que contestam o “normal” imposto pela sociedade, mas também percebe-se que as suas vidas e projectos individuais não são totalmente livres do ambiente em que vivem. Estratégias de encobrimento são utilizadas, não de forma a anular as suas vivências homoafectivas, mas, sim, de forma a se defenderem de constrangimentos de teor homofóbico.

Palavras-chave: género, corpo, homoafectividade, estigma

Capital social como estratégia de redução da pobreza: a implementação do Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural em Santiago

No quadro do Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000, o governo de Cabo Verde deu início, a partir de 1997, com o apoio de alguns parceiros internacionais, ao processo de elaboração e implementação do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP). Em Julho de 2000, no âmbito do PNL, foi iniciado o Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR) nas ilhas de Santiago (São Miguel e Tarrafal), Fogo, Brava, São Nicolau e Santo Antão. Nesse contexto, torna-se pertinente analisar as possibilidades e os limites de concretização dessa estratégia de redução da pobreza que considera o capital social das comunidades locais como recurso, tarefa que este artigo objectiva realizar a partir da experiência da sua implementação nos municípios de São Miguel e Tarrafal na Ilha de Santiago.

Palavras-chave: capital social, redução da pobreza, meio rural

Sustentabilidade associativa nos municípios do interior de Santiago: o caso de Serra Malagueta

Neste estudo procura-se analisar o sistema de capital social e redes de relações que as associações comunitárias do interior de Santiago estabelecem entre si, com o governo, as autarquias locais e organizações não-governamentais, visando usufruir dos contributos destes para a sua sustentabilidade. Nesta linha de investigação, consideram-se as organizações da sociedade civil como sendo elementos fundamentais na promoção do desenvolvimento local, fruto das acções participativas comunitárias, implicando, deste modo, um trabalho em rede ou em forma de parceria, envolvendo poderes públicos e privados. Nesta comunicação, analisa-se o caso particular da sustentabilidade associativa

na comunidade de Santa Catarina, espaço onde a dinâmica associativa ganhou uma grande expressão nos últimos anos.

Palavras-chave: capital social, redes sociais, comunidade cívica

A Reforma Agrária em Cabo Verde: estudo de caso no Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão

A reforma agrária foi uma política pública implementada em Cabo Verde na década de 1980. Encontrou forte resistência no Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão, o que levou a conflitos entre camponeses e as autoridades locais e nacionais. O processo comunicativo entre esses actores sociais terá sido assimétrico, o que condicionou a participação dos camponeses durante a discussão pública da Lei das Bases da Reforma Agrária, mas também a interferência das relações de parentesco, compadrio e amizade entre patrono-cliente condicionou o processo. Este artigo analisa depoimentos dos envolvidos (mediadores, parceiros/meeiros e rendeiros/lavradores) que ajudam a compreender o desenlace das relações de força que conduziram à deficiente implementação da Lei Agrária. Mudou o sistema de posse mas não a estrutura fundiária.

Palavras-chave: Reforma Agrária, políticas públicas, participação

Acção social escolar e trajectória escolar: interrelações possíveis

O presente texto constitui uma reflexão sintética que tem por base a dissertação de mestrado em Ciências Sociais e intitulada “Impacto das Políticas Públicas de Acção Social Escolar na Trajectória Escolar de Estudantes Provenientes das Famílias Pobres: Santa Catarina – Santiago”. O trabalho procura analisar

eventuais relações existentes entre as condições socioeconómicas das famílias e o rendimento escolar dos seus educandos. Do mesmo modo, busca perceber se as políticas de acção social escolar impactam na performance e nos resultados escolares, especificamente de alunos provenientes de famílias pobres, isto é, busca apreender e surpreender eventuais impactos das políticas educativas, particularmente as relacionadas com o apoio social a estes estudantes.

Palavras-chave: políticas públicas, educação, acção social escolar

ABSTRACTS

Relations of power and resistance: practices of violence against women in intimate

The present article has as intention to approach the violence that occurs in the conjugal relations from the perception of the women who had lived deeply the drama of the violence. It was looked, essentially, to understand the representation that these social actors construct on some forms of expression of the violence in the privacy of which they are or they had been victims, at some moments of its relations with the friend or former-friend, having present the partner-cultural context where the same ones if insert. In this sence, it was looked to reflect on the violence in the privacy while expression of the desire of the man to control and to dominate its friend or former-friend, in a clear anti-symmetrical relation of being able.

Keywords: violence in the privacy, gender, familiar dynamic

The multiplicity of gender and homoafectividades in the city of Praia

This article attempts to question gender issues from the standpoint of the variety of emotional experiences, but also through gender and the body performance of seven “homoafectivos” in the context of *queer* theory. Intertwining with the analysis of the social environment where they are inserted, the city of Praia. Through theirs experiences as people with individual projects and attitudes that challenge what is expected to be “normal” imposed by society, but also realizing that their lives and individual projects are not totally free of the environment in which they live. Concealment strategies are used, not so as to eliminate their experiences as “homoafectivos”, but rather in order to defend their selves off some (homophobic) embarrassment.

Keywords: gender, body, homosexuality, stigma

Capital as a strategy for poverty reduction: the implementation of the Programme of Fight against Poverty in the Rural Environment in Santiago

Under the National Development Plan 1997-2000, the Government of Cape Verde has started from 1997 with the support of some international partners, the process of preparing and implementing the National Program to Combat Poverty (PNLP). In July 2000, under the PNLP, started the Program for the Fight Against Poverty in Rural Areas (PLPR), the islands of Santiago (San Miguel and Tarrafal), Fogo, Brava, San Nicolau and St. Antao. In this context, it becomes pertinent to analyze the possibilities and limits of achieving poverty reduction strategy that considers the social capital of local communities as a resource, a task that objectively make this article from the experience of its implementation in the municipalities of San Miguel and Tarrafal on Santiago Island.

Keywords: social capital, poverty reduction, rural areas

Sustainability in the association of municipalities in Santiago: the case of Sierra Malagueta

This works intends to analyze the system of capital stock and the net of relations of that community Associations of inner part of Santiago Islands establish among themselves, with central Government, local Government and non-Governmental organizations, aiming to take advantages of these authorities for their own sustainability. In this way of investigating the organizations in society are considered a key element in promoting development, particularly at the local level as a result of the community participation, implying thus a work in net or in form of partnership involving the public authorities and private. In this communication, it was analyzed the particular case of associative sustentability in

the community of Santa Catarina, where the associative dynamic activity has gained notability in the recent years.

Keywords: capital stock, social network, civic community

Agrarian Reform in Cape Verde: a case study for Ribeira Grande, Island of Santo Antão

The agrarian reform was a public policy implemented in Cape Verde in early 1980. It faced with strong resistance in the municipality of Ribeira Grande de Santo Antão which led to conflicts between peasants and local and national authorities. The communicative process between these social actors would have been asymmetric which has conditioned the participation of peasants during the public discussion of the law of the Bases of Agrarian Reform. But also the interference of relationship and friendship between crony, patron-client has conditioned the process. This article discusses testimonials of the people involved (mediators, partners/sharecroppers and tenant farmers/peasants) to help understand the outcome of the relations force that led to the deficient implementation of Agrarian Law. The possession system has changed but not the structure of the land ownership.

Keywords: Agrarian reform, public policies, participation

School engagement and trajectory: possible interrelations

This text set up a synthetic relation that support the post-graduate thesis in Social Science and denominated “Publics Policies Impact of school Engagement and Trajectory of Students from Poor Families: Santa Catarina – Santiago.” The work demand to analyse the eventual relations that exist between socio-economic families conditions and scholar profit of their students.

In the same way, search to understand if the school engagement policies impact on performance and on scholar effect, in particular the students from poor families, that is, try to perceive and overcome eventual impacts of educative policies, especially those related with social at these students.

Keywords: public policies, education, school engagement

AUTORES / ORGANIZADORES

Carmelita de Afonseca Silva: Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Cabo Verde, coordenadora do Centro de Investigação e Formação em Género e Família da Universidade de Cabo Verde (Cigef/Uni-CV) e docente na mesma universidade. Email: carmelita.silva@docente.unicv.edu.cv

Cláudia Sofia Marques Rodrigues: Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Cabo Verde, Deputada/Assembleia Nacional, Praia/CV. Email: laleska.rodrigues@gmail.com

Cláudio Alves Furtado: Mestre e doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, professor da Universidade Federal da Bahia, Coordenador Adjunto do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (CEAO). Professor da Universidade de Cabo Verde. Email: cfurtado.unicv@gmail.com

Felisberto Mendes Martins: Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Cabo Verde, actual director da Residência Estudantil de Santa Catarina de Santiago. Email: felisberto_martins@gmail.com

Miriam Steffen Vieira: Mestre em História e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, professora colaboradora na Uni-CV. Email: miriamsv@unisinobr

Paulo Ferreira Veríssimo: Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Cabo Verde, técnico/Assembleia Nacional, Praia/CV. Email: pauloferreira_15@hotmail.com

Sergio Schneider: Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Sociologia pela UFRGS, doutor em Sociologia pela UFRGS, professor adjunto no Programa de Pós-Graduação em Desen-

volvimento Rural e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Email: schneide@ufrgs.br

Silvino Furtado: Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Cabo Verde, professor do ensino secundário, orientador de estágios pedagógicos em Santa Catarina, Santiago. Email: silvifurtado@outlook.com

Zenaida Antónia Delgado dos Santos: Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Cabo Verde, docente do ensino secundário, subdirectora pedagógica da Escola Secundária Amor de Deus e orientadora de estágio pedagógico, Praia, Cabo Verde. Email: zenaidadelgado@hotmail.com